



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Leonildo Fernando Benjamim

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE:
ANALISANDO O CASO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE**

NATAL/RN
2024

Leonildo Fernando Benjamim

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE:
ANALISANDO O CASO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE**

Tese a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Turismo, na área de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

NATAL/RN
2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Benjamim, Leonildo Fernando.

Turismo, desenvolvimento e pobreza em Moçambique: analisando o caso do Município de Inhambane / Leonildo Fernando Benjamim. - 2024.
324f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

1. Turismo - Dissertação. 2. Desenvolvimento econômico - Dissertação. 3. Pobreza - Dissertação. 4. Comunidades locais - Dissertação. 5. Município de Inhambane (Moçambique) - Dissertação. I. Azevedo, Francisco Fransualdo de. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 338.79(679)

Elaborado por Shirley de Carvalho Guedes - CRB-15/440

Leonildo Fernando Benjamim

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO E POBREZA EM MOÇAMBIQUE:
ANALISANDO O CASO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Turismo, na área do Turismo e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 07 de junho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo – Presidente da Banca
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Welton Paulo Nascimento – Examinador
Secretaria da Educação do Estado do Ceará

Prof. Dr. Carlitos Luís Siteie – Examinador
Universidade Save

Prof. Dr. Guilherme Bridi – Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Michel Jairo Vieira da Silva – Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Declaração de Financiamento UEM

Para os devidos efeitos, declaro que o presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Moçambique.

Natal, agosto de 2024

Leonildo Fernando Benjamim

Termo de Isenção de Responsabilidade

Declaro, para todos os fins de Direito e que se fizerem necessários, que assumo total responsabilidade pelo material aqui apresentado, isentando a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, a Coordenação do Curso, a Banca examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do aporte ideológico empregado ao mesmo.

Conforme estabelece o Código Penal Brasileiro, concernente aos crimes contra a propriedade intelectual, o artigo nº 184 – afirma que: *Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa*. E os parágrafos 1º e 2º, consignam, respetivamente:

§ 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§2º Na mesma pena do parágrafo anterior, incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no país, adquire, oculta, empresta, troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral.

Diante do que apresenta o artigo nº 184 do Código Penal Brasileiro, estou ciente que poderei responder civil, criminalmente e/ou administrativamente, caso seja comprovado plágio integral ou parcial do trabalho.

Natal, agosto de 2024

Leonildo Fernando Benjamim

*"Em homenagem à lembrança do meu amado pai Fernando, da
minha querida irmã Yolanda e do meu respeitado colega Matola, que infelizmente nos deixou
durante este percurso."*

AGRADECIMENTOS

Embora esta pesquisa tenha sido realizada de forma individual, sua realização não teria sido possível sem a contribuição de diversas pessoas e instituições. Por isso, gostaria de manifestar meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Fransualdo de Azevedo, com quem tive a honra de colaborar. Agradeço pelo incentivo, amizade, paciência, conselhos, compreensão, compartilhamento de informações e pelo constante apoio científico ao longo de toda a pesquisa, que se refletiu em uma orientação clara e direcional dos procedimentos acadêmicos necessários para a conclusão desta pesquisa.

Gostaria de expressar minha gratidão à minha família (minha esposa, Sônia, e minhas filhas, Luna e Khloe) pelo apoio e pela compreensão nos momentos em que estive distante em função das pesquisas. Também sou grato à minha mãe e a meus irmãos e irmãs pelo suporte emocional e moral, bem como pelos momentos de lazer que desfrutamos juntos, os quais foram extremamente valiosos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, gostaria de expressar minha gratidão aos docentes que orientaram minha jornada acadêmica, proporcionando ensinamentos e enriquecedoras trocas de conhecimento e ideias que foram essenciais para o aprimoramento da minha capacidade intelectual. Além disso, é fundamental ressaltar o suporte logístico oferecido pela Universidade Eduardo Mondlane, que se mostrou essencial durante todo esse trajeto.

Às instituições que colaboraram com a investigação, com especial destaque para a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, a Direção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane, a Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane, Conselho Municipal da Cidade de Inhambane e o Instituto Nacional de Estatística pelo apoio no fornecimento de informações que apetrecharam a Tese.

Por último, mas não menos significativo, gostaria de deixar registrado meu agradecimento aos meus amigos e colegas da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, especialmente aos meus companheiros de jornada: Sônia, Dramane, Gove, Albertina, Joana, Massango e Matola (em memória). Agradeço pela coragem, camaradagem e orientações que me proporcionaram. Também gostaria de reconhecer o Professor Doutor Helsio Azevedo pela formalização do convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, assim como meus alunos e todos que, de alguma maneira, contribuíram, seja diretamente ou indiretamente, para a realização desta pesquisa.

Estou profundamente grato.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica de Moçambique	53
Figura 2. Chegadas e receitas do turismo internacionais (% de variação)	63
Figura 3. Receitas do turismo internacional e o PIB mundial (% de variação)	63
Figura 4. Receitas das exportações por categoria de produtos, 2017 (biliões de USD)	64
Figura 5. Chegadas internacionais por região em 2018 (% crescimento) e (% partilha)	65
Figura 6. Chegadas internacionais por região em 2018 (% crescimento) e (% partilha)	65
Figura 7. Mapa da localização e limites do distrito de Inhambane	79
Figura 8. Os <i>big five</i> do mar de Moçambique que ocorrem no MI	82
Figura 9. Mapa sobre da divisão dos bairros do Município de Inhambane	84
Figura 10. Objetos turísticos do MI – monumentos histórico e culturais por bairro	87
Figura 11. Monumentos históricos do Município de Inhambane	88
Figura 12. Objetos turísticos do MI – monumentos histórico e culturais do Tofo e Barra	89
Figura 13. Instrumento musical-Timbila	80
Figura 14. Dança tradicional Xigubo	90
Figura 15. Alguns pratos da gastronomia típica de Inhambane	91
Figura 16. Escolas de mergulho do MI	96
Figura 17. Cinco armadilhas que causam pobreza crónica	120
Figura 18. População vivendo na pobreza multidimensional em Moçambique	130
Figura 19. Principais privações provocadas pela pobreza em Moçambique	131
Figura 20. Oito degraus da “escada da participação cidadã”	165
Figura 21. Poder direto e delegado do cidadão moçambicano	177
Figura 22. As dimensões representativa e deliberativa da AM em Moçambique	186
Figura 23. Desafios institucionais para a governança do turismo	191
Figura 24. Facilidades económicas para os artesãos, artistas plásticos e pintores do MI	208
Figura 25. Infra-estruturas do mercado do artesanato da praia do Tofo	208
Figura 26. Liberdades políticas para os artesãos, artistas plásticos e pintores	209
Figura 27. Intitamentos para os artesãos, artistas plásticos e pintores	210
Figura 28. Oportunidades sociais para os artesãos, artistas plásticos e pintores	211
Figura 29. Liberdades políticas – pescadores do MI	213
Figura 30. Oportunidades sociais – pescadores do MI	214
Figura 31. Intitamentos proporcionados pelo turismo – pescadores do MI	214
Figura 32. Facilidades económicas – pescadores MI	215

Figura 33. Tipo de embarcação e o local de venda de pescado nas praias de Barra e Tofo	216
Figura 34. Liberdades políticas – comerciantes do MI	217
Figura 35. Intitulentos – comerciantes do MI	218
Figura 36. Facilidades económicas – comerciantes do MI	218
Figura 37. Oportunidades sociais proporcionadas pelo turismo – comerciantes do MI	219
Figura 38. Infraestrutura do mercado de vegetais do Tofo	219
Figura 39. Condições das infraestruturas do mercado da praia da Barra	220
Figura 40. Rendimento e tipo de contrato – trabalhadores do setor do turismo do MI	222
Figura 41. Horas de trabalho por dia e nacionalidade – trabalhadores do turismo do MI	223
Figura 42. Facilidades económicas – trabalhadores da área do turismo do MI	223
Figura 43. Liberdades políticas – trabalhadores da área do turismo do MI	224
Figura 44. Segurança protetora pelo turismo – trabalhadores da área do turismo no MI	225
Figura 45. Intitulentos no turismo – trabalhadores da área do turismo do MI	226
Figura 46. Intitulentos no turismo – consultores da área do turismo do MI	227
Figura 47. Liberdades políticas – consultores da área do turismo do MI	227
Figura 48. Oportunidades sociais no turismo – trabalhadores do turismo no MI	228
Figura 49. Facilidades económicas no turismo – trabalhadores da área do turismo do MI	228
Figura 50. Intitulentos proporcionados pelo turismo – líderes comunitários	229
Figura 51. Facilidades económicas e sociais – líderes comunitários	230
Figura 52. Infraestrutura construída em local inapropriado na praia da barra no MI	231
Figura 53. Liberdades políticas – líderes comunitários do MI	231
Figura 54. Liberdades políticas – líderes comunitários do MI	233
Figura 55. Liberdades políticas no turismo – representantes dos agricultores do MI	235
Figura 56. Facilidades económicas proporcionados pelo turismo – agricultores do MI	235
Figura 57. Facilidades económicas proporcionados pelo turismo – agricultores do MI	237
Figura 58. Intitulentos proporcionados pelo turismo – agricultores do MI	237
Figura 59. Resumo sobre as oportunidades sociais e títulos no turismo no MI	253
Figura 60. Resumo sobre as oportunidades sociais e títulos no turismo no MI	254

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Definição das variáveis operacionais da pesquisa	37
Tabela 2. Seleção da amostra não probabilística intencional	39
Tabela 3. Entidades inquiridas no levantamento de dados sobre a oferta turística do MI	40
Tabela 4. Síntese do paradigma epistemológico da pesquisa	44
Tabela 5. Resumo dos procedimentos de coleta de dados por objetivo do trabalho	45
Tabela 6. Potencial turístico por regiões de Moçambique	70
Tabela 7. Chegadas e receitas do turismo internacional na região da sadc, 2013-2019	71
Tabela 8. Ranking dos países da sadc no icvt em 2019	72
Tabela 9. Contribuição do turismo para o pib, emprego e investimento de 2010-2018	74
Tabela 10. Resumo do contributo do turismo – Moçambique (2019-2021)	75
Tabela 11. Resumo do contributo do turismo – Moçambique (2022-2023)	76
Tabela 12. Resumo da dinâmica do turismo antes (2019) e depois (2023) da covid-19	77
Tabela 13. Principais objetos turísticos do Município de Inhambane	93
Tabela 14. Evolução da teoria do desenvolvimento	112
Tabela 15. Objetivos de desenvolvimento sustentável	128
Tabela 16. Ranking dos 10 países mais pobres do mundo	130
Tabela 17. Principais conceitos apresentados por Amartya Sen	147
Tabela 18. Matriz de necessidade humanas (necessidades e satisfatores)	152
Tabela 19. Rumo à uma matriz de capacidades (existenciais e axiológicas)	161
Tabela 20. Os oito degraus da “escada da participação cidadã” de Arnstein	165
Tabela 21. Três modelos de participação social nas decisões públicas em municípios	168
Tabela 22. Processo de descentralização e criação de municípios em Moçambique	185
Tabela 23. Principais teóricos percursos da área das políticas públicas	194
Tabela 24. Quatro formatos das políticas públicas	195
Tabela 25. Principais políticas públicas do turismo e afins de Moçambique	199
Tabela 26. Carreiras profissionais dos trabalhadores do setor de turismo no MI	221

LISTA DE SIGLAS

ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AfDB	African Development Bank
AGP	Acordo Geral de Paz
AHTI	Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane
APIE	Administração do Parque Imobiliário do Estado
APLLA	Associação dos Pesquisadores de Línguas e Literaturas Africanas,
BM	Banco Mundial
CMCI	Conselho Municipal da Cidade de Inhambane
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPRC	Chronic Poverty Reserch Center
CRM	Constituição da Republica de Moçambique
DEH	Desenvolvimento à Escala Humana
DPAI	Direção Provincial da Agricultura de Inhambane
DPCAI	Direção Provincial para a Coordenação da Ação Ambiental de Inhambane
DPCTI	Direção Provincial da Cultura Turismo de Inhambane
DTS	Desenvolvimento Turístico Sustentável
EN	Estrada Nacional
ESHTI	Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane
ETI	Estratégia do Turismo de Inhambane
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FDS	Forças de Defesa e Segurança de Moçambique
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação Nacional de Moçambique
IATA	Associação Internacional de Transportes Aéreos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILO	International Labour Organization
INE	Instituto Nacional de Estatística de Moçambique
INPF	Instituto Nacional do Planeamento Físico
IP	Índice de Pobreza
MANU	Mozambique African National Union

MASC	Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil
MI	Município de Inhambane
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique
MICULTUR	Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique
MTur	Ministério do Turismo do Brasil
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza de Moçambique
PEDTI	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo de Inhambane
PEDTM	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo de Moçambique
PEMI	Plano Estratégico do Município de Inhambane
PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Política Nacional de Turismo de Moçambique
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RETRBSD	Regulamento dos Empreendimentos Turísticos, Restauração e Bebidas e Salas de Danças de Moçambique
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SNP	Sistema Nacional de Planeamento de Moçambique
UDENAMO	União Nacional Democrática de Moçambique
UNAMI	União Nacional de Moçambique Independente
UNDP	United Nation Development Program
UNESCO	United Nations for Education and Science Organization
WTTC	World Travel and Tourism Council

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos o contributo do turismo na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza no Município de Inhambane (MI). A pesquisa está dentro da perspectiva econômica e problemática, que assevera que o turismo é uma panaceia universal, com capacidade de solucionar todos os desafios sociais e econômicos, assegurando o desenvolvimento por meio da criação de empregos, renda, efeitos multiplicadores, estímulo ao empreendedorismo, entre outros aspectos. Para tal, caracterizamos as dinâmicas do turismo para aferir o estágio atual da oferta turística no MI; apuramos a existência e aplicabilidade de políticas públicas do turismo na promoção do desenvolvimento no MI; pesquisamos a propósito da participação das comunidades locais nos negócios turísticos e no sistema decisório. No aporte metodológico, empregamos a pesquisa bibliográfica e documental, definimos as variáveis da pesquisa, efetuamos a observação não participante e entrevistas exploratórias, basicamente para problematizar e definir um quadro teórico norteador da pesquisa. Aplicamos inquéritos mistos e por entrevista e a observação para a coleta de dados. Adotamos a amostragem intencional para o contato com o governo e por acessibilidade para o contato direto com as comunidades locais das parias da Barra, Tofo, Tofinho e da Cidade de Inhambane. Usamos, igualmente os roteiros de observação sistemática para as variáveis relacionadas com o desenvolvimento com base no turismo no MI. Por fim, analisamos e interpretamos os resultados com base na técnica denominada análise de conteúdo, alicerçada na interpretação reflexiva e crítica; complementarmente, apresentamos os resultados através da tabulação, imagens, trechos de entrevistas e questionários. Nossa análise indica que o turismo tem sua contribuição (embora limitada) no desenvolvimento do MI. Todavia, persistem questões como a centralização e politização da tomada de decisões, restrições à liberdade, precariedade laboral, desrespeito aos direitos dos trabalhadores, informalidade nas economias locais e sem poder negocial, negligência das responsabilidades sociais das empresas e do governo municipal, desemprego sazonal, baixos níveis de instrução, desigualdades sociais, silenciamento das vozes locais, corrupção desenfreada, fraca parceria público-privada, etc. Esses desafios, contrastam com a visão de desenvolvimento defendida nesta pesquisa, que enfatiza o aumento das capacidades para além do aspecto financeiro, para que as comunidades sejam os agentes ou sujeitos-protagonistas do desenvolvimento e não meros objetos vulneráveis que necessitam de assistencialismos e caridade. Pois, a ser assim, a comunidade poderá alcançar níveis superiores de autonomia, qualidade de vida, bem-viver, felicidade e liberdade. Como contributo, a pesquisa tem o potencial, não apenas de acrescentar valor à esfera da resistência e da reflexão alternativa sobre o desenvolvimento, mas também, pode ser um instrumento eficaz para sensibilizar as autoridades sobre a importância de fortalecer e empoderar as comunidades locais por meio do turismo.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Pobreza. Comunidades locais. Município de Inhambane

ABSTRACT

In the research, we analyze the contribution of tourism to promoting development and reducing poverty in IM (Inhambane Municipality). The research is part of the problematic economic perspective that claims that tourism is a universal panacea, with the capacity to solve all social and economic challenges, ensuring progress through the creation of jobs and income, multiplier effects, stimulating entrepreneurship, among other aspects. To this end, we characterized the dynamics of tourism in order to gauge the current level of general tourism supply in the IM; we investigated the existence and applicability of public tourism policies to promote development in the IM; we researched the participation of local communities in tourism businesses and in the decision-making system in general, so that they can make the most important choices that can improve their lives. In the methodological approach, we used bibliographical and documentary research, defined the research variables, carried out non-participant observation and exploratory interviews, basically to problematize and define a theoretical framework to guide the research. We used mixed surveys, interviews and observation to collect data. We adopted purposive sampling for the government and accessibility sampling for direct contact with local communities in the parishes of Barra, Tofo, Tofinho and Inhambane City. We also used systematic observation scripts for the variables related to tourism-based social development in IM. Finally, we analyzed and interpreted the results using the technique known as content analysis, based on reflective and critical interpretation; in addition, we presented the results through tabulation, images and interview excerpts. Our analysis indicates that tourism has made a contribution (albeit limited) to advancing development. However, issues persist such as centralization and politicization in decision-making, restrictions on freedom, job insecurity, disrespect for workers' rights, informality in local economies without negotiating power, neglect of the social responsibilities of companies and local government, seasonal unemployment, low levels of education, social inequalities, silencing of local voices, corruption, weak public-private partnerships, among other limits and difficulties. These challenges contrast with the vision of development defended in the research, which emphasizes increasing capacities beyond the financial aspect, so that communities are the agents or subjects or protagonists of development and not merely a vulnerable object in need of assistance. Consequently, it seeks to achieve higher levels of autonomy, quality of life, well-being, happiness and freedom. As a contribution, the research has the potential not only to add value to the sphere of resistance and alternative reflection on development, but it can also be an effective tool for sensitizing authorities to the importance of strengthening local communities through tourism.

Keywords: Tourism. Development. Poverty. Local communities. Municipality of Inhambane

RESUMEN

En esta investigación, analizamos la contribución del turismo a la promoción del desarrollo y la reducción de la pobreza en el MI (municipio de Inhambane). La investigación se inscribe en la perspectiva económica problematizadora que afirma que el turismo es una panacea universal, con capacidad para resolver todos los retos sociales y económicos, asegurando el progreso a través de la creación de empleo y renta, efectos multiplicadores, estímulo al espíritu empresarial, entre otros aspectos. Para ello, caracterizamos la dinámica del turismo con el fin de calibrar el nivel actual de la oferta turística general en la MI; investigamos la existencia y aplicabilidad de políticas públicas de turismo para promover el desarrollo en la MI; investigamos la participación de las comunidades locales en las empresas turísticas y en el sistema de toma de decisiones en general, para que puedan tomar las decisiones más importantes que puedan mejorar sus vidas. En el abordaje metodológico, utilizamos investigación bibliográfica y documental, definimos las variables de investigación, realizamos observación no participante y entrevistas exploratorias, básicamente para problematizar y definir un marco teórico que oriente la investigación. Utilizamos encuestas mixtas, entrevistas y observación para recoger los datos. Adoptamos el muestreo intencional para el gobierno y el muestreo de accesibilidad para el contacto directo con las comunidades locales en las parroquias de Barra, Tofo, Tofinho y la ciudad de Inhambane. También utilizamos guiones de observación sistemática para las variables relacionadas con el desarrollo social basado en el turismo en MI. Por último, analizamos e interpretamos los resultados mediante la técnica conocida como análisis de contenido, basada en la interpretación reflexiva y crítica; además, presentamos los resultados mediante tabulación, imágenes y extractos de entrevistas. Nuestro análisis indica que el turismo ha contribuido (aunque de forma limitada) al avance del desarrollo. Sin embargo, persisten problemas como la centralización y la politización en la toma de decisiones, las restricciones a la libertad, la precariedad laboral, la falta de respeto a los derechos de los trabajadores, la informalidad en las economías locales sin poder de negociación, el descuido de las responsabilidades sociales de las empresas y del gobierno local, el desempleo estacional, los bajos niveles de educación, las desigualdades sociales, el silenciamiento de las voces locales, la corrupción, la debilidad de las asociaciones público-privadas, entre otros límites y dificultades. Estos desafíos contrastan con la visión del desarrollo defendida en la investigación, que enfatiza el aumento de las capacidades más allá del aspecto financiero, para que las comunidades sean los agentes o sujetos o protagonistas del desarrollo y no un mero objeto vulnerable y necesitado de asistencia. En consecuencia, busca alcanzar mayores niveles de autonomía, calidad de vida, bienestar, felicidad y libertad. Como contribución, la investigación tiene el potencial no sólo de agregar valor a la esfera de la resistencia y la reflexión alternativa sobre el desarrollo, sino que también puede ser una herramienta eficaz para sensibilizar a las autoridades sobre la importancia de fortalecer las comunidades locales a través del turismo.

Palabras clave: Turismo. Desarrollo. Pobreza. Comunidades locales. Municipio de Inhambane.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1. Problemática da pesquisa.....	25
1.2. Objetivos da pesquisa	32
1.2.1. Objetivos complementares	32
1.3. Estrutura da pesquisa	32
1.4. <i>Design</i> metodológico da pesquisa	34
1.4.1. Planejamento da pesquisa.....	36
1.4.2. Execução da pesquisa de campo.....	40
1.4.3. Análise dos dados e redação da tese	42
2. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE E NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE.....	47
2.1. Contextualização da história de Moçambique.....	47
2.1.1. Elementos específicos da dimensão sócio-geográfica de Moçambique.....	52
2.1.2. Um olhar sobre a história do turismo em Moçambique	56
2.1.3. Enquadramento de Moçambique nas estatísticas relacionadas ao turismo internacional	62
2.1.4. Estatísticas gerais do turismo internacional – pós-pandemia da Covid-19	66
2.1.5. Fragmentos ilustrativos do potencial e dos dados estatísticos do setor turístico em Moçambique.....	68
2.2. Descrição do Município de Inhambane como local em estudo	77
2.2.1. Breve contexto histórico e geográfico do Município de Inhambane.....	78
2.2.2. Recursos patrimoniais e culturais do Município de Inhambane.....	85
2.2.3. Recursos turísticos secundários do Município de Inhambane.....	94
3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	97
3.1. Teorias do desenvolvimento e sua relação com o turismo	97
3.1.1. Teoria da modernização.....	97
3.1.2. Teoria da dependência	101
3.1.2.1. Teoria da dependência e o turismo	105
3.1.3. Neoliberalismo econômico	106
3.1.3.1. Um olhar sobre o turismo a partir da teoria do neoliberalismo	109
3.2. A problemática da pobreza no geral e em Moçambique	114
3.2.1. Pobreza como um problema social – definindo o conceito	115
3.2.2. Possíveis leituras e interpretações sobre a pobreza	117
3.2.3. O Papel do Banco Mundial na “luta” contra a pobreza e promoção do desenvolvimento.....	123
3.2.4. Algumas estatísticas sobre a questão da pobreza em Moçambique	129
3.3. Concepções sobre o desenvolvimento.....	132
3.3.1. Discorrendo em torno do conceito de desenvolvimento	134
3.3.2. Desenvolvimento visto através da abordagem das capacidades de Amartya Sen	139
3.3.3. Desenvolvimento à escala humana de Max-Neef.....	149
3.3.4. Buscando uma articulação entre as abordagens das Capacidades e das Necessidades Humanas	158
3.4. A questão da participação cidadã no turismo	163
3.4.1. Modelos da participação cidadã – breve reflexão	164
3.4.2. Participação cidadã no turismo.....	169
3.4.3. Barreiras à participação das comunidades locais no turismo	172
3.4.4. Descentralização do poder em Moçambique conducente à participação cidadã....	174

3.4.5. Orçamento Participativo no processo de tomada de decisão – um estudo de caso em Moçambique	179
3.4.6. Descentralização do poder conducente a participação cidadã em Moçambique – Municipalização.....	183
3.5. Políticas públicas e governança no setor do turismo	187
3.5.1. A visão da governança sob a ótica do setor turístico.....	189
3.5.2. Políticas públicas do turismo – breve ponderação	193
3.5.3. Principais políticas públicas do turismo de Moçambique	199
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	207
4.1. Apresentação dos resultados da pesquisa	207
4.1.1. Artesãos pintores e artistas plásticos do Município de Inhambane	207
4.1.2. Pescadores do Município de Inhambane	212
4.1.3. Comerciantes dos mercados do Município de Inhambane	217
4.1.4. Trabalhadores dos estabelecimentos turísticos no Município de Inhambane.....	221
4.1.5. Consultores da área do turismo e afins no Município de Inhambane.....	226
4.1.6. Líderes comunitários (autoridades comunitárias) do Município de Inhambane	229
4.1.7. Agricultores do Município de Inhambane	234
4.2. Discussão dos resultados da pesquisa.....	238
4.2.1. Políticas públicas do turismo em Moçambique: uma contextualização	238
4.2.2. Debatendo sobre as potenciais formas de participação cidadã no turismo no Município de Inhambane	246
4.2.3. Analisando os benefícios socioeconômicos do turismo para as comunidades locais do Município de Inhambane	252
5. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA PESQUISA	262
6. REFERÊNCIAS	268
APÊNDICES	292
APÊNDICE – INQUÉRITOS AOS <i>STAKEHOLDERS</i>	293
ANEXOS	318
Anexo A – Roteiro de Caracterização turística de Município	319
Anexo B – Roteiro de observação da oferta turística	321

1. INTRODUÇÃO

Apesar de todos os países almejem ser rotulados como países desenvolvidos, a ideia de desenvolvimento é amplamente reconhecida como complexa, multifacetada, contestável e controversa. Esse conceito se ampliou, deixando de ser apenas uma questão desenvolvimento em setores específicos para se constituir como uma disciplina, e posteriormente, como uma dimensão que integra diversas áreas do conhecimento. Inicialmente, as definições de desenvolvimento estavam associadas ao modernismo e ao crescimento econômico, mas com o tempo surgiram novos “paradigmas”, resultando em uma evolução do conceito e na inclusão de outras dimensões.

O desenvolvimento é agora encarado como um fenômeno que possui múltiplas dimensões, abrangendo não apenas o crescimento econômico, mas também fatores sociais, culturais, políticos e ambientais. Essa alteração na visão foi motivada por diversas críticas e pela evolução das ideias acadêmicas e políticas.

Em outras palavras, não seria preciso qualificar o desenvolvimento com termos como endógeno, social, sustentável, responsável, comunitário para o turismo, e contemporaneamente, na escala humana, liberdade, ecológico, entre outros, se esse desenvolvimento tivesse de fato atingido o que está implícito em seu conteúdo. Isso sugere uma tentativa de resgatar o conceito, porém com resultados limitados, já que a questão em jogo é estrutural e não apenas uma questão circunstancial.

Por sua vez, o turismo, um dos fenômenos socioeconômicos mais celebrados, que gera grandes expectativas, tem sido cada vez mais promovido como uma opção de estilo de vida alternativo e viável para indivíduos em áreas rurais, carentes, periféricas, indígenas ou em desenvolvimento em escala global (Scheyvens, 2007 & Holden, 2013). De acordo com Krippendorf (2003), Jafari (2005), Sharpley e Telfer (2008) e De Pieri e Panosso Netto (2015), é comum a crença de que investir no setor do turismo como instrumento para o desenvolvimento econômico e social é uma realidade presente em todos os governos, tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos e em desenvolvimento.

Segundo Goodall & Ashworth (1988, p.58) “durante a década de 1960, o turismo foi aclamado como um setor capaz de gerar vários efeitos benéficos em indicadores econômicos como a balança de pagamentos, rendimentos e emprego, equilíbrio regional, impostos, infraestruturas apropriadas, etc.”. Apoia, Krippendorf (1984, pp. 47-48), ao afirmar que “além das divisas, o benefício mais notável do turismo é o seu efeito sobre o emprego e o rendimento”,

posicionamento adotado por estudiosos do turismo, nomeadamente, De Kadt (1979); Mathieson e Wall (1982); Murphy (1985; 1994); Pearce (1986); Baum (1993).

O principal problema está em muitos estudos sobre os efeitos do turismo focarem apenas em avaliar como o emprego e a renda gerados pela atividade afetam as regiões em níveis regional e nacional (Cooper et al., 1998; 2005), sem considerar as particularidades do mercado de trabalho no setor turístico.

No contexto do desenvolvimento econômico, o turismo é frequentemente destacado por seu impacto significativo em diversas áreas da economia. Este impacto é descrito pelo efeito multiplicador, um conceito fundamental dentro das abordagens economicistas, capitalistas e neoliberais. O efeito multiplicador¹ do turismo refere-se à capacidade do setor de gerar benefícios ou impactos econômicos positivos que se propagam por várias camadas da economia, englobando setores como agricultura, comércio, infraestruturas, bancos, micro, pequenas e grandes empresas, entre outros (Lage & Milone, 1998; Foster, 1985; Cooper et al. 1998, 2001, 2005; Ruschmann, 2001; Lemos, 2005; Tribe, 2003; Barbosa, Martelotte & Zouain, 2006; Boratti & Rocha, 2008).

Ao analisar os efeitos econômicos do turismo, é mais frequente observar-se o movimento financeiro ligado à atividade, incluindo gastos diretos, impostos, renda e criação de empregos. Ao invés de evidenciar-se a conexão entre turismo e economia, oferecendo informações que podem influenciar alterações na economia por conta de ações diversas.

Com frequência, o poder público não considera adequadamente esses impactos ao planejar, o que resulta na perda de oportunidades significativas para impulsionar o setor turístico. Dada a natureza dinâmica do turismo, é importante enfatizar que o planejamento dessa atividade é fundamental não apenas para promover o desenvolvimento local, mas também para adaptá-lo às demandas da globalização (Nascimento et al., 2013).

O turismo, na contemporaneidade, ocupa o lugar dos mais proeminentes setores econômicos à escala global, tal deve-se não só aos aspectos supracitados, como também à

¹ Multiplicador de Renda: Quando turistas gastam dinheiro em serviços de hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento, esses gastos se transformam em renda para trabalhadores e proprietários nesses setores; Multiplicador de Emprego: O turismo cria empregos diretamente (por ex., em hotéis e agências de viagens) e indiretamente (por ex., na construção, agricultura e manufatura que fornecem produtos e serviços para o setor de turismo); Multiplicador de Investimentos: A necessidade de acomodar e servir turistas leva a investimentos em infraestrutura como aeroportos, estradas e telecomunicações, bem como em serviços como hospitais e segurança pública; Multiplicador de Receitas Públicas: O turismo gera receitas tributárias através de impostos sobre consumo, taxas de turismo e impostos sobre a renda gerada pelas atividades turísticas. Essas receitas podem ser reinvestidas em melhorias de infraestrutura e serviços públicos; Multiplicador de Redistribuição de Riqueza: O turismo pode redistribuir a riqueza ao transferir recursos das áreas mais ricas (de onde os turistas vêm) para as áreas mais pobres (destinos turísticos), contribuindo para o desenvolvimento econômico dessas regiões.

importância dos inúmeros setores de atividade que formam o chamado *trade* turístico. Deste *trade*, fazem parte, segundo Gustavo (2012) e Sparks (2016), atividades econômicas dentro do campo dos transportes, alicerçado nas companhias aéreas², navios de cruzeiro, transportes rodoviários e ferroviários, os operadores e as agências de viagens e turismo, assim como uma quase inacabável lista de provedores de serviços turísticos que, dentre outros, contempla atividades como *transfers*, *rent-a-cars*, *food and beverage*, informação turística, passeios turísticos, entretenimento, eventos e comércio de *souvenirs*.

Os dados macroeconômicos do turismo antes da pandemia de Covid-19 mostravam que o setor era um dos pilares da economia global. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2018), o turismo representava aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Além disso, o setor era responsável por 30% das exportações de serviços globalmente e gerava 1 em cada 10 empregos no mundo. O turismo também se destacava como o terceiro maior setor em termos de receitas de exportação, mostrando sua importância fundamental para muitas economias ao redor do globo. O turismo encontrava-se em plena expansão, uma vez que as chegadas internacionais cresciam 4% no primeiro trimestre de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018, abaixo do crescimento médio de 6% dos últimos dois anos³.

Além desses dados atuais, a mesma instituição, por meio da Organização Mundial do Turismo (OMT), já mencionava em diversas publicações a importância do turismo como ferramenta de desenvolvimento comunitário e local, destacando a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo como um marco significativo originado na Cimeira da Terra. Reconhecem que o turismo pode contribuir para a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento do Sustentável (ODS), especialmente na redução da pobreza, na preservação ambiental, na geração de empregos para mulheres, comunidades indígenas e jovens, além de suas conexões essenciais com setores como agricultura, lazer e artesanato, que são fundamentais para o progresso socioeconômico.

Nos parágrafos supra, pretende-se assegurar que, ao analisar os efeitos socioeconômicos, são fornecidas estimativas precisas sobre a conexão econômica entre o turismo e o desenvolvimento. Essa abordagem auxilia na compreensão do papel e da relevância do turismo na promoção do progresso em áreas desfavorecidas, assim como no estímulo da

² Segundo a Associação Internacional de Transportes Aéreos – IATA (2018) embarca anualmente 4,1 bilhões de passageiros em 41,8 milhões de voos.

³ (World Tourism Barometer and Statistical Annex, [UNWTO] May 2019 - disponível em <https://www.e-unwto.org>).

economia de uma determinada região turística. Conforme um documento divulgado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) em 2019, a área do turismo causa um impacto econômico direto de 2.750,7 bilhões de dólares, correspondente a cerca de 3,2% do produto interno bruto mundial. Além disso, sua contribuição para o mercado de trabalho é considerável, empregando 122.891.000 pessoas, equivalente a aproximadamente 3,8% da mão-de-obra global.

Precisamente, muitos estudos tendem a se concentrar principalmente nos impactos do turismo no emprego, renda e desenvolvimento econômico de uma região ou país, deixando de lado outros aspectos importantes, como os impactos sociais, culturais e ambientais. Uma análise abrangente desses aspectos pode fornecer uma compreensão mais completa dos efeitos do turismo e ajudar na formulação de políticas mais equilibradas e sustentáveis para o setor.

A ausência de destaque para as vozes locais é percebida em estudos sobre desenvolvimento, principalmente na área do turismo, o que muitas vezes acarreta lacunas importantes na compreensão dos reais impactos e das necessidades das comunidades afetadas pela atividade turística. Incorporar as perspectivas locais é crucial para desenvolver políticas e práticas mais inclusivas e sustentáveis. Além disso, ao envolver as comunidades locais, os pesquisadores podem obter *insights* mais profundos sobre questões como preservação cultural, distribuição de benefícios econômicos e mitigação de impactos negativos. Portanto, é fundamental que os estudos turísticos e de desenvolvimento deem voz às comunidades locais e incorporem suas percepções e necessidades em suas análises e recomendações.

Além disso, muitas análises sobre o impacto do turismo na redução da pobreza e no bem-estar das comunidades fundamentam-se desproporcionalmente em perspectivas externas da pobreza e na importância de mudanças institucionais vindas de fora (visões externas), negligenciando os direitos e demandas manifestados pela população local (Scheyvens, 2011).

Ainda nesta linha, Krippendorf (2003), Sharpley e Telfer (2002), Britton (1986) e Cunha (2013), chamam atenção que o turismo não deve ser visto como um fim em si, uma panaceia universal ou uma tábua de salvação, como tem acontecido em vários destinos turísticos – os riscos que isso implica, é a dependência excessiva do estrangeiro⁴ e da sazonalidade

⁴ A predominância da propriedade estrangeira no setor, impõe dependência estrutural dos países em desenvolvimento (Britton, 1982) numa relação de centro-periferia que impede os destinos de se beneficiarem plenamente do turismo e, no final, muitos desses países pedem dinheiro emprestado às agências internacionais de crédito para projetos de turismo em grande escala (Sharpley & Telfer 2002). Em adição, “o turismo, como um setor de crescente importância nas economias nacionais, não escapou desta análise e foi objetivo de múltiplos estudos que evidenciavam o processo de acumulação e concentração do capital estrangeiro e as consequências de desapropriação e dependência deste modelo, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento” (De Kadt, 1979; Hoivik; Heiberg, 1980; Krippendorf, 1987 citados em Silva, 2019, p. 79).

turística – que quase não são evocados. Os autores advertem sobre a importância de evitar a monocultura turística e, ao invés disso, promover uma economia mais variada.

Mathieson e Wall (1982) argumentam que a construção de infraestruturas turísticas pode atrair trabalhadores de outros setores, resultando em mudanças significativas na estrutura demográfica da região. Essa migração de trabalhadores pode levar a uma série de problemas sociais, incluindo o aumento das desigualdades sociais. Foster (1991) complementa essa visão, destacando que a chegada de novos emigrantes pode elevar os custos para a comunidade local, uma vez que a demanda por serviços essenciais como saúde, água e transporte tende a aumentar. Essas observações sugerem que o desenvolvimento turístico não apenas altera a economia local, mas também pode ter impactos profundos na coesão social e na infraestrutura pública, requerendo planejamento cuidadoso e políticas de mitigação para minimizar efeitos adversos.

Para além das gaps supra, o MTur (2005), Krippendorf (2003) e Joppe (2011), chamam atenção sobre a necessidade de analisar a qualidade dos empregos proporcionados pelo turismo, para perceber a quem eles beneficiam e de que forma a renda gerada é distribuída, uma vez que, o que se constata na prática, é que o desenvolvimento do turismo opera na lógica econômico-financeira e de curto e médio prazos, priorizando a geração imediata de lucros comprometendo, o ambiente natural ou cultural, aumentando as desigualdades sociais, caracterizadas pelos extremos da pobreza e maior distanciamento econômico entre a zona urbana e a zona rural/local, estimulando a dependência econômica das comunidades locais e sem garantias a longo prazo porque, estas passam a trabalhar no turismo em detrimento das suas atividades normais, sem se esquecer da descaracterização das culturas locais em termos de identidade e integridades locais anulando o interesse turístico original (MTUR, 2005).

Ainda no que concerne especificamente ao emprego, queremos resgatar a visão de Pearce (1989) quando enfatiza que uma das maiores forças do desenvolvimento do turismo, especialmente a nível regional e local é a geração de postos de trabalho (em hotéis e outros estabelecimentos de alojamentos, restaurantes, cafés, bares, clubes, agências de viagens, etc.). Entretanto, de acordo com Pearce (1989), Baum (2015) e Joppe (2011) uma questão importante é se, os postos de trabalhos criados em turismo são “verdadeiros empregos” quando se trata de empregos de carácter sazonal, em regime de *part-time*, utilizando a maioria de mão-de-obra feminina e de baixos salários.

Em adição, segundo Roy e Tisdell (1998), embora a criação de emprego seja um benefício para os residentes locais, muitos trabalhadores são mal remunerados e os contratos de trabalhos são temporários e muitas das vezes precários. Esta conjuntura gera precariedade e incerteza em relação ao trabalho futuro e acentua os problemas sociais no seio das comunidades

locais. Dessa forma, torna-se fundamental a implementação de políticas e procedimentos que lidem com tais questões, assegurando que o turismo possa contribuir de maneira sustentável para o progresso econômico e social das comunidades locais.

Neste debate, destaca-se também a importância de priorizar e conciliar as necessidades e interesses dos turistas e da comunidade local. Harmonizar o crescimento do turismo requer, em primeiro lugar, em consonância com Krippendorf (2003), desembaraçar os interesses conflitantes e estabelecer uma hierarquia de prioridades. Em outras palavras, há três diferentes níveis de prioridade de objetivos. O primeiro nível abrange os objetivos das partes interessadas, ou por outras, as comunidades, que buscam preservar sua herança cultural, meio ambiente e terras, aproveitando oportunidades para melhorar sua condição econômica e social. Por outro lado, os visitantes desejam deixar suas origens por variadas razões, buscando diferentes formas de satisfação.

No segundo nível, os interesses das empresas e outras instituições envolvidas no sistema turístico são cruciais para a mediação entre oferta e procura. Já no terceiro nível, surgem os interesses de indivíduos que ocasionalmente participam do sistema turístico. O ponto fundamental é que um progresso equilibrado no turismo requer o respeito pela hierarquia de objetivos. É vital que as metas da comunidade local e dos visitantes tenham primazia em relação às várias categorias de outros envolvidos (Krippendorf, 2003).

No entanto, na prática, observa-se que tais metas e prioridades não são devidamente consideradas e respeitadas, levando a uma inversão de prioridades que acarreta problemas diversos, como a excessiva remessa de divisas para o exterior, prejudicando assim o tão desejado desenvolvimento socioeconômico das localidades turísticas. O foco deve ser na melhoria do bem-estar da comunidade local, priorizando não apenas o crescimento econômico ou aumento do PIB, mas também a obtenção de maiores lucros, empregos satisfatórios, melhores instalações sociais e culturais, além de moradias mais acolhedoras.

Caso o turismo esteja fundamentado na promoção da responsabilidade social de seus envolvidos e na consideração das diferenças particulares de cada local, é esperado um impacto positivo no crescimento econômico, na geração de empregos, no aumento do comércio, na arrecadação de impostos e numa significativa melhoria na infraestrutura do bem-estar social.

(Nóbrega, 2013). Em outros termos, é preciso primar pela responsabilidade⁵ social no turismo, pois a responsabilidade social é um campo que aborda a interação entre práticas empresariais e os impactos sociais, econômicos e ambientais do turismo. Este conceito se relaciona à ideia de que as empresas do setor turístico, incluindo hotéis, agências de viagens, operadores turísticos e outras, devem operar de maneira que beneficie não apenas seus acionistas, mas também a sociedade em geral e o meio ambiente. Desta forma estaria garantida a redução de focos de pobreza e promoção do desenvolvimento.

Sob essa ótica, percebe-se que a discussão sobre o desenvolvimento econômico gera muita polêmica, especialmente ao se tentar diferenciá-la do crescimento econômico. Diversos autores e entidades, tanto nacionais quanto internacionais – não restritos ao turismo – associam erroneamente o desenvolvimento apenas ao contínuo aumento da renda, sem considerar sua distribuição adequada.

Seguindo a mesma linha de pensamento, um renomado economista que estuda essa questão é Ignacy Sachs. Para ele, o crescimento não resulta automaticamente no desenvolvimento e muito menos na felicidade. Ele destaca que o mais comum é o crescimento através da desigualdade, com consequências sociais nocivas, como a concentração de riqueza nas minorias, ao mesmo tempo em que se gera pobreza em larga escala e deterioração das condições de vida. Em situações extremas, o autor afirma que estamos diante de um crescimento com “desdesenvolvimento” (Sachs, 2001).

A necessidade de mudança desse paradigma levou à sua ruptura, em busca de uma visão diferente do desenvolvimento. Essa nova abordagem vem incorporando aspectos importantes nomeadamente, na dimensão Econômica, enfatiza-se o desenvolvimento humano, o crescimento do PIB, a valorização do ser humano no processo de desenvolvimento, a participação ativa das pessoas nesse contexto, a estabilidade econômica, a criação de empregos e a distribuição de renda, além da autonomia e autossuficiência; no âmbito Social destaca-se a saúde, educação, igualdade de gênero, inclusão social, espiritualidade e segurança protetora; no campo Ambiental aborda-se questões como sustentabilidade, gestão dos recursos naturais, mudanças climáticas e biodiversidade; na esfera Política são considerados aspectos como democracia, governança, direitos humanos, participação cidadã e liberdades políticas; já no

⁵ Um aspeto crítico que requer atenção no domínio do desenvolvimento do turismo sustentável é a integração dos princípios da Responsabilidade Social Corporativa (RSE) (May et al., 2007; Lister, 2011). A RSE orienta que as empresas assumam a responsabilidade pelos seus impactos na sociedade e no ambiente, e a sua aplicação no setor do turismo pode influenciar significativamente a trajetória de desenvolvimento de um destino (Høgevoid et al., 2014; Kimaro & Ndlovu, 2017).

domínio Cultural ressalta-se a preservação e promoção das identidades culturais, diversidade e patrimônio.

Nesta linha, os trabalhos de Amartya Sen (Prêmio Nobel da economia) e Mahbub ul Haq iniciados da década de 1970 são considerados, por muitos economistas, o ponto de partida dessa mudança de paradigma nos estudos de desenvolvimento, pobreza, bem-estar e qualidade de vida.

Apesar disso, conforme Silva (2019), esta mudança de paradigma ainda é a exceção e não a prática nos estudos do turismo, o que torna um desafio conceitual e metodológico para os novos estudos. E de forma relacionada, Jafari (2005) alerta que os estudos do turismo devem conquistar a sua própria voz pública. Dessa maneira, a partir desse contraste de ideias, é nosso dever questionar não apenas o progresso do turismo nas regiões, mas também se a atividade turística, com todas as suas diferenças internas, está de fato colaborando para o desenvolvimento humano e o bem-estar social das comunidades.

Afinal, para que o desenvolvimento seja alcançado, não basta observar o crescimento econômico, a geração de riqueza ou o PIB; é essencial debater como essa riqueza é distribuída, visando promover o bem-estar e a qualidade de vida – ou seja, ampliar as capacidades e liberdades das pessoas conforme preconizado por Amartya Sen e alocando o ser humano não como objeto, mas sim, como sujeito do desenvolvimento como preconizado por Max-Neef.

Depois de refletir sobre o turismo, pobreza e desenvolvimento em um contexto mais amplo, é hora de mergulhar na particularidade de Moçambique e do Município de Inhambane no ponto a seguir.

1.1. Problemática da pesquisa

Após apresentar o problema da nossa pesquisa de maneira mais global, agora nos direcionamos para a análise mais detalhada e localizada. A pesquisa concentra-se em Moçambique, com um enfoque particular no Município de Inhambane como local em estudo. O país é bastante desigual e se destaca pelos elevados índices de analfabetismo e baixo nível educacional, baixa renda *per capita*, uma dependência demasiada da assistência externa,

principalmente proveniente das instituições de *Bretton Woods*⁶, demandas de habitação, altos índices de corrupção e degradação da ética e moralidade da sociedade, dependência significativa do setor agrícola (em grande medida agricultura de subsistência), desemprego estrutural, multidimensionalidade da pobreza, economia desequilibrada, produtividade da mão-de-obra aquém do ideal, altas taxas de mortalidade infantil, limitada capacidade financeira em relação à disponibilidade de mão-de-obra, bem como o uso de recursos naturais de forma subutilizada ou favorecendo nações mais economicamente poderosas, entre outros desafios.

Ao relacionar a nossa discussão com o turismo, diríamos que em Moçambique⁷, por reconhecer as incríveis potencialidades turísticas do país como um destino de destaque, o Ministério da Cultura e Turismo (MCULTUR), por meio do seu segundo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (PEDTM I e II), elaborado dentro do contexto do Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARP) – parte integrante do Sistema Nacional de Planejamento (SNP), com uma visão histórica voltada para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – substituídos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – estabeleceu como meta principal, a diminuição da pobreza e o estímulo ao desenvolvimento por meio do turismo, aproveitando suas capacidades de criar empregos, gerar renda, estimular o crescimento e promover o desenvolvimento econômico.

Mesmo que o governo moçambicano reconheça essa realidade, as estatísticas em geral revelam que Moçambique é classificado como o país lusófono mais desfavorecido em África no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2021, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022). Neste relatório, é destacado que aproximadamente 62,4% da população total reside em áreas rurais, enquanto cerca de um terço da população habita em cidades e vilas costeiras (2021)⁸.

⁶ A excessiva dependência de auxílio estrangeiro, em particular de entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), pode acarretar diversas consequências negativas aos países receptores. Perda de autonomia é uma delas, pois, ao contar significativamente com ajuda externa, as nações correm o risco de abrir mão de parte de sua independência política (obrigatoriedade de reformas estruturais da política pública sem olhar para a realidade endógena do local) e econômica, sendo obrigadas a acatar as condições e políticas estabelecidas pelas instituições de *Bretton Woods* como contrapartida aos recursos financeiros disponibilizados. Outro desdobramento é o ciclo de endividamento uma vez que o auxílio externo frequentemente se manifesta na forma de empréstimos, o que pode levar os países a se enredarem em um ciclo de dívidas, comprometendo suas finanças públicas e expondo-os a uma vulnerabilidade econômica a longo prazo.

⁷ *Lei do Turismo* de Moçambique, onde destacam-se o imperativo de promover o desenvolvimento econômico e social através da criação de emprego, geração de renda e redução da pobreza; A “*Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação*” reconhece o poder que o setor tem que no alívio à pobreza das comunidades locais; a promoção do envolvimento efetivo da comunidade nos programas de desenvolvimento; a contribuição para a criação de emprego, crescimento econômico e alívio à pobreza; e melhorar a qualidade de vida dos moçambicanos.

⁸ Retirado de: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mozambique/>.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede a expectativa de uma pessoa de viver uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um nível de vida decente, e Moçambique, ocupa o 185º lugar entre 189 países, tendo, deste modo, caído três lugares de 2020 para 2021 com um IDH de 0,466 em 2021. A esperança média de vida à nascença é de 59,3 anos tendo também caído de 60,9 anos correspondentes ao ano 2020, sendo que a média da escolaridade ronda os 3,2 anos. Registram-se 289 mortes maternas por cada 100.000 nascimentos, sendo que por cada 1.000 nascimentos vivos, 148,6 progenitoras tinham entre os 15 e os 19 anos. Por cada 10.000 pessoas, existem 0,8 médicos. Por outro lado, somente 8% das populações rurais têm acesso à eletricidade.

Assim, os dados mostram que se trata dos países mais pobres do mundo ou de desenvolvimento humano muito baixo. Importa salientar que este valor de IDH, baseia-se em indicadores de saúde, educação e nível de vida, medidos pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita. Em Moçambique, um total de 72,5% da população é considerada pobre multidimensional, dos quais 49% se encontram em grave pobreza multidimensional e cerca de 62,9% da população vive abaixo da linha de pobreza internacional de 1,90 USD por dia (PNUD, 2022).

Verifica-se logo acima que estamos, de tal modo, perante um campo de índole estatístico para facilitar a mensuração, com expressões como países do centro e periferia, primeiro e terceiro mundo, desenvolvidos e subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento, assim como a designação atualmente seguida pela Organização das Nações Unidas, quem sabe por transmitir uma sensação menos tendenciosa e desprestigiante aonde em todos entra o termo “desenvolvimento”, nomeadamente países de desenvolvimento humano muito elevado, desenvolvimento humano elevado, desenvolvimento humano médio e desenvolvimento humano baixo.

Até certo ponto, ilustram-se estratificações entre os fortes, medianos e fracos; os ricos, remediados e pobres, eventualmente para criar uma sensação de existirem os que tem melhores condições de vida, modestas ou péssimas.

Presumivelmente, é dentro destas “nomenclaturas”, que emergem atmosferas que favorecem o nascimento de ondas de caridade e assistencialismo, “travestidos” de “capuzes” que transmitem humanitarismo e benevolência de auxílio aos necessitados para justificar a dialética do “teatro” cujos principais encenadores são os que “exploram” e os que estão a ser “explorados”, entre os detentores do poder e os que perdem os seus recursos (usualmente naturais), quase que de forma “imperativa e irreversível”, submergindo, pois, à condições onde satisfazer as necessidades calóricas diárias torna-se um autêntico luxo.

Inequivocamente, Moçambique é um dos países mais desiguais do mundo, aliado aos conflitos militares⁹ que se fazem presente na contemporaneidade no norte do país desde 2017, destruindo muitas infraestruturas vitais no desenvolvimento de um país. O país é igualmente vulnerável aos desastres naturais (por exemplo ciclones, inundações e secas severas) devido à sua localização geográfica¹⁰, aonde, a 14 de março de 2019, o ciclone IDAI atingiu a costa do porto da Beira, na zona centro de Moçambique. Milhares de pessoas, no Malawi, em Moçambique e no Zimbabué, foram afetadas pela pior catástrofe natural em, pelo menos, duas décadas na África Austral (PNUD, 2019).

Seis semanas depois do IDAI, o ciclone Kenneth atingiu a costa Norte de Moçambique – a primeira vez na história, desde que há registo, que dois ciclones tropicais fortes atingiram o país na mesma estação. Os ciclones deixaram cerca de 1,85 milhões de pessoas, “abandonadas ao destino”, com uma necessidade urgente de auxílio humanitário. Foram apenas o início daquilo que se tornaria uma catástrofe educativa e sanitária. Cerca de 3.400 salas de aula foram destruídas ou danificadas, e quase 305.000 crianças faltaram à escola após as inundações. Os casos de malária ascenderam a 27.000 e os de cólera, a quase 7.000. Cerca de 1,6 milhões de pessoas receberam auxílio alimentar e quase 14.000 foram forçadas a residir em centros de desalojados (PNUD, 2019).

Depois de nos debruçarmos mesmo que de forma breve sobre os dados estatísticos e as crises que afetam o turismo em Moçambique na atualidade, queremos nos focar à área de estudo específica, o Município de Inhambane, localizado numa província sul moçambicana, também de nome província de Inhambane.

Assim, temos a ressaltar que, com base na observação das variáveis da pesquisa; nas entrevistas exploratórias para o levantamento de experiências com alguns peritos, agentes, operadores e especialistas em que julgamos serem idôneos e conhecedores da área de turismo e do Município de Inhambane (doravante MI); e na experiência pessoal do pesquisador, – por trabalhar na área do turismo e viver no local – evidenciou-se, embora que de antemão, a questão levantada por Pearce (1989); Roy & Tisdell (1998); MTur (2005); Krippendorff (2003);

⁹ Em fevereiro de 2021, o Escritório da Organização das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA) revelou que cerca de 1,3 milhão de pessoas precisam urgentemente de assistência humanitária e proteção nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula (norte de Moçambique), devido aos ataques terroristas na província de Cabo Delgado. (retirado de: <http://www.sekelekani.org/wp-content/uploads/2021/03/Deslocados-de-guerra-em-Cabo-Delgado-Narrac%CC%A7a%CC%83o-de-Sofrimento.pdf>).

¹⁰ Moçambique está entre os países mais propensos a desastres do mundo e o segundo mais geograficamente exposto na África. 25% da população enfrenta uma alta risco de mortalidade pela ocorrência de desastres naturais, como enchentes, ciclones e seca. (Retirado de: https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2020_MOZ.pdf).

Scheyvens (2011); Organização Internacional do Trabalho – ILO (2010) e Silva (2019), quando chamavam atenção em relação à qualidade e sustentabilidade dos empregos proporcionados pelo turismo para as comunidades locais.

Apuramos, na pré-pesquisa, o aumento dos casos de precarização do trabalho no turismo no MI, que se caracterizam por remunerações muito abaixo das médias aceitáveis, “ilegalidade” de horas de trabalho, de folga e mesmo de férias, altos níveis de stress, falta de motivação. Constata-se igualmente a sazonalidade dos contratos de trabalho, pelo fato das pessoas trabalharem no turismo, somente nas temporadas altas (no verão e na páscoa) e muitas das vezes sem nenhum vínculo legal, onde, há vezes que existem até trabalhadores de 24 horas somente, uma semana ou um mês, altas rotatividade e demissões sem causa justa, o recurso à terceirização e preferência por trabalhadores com insuficiente ou nula formação ou capacitação.

O descumprimento das responsabilidades sociais pelos operadores turísticos e o governo local em prover serviços que evitem privações básicas às comunidades locais, nomeadamente escolas, jardins de infância, água encanada, centros comerciais, vias de acesso, oportunidades de emprego, etc. e a excessiva dependência de capital financeiro estrangeiro¹¹ especialmente, sul africano, pois os sul-africanos são os titulares das maiores e mais “robustas” instâncias turísticas nas praias de Tofo, Barra e Tofinho – as principais praias do MI.

Além disso, predomina a questão do envolvimento e participação até certo ponto questionável, das comunidades locais no processo decisório¹², pois, embora existam conselhos consultivos locais, observou-se, na pré-pesquisa que encontram-se no mínimo de forma desconcertada e sem estrutura hierárquica clara, pois, muitos membros das comunidades locais que fazem parte destes conselhos consultivos, ficam à beira da concepção das políticas públicas do turismo, bem como das decisões mais importantes no tocante aos projetos turísticos a serem desenvolvidos nas “suas terras” (algo também confirmado pelo Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique – PEDTM – de 2015, p.33) despontando, que o turismo, no MI, até certo ponto, pode estar desligado da política económica e do desenvolvimento almejado.

¹¹ A Organização Mundial do Turismo – OMT (2013), alerta que, variadíssimas vezes, a captação do investimento em empreendimentos turísticos se baseia em capitais estrangeiros, fato que conduz a que os destinos turísticos fiquem excessivamente dependentes de decisões externas, propiciem condições à massiva fuga de capitais, exista um aumento generalizado de importação de mão de obra e bens de consumo, assim como pode aumentar os choques culturais entre empreendimentos hoteleiros e comunidades locais.

¹² Alguns dos métodos mais concretos para fomentar a participação local em destinos empobrecidos também tem sido recomendado, como descentralização do sistema de administração pública, mudanças fundamentais na estrutura sociopolítica, jurídica e económica, envolvimento de organizações não governamentais (ONGs) e agências doadoras, colaboração e cooperação de operadoras de turismo internacionais e multinacionais e dissolução de barreiras culturais (Tosun, 2000, 2006).

Estes “fatos e dados”, em um primeiro julgamento, podem ser tidos como uma objeção, transtorno e obstáculo ao desenvolvimento social. Mas em que medida? Observemos, se é usualmente enfatizado na bibliografia que o modelo de gestão descentralizada e participativa fortifica e potencializa o desenvolvimento, como se explica o “êxito” que o turismo tem alcançado em face dessa improvável e equívoca participação? Será que de fato a população “desconsiderada” tem direito à esta participação de forma efetiva? Como acontece o “desenvolvimento” neste paradigma e dilema e qual a origem dessa dinâmica segregacionista no processo participativo?

Estes, são alguns elementos que tornam o processo e as estratégias de fomento do desenvolvimento local pelo turismo muito protestáveis no MI, contrastando com a teoria, uma vez que, esta, assume que o “apoio”, envolvimento e participação ativa das comunidades locais no turismo seja de extrema importância por se tratar de uma atividade que afeta toda a comunidade em diferentes níveis e estratos sociais e, se for desenvolvido de forma responsável¹³, pode aliviar a pobreza e o sofrimento das mesmas.

É igualmente, manifesto, em consonância com Krippendorff (2003, p. 146), que o turismo só deve ser encorajado, sempre que proporcionar à população local, uma vantagem econômica, antes de tudo, sob forma de lucros e empregos; que a mesma tenha desejado/escolhido que esta vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida; as implicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidade sociais e ambientais) devem ser bem esclarecidas antes da sua execução.

Para além dos motivações em forma de inquietações acima discutidas, subsistem motivos pessoais, traduzidos numa enorme empatia com a região enquanto munícipe e docente na área de turismo, o que traz consigo uma imensa preocupação em ver o turismo a ser desenvolvido de forma sustentável e responsável, buscando essencialmente a promoção do desenvolvimento, redução das desigualdades sociais, redução da pobreza e o sofrimento bem como a redução das privações extremas e das mais básicas nas várias famílias pertencentes às comunidades mais desfavorecidas do MI – pertencente a província considerada a capital do turismo de Moçambique.

Neste prisma, como já se mencionou nos pontos acima, esta pesquisa pretende analisar o contributo do turismo na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza, com foco,

¹³ “Turismo responsável como aquele que diz respeito a todas as formas de turismo que respeitem o património natural, construído e cultural das sociedades de acolhimento e os interesses de todas as partes envolvidas: habitantes, hóspedes, visitantes, governo, etc.” (Smith, 1990, p. 479, como citado em Silva, 2013).

especialmente nas classes menos privilegiadas dos *stakeholders* do turismo (as comunidades locais) do MI.

Assim, almeja-se que a pesquisa agregue valor na teoria do turismo, especialmente no domínio da economia do turismo, pelo fato das suas principais variáveis se prenderem essencialmente na análise socioeconômica do turismo.

Espera-se também que a pesquisa, na prática, desperte às autoridades municipais, províncias e nacionais no sentido de assumirem as variáveis como pobreza, bem-estar, qualidade de vida, integração social e liberdades (econômica, política, segurança protetora, por exemplo) de fazer as suas escolhas, no seio das comunidades mais desfavorecidas do MI, como um ponto de agenda de trabalhos de todos envolvidos na gestão do turismo e áreas afins, e envidar esforços no sentido de alcançar o almejado desenvolvimento através de uma rede de políticas públicas e governança traduzidas em ações concretas e estratégicas baseadas no turismo e, não se limitando somente em desenhar políticas que não sejam aplicáveis na prática.

Incomensuráveis são as vivências que afiançam que não se expandem capacidades das comunidades locais através da publicação de uma política ou de um decreto. Expandir as capacidades que possibilitem o desenvolvimento, implica o empoderamento e participação social efetiva.

Igualmente, espera-se que a pesquisa sirva de estímulo aos pesquisadores do turismo a desenvolverem pesquisas nesta área e publicar resultados que, também, se traduzam, em ações palpáveis de desenvolvimento das comunidades locais nos territórios com vocação turística.

Deste modo, assumimos que estas indagações, ilações e pensamentos levantados, carecem de uma análise mais aprofundada. De tal modo que, com base nas premissas teóricas supra expostas, até certo ponto contraditórias e questionáveis levantamos a seguinte questão central:

De que modo o turismo contribui na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza no Município de Inhambane?

Não obstante tendo levantado a questão principal, que serve de principal eixo condutor de toda a pesquisa, seguidamente levantamos as questões/hipóteses secundárias, nos seguintes termos, para orientar de forma específica a nossa pesquisa:

- a) Quais são as principais características da dinâmica do turismo no MI?
- b) Quais são as políticas públicas do turismo que estão na vanguarda do desenvolvimento no MI?
- c) Qual é o nível de acesso e participação das comunidades locais nos negócios proporcionados pelo turismo no MI?

- d) Será que as comunidades locais têm oportunidade de participar de forma proeminente do sistema decisório no turismo desenvolvido no MI?
- e) O turismo contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais no MI?

Seguidamente, lançamos os objetivos da pesquisa, que serão os caminhos a seguir na busca de toda informação que poderá alimentar as questões levantadas acima.

1.2. Objetivos da Pesquisa

- Analisar o contributo do turismo na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza no Município de Inhambane.

1.2.1. Objetivos complementares

- a) Caracterizar de forma geral, a dinâmica do turismo no MI, de modo a conhecer o seu estágio atual;
- b) Verificar a existência de políticas públicas do turismo conducentes ao desenvolvimento socioeconómico no MI;
- c) Aferir as formas – direta e indireta – de envolvimento das comunidades locais nos negócios turísticos (setor público e privado) no MI;
- d) Problematizar a dimensão participativa das comunidades locais do MI no processo de planeamento das ofertas turísticas e no processo decisório; e
- e) Avaliar os resultados da eficácia do turismo na promoção do bem-estar e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais do MI.

Após a definição dos objetivos desta pesquisa, é ensejo de demonstrar como eles foram alcançados através da estrutura apresentada no subponto seguinte.

1.3. Estrutura da pesquisa

A pesquisa, engloba três principais etapas. Na primeira, chamada de *ruptura*, são “derrubados” os preconceitos, o senso comum e as falsas evidências sobre o contributo do turismo no desenvolvimento e na redução da pobreza no MI. Na segunda etapa, a *construção*, foi elaborado um arcabouço teórico com base na exploração de várias perspectivas apresentadas por diferentes pesquisadores. Por fim, na terceira etapa, realizou-se a *verificação* da realidade

ao combinar os fatos no local em estudo com os conceitos e abordagens introduzidas na fase da construção. De forma mais esboçada, a pesquisa segue a seguinte estrutura:

- a) Introdução: nessa seção, fez-se uma breve contextualização do tema abordado, destacando sua relevância e justificando a escolha tanto do assunto, quanto do objeto de estudo; ocorreu a problematização da pesquisa através de questionamentos sobre o objeto de pesquisa, as várias perspectivas envolvidas e suas respectivas premissas, tipicamente formuladas em forma de interrogações investigativas. Além disso, foram apresentados os objetivos e foi descrita a estrutura geral da tese.
- b) Metodologia: foram delineadas as estratégias metodológicas, ou por outras, descrevem-se claramente as amostras, os métodos e técnicas que foram empregados para alcançar os objetivos da pesquisa.
- c) Fundamentação teórica: foi realizada uma análise teórica da pesquisa, através da compilação do conhecimento disponível e a que se teve acesso, em várias referências que debatem o turismo, a pobreza e o desenvolvimento.
- d) Execução da pesquisa: aplicaram-se os métodos que foram delineados no processo de planejamento da pesquisa, na prática, ou seja, na cidade de Inhambane e nas praias do Tofo, Barra e Tofinho.
- e) Resultados obtidos: apresentaram-se os principais resultados que foram gerados a partir da pesquisa. Certificando-se de que os resultados estão diretamente relacionados aos objetivos estabelecidos e que ajudam a responder às perguntas de pesquisa.
- f) Discussão dos resultados: fez-se a análise e interpretação dos resultados à luz dos objetivos da pesquisa. Discutiu-se como cada resultado contribuiu para responder às questões de pesquisa e como eles se alinham (ou não) com as expectativas teóricas estabelecidas.
- g) Conclusões: resumiu-se como cada objetivo foi alcançado, com base nos resultados e na discussão apresentada. Inclui uma reflexão sobre a importância dos resultados e suas implicações práticas e teóricas.
- h) Limitações e sugestões para futuras pesquisas: reconheceram-se as limitações da pesquisa e propuseram-se áreas ou questões que ainda precisam ser exploradas para aprofundar o entendimento do tema, a ser desenvolvido no futuro.

1.4. Design metodológico da pesquisa

Conforme Gil (1999), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para atingir o conhecimento. E, para que seja conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação. Para Richardson (1999), é a forma encontrada para legitimar um conhecimento adquirido empiricamente, isto é, quando um conhecimento é alcançado pelo método científico, qualquer pesquisador que repita a investigação, nas mesmas circunstâncias, poderá conseguir um resultado análogo. Já na visão Demo (1987), é uma preocupação instrumental, que aborda o caminho para a ciência tratar a realidade teórica e prática e, concentra-se, via de regra, na diligência de transmitir uma iniciação aos procedimentos lógicos voltados para demandas da causalidade, dos princípios formais da identidade, da dedução e da indução, da objetividade, em diante.

Apesar das definições mencionadas anteriormente sugerirem essa ideia, Oliveira (2011) afirma que o método, no contexto científico, vai além de simplesmente apresentar os passos de uma pesquisa, ou seja, a descrição dos procedimentos e das rotas seguidas pelo pesquisador. O objetivo é esclarecer as razões que levaram o pesquisador a optar por determinados caminhos em vez de outros. Dio (1979), acrescenta que, embora a verdade seja única, mesmo que às vezes seja observada sob diferentes perspectivas, os trajetos que levam os pesquisadores a ela podem variar. A diversidade de métodos, mais do que ser um obstáculo, representa uma vantagem.

Em consonância com Gil (1999), já houve época em que muitos entendiam que o método poderia ser generalizado para todos os trabalhos científicos. Os cientistas atuais, no entanto, consideram que existe uma diversidade de métodos, que são determinados pelo tipo de objeto a pesquisar e pelas proposições a descobrir. Essa visão, muitas vezes associada ao positivismo, propunha que todos os fenômenos poderiam ser compreendidos e explicados através de um único conjunto de princípios metodológicos, centrados principalmente na observação, experimentação e análise quantitativa.

É importante perceber, consoante Eco (2008, p. 33, citado em Espada, 2011, p. 41), “que o tema corresponda aos interesses do pesquisador (profissionais e pessoais) [...], as fontes a que se recorre sejam acessíveis e manuseáveis [...] e que o quadro metodológico da investigação esteja ao alcance da experiência do candidato”.

O motor principal na procura de informação para estabelecer uma base teórica para esta pesquisa é o papel dialético, controverso e polêmico do turismo na geração de riqueza,

emprego, renda, redução da pobreza, diminuição das desigualdades sociais, e outros elementos que contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades locais do MI.

Nesta perspectiva, cremos que a metodologia¹⁴ proposta para esta pesquisa, esteja embasada até certo ponto, ao novo paradigma científico dominante do final século XX e início XXI, o paradigma das rupturas, dos obstáculos epistemológicos e das descontinuidades científicas defendido por autores renomados como *Gaston Bachelard*¹⁵ e os obstáculos epistemológicos, *Michel Foucault*¹⁶ e as descontinuidades científicas e *Thomas Kuhn*¹⁷ e os paradigmas científicos.

O pensamento ligado a este novo paradigma científico, representa uma abordagem dinâmica para a pesquisa em causa, pois, reconhecemos a natureza complexa e evolutiva do conhecimento científico relacionado ao desenvolvimento versus turismo. É por isso que na presente tese, estamos comprometidos com a proposta de fomentar um ambiente de pesquisa que seja ao mesmo tempo metódico, interdisciplinar e receptivo a novas oportunidades. Esse enfoque é fundamental para enfrentar os desafios atuais da ciência e impulsionar melhorias significativas em diferentes campos do saber a partir da nossa análise.

Assim sendo, no que se refere às categorizações da pesquisa, optou-se por seguir a classificação sugerida por Gil (2016) e Vergara (2000): a) Pesquisas descritivas: têm como objetivo principal descrever características de determinada população ou fenômeno, ou os estabelecimentos de relações entre variáveis. São incluídas nesse grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. O estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas (Triviños, 1987 como citado em Oliveira, 2011). Deste

¹⁴ Dencker (2002), metodologia é o procedimento correto e sistemático que descreve os métodos e/ou caminhos através dos quais se alcança um conjunto de conhecimentos científicos, através da interpretação dos fenômenos e/ou fatos existentes na natureza.

¹⁵ Gaston Bachelard introduziu a ideia de obstáculos epistemológicos, argumentando que o progresso científico é frequentemente impedido por crenças e preconceitos enraizados. Para ele, a ciência avança superando esses obstáculos através de uma *ruptura* com o conhecimento anterior, um processo que ele chamou de “cortes epistemológicos”. Bachelard acreditava que a ciência não progride de maneira linear, mas através de saltos e reinterpretações contínuas que desafiam o conhecimento estabelecido.

¹⁶ Michel Foucault, por sua vez, explorou as descontinuidades nas formas de saber ao longo da história. Em obras como “A Arqueologia do Saber”, Foucault argumenta que o conhecimento não evolui de forma cumulativa, mas passa por mudanças radicais chamadas “épocas epistêmicas”. Essas mudanças refletem transformações fundamentais nos modos de pensar e nas estruturas de poder, revelando que o conhecimento é intrinsecamente ligado a contextos históricos e culturais específicos.

¹⁷ Thomas Kuhn, em “A Estrutura das Revoluções Científicas”, popularizou o conceito de paradigmas científicos e as revoluções que ocorrem quando um paradigma dominante é substituído por outro. Segundo Kuhn, a ciência normal opera dentro de um paradigma até que anomalias acumuladas levem a uma crise e, eventualmente, a uma revolução científica, que resulta na adoção de um novo paradigma. Este novo paradigma redefine as questões consideradas relevantes, os métodos de investigação e as interpretações aceitas dos dados.

modo, para recolher tais dados, utiliza-se de técnicas peculiares, dentre as quais se sobressaem a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação (Prodanov, 2013).

Para Gil (2016) e Mattar (2001) b) Pesquisas explicativas: tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos, pela manipulação direta das variáveis da pesquisa. Pode ser a continuação de uma pesquisa descritiva, pois a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Na presente pesquisa, a metodologia adotada está dividida em etapas, sendo a primeira o planejamento do estudo, a segunda a realização da pesquisa e, por fim, a divulgação dos dados.

1.4.1. Planejamento da pesquisa

Nesta etapa, destacou-se a abordagem inicial do tema de estudo, a formulação do problema de pesquisa e das hipóteses em forma de questões, a escolha das fontes para coleta de dados que embasarão a pesquisa teoricamente, a definição das variáveis e dos objetivos, a elaboração dos instrumentos para coleta de dados, a determinação da metodologia, a criação de um cronograma para a pesquisa, e também a escrita do projeto de pesquisa, utilizando o seguinte:

A. Levantamentos bibliográficos e documentais: consistiu no levantamento do Estado da Arte, sobre o tema da pesquisa, construindo a moldura conceitual da pesquisa, mostrando na medida do possível, ligações entre a bibliografia pesquisada e o problema de pesquisa que se pretende solucionar. Consistiu na consulta de obras literárias, dissertações, teses, artigos científicos, relatórios científicos e técnicos, arquivos de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais que versam sobre o tema.

B. Levantamentos de experiências e entrevistas exploratórias: sendo uma técnica que tem como objetivo, obter e sintetizar todas as experiências relevantes sobre o tema em estudo em fontes orais idôneas em relação ao fenômeno e a área de estudo. Consistiu no levantamento de experiências através de conversas informais e entrevistas exploratórias individuais e em grupos

de docentes de turismo, técnicos, operadores turísticos, líderes comunitários¹⁸, secretários dos bairros entre outros relevantes à pesquisa, sempre com intuito de buscar uma familiarização e edificação do problema da pesquisa. Temos a acrescentar que para esta fase exploratória, e com o mesmo intuito, usou-se observação exploratória não participante e assistemática dos fenômenos relacionados com as principais variáveis da pesquisa.

C. Definição das variáveis da pesquisa: consistiu na seleção das variáveis a serem usadas na pesquisa e que integram os elementos centrais da pesquisa, obedecendo o problema as hipóteses e os objetivos da pesquisa, como forma de orientar a produção dos instrumentos de coleta de dados, que são apresentados no aponto seguinte. (Ver tabela 01).

Tabela 1 - Definição das variáveis operacionais da pesquisa

Variáveis principais	Variáveis secundárias	Descrição
Intitulentos das comunidades locais no MI	Meios: são os condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem	▪ Títulos de propriedade de ativos circulantes proporcionados pelo turismo ▪ Direito de uso e aproveitamento de terras proporcionados pelo turismo
Liberdades políticas das comunidades locais do MI	Direitos civis, liberdade de expressão, de voto, direito de escolha informativa, escolha de legisladores, etc.	▪ Direito de escolha de projetos turísticos ▪ Participação em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes na vida das comunidades locais ▪ Direito de escolher ou votar os dirigentes ▪ Liberdades de expressão ou direito a opinião pública ▪ Direito de escolha de deputados ▪ Participação na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo
Facilidades econômicas das comunidades locais no MI	Consumo, condições de troca, renda, riqueza, posse de intitulentos.	▪ Emprego ou trabalho no turismo ○ Tempo de trabalho ○ Grupo salarial ○ Tipo de contrato (legal ou ilegal) ○ Direito a férias, feriados, folgas e dispensas ○ Posição profissional ○ Formação e capacitação

¹⁸ O significado de Lideranças Comunitárias ou Autoridades Comunitárias pode ser elucidado como “grupos ou indivíduos investidos de um poder legal institucionalizado, político ou outro, aceite pela sociedade” (Nguiraze & Aires, 2011). No cenário africano, e em Moçambique, em particular, as figuras de liderança nas comunidades detêm poder tanto de forma oficial quanto não oficial. Elas cumprem funções como entidades reconhecidas pelos habitantes locais, encarregadas de preservar os princípios e valores éticos e culturais que influenciam a identidade e conduta desse conjunto social. Portanto, é notável o significativo impacto social gerado pelas lideranças comunitárias nas comunidades onde estão presentes. Conforme mostra o Decreto do Conselho de Ministros nº 15/2000 de 20 de Junho⁵, artigo nº 1, as Autoridades Comunitárias são “os chefes tradicionais, os secretários de bairro ou aldeia e outros líderes legitimados como tais pelas respectivas comunidades locais”. Segundo o mesmo Decreto, “uma vez legitimadas, as Autoridades Comunitárias são reconhecidas pelo competente representante do Estado”.

		○ Rotatividade ○ Outsourcing
Oportunidades sociais das comunidades locais no MI	Educação, saúde, emprego (com foco na vida privada)	▪ Rendimento e riqueza gerada pelo turismo ▪ Condições comerciais e de investimentos no turismo ▪ Oportunidades de negócios e empreendedorismo no turismo ▪ Oportunidades de consumo ▪ Acesso à alimentos diariamente ▪ Acesso à água potável ou encanada ▪ Acesso ao hospital, centros de saúde, posto médico ou clinica privada ▪ Acesso à educação no setor público ou privado
Garantias de transparência no trabalho	Relações de confiança (institucional ou individual)	▪ Acesso a dados financeiros das empresas turísticas ▪ Acesso a dados processuais das empresas turísticas ▪ Transparência processual nas empresas turísticas ▪ Bom clima organizacional e motivacional dos trabalhadores/colaboradores ▪ Prestação de contas às comunidades pelo município (<i>accountability</i>)
Segurança protetora das comunidades locais do MI	Rede de segurança social, habitação, saneamento, aposentadoria, transporte, etc.	▪ Acesso à habitação condigna para família ▪ Segurança social proporcionada pelas empresas turísticas ▪ Condições de vida depois da reforma ou aposentadoria no turismo ▪ Acesso ao transporte público e privado ▪ Condições do saneamento básico
Políticas públicas do turismo em Moçambique	Rede de políticas públicas que beneficiem as comunidades locais	▪ Levantamento das políticas públicas do turismo nacionais e locais ▪ Aplicabilidade ▪ Vantagens e desvantagens para as comunidades locais

Nota. Elaboração própria com base em Sen (2000); Max-Neef (2012); D'Angelis & Silva, (2014); Niederle & Radomsky (2016).

D. Concepção dos instrumentos para coletar informações: ao identificar as variáveis principais que foram observadas. Passamos para e escolha do método de coleta de dados onde, para dados *quantitativos* usamos questionários. E para os *qualitativos*, entrevistas semiestruturadas e estruturadas, observação (roteiros de observação sistemática, câmera fotográfica, bloco de notas e um gravador de voz) e análise de documentos.

Fizemos uma testagem piloto com um grupo de 25 respondentes, para verificar a clareza das perguntas, a eficácia do instrumento e identificar possíveis problemas, revisar e ajustar os instrumentos com base no *feedback* obtido na testagem piloto.

E. Levantamento das amostras: O levantamento de amostras em pesquisa de turismo exige planejamento cuidadoso e consideração de vários fatores para garantir que os resultados sejam válidos e úteis. A escolha da técnica de amostragem, o tamanho da amostra e os métodos de coleta de dados para a nossa pesquisa foram alinhados com os objetivos da pesquisa e as características da população-alvo (comunidades locais do MI devidamente selecionadas – olhamos para a variabilidade do grupo-alvo estudado).

F. Seleção da amostra não probabilística intencional: neste grupo da amostra os técnicos e autoridades da área de turismo no MI foram submetidos ao *inquérito por entrevista*. Assim, foi selecionada uma amostra não probabilística intencional¹⁹ de respondentes que se julgou possuírem idoneidade e considerável experiência sobre a temática desta investigação e mais concretamente sobre o local em estudo.

Tabela 2 - Seleção da amostra não probabilística intencional

Número de respondentes	Identificação do respondente	Área de atuação no turismo
10	Investigadores e/ou docentes	Turismo e hotelaria ou área afim (setor público e privado) para levantamento de experiência e edificação do problema na fase da pré-pesquisa
01	Vereador	Vereação da cultura e turismo no MI (setor público)
01	Diretor provincial	Direção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane (setor público)
01	Técnico especialista	Instituto nacional de estatística da delegação da província de Inhambane (setor público)
01	Presidente	Associação Provincial de Hotelaria e Turismo da província de Inhambane (setor privado)
02	Agentes	Agentes de viagens e turismo
21	Consultores do setor do turismo do MI	Consultoria do setor de turismo; investimentos; meio ambiente, etc. no MI.
49	Artesãos	Artesanato, pintura e artes plásticas (mercados das praias do Tofo, Barra e Mercado central)
15 (representantes das 23 associações)	Agricultores	Agricultura e hortofrutículas no MI (Associados legalmente, ilegalmente e não associados)
11	Autoridades comunitárias	Lideranças comunitárias (Secretários dos bairros e líderes comunitários do MI)
105	Comerciantes	Comércio formal e informal (mercados do Tofo, Barra, Mercado Central, Mafureira, Benjamim, Machavenga, Babalaza, e supermercados Mr. Fresh, Wang-Rong, Machavenga e Recheio).
108	Pescadores	Pesca e coleta de mariscos (associados aos Conselhos Comunitários de Pesca da Barra e do Tofo e não associados ou independentes)

¹⁹ Usada quando o pesquisador escolhe deliberadamente os elementos da população para fazerem parte da amostra por serem mais representativos da população uma vez este apresentarem características que específicas do que se pretende pesquisar (Coelho, 2013). Em outros termos, o pesquisador seleciona uma amostra com base no seu julgamento pessoal (Zikmund, 2006).

162	Trabalhadores ²⁰ do setor do turismo e hotelaria	Áreas da hotelaria, turismo, carpintaria, eletricidade, segurança, mobilidade, jardinagem, massagens, etc.
Total – 487		

Nota. Elaboração com base na pesquisa de campo realizada em 2023 e 2024.

A tabela 03, a seguir, mostra as instituições que foram contatadas formal e informalmente, para fornecimento de algumas informações referentes à caracterização geral do turismo em no MI.

Tabela 3 -*Entidades inquiridas no levantamento de dados sobre a oferta turística do MI*

Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI) – aspetos históricos, aspetos socioeconômicos, infraestrutura básica e urbana, paisagem, gastronomia local, eventos gerais e especiais, etc.

Direção Provincial da Agricultura de Inhambane (DPAI) – ocupação do solo e agricultura.

Direção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane (DPCTI) – infraestrutura e equipamentos turísticos, turismo receptivo e emissivo, *marketing* e recursos humanos para o turismo.

Instituto Nacional de Estatística (INE) – aspetos socioeconômicos, condições de vida, economia, grau de urbanização, distribuição de renda, estrutura familiar, natalidade e mortalidade.

Direção Provincial para a Coordenação da Ação Ambiental de Inhambane (DPCAI) – geomorfologia, clima, fauna silvestre, solos e recursos hídricos.

Casa da Cultura – aspetos sobre os recursos culturais.

Associação Provincial de Hotelaria e Turismo de Inhambane (APHTI) – Aspetos gerais ligados ao turismo.

Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI) – Aspetos gerais ligados ao turismo.

Nota. Elaboração com base na pesquisa de campo realizada em 2023 e 2024.

1.4.2. Execução da pesquisa de campo

A fase do trabalho de campo é um componente crucial da pesquisa em turismo, exigindo uma execução cuidadosa e bem coordenada para garantir a qualidade e a representatividade dos dados coletados. É importantíssimo, neste tipo de pesquisa que envolve comunidades locais (com nível de esclarecimento escolar baixo a médio – artesão, pescadores, varredoras, jardineiros, guardas, agricultores, por exemplo), manter um controle rigoroso durante o processo, com vista a aumentar a validade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

²⁰ Buscou-se contemplar a diversidade dos profissionais que atuam no ramo do turismo, desde os colaboradores que desempenham funções genéricas (como contadores, motoristas, eletricitas, entre outros) até aqueles que se dedicam a áreas especializadas (como camareiras, guias, recepcionistas, etc.), a fim de assegurar uma representação mais ampla da amostra.

1.4.2.1.Considerações éticas da pesquisa de campo

Podemos garantir o cumprimento das considerações éticas em nossa pesquisa, assegurando que os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo e consentiram em participar voluntariamente. A confidencialidade dos dados pessoais dos participantes é assegurada, bem como o uso responsável exclusivo para os propósitos da pesquisa.

1.4.2.2.Trabalho de campo

Após o planejamento da pesquisa, foi realizado em seguida, o trabalho de campo, orientando-se pelo seguinte: inquéritos por entrevistas semiestruturadas e estruturadas, observação e inquéritos por questionário.

Considerando o tempo dedicado ao trabalho de campo, os primeiros levantamentos foram realizados com os pesquisadores no início de 2022, durante a fase de elaboração do projeto que guiou esta investigação. As entrevistas com pescadores, agentes de viagens e turismo, comerciantes, artesãos, agricultores, profissionais do setor de turismo e consultores aconteceram entre junho e dezembro de 2023. Os contatos com as instituições que detêm dados sobre a oferta turística (conforme ilustrado na tabela 03) foram mantidos ao longo de 2023. Finalmente, as entrevistas com outras entidades, incluindo autoridades governamentais e comunitárias, foram realizadas entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024.

Quanto à prática da Observação, é importante ressaltar, conforme Marconi e Lakatos (2017) e Selltitz et al. (1965), que a técnica de observação apresenta múltiplas modalidades, a serem utilizadas de acordo com o contexto em questão. Dentre elas, para a pesquisa em curso, foi aplicada a observação sistemática também denominada observação estruturada, planejada e controlada. Nessa técnica, o observador sabe o que pesquisar e procura eliminar erros e distorções sobre o objeto de estudo. Para a nossa pesquisa, foi aplicável, visto que o problema e os objetivos, as variáveis da pesquisa estão definidas ao ponto de permitir uma a elaboração do guião/grelha de observação de todos os elementos a serem observados (vide em apêndice).

Quanto à participação do observador, empregaremos a observação não-participante, pois o observador esteve em contato com a comunidade ou a realidade estudada, porém, não se envolveu, nem se integrou a ela, “permaneceu de fora”. O observador presenciou o fato estudado, mas não participou dele.

1.4.3. Análise dos dados e redação da tese

A análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois, a partir dela é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, conclusão essa que poderá ser final ou apenas parcial, deixando margem para pesquisas posteriores (Marconi & Lakatos, 2017). De acordo com Oliveira (2011), há diversas técnicas de análise de dados que podem ser utilizadas em pesquisas de natureza qualitativa ou quantitativa. Esta consistiu na análise de todo o material quantitativo e qualitativo tanto de fontes escritas como orais, efetuando a respectiva comparação e cruzamento de dados usando os seguintes métodos:

Análise do conteúdo: Bardin (1977, p. 42) conceitua análise de conteúdo como,

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Para Bardin (1977, p. 30), o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens, objetivando enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada. Na mesma linha de pensamento, Bardin (2011), assume que a análise de conteúdo é uma técnica metodológica que se pode utilizar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, independentemente da natureza do seu suporte.

A técnica prevê três fases, a (i) pré-análise, (ii) exploração do material e (iv) tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação. Para a pesquisa em curso, na pré-análise, usamos a técnica da leitura “flutuante”, isto é, um primeiro contato com os documentos, que facilitou a selecção dos que constituem as políticas públicas do turismo em Moçambique, bibliografias que tratam da participação cidadã no geral e no turismo em Moçambique e no MI, por exemplo; foram submetidos à análise e à elaboração dos indicadores que orientaram a interpretação e a preparação formal do material.

Na segunda fase, na exploração do material, foram definidas as variáveis de análise no seio das políticas públicas, em função da sua relevância e pertinência – conforme mandam as regras da técnica – nomeadamente, a pobreza, o desenvolvimento e o turismo. Na terceira fase do processo, denominada tratamento dos resultados – a inferência e interpretação, interpretamos

os conteúdos das políticas públicas do turismo conducentes ao alívio da pobreza e promoção do desenvolvimento em Moçambique, com a necessidade de extrair conteúdos por trás de uma mensagem que aparenta ser evidente, mas que para realidade moçambicana, carece de algum aprofundamento e sempre conjugando, comparando e paralelizando com a teoria consultada ao longo da pesquisa bibliográfica.

Nossa convicção é que investigar o impacto do turismo no progresso envolve a análise dos significados subjacentes a uma mensagem que à primeira vista parece óbvia para a sociedade. No entanto, de acordo com Laville e Dione (1999), é importante ressaltar que a análise de conteúdo não é um método inflexível, como muitos podem presumir. Não se trata de seguir um conjunto fixo de etapas para alcançar necessariamente os resultados desejados.

Os mesmos autores sugerem que os conteúdos sejam divididos em temas, a fim de possibilitar ao pesquisador uma melhor compreensão do significado subjacente, visto que a elaboração das unidades de análise (palavras, expressões, frases, etc.) decorre da compreensão do conteúdo (Laville & Dionne, 1999).

Foi aplicado o Método Estatístico, pois os processos estatísticos permitem alcançar, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Portanto, o método estatístico constitui a diminuição de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e estatisticamente manipuláveis para permitir comprovar as relações dos fenômenos entre si e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado (Marconi & Lakatos, 2017). Quando lidamos com um grande volume de dados, é crucial elaborar tabelas e gráficos, além de calcular medidas ou indicadores que expressem adequadamente as informações contidas nos dados. Essa atividade torna-se fundamental em situações onde a quantidade de dados é significativa.

Essa técnica foi aplicada para processar as informações dos questionários e entrevistas por meio do cálculo de percentuais, registrando e contabilizando as respostas. Para isso, foram utilizadas as ferramentas Microsoft Excel e Google Forms, empregando a tabulação simples, que serviu para organizar os dados das questões fechadas, identificando as frequências relativas e calculando as respectivas porcentagens com destaque para aquelas mais relevantes, a fim de tirar conclusões sobre a pesquisa. Já a tabulação cruzada envolveu a organização das respostas de questões com múltiplas alternativas, calculando a média das respostas e, em seguida, as frequências relativas e respectivas porcentagens. Por meio desse processo, foi possível cruzar os resultados relacionados às características desejadas em cada variável.

Sobre Método Descritivo, queremos concordar com Mattar (2001, p.62), ao afirmar que “os métodos descritivos têm o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados

contidos no total de elementos da (s) amostra (s) estudada (s) ”. O objetivo deste método foi de detalhar minuciosamente os fenômenos importantes na pesquisa, os eventos registrados no campo, os resultados da coleta de dados.

Após apresentarmos a descrição do design metodológico, seguimos com nossa pesquisa, incluindo duas tabelas, a 4 e a 5, que resumem toda a metodologia. Essa síntese visou facilitar e orientar o processo de elaboração da tese, delineando o paradigma epistemológico, as categorias de análise, incluindo os objetivos da pesquisa, além das técnicas e instrumentos utilizados para atingir cada um deles.

Tabela 4 - Síntese do paradigma epistemológico da pesquisa

01	Paradigma epistemológico – Foram usados métodos qualitativos e quantitativos.
02	Categorias análise ▪ Turismo, Desenvolvimento, Pobreza, Bem-estar, Qualidade de Vida, Liberdade e Comunidades Locais.
03	Análise de dados – A principal técnica foi a <i>análise de conteúdo</i> (interpretação reflexiva e crítica); – Os métodos <i>complementares</i> serão: método estatístico e método descritivo;

Nota. Tabela concebida com baseado em Gil (2016); Marconi & Lakatos (2000 e 2017); Veal (2011); Dencker (1998); Schlüter (2003) Quivy & Campenhoudt (2005); Laville & Dionne, (1999) e Bardin (1977 e 2011).

Tabela 5 - Resumo dos procedimentos de coleta de dados por objetivo do trabalho

Objetivos	Procedimentos de coleta/recolha de dados
1. Caracterizar a dinâmica do turismo no MI, de modo a conhecer e o seu estágio atual;	-Aplicação das técnicas de propostas pelo roteiro de diagnóstico e inventário da oferta turística de localidades receptoras. - Aplicação roteiro de observação sistemática - Captação de imagens - Produção de mapas de localização e de objetos turísticos - Análise das matrizes de levantamento da oferta dos Instituto Nacional de Estatística e da Direção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane
2. Verificar a existência e o nível de aplicabilidade das estratégias e políticas públicas do turismo que promovem o desenvolvimento no MI	- Levantamento das políticas públicas ligadas ao turismo -Leis, políticas, decretos, regulamentos, planos, planos de manejo, estratégias, projetos, normas, regulamentos, etc. - Analisar especificamente a relação das políticas públicas com o turismo e com o desenvolvimento especialmente com foco nas comunidades locais; -Verificar as políticas públicas de provimento de serviços básicos e que garantam a liberdade (política, econômica, etc.)
3. Aferir as formas – direta e indireta – de envolvimento das comunidades locais nos negócios turísticos (setor público e privado) no MI	- Aplicar o método de observação (observar dados socioeconômicos). - Entrevistar as comunidades locais para levantar dados socioeconômicos (posto de trabalho, função, renda, posição profissional, anos de trabalho, etc.). - Entrevistar agricultores, pesadores e artesãos do MI. - Entrevistar pessoas empreendedoras e sua relação com o turismo. - Entrevistar pessoas que praticam o comércio informal e sua relação com o turismo. -Entrevistar a representação do setor privado do turismo (dados socioeconômicos) - Entrevistar a representação do setor público do turismo (dados socioeconômicos)
4. Avaliar o nível de envolvimento das comunidades locais do MI no processo de planejamento das ofertas turísticas e no processo decisório	- Analisar a estrutura do processo de tomada de decisões relacionadas com os negócios turísticos no território do MI; - Entrevistar as comunidades para perceber se elas participam da elaboração de políticas públicas do turismo e de que forma; - Entrevistar as comunidades locais para saber a forma como elas fazem as suas escolhas sobre os negócios/projetos de investimentos do turismo no MI; - Entrevistar as comunidades locais para perceber se elas participam na escolha das lideranças que decidem sobre o turismo no MI (vereador, presidente²¹ do conselho autárquico ou municipal).

²¹ Análogo a Prefeito na realidade brasileira.

5. Apurar os resultados da eficácia do turismo na promoção do bem-estar e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais do MI	- Verificar com base nos resultados se o turismo auxilia nos seguintes aspetos: O turismo consegue expandir as capacidades de subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, ociosidade, liberdade no MI. Através da verificação de aspetos como: Acesso a água, energia, transporte, renda, alimentos, habitação, vestuário, saúde, saneamento básico, liberdade de expressão, liberdade política, participação, escolhas de projetos turísticos e afins, ociosidade, o bem-viver e a felicidade.

Após abordar o capítulo 01, que trata da introdução, onde foram apresentados o contexto geral, a problematização, os desafios da pesquisa, a definição dos seus objetivos, bem como a ilustração e a explicação da estrutura da tese e o delineamento da metodologia, todos esses aspectos formando os fundamentos técnicos iniciais da pesquisa, o próximo passo consiste em descrever detalhadamente as dinâmicas do local de estudo, abrangendo desde o país até o Município de Inhambane.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE E NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Moçambique, onde se localiza o MI (área em estudo), é uma nação africana que fala português, com uma história rica e singularidades geográficas que não serão totalmente exploradas neste estudo. Abordaremos de forma mais ampla os aspectos relacionados à história, política e geografia. Portanto, apresentamos informações essenciais sobre Moçambique para o contexto desta pesquisa no Brasil. Entender a história e geografia peculiar de Moçambique como destino turístico é fundamental para compreender sua realidade social, política, econômica e o turismo atual, especialmente em Inhambane, foco desta pesquisa.

2.1. Contextualização da história de Moçambique

Para efeitos analíticos, a história de Moçambique divide-se em cinco grandes períodos, nomeadamente: (1) pré-Colonial; (2) colonial; (3) luta pela Independência; (4) pós independência e (5) Moçambique contemporâneo.

No concernente ao nome do país (Moçambique), há que salientar que não se tem certeza sobre a origem e a significação do nome, entretanto se pondera que tenha surgido, possivelmente, a partir do nome de um árabe *Mussa al Bique*, um suposto *Sheik* ou Sultão da Ilha de Moçambique, encontrado quando os portugueses chegaram ao país por volta de 1498 (FRELIMO²², 1971).

Devido à sua localização estratégica no Sul da África, Moçambique foi ao longo dos tempos ponto de chegada e de encontro de vários povos e culturas de que se destacam os povos *Bantu* da África Central, Árabes, Indianos e Europeus. No entanto, são os povos *Bantu* que, embora não constituam uma raça específica, mas um conjunto de grupos com uma cultura comum e uma linguagem similar. Em outros termos o período Pré-Colonial é marcado por dois eventos importantes como as migrações dos povos *Bantu* e as relações comerciais entre os povos árabes e povos africanos. Os primitivos povos de Moçambique eram denominados como *Khoisan* caçadores e coletores que se viram forçados a evadir para regiões mais pobres em recursos, em virtude das

²² A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) é um partido político oficialmente fundado em 25 de junho de 1962, com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português.

grandes migrações entre 200/300 DC dos povos *Bantu*, de hábitos guerreiros e oriundos da região dos Grandes Lagos (Governo de Moçambique, 2015).

Na contemporaneidade, o *Bantu* é mais conhecido como um grupo de idiomas do que como um grupo étnico distinto e sabe-se que *Swahili* é o idioma mais falado dos *Bantu* e é considerada a língua franca de cerca de 150 milhões de pessoas que vivem nos países ao longo da costa leste da África (APLLA²³, 2018).

De acordo com Marrupi (2007, p. 35) após a fixação dos povos, os *Bantu* surgiram em Moçambique dois grandes tipos de sociedade: aquelas onde a agudização das contradições sociais fez surgir o Estado e as que permaneceram simples chefaturas. O clássico Estado do Monomotapa é o exemplo do primeiro de maior complexidade. Muito cedo ainda, algumas dessas sociedades estabeleceram relações comerciais com mercadores estrangeiros, geralmente de origem asiática.

Os árabes foram pioneiros na exploração do oceano Índico, navegando pela costa oriental da África. Eles estabeleceram relações comerciais e atuaram como intermediários entre a África Oriental e a Ásia. Os itens que buscavam incluíam ouro, pessoas escravizadas, marfim, cascas de tartaruga, cera de abelha, conchas preciosas, chifres de rinoceronte e âmbar. Os árabes já haviam desempenhado este mesmo papel de intermediários no comércio anteriormente entre a África ocidental e a Europa através do Saara e, igualmente, entre a Ásia e o Norte da África para inserir os produtos asiáticos no circuito dos negócios venezianos que detinha monopólio no Mediterrâneo (Ki-Zerbo, 2009).

Sabe-se que a chegada dos árabes à costa de Moçambique se deu no século VI devido às escavações no sul de Moçambique que revelaram peças de cerâmica do Golfo Pérsico que datam um período anterior aos 700. Contudo, o estreitamento dessas relações só iria ocorrer no século XII, quando para além das relações comerciais estabelecidas a muito, os árabes começaram a fixar-se na Costa Oriental de África e consequentemente em Moçambique (Cachat, 2018).

Moçambique acolheu Árabes provenientes do Oriente Médio, enquanto também foi habitado por suaílis que originalmente residiam em Kilwa e Zanzibar. Vários Sultões e Xeiques de Moçambique afirmavam descendência de alguma dessas duas ilhas, que foram importantes centros islâmicos e atualmente se encontram no território da Tanzânia.

²³ Associação dos Pesquisadores de Línguas e Literaturas Africanas, disponível em: <https://web.facebook.com/636471770309410/posts/762921420997777/>.

Até o seu declínio no século XVI originado pelos conflitos de poder, pela queda do fluxo do ouro de Sofala e pela chegada dos portugueses (Cachat, 2018), Kilwa exercia influência sobre Moçambique por se constituir como importante entreposto comercial devido a sua localização que consentia aos comerciantes do Golfo e da Índia chegar e retornar na mesma estação, o que não seria possível se chegassem tão ao Sul como em Moçambique por causa das monções, sua localização também está em uma bifurcação que possibilitava facilmente a ida para Comores e Madagascar ou para Sofala (Newitt, 2012).

Devido à chegada dos portugueses em 1498 na costa de Moçambique, o comércio trans Índico praticado por árabes e suaílis se vislumbrou ameaçado pela ideia dos portugueses de monopólio comercial, sobretudo de ouro e marfim – o comércio de pessoas escravizadas nessa altura ainda não era relevante (Newitt, 2012). Foi com o intuito de estabelecer esse monopólio que os portugueses tomaram primeiro Sofala (hoje uma das províncias do centro de Moçambique) e fundaram uma feitoria em 1505, depois tomaram Kilwa com uso da força, sob a direção de Vasco da Gama. A atividade missionária foi uma outra motivação para tomada dos portos, antes dominados pelos suaílis, como a religião islâmica predominava na costa e exercia influência até no interior, era necessário abrir caminho para que a atividade missionária pudesse agregar fiéis ao catolicismo (Ki-Zerbo, 2009).

Em 1785, Portugal declara legalizada a participação dos franceses no comércio de pessoas escravizadas, com a condição de ser feito a partir da Ilha de Moçambique – para melhor controle de entrada e saída e pagamentos das taxas – e não mais de outros portos submissos como do Ibo, onde se poderia apelar “caso os governadores decidissem antipatizar com os franceses, então este comércio transferia-se para o porto do Ibo, situado a norte, onde os afro-portugueses instalados nas Quirimbas se mostravam prontos a negociar fosse com quem fosse (Newitt, 2012, p. 228). Em outras palavras diríamos que, o Governo de Moçambique (2015), no seu portal eletrônico, salienta que, numa primeira fase:

Inicialmente, os portugueses fixaram-se no litoral onde construíram as fortalezas de Sofala (1505), Ilha de Moçambique (1507). Só mais tarde através de processos de conquistas militares apoiadas pelas atividades missionárias e de comerciantes, penetraram para o interior onde estabeleceram algumas feitorias como a de Sena (1530), Quelimane (1544). O propósito, já não era o simples controlo do escoamento do ouro, mas sim de dominar o

acesso às zonas produtoras do ouro. Esta fase da penetração mercantil é designada de fase de ouro. As outras duas últimas fases conhecidas por fase de marfim e de escravos na medida em que os produtos mais procurados pelo mercantilismo eram exatamente o marfim e os escravos respectivamente. O escoamento destes produtos acabou sendo efetivado através do sistema de Prazos do vale do Zambeze que teriam constituído a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique.

A abolição do sistema dos prazos, pelos decretos régios de 1832 e 1854, propiciou a emergência dos estados militares do vale do Zambeze que se dedicaram principalmente ao tráfico de pessoas escravizadas, mesmo depois da abolição oficial da escravatura em 1836 e, mais tarde, em 1842. Em Moçambique, as populações Macúá-Lómué foram as mais martirizadas por esse fenómeno, significando que parte considerável dessas foi exportada para as ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba (Governo de Moçambique, 2015).

Depois da consumação da conferência de Berlim (1884/1885), Portugal foi “forçado” a proceder com a ocupação efetiva do território moçambicano, ainda que com a sua incapacidade militar e financeira, algo que forçou os portugueses a buscarem outras alternativas citando o caso do arrendamento da soberania e poderes de várias extensões territoriais, nas suas colônias, à companhias majestáticas e arrendatárias, onde, para o caso de Moçambique, a Companhia de Moçambique e do Niassa são os exemplos de companhias majestáticas e Boror, Luabo Zambézia, Empresa agrícola do Lugela e a Sena *Sugar Estates* eram companhias arrendatárias.

Todas as empresas se dedicavam às plantações e ao comércio de mão-de-obra para alguns países vizinhos, como a África do Sul, por exemplo. As províncias do Sul (Inhambane, Gaza e Maputo) ficaram sob administração direta do Estado colonial português. Em outros termos, o sul do país, desenvolvia uma economia de serviços embasada na exportação da mão-de-obra para as minas da África do Sul e no transporte ferro-portuário, via Porto de Maputo. Estes eventos explicam a atual separação econômica regional e a razão da atual diferença de desenvolvimento entre o Norte e o Sul de Moçambique (Governo de Moçambique, 2015).

Mesmo com essa organização administrativa, a ocupação colonial portuguesa não foi pacífica e fez com que os moçambicanos enveredassem pelas chamadas lutas de resistência, com destaque para as lutas comandadas por *Ngungunhane*, *Mawewe*, *Muzila*, *Komala*, *Kuphula*, *Marave*, *Molid-Volay* e *Mataca*, todos estes líderes locais.

Ressalta-se que, durante esse movimento de resistência, as igrejas, especialmente as presbiterianas, contribuíram de forma indireta para a conscientização da necessidade de os moçambicanos conquistarem independência da dominação portuguesa. Isso ocorreu não apenas por meio da educação e sensibilização da população local, mas também através do envio de indivíduos para se instruírem e se capacitarem em países onde as ditaduras coloniais haviam sido extintas. É relevante observar que foi nessas circunstâncias que Eduardo Chivambo Mondlane, um respeitado líder político moçambicano e reconhecido como o principal estrategista da unificação nacional de Moçambique, foi um dos selecionados para estudar no exterior, incluindo na África do Sul, em Portugal e nos Estados Unidos da América.

Eduardo Mondlane teve um papel fundamental no terceiro período da história de Moçambique –Luta de Libertação Nacional – na busca pela independência total e completa da colônia portuguesa. Esse processo foi resultante da opressão secular que o sistema colonial fascista português perpetrou e que acabaria por obrigar o povo moçambicano a recorrer às armas e lutar pela independência, ainda que depois de várias tentativas estabelecidas pelos líderes moçambicanos no sentido de se realizar uma transição amigável e pacífica (Governo de Moçambique, 2015).

Nesta sequência, na província de Cabo Delgado (mais à norte do país), em 16 de junho de 1960, ocorreu um trágico evento conhecido como o “Massacre de Mueda”, que foi precedido por um pedido de diálogo e de independência pelos moçambicanos, esse massacre resultou em numerosos feridos e mortos e foi um “sinal” visível de que o regime português e sua máquina militar haviam iniciado o fortalecimento da política de repressão (Ferrão, 2002).

A resistência ao diálogo pelos colonos portugueses e à solicitação de independência pelos moçambicanos, induziu aos nativos a se organizarem para iniciar a luta pela libertação nacional Moçambique. Acredita-se, nesta linha, que esta luta só foi possível por meio da intervenção de Eduardo Mondlane²⁴ na formação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique – 1962) por meio da unificação de três movimentos de libertação formados no exílio, designadamente, a

²⁴ O processo de luta anticolonial era irreversível. Se até 1962 o leme da história esteve nas mãos do colonialismo português, a partir deste ano a situação começou a mudar. Os moçambicanos em armas, liderados pela FRELIMO, reverteram o processo. Em 25 de Junho de 1962, após esforços desenvolvidos por Eduardo Mondlane e por outros nacionalistas (Mondlane visitou Moçambique em 1961, quando funcionário das Nações Unidas) nascia a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). [...] constituída por exilados, que a repressão colonial-fascista forçou procurar abrigo em territórios vizinhos. Foi esta frente que em 25 de setembro de 1964 declarou oficialmente o início da luta armada para a libertação de Moçambique, após dois anos de preparativos no exterior (DHUEM, 1988, p. 41).

UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), MANU (*Mozambique African National Union*) e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente).

Precisamente no ano de 1974 (depois de dez anos de luta armada²⁵), quando ocorre o golpe militar em Portugal, o novo governo português começa a apoiar a autonomia para os países colonizados. Assim, Portugal e a FRELIMO assinaram os *Acordos de Lusaka*, que estabeleceram um governo de transição e o cessar-fogo em 1974.

Entre 1964 e 1974, muitas vidas moçambicanas e portuguesas se perderam, a destacar o assassinato do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, a 3 de fevereiro de 1969 (Ferrão, 2002). Refira-se que, na transição de governo, determinadas infraestruturas permaneceram sob gestão do governo português com ênfase para a importante Barragem de Cahora Bassa²⁶, que tão-somente em 2012 reverteu-se inteiramente à gestão de Moçambique.

2.1.1. Elementos específicos da dimensão sócio-geográfica de Moçambique

A República de Moçambique localiza-se na costa oriental da África Austral e ocupa uma superfície de 801.590 km². É atravessado pelo trópico de Capricórnio e faz fronteira a Norte com a Tanzânia, a Oeste com o Maláui, a Zâmbia, o Zimbabué, a Sudoeste e Sul com a África do Sul e a Suazilândia (vide figura 1). O país é banhado ao longo de cerca de 2.515 km de costa pelo oceano Índico e situa-se frontalmente à Ilha de Madagáscar, da qual se separa através do canal de Moçambique (Ferrão, 2002; Marrupí, 2007; INE, 2008).

²⁵ Países e organizações com realce para a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Tanzânia, Zâmbia, Organização da Unidade Africana (OUA), Cuba, Argélia, auxiliaram a FRELIMO com armamento, treinamento, no processo de libertação de Moçambique.

²⁶ A sua albufeira é a quarta maior de África (depois de *Assuão*, *Volta e Kariba*), ocupando cerca de 2700 km² e tendo uma profundidade média de 26 metros. É ainda a maior barragem em volume de betão construída em África e fornece energia a África do Sul e o Zimbábue e recentemente poderá fornecer ao Malawi.

Figura 1 - Localização geográfica de Moçambique



Nota. Mapa de ESRI (2015) com elaboração cartográfica de Welton Nascimento (2024).

A superfície total corresponde a 799830 km², incluindo 13000 km² de águas interiores e uma fronteira total de 4212 km, dos quais 2.685 km são fronteiras terrestres, 1205 km de fronteira fluvial e 322 km de fronteira lacustre. Em termos *topográficos*, 44% do território são compostos por terras baixas do litoral, sobretudo no sul do país; em direção ao norte e ao interior da parte sul, as planícies litorâneas dão lugar às terras altas, baixos planaltos e montes (200 a 500 metros) e planaltos (500 a mais de 1000 metros) que correspondem a 43% da superfície do país; os restantes 13% são representados por áreas montanhosas com montes acima de 1 km (Marrupi, 2007).

Moçambique está localizado no fuso horário GMT⁺², significando que está 02 horas à frente do Meridiano de Greenwich. Isso coloca Moçambique no mesmo fuso horário que países como África do Sul, Egito, Ruanda, Finlândia, Grécia, Reino Unido, entre outros.

Do ponto de vista *administrativo* segundo o artigo 7 da Constituição da República de Moçambique, o país organiza-se territorialmente em, o território Moçambicano encontra-se estratificado em províncias²⁷ (similares aos Estados na realidade brasileira), distritos, postos administrativos, localidades e povoações. Desde 1998, introduziram-se municípios, designados, contemporaneamente de autarquias locais²⁸. As zonas urbanas estruturam-se em cidades e vilas.

Cerca de 33 autarquias foram fundadas em 1998 (Lei nº 10/97, de 31 de maio), com a entrada do processo de descentralização em Moçambique, através da criação sistemática de autarquias locais. Em 2008 foram criados mais 10 municípios (Lei nº 3/2008, de 2 de maio), um por província, e o mesmo aconteceu em 2013 (Lei nº 11/2013, de 3 de junho) quando foram criadas mais 10 autarquias. E por fim, e mais recentemente, a 19 de outubro de 2022²⁹, o governo aprovou, a proposta de lei que visava a criação de mais 12 autarquias locais nas eleições do 11 de outubro do ano 2023.

No tocante aos distritos, existem em Moçambique 154 jurisdições, 128 destas existem desde 1986, mais 26 novas criadas desde então. Inicialmente, 23 novos distritos foram criados pela Assembleia da República em 2013 (Lei nº 26/2013, de 18 de dezembro). Destes novos distritos, dez coincidem com as capitais provinciais (correlato direto aos municípios), com exceção da cidade de Maputo, e mais 13 distritos que foram criados nas províncias de Manica, Nampula, Tete e Zambézia. Nesta reforma administrativa também se registou a mudança de nomes de alguns distritos e transferências territoriais, entre outros aspetos (Lei nº 27/2013, de 18 de dezembro). Em 2016 foram criados três distritos em Gaza (Lei nº 3/2016, de 6 de maio) (Maxlhaieie, 2021).

²⁷ Moçambique adota uma divisão territorial diferente da do Brasil. As províncias são as maiores unidades territoriais de Moçambique, subdividindo-se em distritos, postos administrativos e as localidades. Incluem-se também as autarquias (municípios). É padrão no país que um dos municípios seja a sede ou capital da província, como é o caso da área de estudo ou seja, alguns municípios são igualmente as cidades capitais das províncias.

²⁸ As 23 cidades mais três vilas municipalizadas em cada província, exceto Maputo cidade que apenas tem uma unidade administrativa, o município e a cidade de Maputo (Maxlhaieie, 2021).

²⁹ Disponível em: <https://www.parlamento.mz/?p=5583> e <https://jornalnoticias.co.mz/destaque/governo-acaba-de-criar-mais-12-autarquias-no-pais/>.

Quanto aos postos administrativos, existem no país 419 postos, com a constituição de 14 novos postos nas províncias de Gaza, Tete e Zambézia. Portanto, Moçambique está atualmente dividido em 444 postos administrativos e 1164 localidades³⁰.

O português é o *idioma* oficial no país e é usado na administração, comércio e educação. As demais línguas nacionais não possuem grande abrangência territorial, sendo locais ou regionais (Ferrão, 2002). O país tem 11 províncias distribuídas em três regiões geográficas, a região norte é constituída pelas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa; centro pelas províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia; e sul pelas províncias de Maputo cidade (maior cidade e capital nacional), Maputo província, Gaza e Inhambane.

O *clima* predominante em Moçambique é o tropical com duas estações: a chuvosa, que ocorre de outubro a abril, e a seca, que ocorre de maio a setembro; havendo três principais zonas climáticas: (1) zona chuvosa do norte e centro do país, (2) zona seca no alto Zambeze e parte metade do sul do país e (3) zona relativamente fria e chuvosa nos planaltos e regiões montanhosas da Namaacha, Manica, Angónia, Marávia, Guruè e Lichinga (Ferrão, 2002).

As províncias de Nampula e Zambézia são as mais populosas e concentram 39% da população, enquanto Niassa, com cerca de 129.056 km² e Zambézia com 105.008 km², são as provinciais mais extensas do país.

No que toca à *vegetação*, fundamentalmente, destacam-se três tipologias: a floresta densa, a floresta aberta e a savana, enquanto que, em zonas costeiras, ocorre o mangal; apesar disso, a savana predomina em grande parte do território nacional de Moçambique (METIER, 2004). De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (Moçambique, 1984), a *fauna* moçambicana é abundante e variada, englobando desde animais corpulentos aos menores, dos animais roedores aos grandes carnívoros, dos pequenos aos grandes peixes e insetos. De acordo com Marrupi (2007, p. 57),

a costa moçambicana se estende no sentido norte-sul, na qual pode-se observar uma diversidade em vegetação, bancos submarinhos de corais, rochas e lamas. Há que destacar também a existência de algumas Ilhas, até com casos de formação de Arquipélagos, como é o caso do Arquipélago das Quirimbas constituído por conjunto de quinze Ilhas na

³⁰ Disponível em: https://issuu.com/bureauinfopub/docs/quem_quem_30_outubro_2020_digital/s/11807890.

província nortenha de Cabo Delgado, sendo a Ilha do Ibo a mais conhecida de todo o conjunto. De igual modo, está a província de Nampula que possui alguns Arquipélagos cujas Ilhas se situam não muito distante de outras duas que são a ilha de Moçambique e a de Angoche. A província central da Zambézia possui as Ilhas segundas entre os Distritos de Moma e de Pebane para além das chamadas Ilhas Primeiras. A província também central de Sofala possui a Ilha conhecida pelo nome de Chiloane. Já no sul do país, a província de Inhambane constitui uma grande atração turística pela beleza também das suas Ilhas tais como a joia, o Arquipélago de Bazaruto composto de Ilhas possuidoras de uma vasta biodiversidade e espécies raras e protegidas como é o caso dos Dugongos e as Tartarugas marinhas. A província de Maputo, ainda no sul do país, possui as Ilhas de Inhaca, Xefina e as Ilhas dos Elefantes. Geograficamente Moçambique possui três importantes zonas que são, a do Norte, Centro e Sul.

É na savana, com extrato herbáceo abundante, que os grandes mamíferos encontram as suas condições ecológicas, a savana atrai os grandes herbívoros (elefantes, rinocerontes, girafas, búfalos, gazelas etc.) que por sua vez, são perseguidos pelos pequenos e grandes carnívoros (leão, leopardo, hiena etc.). No âmbito oceânico é notável a mesma relação em cadeia desde a flora aos grandes mamíferos (Moçambique, 1984).

Essas características geográficas, de acordo com Muchangos (2012, p. 142), constituem o principal motivo para que os turistas, não só da região, mas de todo planeta, procurem o país, pois “o clima tropical, as praias, rios e parques ecológicos, o patrimônio histórico rico e as fortes raízes culturais, aliadas à simpatia do povo moçambicano, tornam Moçambique um destino de eleição para momentos memoráveis”.

2.1.2. Um olhar sobre a história do turismo em Moçambique

De forma específica e com enfoque para a *atividade turística*, de acordo com Mosca (1989), esta, começou a possuir alguma importância na década de 1960, principalmente o turismo de sol e praia, o cinegético e a pesca (sobretudo nas ilhas em frente à costa de Inhambane e no sul da cidade de Lourenço Marques ou Maputo). As praias de Sofala (Beira), de Inhambane, de Gaza (Bilene e Xai-Xai), de Maputo e da Ponta do Ouro eram as mais procuradas e a maior parte das

chegadas de turistas internacionais, nesse período, era proveniente da África do Sul e da Rodésia do Sul, atual Zimbabuê. Mosca (1989, p.97) adiciona que a caça,

se constituiu ao longo de séculos, uma importante actividade e o negócio do marfim prosperou em várias províncias, sobretudo em Niassa, Sofala e na Zambézia. A caça contribuiu para processos de acumulação e foi, em certos momentos, o principal produto exportado. Assim, aparte de outras actividades económicas, a exploração faunística ganha importância e estrutura-se a partir de meados do século XX. [...] A economia faunística, em termos empresariais, era sobretudo de dois tipos: o turismo cinegético realizado nos parques e reservas, sobretudo na Gorongosa e em Maputo.

O primeiro era muito visitado por rodesianos, sul-africanos e por cidadãos de alguns países europeus (principalmente ingleses, alemães e espanhóis) e o turismo de caça foi praticado por americanos, espanhóis, franceses e portugueses. Pretendia-se caçar como desporto e turismo para obtenção de troféus, principalmente de elefantes, búfalos, leões, leopardos e antílopes. Segundo dados do IV Plano de Fomento (...) a actividade de caça rendeu a Moçambique cerca de 300 mil dólares americanos em 1968³¹. Existiam empresas especializadas nas organizações do turismo e possuidoras de direitos de exploração de coutadas³².

Depois da independência (na data mencionada supra) e com as estratégias de crescimento e desenvolvimento socioeconômico de Moçambique guiadas pelo socialismo marxista³³, o país inicia seu desenvolvimento com muitas limitações causadas pela falta de recursos humanos, financeiros e materiais, em todos os níveis, para assegurar o funcionamento da máquina administrativa e dos setores econômicos e sociais do país. O setor do turismo, conforme Mosca (1989, p. 284),

³¹ O câmbio médio do ano de 1968 foi de 24\$00 escudos portugueses, (Mosca, 1989, p. 67). Assim, estima-se que com a atividade, rendeu-se perto de 7.200.000,00 escudos portugueses.

³² Coutadas eram vastos territórios com elevada densidade de espécies de fauna, onde a caça era regulamentada.

³³ Socialismo marxista é uma corrente filosófica, de caráter social e econômico, desenvolvida pelos filósofos Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), com a finalidade de acabar com a luta de classes existente no regime capitalista (Retirado de: <https://www.significados.com.br/socialismo-marxista/> para aprofundar ler em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>).

entrou em ruptura imediatamente após a independência. A caça nas coutadas e o turismo cinegético relacionado com a fauna bravia paralisou em consequência da guerra [...]. O turismo de praia dos rodesianos e sul-africanos parou devido à evolução política regional. Apenas restou um turismo interno de praia, residual, sem expressão, de uma minúscula elite nacional. Esse turismo incrementou-se após meados dos anos 1980 e começou a surgir a reabilitação e a construção de casas de praia, sobretudo na Ponta de Ouro, Bilene e na costa de Inhambane. Os operadores turísticos abandonaram igualmente o país; nestes casos, não existiu a preocupação de manter as infraestruturas operacionais: os parques de caça foram praticamente abandonados ou destruídos pela guerra; os safaris de caça deixaram de existir e as coutadas e infraestruturas foram igualmente abandonadas ou destruídas; as casas de praia foram nacionalizadas e ocupadas pela população alugadas pela Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE). Alguns hotéis nas cidades mantiveram-se em funcionamento e sobreviviam sobretudo devido às deslocações em serviço dos funcionários públicos e das empresas estatais, de cooperantes e de agentes relacionados com a cooperação internacional. É fácil concluir que deixou de haver turismo e que grande parte das infraestruturas foram abandonadas, destruídas ou utilizadas para outros fins (por exemplo as casas de praia). A riqueza faunística (Gorongosa era um dos parques com maior concentração, quantidade e variedade de espécies do mundo), foi dizimada pela guerra e pela caça furtiva³⁴ que gerou negócios de carne nas cidades (por exemplo, nos bazares da Beira, em finais da década de 1970, vendia-se carne de caça). Muitos hotéis degradaram-se, sendo o exemplo mais emblemático o Grande Hotel, na cidade da Beira. Alguns hotéis foram ocupados como residências.

A essas dinâmicas adicionou-se a guerra civil irrompida alguns anos depois (1980 – 1986) da Independência, entre A FRELIMO e Resistência Nacional de Moçambique (doravante RENAMO³⁵) provocando a degradação e a destruição de muitas infraestruturas, agudizando ainda

³⁴ Um estudo realizado pelo Ministério da Agricultura, com o apoio da FAO, com levantamento aéreo dos efetivos de fauna na região de Sofala (região da Gorongosa e de Inhamitanga), confirma o quase total desaparecimento da fauna. Nos anos 1990, projetos de reabilitação/recuperação do Parque da Gorongosa incluíam o repovoamento de espécies que existiam em grande quantidade (Azevedo, 2014).

³⁵ A Resistência Nacional Moçambicana, mais conhecida pelo acrónimo RENAMO, é o segundo maior partido político de Moçambique. A RENAMO foi fundada em 1975 após a independência de Moçambique como uma organização política anticomunista.

mais os problemas do país em diversas (com destaque para infraestruturas) esferas e do turismo em especial.

Na guerra civil, falece Samora Machel, presidente da República, em acidente de aviação, quando retornava de Lusaka, na Zâmbia e, na sequência foi sucedido por Joaquim Alberto Chissano, a 06 de novembro de 1986. Ficou manifesto, que a guerra civil (também conhecida como a guerra dos 16 anos, entre 30 de Maio de 1976 à 4 de Outubro de 1992) aniquilou muitas vidas e destruiu muitas infraestruturas sociais e econômicas de grande relevo para o desenvolvimento, de tal modo que depois de múltiplos apelos para a paz procedentes do exterior e com o declínio do regime político socialista liderado pela então URSS, a nível internacional, a FRELIMO e a RENAMO acabaram por acolher a ideia de terminar com a guerra civil.

Sendo assim, em 1992, assinam-se os *Acordos Gerais de Paz*, entre o Governo de Moçambique e a liderança da RENAMO e, em 1994, o país realizou as suas primeiras eleições gerais multipartidárias, granjeadas pela FRELIMO, que voltou a ganhar todas as outras realizadas até então (Governo de Moçambique, 2015) – e até à contemporaneidade (antes de outubro de 2024, pois as próximas eleições presidenciais serão a 09 de outubro de 2024).

O entendimento, que culminou com um acordo entre o governo e os guerrilheiros da RENAMO, abriu espaço para a reforma da Constituição da República de Moçambique (CRM) com a intenção de atender às exigências e reivindicações da RENAMO. O multipartidarismo robusteceu-se, as relações políticas, econômicas, comerciais com o exterior cresceram e principiou uma nova fase onde se buscava a regeneração da economia, a limitação das “assimetrias” do famigerado “centro e periferia”, regionais e locais, a eliminação do analfabetismo e da pobreza e a mudança e reposicionamento da imagem do país no contexto internacional.

Assim, foram estabelecidas as bases para a expansão do turismo no país, apesar dos obstáculos referentes à infraestrutura básica e específica que foram destruídas durante o conflito. A principal artéria do país, a Estrada Nacional nº 1, estava em um estado de deterioração generalizada, sendo considerada uma das vias de acesso mais precárias do mundo³⁶ (WEF, 2019).

³⁶ Definição: O indicador de qualidade da estrada é um dos componentes do Índice de Competitividade Global publicado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial (WEF). Ele representa uma avaliação da qualidade das estradas em um determinado país com base nos dados da Pesquisa de Opinião Executiva do WEF, uma pesquisa extensa e de longa data que coleta as opiniões de mais de 14.000 líderes empresariais em 144 países. Numa pesquisa feita pelo fórum em 2019, dos 144 países, Moçambique está na posição 134 com uma pontuação de 2.5 numa escala de 0 a 7. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/roads_quality/.

Esses e outros desafios representavam a complexa missão de transformar as paisagens deixadas pelos 16 anos de guerra armada.

Não obstante, o início da era da paz e estabilidade social e política em Moçambique, o país herdou uma estrutura socioeconômica colonial marcada por assimetrias de desenvolvimento entre o Norte e o Sul do país e entre o campo e a cidade, sendo o Sul mais desenvolvido que o Norte e a cidade mais desenvolvida que o campo (Governo de Moçambique, 2015).

Nesta perspectiva, para Azevedo (2014), foi definida uma estratégia de desenvolvimento para reverter essa assimetria apostando numa economia socialista central e planificada, todavia, as conjunturas regionais e internacionais desfavoráveis, as calamidades naturais e o endividamento externo, obrigaram o país a uma mudança radical para uma economia de mercado, filiando-se às Instituições de *Bretton Woods* (FMI e BM) e a consequente adoção de um Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1987. Ou por outras, o governo ao assinar o acordo com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ficou na “obrigação” de abdicar inteiramente da política “socialista” (Marrupi, 2007).

Desde então, o país tem estado a observar notável crescimento económico. A economia de Moçambique cresceu, entre 1997 e 2011, de forma heterogênea (continuando a mostrar assimetrias territoriais), pois de acordo com INE (2012), não obstante todas as províncias exibam crescimentos assinaláveis, só três províncias extrapolam a média nacional, designadamente, Maputo Província, Inhambane e Tete, com crescimento médio anual de 9.1%, 9.0% e 10,5% respetivamente.

Com as novas orientações do governo, Moçambique aparece nas mídias internacionais como um país destruído pela guerra, “virgem” e ávido para o desenvolvimento. Esta imagem atraiu a atenção dos países vizinhos, sobretudo sul-africanos e portugueses residentes na África do Sul, mas igualmente moçambicanos que viviam no estrangeiro. Em geral eram indivíduos que tinham algum conhecimento de Moçambique (Silva, 2007).

Nesta fase do turismo, os visitantes oriundos da África do Sul chegavam por iniciativa própria. Era o período em que “*Moçambique era para os que chegassem em primeiro lugar*”, “*os terrenos baratos, é só fazer o pedido*” (Silva, 2019). Tratava-se de aventureiros que procuravam as melhores oportunidades na agricultura e no comércio. A maior parte encontrava no turismo, um negócio mais seguro, com a instalação de bares, de restaurantes e de instâncias turísticas nas praias. Assim, começa a instalação espontânea e desordenada de pequenos hotéis, *campings* sem controlo

e sem condições mínimas de segurança. O título de propriedade era geralmente acordado não por uma autoridade competente, mas por uma cadeia de funcionários, cada um deles dando uma “mãozinha” para se fazer obter a concessão de terreno (PEDTM, 2004).

Neste processo, sem um planejamento adequado e com pouca intervenção do governo, os investidores eram claramente os principais beneficiários, levantando a questão essencial (que, aliás, é o cerne desta tese) sobre o papel do destino turístico e sua importância como impulsionador do desenvolvimento do país. Pode-se considerar esse período como sendo de desenvolvimento espontâneo e, conseqüentemente, caótico do turismo em Moçambique. Isso porque a ocupação do território ocorreu sem qualquer tipo de planejamento ou ordenamento territorial, primando pela lógica economicista que define o turismo no país até os dias de hoje.

Não obstante o referido no parágrafo anterior, os resultados desse processo atraíram a atenção das autoridades competentes sobre o papel e a importância do turismo, pois a amplitude da retomada da atividade foi expressiva como por exemplo, em 1995, a frequência era estimada a cerca de 160 000 turistas, Moçambique registou dois anos depois cerca de 300 000 turistas (INE, 1999), e em 2001 atingiu 400 000 (PEDTM, 2004) no mesmo período, a capacidade de alojamento passou de 7500 a 8500 para atingir cerca de 12.200 camas em 2001. Dados mais “atualizados” do ponto de vista histórico, despontam que o país contou com 1,9 milhões de visitantes em 2013 para um total de cerca de 39.000 camas (PEDTM, 2015).

Assim, determinou-se que o turismo é um setor estratégico para aumentar significativamente as divisas e criar empregos, além de colaborar para o desenvolvimento regional distribuindo os benefícios por todas as partes do país, e principalmente para fortalecer a imagem gloriosa de Moçambique no âmbito global.

Em 2003, foi aprovada a Política Nacional de Turismo (PNT), através da resolução nº 4 de 4 abril de 2003, para guiar os destinos do setor do turismo em Moçambique a bom porto. Nesta linha, com o intuito de operacionalizar os preceitos plasmado na PNT, aprovou-se em 12 de abril de 2004, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013), estando já em vigor o novo plano de (PEDTM, 2016-2025). Com a criação do Ministério de Turismo (atualmente, 2024 – Ministério da Cultura e Turismo), Lei do Turismo, Política Nacional de Turismo e de Planos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, registaram-se avanços significativos no turismo nacional, pelo menos do ponto de vista de políticas públicas do turismo.

Para concluir esta fase da pesquisa, é fundamental salientar que o breve contexto exposto aqui revela que Moçambique é um país ainda jovem, enfrentando desafios e restrições evidentes nos dias atuais, consequência de eventos e processos decorrentes de um longo período de colonização e conflitos armados. Atualmente, o país está estabelecendo bases por meio de várias iniciativas visando alcançar o tão almejado crescimento e desenvolvimento econômico e social, por meio de programas que incluem o turismo como setor estratégico.

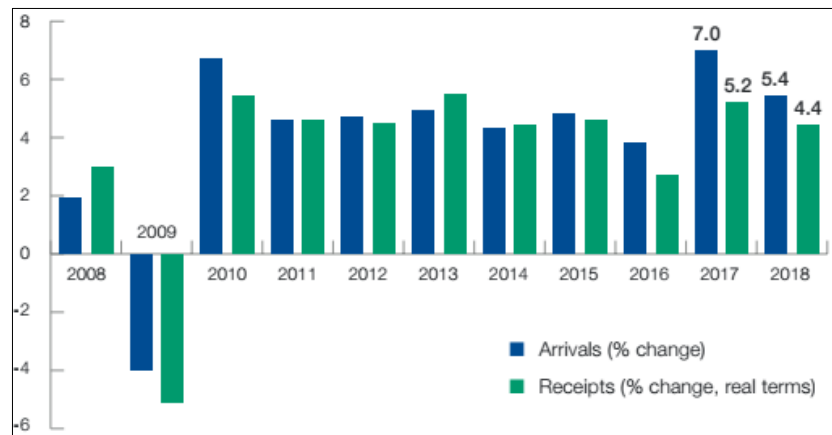
2.1.3. Enquadramento de Moçambique nas estatísticas relacionadas ao turismo internacional

De maneira geral, o turismo tem evidenciado ser um segmento em constante evolução ao longo dos anos, embora ocasionalmente surjam contratempos que prejudicam seu crescimento, como conflitos político-militares, crises econômicas, desastres naturais e crises de saúde pública. Mesmo assim, é importante notar que é um setor altamente capaz de se adaptar às mudanças no mercado global.

Impulsionadas por uma economia global relativamente forte, uma crescente classe média em economias emergentes³⁷, avanços da tecnologia, novos modelos de negócios, viagens acessíveis e facilitação de vistos, as chegadas de turistas internacionais cresceram 5% em 2018 para atingir a marca de 1,4 bilhão. Esse número foi alcançado dois anos antes da previsão da OMT (UNWTO, 2019). Ao mesmo tempo, as receitas de exportação geradas pelo turismo cresceram para US\$ 1,7 trilhão, o análogo a uma taxa de crescimento de 4%. (Ver figura 2).

³⁷ As nações consideradas economias emergentes são países que, embora não atinjam um alto nível de desenvolvimento econômico e social, demonstram capacidade de expansão em várias áreas da sociedade, especialmente no que diz respeito ao potencial de renda e consumo. Esses países costumam apresentar um amplo mercado consumidor nacional, um índice moderado de desenvolvimento humano, uma indústria diversificada e um notável crescimento econômico. Os BRICS, que são conhecidos internacionalmente, eram uma coalizão composta por apenas cinco grandes economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A partir de 2024, o grupo convidou mais seis nações emergentes para se juntarem: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. O outro exemplo são os denominados MIST: México, Indonésia e Coreia do Sul e Turquia. São os novos blocos emissores e receptores de turistas.

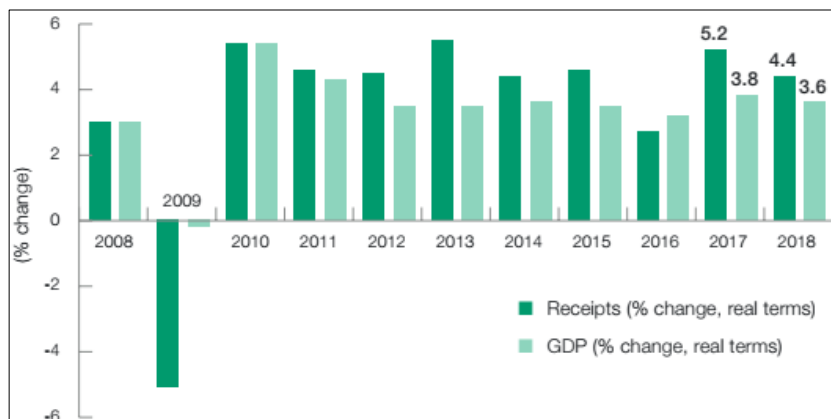
Figura 2 - Chegadas e receitas do turismo internacionais (% de variação)



Nota. Gráfico de UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2019, p.2). *International Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284421152>. Copyright 2019 da UNWTO.

Conforme elucida a figura 3 a seguir, as receitas provenientes do turismo em relação aos gastos realizados pelos turistas ascenderam mais em passo acelerado, quando comparado com o resto da economia mundial. Isso faz do setor uma autêntica força global para o crescimento e desenvolvimento econômico, estimulando a criação de empregos diretos e indiretos e servindo como catalisador para inovação e empreendedorismo (UNWTO, 2019).

Figura 3 - Receitas do turismo internacional e o PIB mundial (% de variação)



Nota. Gráfico de UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2019, p.2). *International Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284421152>. Copyright 2019 da International Monetary Fund.

Em 2018 as receitas das exportações do turismo apresentaram um valor marginal de 121 bilhões de USD, comparativamente ao ano 2017, representadas pelas viagens e transporte de

passageiros. As receitas de exportação do turismo internacional são uma importante fonte de receitas externas para muitos destinos turísticos no mundo. O turismo é um setor capital na ampliação da variedade das exportações, tanto para países emergentes quanto para economias avançadas, com forte capacidade para reduzir défices comerciais e compensar receitas de exportações mais fracas de outros bens e serviços. Em termos práticos, o turismo gerou 1.5 trilhões de USD de receitas em destinos turísticos e 256 bilhões de USD em transporte de passageiros, somando chegou a 1.7 trilhões de USD em exportações provenientes do turismo internacional em 2018 (29% das exportações de serviços do mundo). Igualmente, e conforme ilustra a figura 4, o turismo é a terceira maior classe de exportação do mundo depois de produtos químicos e combustíveis, e à frente de produtos automotivos e alimentos em 2017 (UNWTO, 2019).

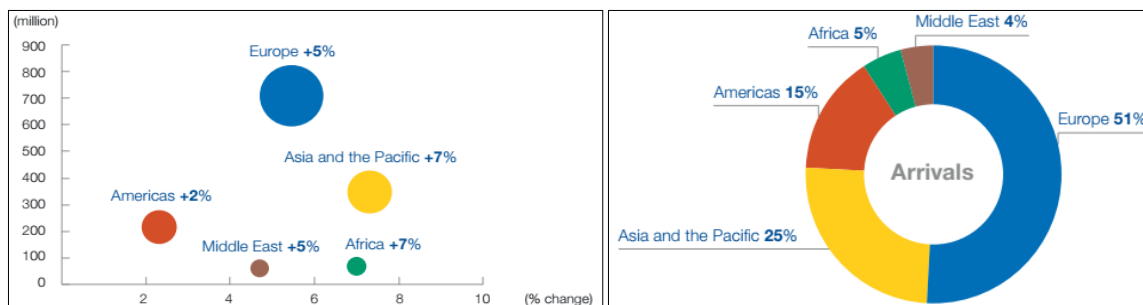
Figura 4 - Receitas das exportações por categoria de produtos, 2017 (bilhões de USD)



Nota. Gráfico de UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2019, p.8). *International Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284421152>. Copyright 2019 da UNWTO.

Por regiões (vide figura 5), a Ásia e o Pacífico assinalaram o maior crescimento nas chegadas, acompanhada pela África (+7%) e dentre elas, metade das chegadas internacionais ocorrem na Europa, seguida pela Ásia e Pacífico.

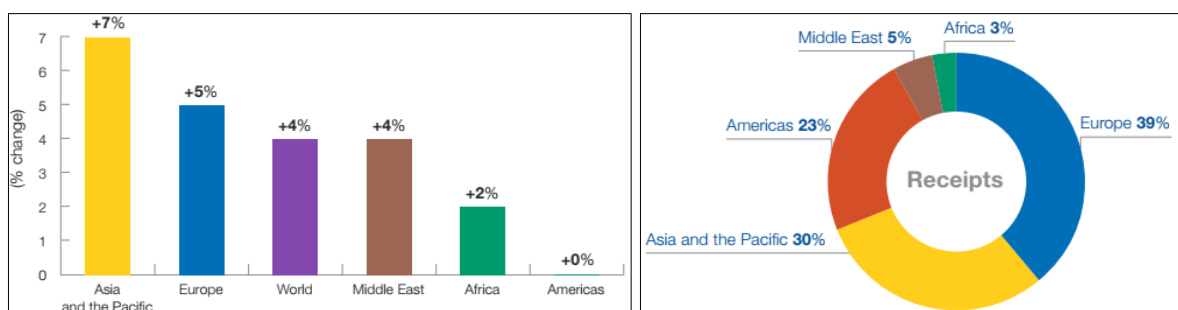
Figura 5 - Chegadas internacionais por região em 2018 (% crescimento) e (% partilha)



Nota. Gráfico de UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2019, p.6). *International Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284421152>. Copyright 2019 da UNWTO.

A Europa (+5%), Ásia e Pacífico (+7%) tiveram, juntos, um crescimento acima da média nos ganhos com o setor. A Europa responde por cerca de 40% das receitas internacionais do turismo, a seguir vem a Ásia e Pacífico com cerca de 30% da fasquia.

Figura 6 - Chegadas internacionais por região em 2018 (% crescimento) e (% partilha)



Nota. Gráfico de UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2019, p.6). *International Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284421152>. Copyright 2019 da UNWTO.

Conforme se pode contemplar na figura 6, o ano de 2018 foi o nono ano consecutivo de crescimento sustentado na Europa, a região mais visitada do mundo. Já na África, o crescimento foi liderado pela região Norte onde o Marrocos, o maior destino da sub-região, cresceu a um ritmo bastante rápido.

Na África Subsaariana (onde Moçambique é parte), os destinos insulares nomeadamente as Ilhas Reunião, Comores, Maurícias e Seychelles (incluindo Cabo Verde), apresentaram um crescimento considerável. A segurança e a conectividade aérea aprimoradas, proporcionaram um cenário positivo para o Quênia, bem como Togo, Uganda, Costa do Marfim e Zimbábue. O destino

mais visitado da sub-região, a África do Sul, contou com um crescimento parcialmente moderado devido a uma moeda forte e uma crise de seca na Cidade do Cabo em 2018.

Todavia, nem tudo estava correndo bem no setor do turismo, pois em 2019 eclodiu a COVID-19 que se tornou uma grave pandemia e crise sanitária com um impacto devastador para o turismo em particular – para ver no ponto seguinte 1.4.5. De início, o World Travel & Tourism Council (WTTC), entidade que representa o setor privado de viagens e turismo, fez uma previsão indicando que 50 milhões de empregos ligados a esse setor estariam em risco devido à pandemia, resultando em uma redução de 12% a 14% nos postos de trabalho. Um impacto econômico de 25% significaria um corte significativo para o setor em âmbito global (WTTC, 2020; OECD, 2020).

Contudo, o turismo demonstra ser altamente resistente diante de crises de diferentes naturezas (sanitárias, financeiras, econômicas, políticas, ambientais), sendo capaz de se recuperar e prosseguir seu curso, como evidenciado no próximo ponto da pesquisa.

2.1.4. Estatísticas gerais do turismo internacional – pós-pandemia da Covid-19

Apesar de doenças pandêmicas não serem algo novo ao longo da história da humanidade, a pandemia da COVID-19 se destacou de maneira especial na esfera do turismo, pois emergiu em um período onde os modos de transporte e as tecnologias de informação e comunicação estavam no auge de seu desenvolvimento e seguem em constante evolução. Desta forma, as viagens turísticas desempenharam um papel importante na disseminação global deste evento pandêmico.

De acordo com o primeiro Barômetro de Turismo Mundial da OMT do ano 2024³⁸, o turismo internacional encerrou 2023 em 88% dos níveis pré-pandêmicos, com uma estimativa de 1,3 bilhão de chegadas internacionais. Espera-se que a liberação da demanda reprimida restante, o aumento da conectividade aérea e uma recuperação mais forte dos mercados e destinos asiáticos sustentem uma recuperação total até o final de 2024.

³⁸ Disponível em: <https://www.unwto.org/news/international-tourism-to-reach-pre-pandemic-levels-in-2024> e em: <https://www.unwto.org/un-tourism-world-tourism-barometer-data>

O mesmo Barômetro da OMT oferece uma visão geral abrangente do desempenho do setor em 2023, acompanhando a recuperação por região global, sub-região e destino. As principais conclusões incluem:

- Estima-se que 1286 milhões de turistas internacionais (visitantes que pernoitam) foram registrados em todo o mundo em 2023, um aumento de 34% em relação a 2022, ou 325 milhões;
- O turismo internacional recuperou 88% dos níveis pré-pandêmicos em 2023, apoiado pela forte demanda reprimida;
- O Oriente Médio liderou a recuperação em termos relativos como a única região a superar os níveis pré-pandêmicos, com chegadas 22% acima de 2019;
- A Europa, a região mais visitada do mundo, atingiu 94% dos níveis de 2019, apoiada pela demanda intra-regional e por viagens dos Estados Unidos;
- A África recuperou 96% dos visitantes pré-pandêmicos e as Américas atingiram 90%;
- As receitas do turismo internacional atingiram USD 1,4 trilhão em 2023, de acordo com estimativas preliminares, cerca de 93% dos USD 1,5 trilhão obtidos pelos destinos em 2019;
- As receitas totais de exportação do turismo (incluindo transporte de passageiros) são estimadas em USD 1,6 trilhão em 2023, quase 95% dos USD 1,7 trilhão registrados em 2019;
- As estimativas preliminares sobre a contribuição econômica do turismo, medida no produto interno bruto direto do turismo, apontam para US\$ 3,3 trilhões em 2023, ou 3% do PIB global. Isso indica uma recuperação do produto interno bruto direto do turismo pré-pandêmico impulsionada pelo forte turismo doméstico e internacional.

Vários destinos relataram um forte crescimento nas receitas de turismo internacional durante os primeiros dez a doze meses de 2023, excedendo, em alguns casos, o crescimento nas chegadas. A forte demanda por viagens de saída também foi relatada por vários grandes mercados emissores nesse período, sendo que muitos ultrapassaram os níveis de 2019.

A recuperação sustentada também se reflete no desempenho dos indicadores do setor. De acordo com o UNWTO Tourism Recovery Tracker, tanto a capacidade aérea internacional quanto a demanda de passageiros recuperaram cerca de 90% dos níveis pré-pandêmicos até outubro de 2023 (IATA). As taxas globais de ocupação em estabelecimentos de hospedagem atingiram 65% em novembro de 2023, um pouco acima de 62% comparativamente a novembro de 2022.

2.1.5. Fragmentos ilustrativos do potencial e dos dados estatísticos do setor turístico em Moçambique.

Conforme mencionado anteriormente nesta seção (2) do estudo ao relatar seu histórico, podemos concluir que o turismo existia antes da independência (HUB, 2002; PEDTM, 2004; Mosca, 2005; FIAS, 2006; Azevedo, 2014), tendo sido um dos primeiros destinos turísticos da África Austral. E para mais detalhes, o PEDTM (2004, p. 19) evidencia que:

[...] Moçambique era considerado um dos destinos turísticos de primeira classe em África e este setor jogava um papel importante na economia do país. Em 1973 Moçambique recebeu cerca de 400.000 turistas provenientes principalmente da África do Sul, Zimbabwe e Portugal. O turismo desenvolveu-se em torno de três temas – as praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos – e concentrava-se principalmente nas zonas sul e centro do país. As praias tropicais, as águas quentes e as oportunidades marcantes de pesca e de andar de barco eram únicas na África Austral. O ambiente continental, a cozinha mediterrânea e as cidades cosmopolitas de Maputo e Beira constituíam uma componente importante da experiência turística. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional da Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas (áreas de caça) na zona centro possuíam padrão internacional [...].

Na sequência, FIAS (2006) realça que o turismo auxiliou substancialmente para o PIB de Moçambique ao longo dos anos, porém há que observar que as chegadas internacionais foram interrompidas devido aos conflitos armados da guerra de libertação nacional contra o colonialismo (com fim em 1975) e da guerra civil (entre as forças governamentais dirigidas pelo partido FRELIMO e as forças da RENAMO), que durou 16 anos, tendo tido o seu fim com a assinatura do acordo geral de paz em 1992.

O acordo geral de paz, relançou a imagem do turismo de Moçambique para o mundo, aumentando o número de turistas a visitarem o país entre 1992 – 2002 com uma taxa média de crescimento de 8%. Já em 1996, cerca de 550,000 turistas (HUB, 2002) visitaram Moçambique, porém, por causa das inundações de 1999/2000, a atividade teve outra recessão acentuada, ainda

que, a partir de 2003 tenha havido um crescimento lento com uma contribuição de cerca de 2,3% para o PIB, muito abaixo do crescimento médio da África Austral (8%) e do mundo (10,2%) (OMT, 2005, *in* FIAS, 2006).

Incorporado no paradigma neoliberal, caracterizado pelas convergências internacionais e regionais que viam e veem no turismo um grande potencial para o desenvolvimento das economias mundiais, em especial dos países em vias de desenvolvimento, surge o “imperativo” de lançar o setor do turismo e viagens para os lugares cimeiros e mais relevantes da economia nacional de Moçambique.

Em vista disso, o governo moçambicano requereu a OMT para juntos formularem uma estratégia nacional de desenvolvimento. Em decorrência, a OMT produziu em 1993, o primeiro plano de desenvolvimento estratégico (1993-1997). Documento este, que serviu de base para a elaboração da política nacional de turismo de Moçambique (Maxlhaieie, 2021).

Foi com base nessas premissas que através da Resolução nº 14 de 4 de abril de 2003, o governo aprovou a Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação - PTEI que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento do turismo em Moçambique. Dele fazem parte os princípios gerais, os objetivos, e as áreas prioritárias de intervenção e atuação do turismo;

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique - PEDTM I (2004-2013), aprovado pelo Conselho de Ministro a 12 de outubro de 2004, que serviu de base de planificação estratégica do turismo. Está em vigor o PEDTM II (2016-2025), aprovado a 08 de dezembro de 2015, presentemente.

Justifica-se levar a cabo estas ações, pois, o setor do turismo continua sendo considerado um setor estratégico pelo governo de Moçambique, onde, inclusive, por meio da Estratégia de Nacional de Desenvolvimento de Moçambique (END, 2015-2035) o governo frisou que “o processo de transformação estrutural da economia deverá incidir em áreas prioritárias de desenvolvimento, que se orientam por estratégias específicas, nomeadamente para os setores agrário e pesqueiro, indústria transformadora, indústria extrativa e a indústria de turismo” (END, 2014).

Posto isto, a tabela 6 a seguir retrata de forma simplificada, o potencial turístico destacável em cada região de Moçambique.

Tabela 6 - Potencial turístico por regiões de Moçambique

Regiões do país	Províncias integrantes	Produtos turísticos – chaves
Sul	Maputo Província Cidade de Maputo Inhambane Gaza	1. Costa vasta com águas quentes. 2. Qualidade excecional de recursos marinhos para mergulho. 3. Esportes marinhos e pesca. 4. Parques e Reservas diversificadas, áreas de conservação transfronteiriças, reserva biológica e parque ecológico. 5. Ambiente cosmopolita e cultural de Maputo e Inhambane. 6. Património histórico-cultural.
Centro	Sofala Manica Tete Zambézia	1. Área de selva com elevada biodiversidade e com potencialidades para caça. 2. Safaris. 3. Observação de aves. 4. Turismo lacustre e fluvial. 5. Ecoturismo e turismo de aventura. 6. Parques e reservas.
Norte	Cabo Delegado Nampula Niassa	1. Praias tropicais. 2. Património histórico-cultural. 3. Selva primitiva. 4. Parques, reservas, coutadas, áreas de proteção ambiental, áreas de caça.

Nota. Adaptado de PEDTM (2004) e PEDTM (2015).

A partir da tabela 6 e dos pontos apresentados pelo PEDTM (2004) e por FIAS (2006), pode-se depreender que Moçambique apresenta um vasto e diversificado potencial, tendo desempenhado um papel fundamental na atração de visitantes desde a cidade de Maputo à fascinante Ilha de Moçambique (Património Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO). De fato, a vida selvagem existente nas diversas áreas de conservação, a rica gastronomia (influência africana, árabe, indiana e portuguesa), os esportes náuticos e o mergulho, “os *Big Five*” marinhos³⁹ e terrestres⁴⁰, entre outros tantos exemplos, revelam as potencialidades que este território detém e as experiências únicas e memoráveis que podem proporcionar aos visitantes.

Na ótica do enquadramento de Moçambique na SADC (*Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral*), aferindo algumas estatísticas de 2013 a 2019 (Tabela 7), confere-se imponência da vizinha África do Sul, que detém a supremacia do desenvolvimento do

³⁹ “*Big Five*” da costa de Moçambique: *Tubarão-baleia; Baleia; Raia manta, Golfinhos e Tubarão* (<https://visitmozambique.gov.mz/inhambane/>) neste grupo adicionamos, outros animais muito carismáticos, como o *Dugongo* e a *Tartaruga marinha*, daí que alguns pesquisadores defendem que deviam ser os “*Big Seven*”.

⁴⁰ “*Big Five*” é o nome de um grupo de animais africanos composto pelo *Leão, Leopardo, Rinoceronte, Búfalo* e *Elefante*. (<https://blog.rhinoafrica.com/pt/2018/03/01/big-five-da-africa/>)

turismo na SADC tanto do ponto de vista de chegadas internacionais como de receitas, especialmente devido à sua atratividade turística em 2010, proporcionada pela Copa do Mundo de futebol da FIFA, que acabou atraindo vários outros investimentos que se refletiram na melhoria da imagem e marketing internacional, na oferta de equipamentos, infraestruturas e facilidades turísticas (acomodação, alimentação, transporte, por exemplo).

Tabela 7 - Chegadas e receitas do turismo internacional na região da SADC, 2013-2019

Países da SADC	Turistas		Receitas			
	Chegadas (mil)		Milhões (USD)		Exportações (%)	
	2013	2019	2013	2019	2013	2019
África do Sul	14,318	14,797	10,468	9,064	9.2	8.6
Angola	650	218	1,241	395	1.8	1.1
Botswana	---	---	484	572	5.5	---
Essuatíni	1,299	1,226	4	14	0.2	0.7
Lesoto	433	1,142	---	---	---	---
Madagáscar	---	486	609	952	19.1	---
Maláui	795	---	33	47	2.4	4
Maurícias	1,015	1,418	1,593	2,024	28.2	39.1
Moçambique	1,9	2,033	228	324	4.8	5.7
Namíbia	1,327	1,651	357	451	8.2	9.9
RD Congo	191	---	8	---	0.1	---
Seicheles	237	428	484	618	33.2	37.7
Tanzânia	1,096	1,527	1,939	2,625	22.9	---
Zâmbia	915	1,266	---	820	---	9.9
Zimbábue	1,833	2,294	183	---	4.4	---

Nota. Tabela construída por Maxlhaieie, (2021) a partir de OMT e BM.

Moçambique, no Índice de Competitividade Global em Viagem e Turismo (ICVT), encontra-se em posições próximas de países como Maláui, Lesoto e Essuatíni com posições extremamente baixas. Países da região nomeadamente, África do Sul, Essuatíni e Maláui, tiveram as suas posições reduzidas entre 2013 e 2019, devido, indubitavelmente à crise financeira internacional de 2008. Para Maxlhaieie (2021), desde este período, a conjuntura econômica mundial, associada às políticas de austeridade, estabelecidas pelo governo moçambicano para

conter os impactos da crise, resultaram na queda da dinâmica do turismo que já experimentava uma tendência crescente.

Tabela 8 - Ranking dos países da SADC no ICVT em 2019

Ranking Econômico global		Diferença com 2017		Diferença de pontuação com a média de referência	
Países da SADC	Ranking	Ranking	Variação (%)	Regional (%)	Global (%)
África do Sul	61	-8.0	-1.2	27.3	3.2
Angola	134	---	---	-1.2	-28.9
Botswana	92	-7.0	-1.2	11.4	-9.6
Essuatíni	118	---	---	0.1	-18.8
Lesoto	124	4.0	6.4	-3.3	-21.5
Maláui	125	-2.0	0.7	-6.2	23.9
Maurícias	54	1.0	2.3	28.5	4.2
Moçambique	127	-5.0	-0.4	-6.7	-24.3
Namíbia	81	-3.0	1.7	17.5	-4.7
RD Congo	136	-3.0	1.4	-14.3	-30.5
Seicheles	62	---	---	25.9	2.1
Tanzânia	95	-4.0	-0.5	10.0	-10.8
Zâmbia	113	-5.0	-0.6	1.3	-17.8
Zimbábue	114	0.0	1.2	1.0	-18.0

Nota. Tabela concebida com base em WEF (2019).

Ao analisarmos a tabela 8 percebe-se que Moçambique está entre os países com menor índice de competitividade global, tendo ocupado a posição 127, do relatório do Fórum Econômico Mundial de 2019, que avaliou 140 países. Na região da SADC Moçambique só se encontra em lugares cimeiros em relação a Angola e da República Democrática do Congo.

Sob outro enfoque, Moçambique apresenta, dos desempenhos muito abaixo da média da CPLP⁴¹, abaixo de Portugal (posição 12, melhor posição da CPLP), Brasil (32) e Cabo Verde (88).

⁴¹ Criada em 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. Inicialmente a CPLP reunia 7 países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade e, em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito. Disponível: https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/cooperacao-internacional/Paginas/cplp-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa.aspx.

A variação negativa entre 2017 e 2018 do ICVT apresentada na tabela 8, deve-se aos fatores relacionados com a crise econômica e financeira e outros fatores que são comuns na região austral de África, com destaque para o fraco desenvolvimento de infraestruturas e do investimento turístico, contudo, quando se considera o tipo de turismo desenvolvido, que é baseado na exploração da natureza, o que significa que parte considerável do potencial ainda continua inexplorado e inacessível (Maxlhaieie, 2021).

Além dos pontos mencionados anteriormente, é importante ressaltar que entre 2013 e 2021 houve uma instabilidade política e militar em Moçambique, devido à falta de segurança que se manifestou duas décadas após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992 pela FRELIMO e pela RENAMO. O país enfrentou uma grave crise político-militar, com confrontos envolvendo as forças de defesa e segurança nacionais (FDS) e o grupo armado da RENAMO, que buscava o cumprimento total das cláusulas acordadas no AGP. Os ataques ocorriam principalmente na região central moçambicana, especialmente em Muxúnguè, situada no distrito de Gorongosa, na província de Sofala. Esses eventos causaram impactos significativos nas viagens tanto internacionais quanto domésticas para o país.

De acordo com a tabela 9 a seguir, o setor do turismo, depois da crise financeira internacional de 2008, retornaria o destaque nos anos 2012, 2013 e 2014, ao analisarmos as percentagens de investimento em capital fixo, emprego e contribuição para o PIB, relativamente as médias mundiais. Nesta tabela 9, nota-se que a taxa de emprego no setor turístico está consideravelmente abaixo da média global de 2,7% em comparação com 3,7%. Apesar disso, os dados da OMT indicam uma tendência crescente na atividade turística. Em 2012, a OMT previu um crescimento anual de 3,3% na atividade entre 2010 e 2030. Isso resultará em um total de 1,8 bilhão de chegadas até lá, o que representa um aumento real de mais de 43 milhões de chegadas internacionais por ano (UNWTO, 2012).

Tabela 9 - Contribuição do turismo para o PIB, emprego e Investimento de 2010-2018

Contribuição direta do turismo para o PIB , em % do PIB										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Moçambique	3.2%	2.9%	3.1%	3.6%	3.9%	4.3%	3.4%	3.3%	3.2%	3.4%
Mundo	2.9%	2.9%	2.9%	3.0%	3.0%	3.1%	3.2%	3.2%	3.2%	3.1%
Contribuição direta do turismo para o emprego , em % do emprego total										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Moçambique	2.4%	2.2%	2.3%	2.7%	3.1%	3.4%	2.7%	2.7%	2.7%	2.7%
Mundo	3.6%	3.6%	3.6%	3.7%	3.7%	3.8%	3.8%	3.8%	3.8%	3.7%
Investimento em capital fixo no turismo em % do investimento total										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Moçambique	5.4%	5.4%	4.9%	4.8%	4.6%	4.5%	4.3%	4.4%	3.8%	4.7%
Mundo	4.3%	4.2%	4.1%	4.1%	4.1%	4.2%	4.3%	4.4%	4.4%	4.2%

Nota. Tabela concebida com base nos dados da WTTC (2019).

Contudo, nem tudo percorreu como previsto, e conforme já se mencionou, pois em finais de 2019, eclodiu uma crise sanitária sem precedentes, a pandemia da COVID-19, um vírus que impactou de forma bastante severa o setor das viagens e turismo. Portanto, é pelo motivo supra mencionado que as tabelas 10 e 11 mostram alguma disparidade ao ilustrar a contribuição do turismo para o PIB de Moçambique, para a cadeia de valores que envolve o emprego direto, gastos realizados pelos visitantes internacionais (para este caso temos uma situação mais grave ainda, cerca de -62.4 e -24% de decrescimento em 2020 e 2021 respectivamente) e turistas domésticos, bem como para o investimento efetuado, revelando um crescimento um tanto ou quanto reduzido quando comparado com o resto da África Austral (WTTC, 2022, p. 11).

Tabela 10 - Resumo do contributo do turismo – Moçambique (2019-2021)

Moçambique	2019		2020		2021	
	Milhões de USD	% do total	Milhões de USD	% do total	Milhões de USD	% do total
Contributo total do turismo para PIB	1.044.5	6.2	691.9	4.2	696	4.1
Contributo total do turismo para emprego	677.100	5.3	530.100	4.4	532.400	4.0
Gastos dos visitantes internacionais	352.4	20.6	132.4	10.1	100.6	6.0
Gastos dos visitantes nacionais	578.3	----	455.6	-21.2	508.0	11.5

Nota. Adaptado de WTTC (2022, p. 01).

Ainda nesta perspectiva de análise, ao comparar os dados de 2019 e 2021, pode-se observar na tabela 10, que em 2020 houve um decréscimo percentual de -33,8% do total da contribuição do turismo para o PIB nacional comparativamente a 2019; um decréscimo percentual de -21% em postos de trabalho proporcionados pelo turismo em 2020 comparativamente a 2019 e; um percentual de -62,4% e -21,2% dos gastos no turismo receptor e turismo doméstico, respectivamente em relação a 2019.

Apesar dos elementos apresentados anteriormente tenderem a parte negativa do processo, o turismo, já se mostrou ao longo dos tempos, ser um setor extremante resiliente às crises, exemplo disso é o fato das chegadas internacionais terem crescido em cerca de 133% de janeiro a setembro de 2022, embora tenham estado a 37% abaixo de 2019 (UNWTO, 2022). Por exemplo, nos aeroportos do mercado União Europeia, Suíça e Reino Unido, houve uma grande e contínua recuperação, com tráfego de passageiros a aumentar em cerca de 74% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do 2021; o Oriente Médio viu as chegadas internacionais crescerem mais de três vezes (+225%) em relação ao ano anterior (2021) em janeiro e setembro de 2022, subindo para 77% dos níveis pré-pandêmicos; a África (+166%) e Américas (+106%) também registraram forte crescimento em de janeiro à setembro de 2022 em relação a 2021, atingindo 63% e 66% níveis de 2019, respectivamente (UNWTO, 2022).

Tabela 11 - Resumo do contributo do turismo – Moçambique (2022-2023)

Moçambique	2022		2023		
	Em biliões de USD ⁴²	% do total	Em biliões de USD ⁴³	% do total	% de Crescimento ⁴⁴
Contributo total do turismo para PIB	1.0	5.3	2.0	6.6	6.0
Contributo total do turismo para emprego⁴⁵	641.0	4.6	1.057,6	5.6	4.3
Gastos dos visitantes internacionais	0.32	16.3	0.6	18.7	5.5
Gastos dos visitantes nacionais	0.61	3.2	0.88	2.9	3.6

Nota. Adaptado de WTTC (2022, p. 12).

A tabela 11 mostra que os gastos de visitantes são uma componente chave da contribuição direta das Viagens e Turismo. Em 2022, Moçambique gerou 20,7 mil milhões de Meticais em gastos de visitantes. Até 2033, as chegadas de turistas internacionais deverão totalizar 3.231.000, gerando despesas de 38,9 mil milhões de Meticais, um aumento de 5,5% ao ano desde 2023.

Gastos com viagens de lazer (de entrada e domésticas) geraram 51,1% do total de gastos internos em 2022 (MZN 30,5 mil milhões) em comparação com 48,9% para empresas despesas com viagens (MZN 29,1 mil milhões). Espera-se que os gastos com viagens de negócios aumentem 3,3% para MZN 40,5 mil milhões de 2023 a 2033. Espera-se, igualmente, que os gastos com viagens de lazer no global, aumentem 5,2% ao ano para MZN 54,5 mil milhões de 2023 a 2033.

A contribuição direta das Viagens e Turismo para o PIB em 2022 foi de MZN 25,2 mil milhões (2,1% do PIB). Isto reflete principalmente a actividade económica gerada por indústrias como hotéis, agências de viagens, companhias aéreas e outros serviços de transporte de passageiros (excluindo serviços de transporte regional). Mas também a contribuição direta das Viagens e Turismo para o PIB deverá crescer 4,7% ao ano, para 42,0 mil milhões de Meticais (2,2% do PIB) de 2023 a 2033.

⁴² 2022 preços e taxas de câmbio constantes.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Crescimento real anual (2023-2033) ajustado à inflação (%)

⁴⁵ Mil (000) empregos ou postos de empregos.

Tabela 12 - Resumo da dinâmica do turismo antes (2019) e depois (2023) da Covid-19

Ano	Contribuição total para o PIB:		Total de empregos em Viagem e Turismo:	
2019	6.2% (do total da economia) 72 mil milhões de MZN (1.1 biliões de USD)	Variação em 2020: -34.5%	0.67 milhões = 5.2% (participação no total de empregos)	Variação em 2020: -18.2%
2022	5.3% 64.8 mil milhões de MZN	Variação anual: +12% (-10.0% vs 2019); Variação de +4.1% para economia no geral	0.64 milhões = 4.6%	Variação anual: +6% (-4.5% vs 2019);
2023	5.6% 70.5 mil milhões de MZN (1.1 biliões de USD)	Variação anual: +8.7% (-2.1% vs 2019);	0.69 milhões = 5.6%	Variação anual: +8.3% (3.4% vs 2019);

Nota. Adaptado de WTTC (2022).

A contribuição total da indústria das Viagens e Turismo para o PIB (incluindo efeitos mais globais do investimento, da cadeia de abastecimento e impactos induzidos no rendimento) foi de 64,8 mil milhões de Meticals em 2022 (5,3% do PIB). Igualmente, prevê-se um aumento de 6,0% ao ano para MZN 125,8 mil milhões de 2023 a 2033 (6,6% do PIB).

A indústria das Viagens e Turismo gerou 222.503 empregos diretos em 2022 (1,6% do emprego total). Isto inclui empregos em hotéis, agências de viagens, companhias aéreas e outros serviços de transporte de passageiros (excluindo serviços de transporte regional). Inclui também, por exemplo, as atividades das indústrias de restauração e lazer apoiadas diretamente pelo turismo. Prevê-se que as Viagens e Turismo apoiem 1.057.551 empregos (5,6% do emprego total), um aumento de 4,3% ao ano desde 2023.

2.2. Descrição do Município de Inhambane como local em estudo

Nesta secção da pesquisa buscamos descrever e enquadrar o MI como a nossa área geográfica ou local em estudos nas diferentes dimensões desde geográficas às dimensões específicas do turismo, por forma a deixar claro onde efetivamente foi feita esta pesquisa e os porquês de certos fenômenos certos resultados da pesquisa.

2.2.1. Breve contexto histórico e geográfico do Município de Inhambane

Em conformidade com o Plano Estratégico do Município de Inhambane – PEMI (2009-2019) e Fiege et al. (2002), a cidade de Inhambane (também MI) foi construída pelos portugueses como um entreposto comercial em 1535, sendo deste modo uma das mais antigas cidades da África Austral remetendo-nos à 1498, quando Vasco da Gama chegou à Baía de Inhambane para o abastecimento de água e na sequência nasce o nome Inhambane acompanhado pela seguinte história:

O fato de a população local ter colaborado com gestos de boa fé levou a que o local fosse denominado por “Terra de boa Gente”. A Cidade identifica-se como “Terra de boa gente”, designação que se supõe ter sido atribuída por Vasco da Gama que aportou no local a 10 de janeiro de 1498 [...]. Sobre a origem do termo Inhambane existem várias versões: a mais comum refere que quando Vasco da Gama perguntou aos nativos quem eram, estes responderam *iva-atu* que traduzido significa somos gente, que deturpado mais tarde deu Inhambane. Outra versão refere que, quando Vasco da Gama perguntou o nome da terra se encontrava à entrada da casa do chefe com lápis e papel na mão, e o chefe convidando-o a entrar em bitonga disse *Bela GuNhumbale*. Admite-se ainda a possibilidade de Inhambane ser corruptela de *ambane* (adeus) em bitonga, existindo uma lenda segundo a qual, na hora de despedida de Vasco da Gama, os naturais disseram *ambane*. Todavia, todas estas versões do nome “Inhambane” estão intrinsecamente ligadas a aportagem de Vasco da Gama na baía de Inhambane (PEMI, 2009, p. 11).

Em conformidade com o PEMI (2009), o MI localiza-se à cerca de 480 km da cidade de Maputo e a 30 km da EN1 (Estrada Nacional nº 01). Inhambane é a capital da província e o respectivo município ocupa uma superfície de 195 km², isto é, uma área de 0.3% do território total provincial, delimitado a norte pela Baía de Inhambane (Oceano Índico), a sul pelo distrito de Jangamo, através do Rio Guiúá, a Este pelo Oceano Índico e a Oeste pela Baía de Inhambane (PEMI, 2009).

Figura 7 - Mapa da localização e limites do distrito de Inhambane



Nota. Mapa de CENACARTA (2012 em Azevedo, 2014) com elaboração cartográfica de Welton Nascimento em 2024.

Em conformidade com Nhamtumbo (2007, p. 16), este município encontra-se localizado “entre as latitudes 23°45’50”S (Península de Inhambane) e 23°58’15”S (Rio Guiú) e as longitudes

35°22'12"E (Ponta Mondela) e 35°33'20"E (Cabo de Inhambane), englobando uma parte continental e duas ilhas (ilha de Inhambane e ilha pequena) [...]"

Sobre os *aspetos climáticos* de acordo o INPF (1991 p. 25), o clima predominante no MI é “tropical húmido e a temperatura média anual varia entre os 20,3°C e 26,9°C, sendo que os valores mínimos registam-se em julho e os máximos em janeiro”. E ainda nesta linha, segundo Nhantumbo (2007), as temperaturas médias variam entre 25°C, na estação quente e húmida, e 20°C, na estação fresca e seca, e que as condições climáticas do município favorecem a prática de atividades turísticas diversificadas, principalmente as associadas ao turismo de Sol e mar.

Na estação chuvosa verificam-se chuvas fortes ao longo da costa, mostrando uma considerável diminuição em direção ao interior; saliente-se ainda que a precipitação média mensal varia de 158 mm, em fevereiro, a 32 mm, em setembro, sendo a média total anual de 964 mm. A precipitação é concentrada em quatro meses, isto é, de dezembro a março (Nhantumbo, 2007).

Do ponto de vista *geológico e geomorfológico* tal como refere Afonso e Marques (1998, *in* Azevedo, 2014), a formação geomorfológica da província de Inhambane, de modo geral, e do MI, em particular, está associada ao Ciclo do Congo e é dominada por sedimentos do Terciário e Quaternário.

A forma de relevo predominante no MI é a planície com uma altitude máxima de 200m (Augusto et al., 2005) e, na mesma linha o INPF (1991b, p. 21) salienta que o MI é, de forma geral, uma “área aplanada, essencialmente no seu trajeto ocidental virado para a baía onde as altitudes variam entre fracas a moderadas (10-20 metros) ”. Neste ponto há que citar a existência de duas Ilhas conforme mencionado anteriormente.

Esta faixa costeira, apresenta barreiras com dunas altas interiores e exteriores, onde se encontram lagoas alongadas paralelas à linha de costa dentre as dunas citadas. A zona é influenciada pela corrente quente do Canal de Moçambique e registra o aparecimento de recifes de coral e formações coralíferas associadas a cabos e plataformas rochosas submersas (HUB, 2002; MICOA et al., 2002).

A HUB (2002) refere que, as dunas, o marco divisor e protetor natural dos habitats interiores da ação do mar e dos ventos, estão muito afetadas, em alguns locais, pela construção de infraestruturas turísticas ou de habitação, pelo trânsito de viaturas, que procuram o acesso ao mar, ou por pequenos campos de cultivo na sua encosta interior, que essencialmente potenciam a erosão.

Na *Fauna e Flora*, diríamos que nos 09 distritos costeiros da Província de Inhambane, nos quais se incluem o MI, sobejam recursos faunísticos com destaque para os “*marine big five*” (os 5 grandes do mar), isto é, os tubarões, golfinhos, tartarugas marinhas, tubarão baleia e raia manta, que constituem um diferencial de capital importância para o desenvolvimento do turismo na província (Figura 8).

Em termos de ocorrência no MI, é possível identificar com mais frequência, mamíferos marinhos, como baleias, golfinhos corcundas, onde dentre eles, aparecem com menos frequência dugongos (peixe-boi), da espécie *Dugon dugon*, considerada uma espécie em extinção conjuntamente com o tubarão baleia. Espécies de tartaruga marinha como as *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Chelonia Midas* e manta raia ocorrem igualmente com grande intensidade no MI (Azevedo, 2014).

Figura 8 - Os Big Five do mar de Moçambique que ocorrem no MI



Nota. Raia manta, Golfinho, Tartaruga marinha e Tubarão-baleia retirado de Pierce e Marshall (s.d.), in Nhantumbo (2009, p. 13); Baleia retirado de <https://www.tofoscuba.com/our-giants> e tubarão de: <https://jconcursos.com.br/noticia/brasil/ataques-de-tubarao-conheca-as-praias-com-tubarao-no-brasil-e-saiba-como-agir-108408>.

Essas condições são fundamentais para a prática do turismo em Inhambane durante todas as estações do ano, especialmente o turismo de sol, praia e mar (*sun, sea and sand tourism*), associados a modalidades emergentes como o mergulho recreativo e de alta profundidade (já

bastante praticado na costa do MI, nas praias da Barra e Tofo), o turismo de aventuras (náutico) e ecoturismo (marinho e costeiro), turismo esportivo recreativo e profissional (náutico), turismo de saúde (talassoterapia – tratamento ou prevenção de doenças com base em propriedades do mar;).

No que se refere à flora, a vegetação característica do MI em especial, e da província de Inhambane no geral, é bem diversificada e influenciada pela ação antrópica, existindo uma estratificação da vegetação cultivada (coqueiros e cajueiros) e não cultivada de mata dispersa e cerrada próximo do litoral (INPF, 1991a).

Em adição, Fiege et al. (2002) realçam que existe vegetação típica das dunas, na qual se pode encontrar uma comunidade pioneira que serve para fixar a duna; espécies arbustivas com ramificação densa; e espécies arbóreas e herbáceas. Para além destas, destaca-se o mangal⁴⁶(conhecido como mangue e manguezal no Brasil) ao longo de quase toda a Baía de Inhambane e no interior do MI (Nhantumbo, 2009).

Do ponto de vista *demográfico*, segundo (INE, 2019) a cidade tem uma população total de 82 119 pessoas, que perfazem cerca de 6,3% do total da população da província de Inhambane. Cerca de 54% da população é do sexo feminino. A densidade populacional é de 428 habitantes por km², distribuídos em mais de 70% para além da área urbana. A cidade é composta por três espaços, composto por 23 bairros, designadamente: (A) espaço *urbano* que abarca os bairros Balane I, II e III; Liberdade I e Muelé I; (B) a espaço *semiurbano*⁴⁷, os bairros Chalambe I e II, Liberdade II e III, Muelé II e III e Josina Machel e; (iii) a espaço *rural ou não urbano*, os bairros costeiros de Conguiana, Machavenga e Salela. Nesta última área, incluem-se Malembuane e Chamane, por fazerem parte do grupo dos bairros de expansão da cidade. (Ver figura 9).

⁴⁶ Os mangais são ecossistemas naturais tropicais, compostos por espécies de plantas que toleram água salgada geralmente localizados em áreas costeiras. São considerados “ecossistemas de carbono azul”, bem como ervas marinhas e pântanos de sal, porque são 10 vezes mais eficientes em absorver e armazenar grandes quantidades de carbono a longo termo, em comparação com ecossistemas terrestres. (<https://ecoangola.com/a-importancia-dos-mangais-para-o-mundo/>).

⁴⁷ São bairros que não apresentam a total estrutura de bairros urbanos, verificando-se o tipo de construções mistas (alvenaria e na base de palha) e a existência de infraestrutura básica diferenciada e ou deficitária, com algumas carências visíveis (INPF 1991a).

Figura 9 - Mapa sobre da divisão dos bairros do Município de Inhambane



Nota. Mapa de CENACARTA (2012 em Azevedo, 2014) com elaboração cartográfica de Welton Nascimento em 2024.

Em conformidade com Fiege et al. (2002) e PEMI (2009), a maior parte da população pertence ao grupo etnolinguístico *Bitonga* (*Guitonga*), conquanto existam ainda elementos do *Chope* (*Chichopi*) e *Mátsua* (*Xitswa*), sendo as atividades agropecuárias, pesca e comércio, as mais exploradas.

No geral, segundo Maxlhaieie (2021) e Xavier (2009), a população da cidade de Inhambane dedica-se ao comércio (69%), turismo (25%) e as outras atividades, como o setor de serviços e pesca, que tem um peso de 6%; as empresas de prestação de serviços são representadas pelo setor bancário, seguradoras, logística/transportes, estação de serviço (bombas de combustíveis e lavagem de viaturas), empresas de construção, de consultoria e de prestação de serviços de segurança.

Do ponto de vista de governança municipal, o MI é dirigido por um presidente eleito pelos munícipes a cada quatro anos. Em outros termos, em Moçambique, o presidente do município é considerado o dirigente do órgão executivo singular do município e a ele subordinam-se os vereadores e diretores de serviços. Os vereadores que compõem o Conselho Municipal (diferentemente do Brasil) são nomeados pelo próprio presidente com a função de auxiliar na planificação e execução dos planos de desenvolvimento das autarquias.

2.2.2. Recursos patrimoniais e culturais do Município de Inhambane

Iniciando pelas *edificações histórico – monumentais* o MI, no que diz respeito ao rico patrimônio monumental e arquitetônico, encontram-se igrejas, museus, cartórios, escolas, prisões, hotéis, mercados, bibliotecas, alfândegas, hospitais, entre outros. Dessa maneira, a atual estrutura urbana destaca-se pela diversidade e harmonia arquitetônica, apresentando locais que refletem manifestações sociais típicas da cultura moçambicana, eventos históricos e elementos de influência global.

Atualmente, os edifícios arquitetônicos exercem uma série de funções, como residência, ensino, investigação, serviços, comércio, detenção, controle aduaneiro, comércio, museu, biblioteca, arquivo, residência real, hotel, marco histórico, ponte, centro de saúde, abrigo de crianças, creche, centro de apoio social e muito mais. No entanto, hoje em dia, essas construções desempenham um papel importante na atração de visitantes, não só pela sua arquitetura impressionante, mas também pela sua valiosa herança histórica e cultural. Isso se deve em grande parte ao fato de que a maioria desses edifícios remonta ao período colonial e reflete fortes influências da arquitetura árabe.

Um outro aspeto de notável importância no património está relacionado com as estruturas religiosas, as quais evidenciam claramente a influência do povo árabe (islamismo) e europeu

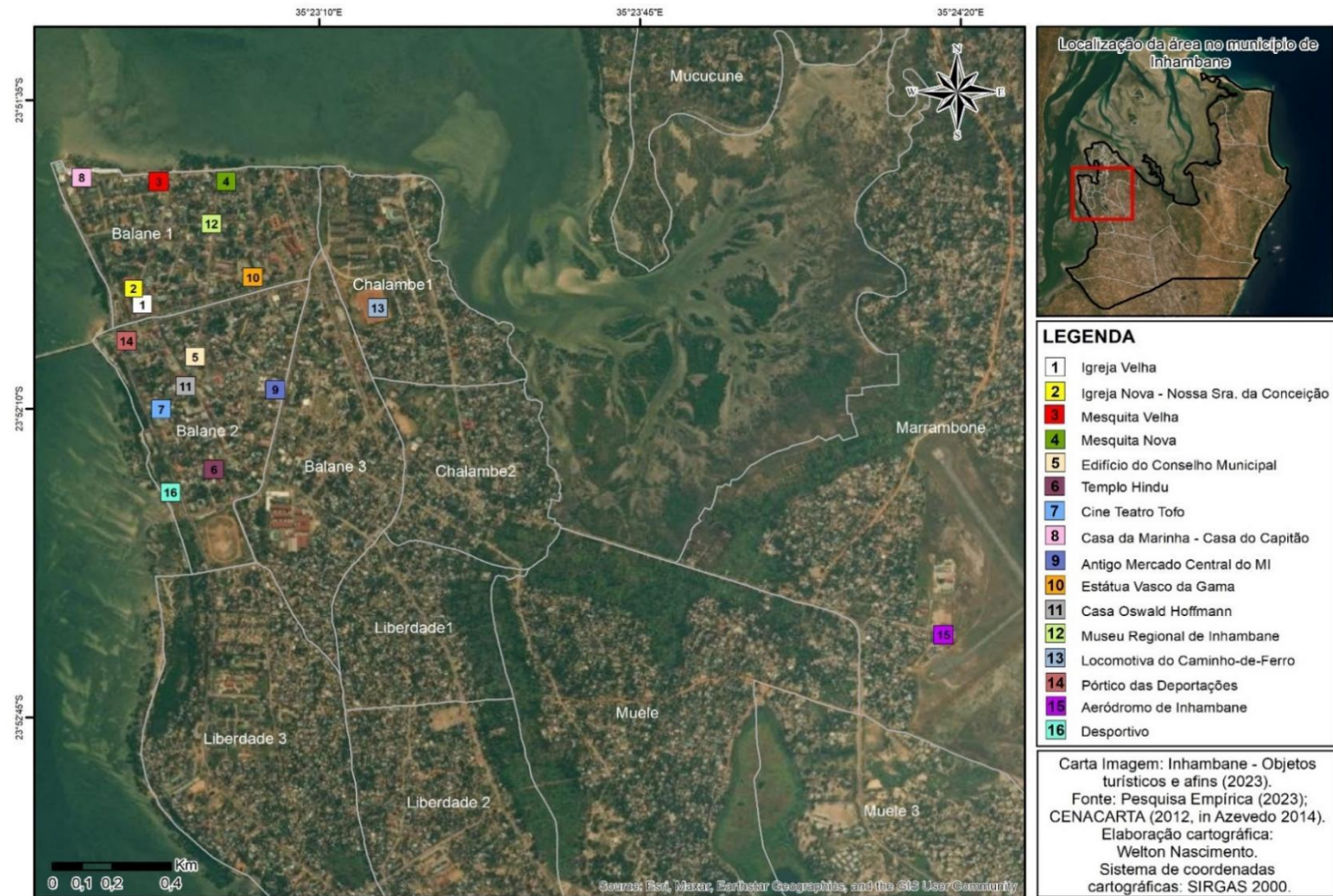
(catolicismo), especialmente o português. Tal é observado na igreja antiga, erguida pelos cristãos portugueses, e na igreja nova - a catedral de Nossa Senhora da Conceição, finalizada em 2002, cujas proporções são consideravelmente maiores do que a igreja original, apresentando uma arquitetura que recorda a Arca de Noé e proporcionando uma vista singular ao se combinar com a Baía de Inhambane (Fiege et al., 2002 e DPCI-CC, 2015, como citado em Benjamim, 2016).

Segundo a DPCI-CC (2015, como citado em Benjamim, 2016), em relação à influência árabe aconteceu algo semelhante, existindo uma mesquita velha e uma mesquita nova muito próximas entre si, sendo que a antiga foi construída em 1840 e a nova terminada no ano 2000, tendo atraído visitantes estrangeiros e domésticos não só devido a sua estrutura arquitetônica como também devido à sua localização na zona marginal.

É importante destacar que, a partir das observações realizadas, algumas das edificações históricas estão em um estado de deterioração muito avançado, como é o caso do pórtico que marca as deportações das pessoas escravizadas e da estátua de Vasco da Gama. Mesmo que algumas dessas estruturas tenham passado por melhorias.

De acordo com a pesquisa realizada na Casa da Cultura, da Vereação do turismo do MI e da DPCTI, constatou-se uma concordância unânime na valorização da relevância do mercado central de MI como um dos prédios de destaque na atração de turistas, não apenas por sua arquitetura significativa, localização central na cidade e função de terminal de transporte público, mas também pela oferta diversificada de produtos, que vão desde itens essenciais até lembranças sempre apreciadas pelos visitantes, e pela sensação de acolhimento proporcionada pelos habitantes da “terra da boa gente”. Para se ter noção da localização exata destes objetos históricos e culturais com notável importação na edificação do turismo no MI ver imagem a seguir (Figura 10).

Figura 10 - Objetos turísticos do MI – Monumentos histórico e culturais por bairro



Nota. Pesquisa Empírica (2023); CENACARTA (2012, em Azevedo, 2014), com elaboração cartográfica de Welton Nascimento em 2024.

Por forma a elucidar melhor a questão dos monumentos que marcam a história e a cultura do Município de Inhambane, seguidamente, na figura 11, trazemos algumas imagens dos principais monumentos mencionados no mapa da figura 10.

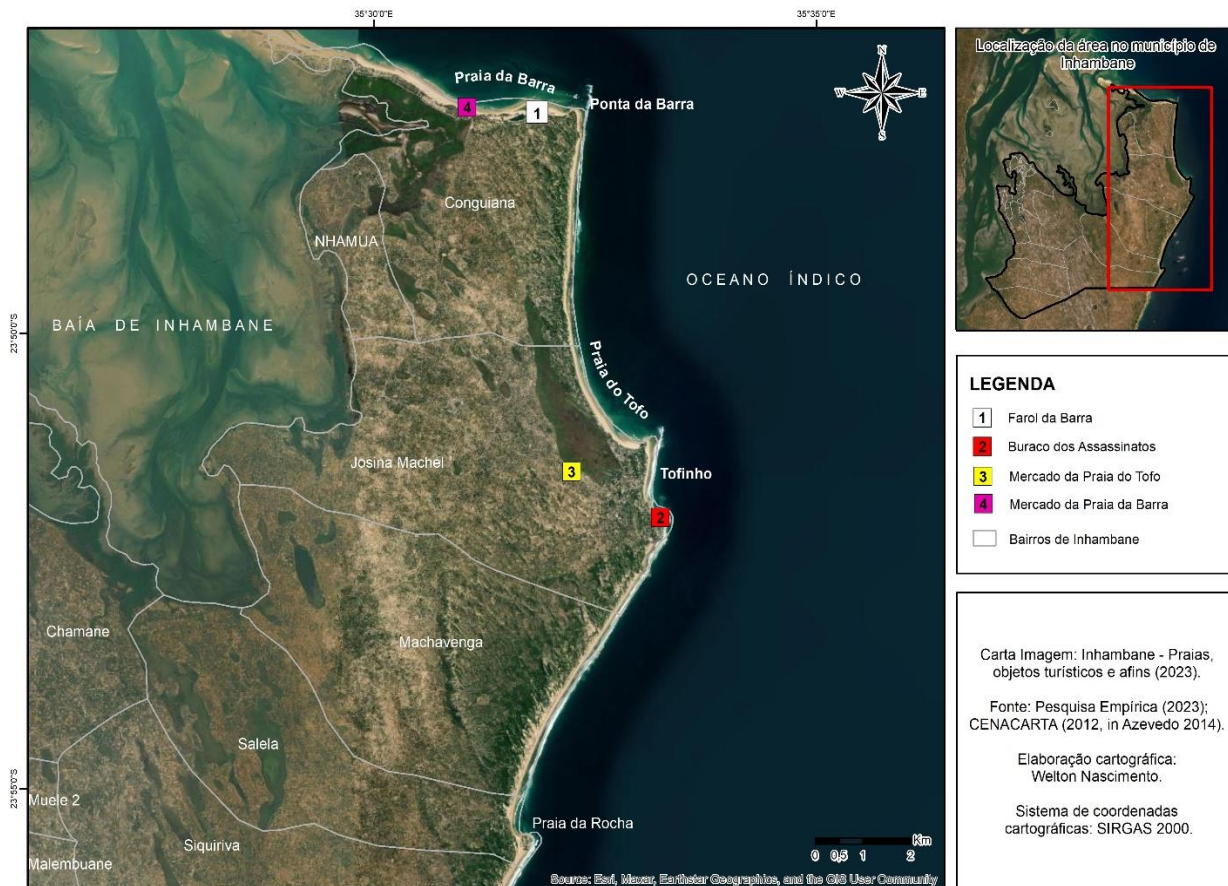
Figura 11 - Monumentos históricos do Município de Inhambane



Nota. Imagens captadas em trabalho de campo em 2024.

Os monumentos não terminam somente do lado da cidade de Inhambane, na zona costeira existem locais de interesse para histórico e cultural, por exemplo a praia do Tofo foi o local onde assinou a primeira constituição da República de Moçambique independente. O farol da Barra e o Buraco dos Assassinos no Tofinho são alguns pontos, plasmados na figura 12.

Figura 12 - Objetos turísticos do MI – Monumentos histórico e culturais do Tofo e Barra



Nota. Pesquisa Empírica (2023); CENACARTA (2012, em Azevedo, 2014), com elaboração cartográfica de Welton Nascimento em 2024.

Do ponto de vista de *manifestações folclóricas, religiosas, profanas, festas, feiras, danças e gastronomia local* diríamos que com base no levantamento feito pela DPCI-CC (2015, como citado em Benjamim, 2016), e pelo CMCI em termos de festas e manifestações folclóricas, no MI realizam-se vários eventos referentes à comemoração do dia da cidade de Inhambane, à entrada do verão “*festival da barra*”, ao Carnaval Municipal, à Feira Agrícola e Cultural, bem como outras festas tradicionais como a *makarita*; *xigubo* (figura 14); *xibavane*; *zoré*; *xingomana*, *xisaizana*,

ngalanga, massassa, guissedede, ndzumba e guikiki, com base nos seguintes instrumentos musicais: *xigubo, chikitsi, matraca (Gocha) e marrongue* com destaque para a *Timbila* (ver figura 13), o instrumento que foi considerado património da humanidade pela UNESCO em 2005 (Benjamim, 2016).

Figura 13. *Instrumento musical-Timbila*



Nota. Imagem retirado do sítio em rodapé⁴⁸

Figura 14. *Dança tradicional Xigubo*



Nota. Imagem retirada de Wilson (2019)

Quando se trata de cerimônias tradicionais, é importante mencionar o *aku phalha* - um ritual realizado com o propósito de comunicar ou pedir aos antepassados sobre o que está acontecendo com os membros da família ou tribo, e também para solicitar ajuda sobrenatural, como chuva para garantir uma boa colheita. Outra cerimônia significativa é o *lobolo* (casamento tradicional) - um evento no qual um homem e sua família formalizam um compromisso matrimonial com uma mulher, seguindo as normas e requisitos estabelecidos por suas respectivas famílias e antepassados. Geralmente, durante a apresentação, o homem deve levar para a casa da mulher bebidas, alimentos e uma quantia em dinheiro determinada pelos sogros (Benjamim, 2016).

É de ressaltar que um dos estilos característicos das mulheres da cidade de Inhambane, de Moçambique e de África é o uso de capulanas⁴⁹ e lenço na cabeça como vestuário. Este tipo de

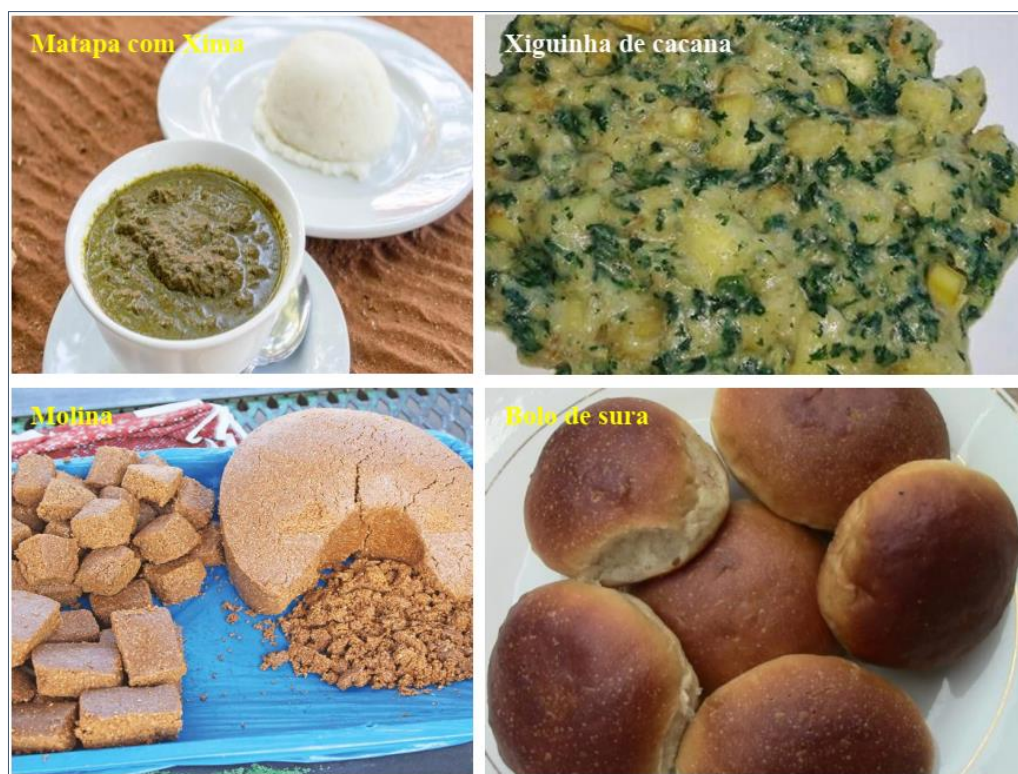
⁴⁸ <https://www.mozutomi.com/timbila-o-xilofone-mocambicano/>.

⁴⁹ Capulana é um pano retangular de algodão, misturado com fibras sintéticas, com motivos estampados e cores fortes. As estampas representam a flora e fauna das savanas de Moçambique e também desenhos geométricos pela forte influência árabe. Nas datas festivas, utilizam principalmente as de cores fortes; nas datas fúnebres as cores são mais escuras e em cerimônias religiosas, somente os curandeiros e/ou adivinhos podem usar as cores vermelho, branco e preto, pois essas três cores estão ligadas a magia (Campos, 2013).

veste simboliza dentre vários aspetos o crescimento, responsabilidade e valorização da cultura local.

A respeito da *gastronomia típica* (ver figura 15) é essencial destacar que os pratos tradicionais de MI têm como base frutos do mar e mariscos, sendo influenciados pela mistura de diversas culturas locais, muçulmanas, indianas e portuguesas. No entanto, destacam-se a *mathapa* (feito com folhas de mandioca), *xiguinha de cacana* e feijão *nhemba*, *molina* (uma mistura de farinha de mandioca com amendoim torrado), *kathikalango*, bolo de Sura, *mutlhutlho* de peixe (um molho à base de peixe), *piri-piri*, *xibaba*, caril de amendoim e caranguejo, caril de camarão seco com vegetais diversos, *xima* (uma massa feita com farinha de milho); além das bebidas tradicionais, *sura* (bebida tradicional feita do coco), *tontonto* (aguardente feiro de forma tradicional), entre outras opções.

Figura 15 - Alguns pratos da gastronomia típica de Inhambane



Nota. Imagens são acessíveis a partir dos sítios em rodapé⁵⁰.

⁵⁰ Sequencialmente: Molina em: <https://www.mozutomi.com/xicaba-ou-molina/>; Xiguinha em: <https://cookpad.com/br/receitas/3029122-xiguinha-de-cacana>; Bolo de suar: <https://tsevele.co.mz/index.php/category/229>; Matapa com xima: <https://www.diarioeconomico.co.mz/tag/folhas-de-mandioca/>.

A respeito do *artesanato* no MI, pode-se afirmar que:

o artesanato local é representado por objetos produzidos manualmente ou através de equipamentos rudimentares, em pequena escala, que refletem a concepção espacial e formal dos artistas de Inhambane, para além dos créditos vindos da região sul e norte de Moçambique, e ainda da região austral de África. As técnicas mais comuns na produção dos artigos são: cerâmica, cestaria, tecelagem, bordados, esculturas de madeira e alguns utensílios domésticos (Maxlhaieie, 2015, p. 113).

Em conformidade com Chambule et al. (2009), existem problemas relacionados com a qualidade do artesanato disponibilizado na província de Inhambane. No MI, diversas criações artesanais foram concebidas por artistas individuais ou grupos, utilizando materiais variados: palha, barro, madeira, pau-preto e derivados de coqueiros que servem para a construção diversos artefatos como carteiras, esteiras, cestos, peneiras, painéis, porta-retratos e outros objetos de adorno.

Para além destes, destacam-se objetos tradicionais como a *Mbenga* (alguidar), *Armadilhas*, *Libota* (panela de ferro), *Mbia* (gamela), *Khali* (pote), *Guikalango* (panela de barro) *Likuno* (pilão), *Alambique*, *Lipane* (torradeira), etc. Destaca-se a relevância dos itens fabricados, os quais possuem grande valor para o turismo, uma vez que se transformam em lembranças para os turistas que visitam esse local (Benjamim, 2016).

A principal área de comercialização de produtos artesanais está no mercado central de MI, enquanto as praias do Tofo e da Barra são consideradas locais secundários. De maneira ocasional, os artesãos vendem suas criações em eventos como o festival do Tofo, semana internacional do Turismo, feiras de saúde, no dia da cidade de Inhambane, e em outras ocasiões não planeadas. Isso evidencia a ausência de um local específico designado para essa finalidade.

Na pesquisa feita por Benjamim (2016), sobre os *museus e outras instituições culturais relevantes*, foram identificados dois museus no MI, sendo um de carácter público e outro privado, trata-se do Museu Regional de Inhambane e do Museu Privativo da Igreja Nossa Senhora da Conceição, ambos abertos ao público em geral.

O Museu Regional de Inhambane, fundado em 1988, o museu, anteriormente um depósito de itens museológicos, tem como objetivo preservar de forma permanente o trajeto histórico e

cultural da província, especialmente da cidade de Inhambane, por meio de documentos, revistas, jornais, fotografias, utensílios e materiais. Mantido pela Igreja, este museu particular guarda não só peças e trajes sagrados dos sacerdotes e seus auxiliares, mas também livros importantes como a Bíblia.

Outros pontos de destaque são a biblioteca da província e a biblioteca *Xiphefo*, o Cineteatro Tofo e a Casa da Cultura de Inhambane, que fazem parte do clube cultural do MI e também atuam como espaços para exposições de galerias de arte e com temáticas históricas e culturais. No que diz respeito à diversão e entretenimento, encontram-se as discotecas Zoom (encerrada), Ponte Cais Canta aí, *Dathonga*, *Ti Jamú*.

Muitos dos aspetos que foram mencionados na descrição dos recursos turísticos primários encontram-se sintetizados na tabela 13 a seguir.

Tabela 13 - Principais Objetos Turísticos do Município de Inhambane

Categoria/ Tipo de recurso		Sub-tipo de recurso
Naturais	Fauna	Raias manta, tubarão baleia, golfinhos, tartaruga e diversas espécies de peixes e pássaros.
	Flora	Vegetação mista, arbórea e arbustiva com estratos herbáceo abundante, floresta dunar e grandes áreas de mangais.
	Paisagem/ Geral	<i>Ilhas</i> : Grande (ilha-dos-porcos) e Pequena (ilha dos ratos); <i>Praias</i> : da rocha, do Tofo, do Tofinho e Barra; <i>Grutas</i> : sagrada da praia da rocha; <i>Lagoas</i> : do Tofo, Pembane, Chivanene, Cumbe etc. <i>Baías</i> : de Inhambane.
Artificiais/ Humanos	Folclore; dança; bandas; hábitos e costumes; etc.	<i>Danças</i> : Makarita; Xigubo; xibavane; Zoré; e Guikiki; <i>Festas e eventos</i> : Festival da Barra; Carnaval Municipal; Feira Agrícola e cultural; e Dia do Município de Inhambane; <i>Grupos de canto e dança</i> : Pouco com Deus é Muito, Escola Secundária do Muelé, Saudável, ADPP, 12 de agosto, 13 de dezembro e 16 de maio; <i>Grupos de dança tradicional</i> : Makarita, Xigubo (Fala a Vontade), Xibavane, Zoré de Salela, Ethú Ketto, Guikiki e Zoré de Chamane. <i>Banda musical</i> : do Município; <i>Grupos teatrais</i> : Grupo Teatral Litanga, Tsetenguelo, Escola Secundária do Muelé, Escola Secundária Emília Dausse, Geração BIZ e Guitataru; <i>Gastronomia</i> : Matapa, Xiguinha de cacana, Molina, Kathikalango, Bolo de Sura, Peso Bruto; <i>Bebidas tradicionais</i> : Sura, Tontonto, Malcuado.

Nota. Retirado de Benjamim (2016, p. 76, adaptado de Azevedo, 2014).

Os recursos turísticos essenciais (como clima, paisagem, patrimônio histórico e cultural, tradições, folclore, artesanato, etc.) são a fundação de todas as atividades turísticas em um destino.

Porém, sozinhos dificilmente seriam capazes de atrair e manter turistas interessados. Portanto, é necessário levar em conta também os recursos secundários ou complementares.

2.2.3. Recursos Turísticos Secundários do Município de Inhambane

No tocante a *unidades de alojamentos* do MI, constatou-se que o MI possui cerca de 121 estabelecimentos de alojamento, com uma capacidade de 3794 camas, o maior investimento quando comparado com os principais polos turísticos da Província de Inhambane (Jangamo, Vilankulo e Bazaruto). A maioria dos estabelecimentos, de acordo com a classificação atribuída pela DPCTI e realizada com base no decreto n° 97/2013⁵¹, são de segunda e terceira classe e localizam-se na zona urbana do MI e no Tofo e Barra e Tofinho, sendo maioritariamente constituídos por *lodges*⁵² que perfazem 75% do total de alojamento deste município (DPCTI, Cadastro de 2023).

No mesmo cadastro, acercado dos estabelecimento de A & B, constatamos que o MI possui cerca de 33 estabelecimentos com uma capacidade de 2193 cadeiras e 476 mesas e nesta linha, saliente-se que de acordo com a classificação atribuída pela DPCTI com base no RETRBSD (Regulamento dos Empreendimentos Turísticos, Restauração e Bebidas e Salas de Danças), aprovado pelo decreto n° 97/2013 de 31 de Dezembro de 2013, são das seguintes categorias: restaurantes, bares, *snack bars*, botequim, esplanadas e centros sociais e pastelarias. Sobre a qualidade, também conforme o mesmo regulamento, verifica-se uma melhoria face ao alojamento, considerando que na sua maioria são estabelecimentos de segunda e terceira classes.

É importante destacar que a maioria desses estabelecimentos está situada na área urbana do MI, com acesso por estradas, sendo escassos os locais para refeições e bebidas ao longo das praias de Tofo, Tofinho e Barra. Quanto às condições e serviços oferecidos pelos estabelecimentos, verificou-se através da observação realizada que, de forma geral, eles disponibilizam bebidas nacionais e internacionais, pratos típicos locais e internacionais, serviço para viagem e possuem

⁵¹ Para obter mais detalhes sobre o processo de classificação aceder ao *link* abaixo do Decreto número 97/2013 – aprova o regulamento dos empreendimentos turísticos, restauração e bebidas e salas de danças e revoga o decreto número 97/2007. Disponível em: www.ahsmocambique.com/pdf/Decreto%2097-2013.pdf.

⁵² “Estabelecimento de acomodação turística baseado em atividades relacionadas com a natureza como sejam, safaris, pesca, mergulho, passeios e observação de recursos naturais e construídos predominantemente em estilo e materiais locais” (Decreto número 97/2013, p. 2).

condições aceitáveis de higiene, segurança e conservação de alimentos e bebidas, conforme exigido pelo decreto n.º 97/2013 de 31 de dezembro de 2013. Acredita-se que os preços são competitivos e adequados aos serviços oferecidos, embora em alguns casos possam variar dependendo da temporada.

No entanto, há alguns locais que possuem condições precárias de limpeza nos banheiros, os quais também não são adaptados ou equipados para pessoas com mobilidade reduzida. Foi observado também como ponto negativo a falta de áreas bem demarcadas para fumantes e a desorganização nos vestiários dos funcionários, onde muitas vezes não há uniformes fornecidos, resultando em cada um utilizar suas próprias roupas.

No que diz respeito à locação *de veículos*, é importante destacar a presença de empresas como BTTS e MOVA, que possuem estrutura legal, patrimonial, administrativa e financeira voltada para a prestação de serviços. Já o mercado informal de aluguel de carros no MI é liderado por vários operadores presente em Balane e Chalambe, que oferecem veículos para os turistas, com ênfase nos veículos de 15 lugares usados para transporte local compartilhado, sobretudo durante os períodos de alta temporada turística. Essa prática não apenas visa aumentar a receita desses operadores, mas também facilitar a locomoção dos visitantes dentro do MI.

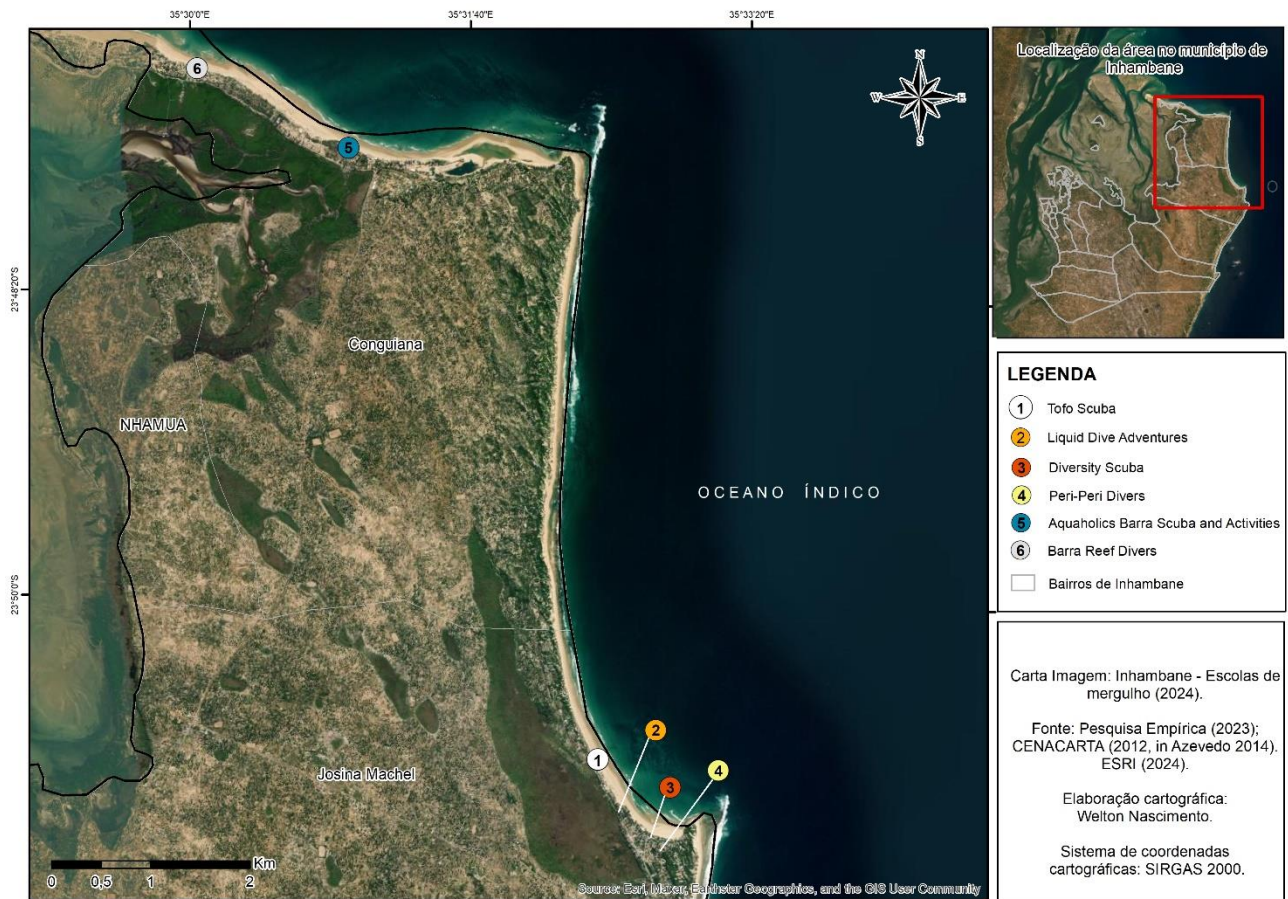
Em relação ao setor de *turismo e viagens*, o MI dispõe de uma agência chamada Terra, Água e Céu, a qual possui o título de agência receptora e oferece os seguintes serviços: planejamento e comercialização de pacotes turísticos; reserva de serviços em estabelecimentos turísticos; venda de passagens e reserva de assentos em diversos meios de transporte, sobretudo aéreo; representação de outras agências de viagens, tanto nacionais quanto estrangeiras, ou de operadores turísticos estrangeiros, além de atuar na intermediação da venda de seus produtos; acolhimento, traslado e apoio a turistas.

Uma das práticas mais relevantes para a indústria do turismo em MI é, sem dúvida, o mergulho⁵³, em especial na praia do Tofo. Nesse local, é possível encontrar uma grande variedade de espécies ao longo do ano, como a Raia Manta e o Tubarão Baleia, consideradas pelos

⁵³ “Em Moçambique a vida selvagem terrestre foi caçada extensivamente durante os ‘tempos de fome’ da guerra. Quase todos os grandes animais terrestres foram extintos localmente (*Ministry for the Coordination of Environmental Affairs*, 1997). [...] É provável que safaris terrestres não sejam no presente um relevante atrativo turístico, pelo menos em curto período. Controversamente, o meio ambiente marinho ainda está em boas condições e alta concentração de espécies carismáticas, tais como o tubarão baleia e a raia manta é um indicador de que turismo de mergulho possa ser uma oportunidade substancial para o turismo de natureza em Moçambique” (Pierce & Marshall, 2008, *in* Tibiriça, et al., s. d, p. 2).

mergulhadores como exemplares marcantes da vida marinha de Tofo. A região é vista como prioritária para o desenvolvimento turístico em Moçambique. No entanto, a gestão dessa atividade enfrenta sérios desafios por parte das autoridades locais, devido à ausência de planos integrados para o turismo, especificamente para o mergulho em Tofo.

Figura 16 - Escolas de Mergulho do Município de Inhambane



Nota. Pesquisa Empírica (2023); CENACARTA (2012, em Azevedo, 2014), com elaboração cartográfica de Welton Nascimento em 2024.

Na atualidade do MI, com base nos dados colhidos na pesquisa de campo (figura 16), surgem seis pontos de mergulho operantes como centros de treinamento nesse tipo de atividade. Destes, cinco estão situados na praia do Tofo (*Tofo Scuba*, *Diversity Scuba*, *Liquid Adventures*, *Piri-piri Divers* e *Bitonga Divers*) e um na praia da Barra (*Barra Dive Center*).

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A indústria do turismo é uma das maiores indústrias do mundo, representando 10% do produto interno bruto (PIB) global e sendo responsável por 25% dos novos empregos pré-pandemia (WTTC, 2022). Como força motriz da economia global, o turismo tem uma longa história de contribuição para o desenvolvimento sustentável global (Scheyvens & Cheer, 2021). O turismo tem contribuído para a eliminação da fome ao atrair despesas turísticas em regiões pobres. Muitos destinos, como Tailândia e Indonésia, desenvolveram o turismo, principalmente nas regiões periféricas, como forma de reduzir a fome (Aldao et al., 2021).

Nesta linha de pensamento, pretende-se explorar as teorias do desenvolvimento, pois, fornecem uma base importante para entender como o turismo pode impactar o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades. Assim, abaixo, são discutidas algumas das principais teorias do desenvolvimento e sua relação com o turismo.

3.1. Teorias do desenvolvimento e sua relação com o turismo

Sem pretender abordar exaustivamente as teorias do desenvolvimento, pois reconhecemos sua grande complexidade para nossa compreensão, nesta parte da pesquisa, não apresentamos “todas” as teorias existentes (para uma melhor percepção vide tabela 14 no fim desta parte), até porque não é o âmago desta investigação, mas apenas aquelas que consideramos estar intimamente ligadas ao turismo e que possam enriquecer teoricamente nossa pesquisa científica.

3.1.1. Teoria da modernização

O objetivo deste subcapítulo é expor os subsídios da teoria da modernização que permitem trazer premissas introdutórias para o debate teórico sobre a relação entre modernização e desenvolvimento e, assim, entender o papel desta teoria na edificação do discurso favorável ao paralelismo entre turismo e desenvolvimento, sobretudo nos países em via de desenvolvimento – objeto de estudo desta pesquisa.

Contudo, antes convém, refletir, embora de forma lacônica, sobre a origem da modernização, sublinhando que a hegemonia do paradigma Keynesiano na economia, o sucesso do

Plano Marshall e o clima político do período pós-guerra impulsionaram à primeira grande teoria do desenvolvimento, a teoria da modernização (Mazón, et al., 2012), precisamente quando o sistema de colonização estava sendo suprido por um novo modo de relações geopolíticas globais. Esta análise começa com o discurso de tomada de posse do presidente americano Harry Truman, em 1949 (Fazito, 2015). Onde, a ideia de desenvolvimento como modernização passou a predominar nas relações geopolíticas entre os países do Norte e do Sul global (Silva, 2019).

A respeito, analisando o discurso de Truman, evidencia-se que a chave para o desenvolvimento, é “uma maior produção” e um “maior consumo”. Isto é, para se mover da condição de subdesenvolvido para desenvolvido, “a receita” está na última frase do discurso, “a aplicação do conhecimento moderno científico e técnico de forma mais ampla e vigorosa”. Em suma, esse conceito de desenvolvimento foca no aumento da produção e do consumo como os principais objetivos a serem atingidos por uma sociedade, e opõe o que é tradicional (atrasado, ruim, subdesenvolvido) do que é moderno (avançado, bom, desenvolvido), daí seu nome ‘Teoria da Modernização’ (Fazito, 2015).

Esta teoria considera que o desenvolvimento é um processo evolutivo, que ocorre em etapas, em busca do progresso. A premissa é o crescimento econômico que, de acordo com Rostow (1956), permite que as sociedades evoluem através de estágios, passando de uma condição pré-capitalista (tradicional) para uma sociedade de consumo. A ideia de desenvolvimento que Truman expressou em seu discurso foi teorizada por Rostow (1960).

Rostow basicamente descreve cinco estágios (Sociedade tradicional; pré-condição para Decolagem/*trade off*; Decolagem/*Trade off*; O caminho para Maturidade; Sociedade de Consumo de Massa) de desenvolvimento, desde uma sociedade tradicional e primitiva até uma sociedade de alto consumo. Assim, fica claro que, o conceito de desenvolvimento, para Rostow, é traduzido no crescimento econômico, o que seria possível com a industrialização, significando, por conseguinte, modernização.

Em outras palavras, para o presidente Truman, o subdesenvolvimento era representado pelo “primitivo” e “estagnado” e, assim sendo, para sair do “sub” para o desenvolvimento era preciso aplicar o conhecimento “moderno” e técnico-científico. É neste argumento que o discurso do Truman promoveu entre as sociedades do hemisfério norte a ideia otimista de acudir e salvar os povos e o mundo todo, na condição “primitiva”, da pobreza e do subdesenvolvimento, a partir da filosofia da modernização.

Esta teoria defende que o desenvolvimento será atingido através do crescimento econômico, sendo o desenvolvimento a última etapa de um *continuum de* crescimento econômico, onde alterações profundas nos métodos de produção induziriam a um crescimento sustentado (permanente), que por sua vez conduzirá ao aprofundamento das mudanças na economia e na sociedade (Faria, 2012). Na altura acreditava-se que o setor industrial seria o responsável por essas mudanças, pois o seu papel de elevada produção e produtividade seria capaz de aumentar o produto per capita e, por consequência a capacidade de poupança e de investimento produtivo, estabelecendo uma cadeia de demanda efetiva por outros bens manufaturados, contribuindo para a expansão urbana e para o fortalecimento do processo de industrialização (Faria, 2012).

Em conformidade com esta teoria, existem três fatores econômicos chaves para impulsionar o desenvolvimento: a *poupança*, as *externalidades*⁵⁴ e o *comércio externo*. Isto significa que, para conquistar o desenvolvimento é necessário, fundamentalmente, elevar a poupança, proporcionando o incremento da renda nacional, estimular a industrialização, restringindo a participação do setor primário/agrícola na economia. E aqui o Estado tem a responsabilidade de coordenar os investimentos para estimular as externalidades e promover o comércio internacional (Rostow, 1956).

Depreende-se de antemão, que essa teoria restringiu o conceito de desenvolvimento simplesmente ao crescimento econômico, negligenciando os aspectos sociais, ambientais e culturais, igualmente intrínsecos à ação do desenvolvimento, pois, o recurso para alcançar o desenvolvimento alicerça-se na expansão dos mercados, das empresas, enfim, do capitalismo (Hidalgo, 2008).

A outra crítica reside no fato de ser uma teoria muito simplista e com alto nível de abstração (Telfer, 2004) e ao fato de esta estar baseada no juízo de que todas as sociedades acompanham um infalível processo linear, do atrasado para o moderno; da agricultura para a indústria; do rural para o urbano; em diante (Sharpley & Telfer, 2014). É nesta trilha, que no período pós-segunda Guerra Mundial, as nações consideradas desenvolvidas, em consonância com as recém-criadas instituições da Breton-Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional),

⁵⁴ Alterações de custos e benefícios para a sociedade, derivadas da produção da empresa, ou então as alterações de custos e receitas da empresa, devidas a fatores externos à empresa. Em outras palavras, efeito dos impactos das ações dos agentes econômicos de sobre o bem-estar de outros agentes econômicos que não estão diretamente ligados a esta ação (Figueiredo, 2007; Samuelson & Nordhaus, 2004).

tudo fizeram para difundir esta filosofia da modernização com base no Neoliberalismo⁵⁵ Econômico.

É um modelo também considerado mais ideológico do que científico que foi amplamente difundido e por intermédio, muitos países adotaram-no ao ponto de tomar muitas decisões políticas a si favoráveis, almejando alcançar o “desenvolvimento” à semelhança dos países considerados desenvolvidos, na época. Temos a salientar, nesta linha, que apesar de ter produzido algum resultado positivo – meramente econômico – os impactos negativos foram muito mais amplos, com destaque para o aumento das dívidas externas, agravamento das desigualdades sociais e territoriais.

O discurso da modernização bem como as suas repercussões mais recentes - neoliberalismo e globalização – vem causando altíssimos níveis de desigualdade sociais (Sen, 1999) como já se fez menção nos parágrafos acima. E, é neste sentido que para Castells (2003) a economia global foi constituída politicamente, sob os ideais de desregulação e privatização da ideologia neoliberal. É muito importante entende-se que a globalização não afeta todas as pessoas de forma igual. Essa transformação geopolítica causou não somente a globalização da produção, das finanças, da distribuição e das redes sociais, mas também a globalização da pobreza, da marginalização e da insegurança (Peck, 2004 como citado em Fazito, 2015).

3.1.1.1. Teoria da modernização e o turismo

Fazendo uma ponte de ligação com o turismo, temos a salientar que, na visão de Mazón *et.al.* (2012), a materialização do turismo como atividade econômica alternativa nos países periféricos e como fator de desenvolvimento foi alicerçado dentro da teoria da modernização a partir de fundamentos teóricos que abordavam o turismo como estratégia para acrescentar o emprego e renda, gerar divisas, acrescer o PIB, atrair capital privado nacional e internacional e para promover formas de vida modernas baseados em valores ocidentais (Mathieson & Wall, 1982 como citado em Silva, 2019).

⁵⁵ Neoliberalismo é “uma teoria que parte da prática da economia política e que defende que o bem-estar humano pode ser atingido através da liberação das habilidades e liberdades individuais de empreendedorismo dentro de uma estrutura institucional caracterizada por uma forte defesa dos direitos de propriedade, mercados livres e comércio livre” (Harvey, 2005, p. 2).

As aspirações de superar o subdesenvolvimento, alimentavam esperanças até certo ponto ilusórias de progresso e, é nessa conjuntura político-econômica, à escala global, fundamentada na teoria da modernização, numa linhagem estritamente econômica, que alguns autores da época como por exemplo, De Davis (1978), Miossec (1976) ou Butler (1980) consideravam o turismo como uma via alternativa para o desenvolvimento ou por outras, para modernização dos destinos que se encontravam nos países periféricos – sobretudo em países que encontraram problemas com a industrialização.

Em suma, a teoria da modernização sugere que o desenvolvimento é um processo linear em que as sociedades avançam de estados tradicionais para modernos através da industrialização, urbanização e outros processos de modernização. A sua relação com o turismo gravita em torno do turismo ser visto como um motor de modernização, trazendo investimentos estrangeiros, tecnologia e infraestrutura que podem catalisar a transição de uma sociedade tradicional para uma moderna.

Esta visão dominante do turismo como negócio importante, gerador de renda e emprego, levou a hegemonia das teorias voltadas a uma obediência cega à modernização e à falta de crítica político-econômica, negligenciando as experiências sociais locais contextualizadas às realidades do sul global, e negando as contradições entre Norte e Sul (Sharpley & Telfer, 2002), suscitando muita resistência e críticas, como veremos na teoria da dependência, a seguir.

3.1.2. Teoria da dependência

Muitas foram as teorias que arriscaram elucidar e propor soluções para o subdesenvolvimento. A mais destacada foi a teoria da dependência. Ela descrevia o subdesenvolvimento com base nas relações comerciais desfavoráveis no mercado internacional. O turismo, como um setor com destaque nas economias nacionais, não escapou desta análise e foi elemento de múltiplos estudos que evidenciavam o processo de acumulação e concentração do capital estrangeiro e as consequências de desapropriação e dependência deste modelo, sobretudo nos países em via de desenvolvimento (De kadt, 1979; Hoivik; Heiberg, 1980; Krippendorf, 1987 como citado em Silva, 2019).

Esta teoria suscitou muitos julgamentos e críticas, baseados no pensamento denominado “teoria da dependência”⁵⁶ movimento que surgiu em 1960 como a principal crítica da teoria da modernização, que defende que o subdesenvolvimento não é uma condição original a ser suplantada através da integração da economia mundial, mas é uma condição criada por essa integração (Franklin, 2004 como citado em Fazito, 2014), ou por outras, os teóricos da dependência criticaram a modernização por ser uma ideologia utilizada para justificar o envolvimento e a dominação ocidental sobre os países do sul global, por exemplo que o desenvolvimento da Europa, foi baseado na “destruição externa: conquista brutal, controle colonial e a privação de sociedades não ocidentais de seus recursos e excedentes” (Peet, 1999, p.107).

A outra razão por de trás do surgimento desta teoria está relacionada com a fraqueza demonstrada pela modernização, uma vez que ficou provado que os países periféricos não conseguiram atingir e manter índices satisfatórios de crescimento econômico, muito menos de desenvolvimento pois, estes países não conseguiram reduzir os níveis de pobreza e de desigualdade social.

De um modo geral, nos anos setenta observou-se uma mudança de paradigma do conceito do desenvolvimento, quando ficou evidente que o desenvolvimento econômico não consiste em um processo linear e evolutivo— conforme era defendido pela modernização — se não, mais bem multifacetado, onde a riqueza e a pobreza estão profundamente ligadas a escala global. Ainda por este ângulo, importa reforçar que, os defensores das “teorias da dependência” argumentam que os países em desenvolvimento têm estruturas políticas, institucionais e econômicas externas e internas, que os mantêm em uma posição dependente em relação aos países desenvolvidos (Todaro, 1997).

O modelo centro-periferia, a fortaleza do approach da dependência e das teorias heterodoxas⁵⁷, é a primeira crítica às teorias neoclássicas (ortodoxas) da economia e do comércio internacional. Esta abordagem repartiu o mundo em países “centrais” (países desenvolvidos) e “periféricos” (países em vias de desenvolvimento). O que se observa, é uma relação desigual de

⁵⁶ Do ponto de vista histórico o paradigma da dependência ganhou destaque na década de 1960 como crítica da modernização e é um dos mais conhecidos desenvolvimentos das teorias neomarxistas (Schuurman, 1993).

⁵⁷ Teorias heterodoxas: é uma categoria que se refere a abordagens ou escolas de pensamento econômico que são consideradas fora da economia ortodoxa, e pode ser definida em termos de um nexos “estrutura histórico-social-institucional”. Exemplo: Teoria estruturalista da CEPAL (1960), o enfoque da regulação (de 1976), o neoestruturalismo (desde 1983); a economia radical do desenvolvimento dos anos noventa; enfoque das necessidades básicas (1969-78); Teorias neomarxistas, (1970).

influência e controle hegemônico dos mercados pelos países do “centro” e uma perda de controle dos países da “periferia” sobre seus recursos, causando uma transferência de renda da “periferia” para o “centro” (Sharpley & Telfer, 2014; 2015).

Na lógica temporal, análoga à modernização, a “teoria da dependência” tem raízes em uma variedade de diferentes perspectivas e abordagens. A escola da dependência emergiu da convergência de duas grandes tendências intelectuais. A primeira delas tem suas raízes no estruturalismo latino-americano, que levou à formação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) liderada por Prebisch, que na altura já era um crítico da dependência dos países periféricos aos países centrais. Enquanto a segunda tem raízes no marxismo, incluindo o marxismo clássico, o leninismo e o neomarxismo.

Embora algumas das abordagens relacionadas à dependência tenham sido criticadas por serem vagas nas recomendações de políticas pragmáticas para o efeito, a CEPAL desenvolveu uma série de políticas de industrialização doméstica com base no contexto de autossuficiência (Sharpley & Telfer, 2005; 2014).

O neomarxismo supra aludido, reflete uma transformação do pensamento marxista a partir da abordagem tradicional, com foco no conceito de desenvolvimento com uma visão eurocêntrica, para uma abordagem mais recente que se concentra no conceito de subdesenvolvimento e expressa a visão do chamado Terceiro Mundo (Hettne, 1995). O surgimento do paradigma da dependência não veio apenas de algumas das fraquezas percebidas pela CEPAL, mas também como mais uma resposta radical ao pensamento ortodoxo de desenvolvimento, como aquele avançado por estágios de crescimento econômico de Rostow, expostos mais acima (Sharpley & Telfer, 2014).

Em relação ao CEPAL, é importante destacar que ele teoricamente acreditava que apenas as nações “centrais” seriam beneficiadas pelo comércio, enquanto as nações “periféricas” seriam prejudicadas. Por conseguinte, a estratégia de desenvolvimento da CEPAL incluiu a industrialização doméstica, protecionismo e substituição de importações. Ideologicamente, a abordagem do CEPAL constituiu uma forma de nacionalismo econômico (Hettne, 1995).

De fato, como observado por Tucker e Akama (2009), os teóricos de dependência formaram o primeiro grupo a propor um desafio acadêmico ao discurso eurocêntrico de desenvolvimento. Porém, a perspectiva anti-imperialista proposta pela “teoria da dependência” resultou no fracasso de sua implementação, pelo menos na América Latina, já que desde o golpe de estado de 1954 na Guatemala, os governos que propunham algo diferente dos desejos da política

externa dos Estados Unidos, foram interrompidos através de intervenções norte-americanas diretas ou indiretas (Porter & Sheppard, 1998).

Para além disso, a teoria da dependência tem enfrentado muitas críticas, que refletem sua diversidade de abordagens. A dependência é criticada por ser altamente abstrata, pessimista, retórica e por enfatizar as condições externas sobre os fatores internos (So, 1990). A conhecida crítica de Booth (1985) argumentou em uma série de frentes, incluindo o fato de que as influências meta-teóricas dentro do marxismo levaram a grandes simplificações, que são erradas ou muito gerais para serem relevantes para as questões práticas mais importantes que os economistas do desenvolvimento enfrentam.

Os críticos argumentam, ainda, que a perspectiva de dependência, com exceção da escola estruturalista é vaga nas recomendações de políticas e não identifica planos concretos para novos estados independentes (So, 1990). No mesmo ponto de vista, Friedmann e Douglas (1978) publicaram uma crítica à estratégia de desenvolvimento da teoria dualista da dependência. As políticas protecionistas e isolacionistas da escola estrutural também foram criticadas por serem excessivamente otimistas sobre o ponto de que a industrialização acabaria com todos os problemas de desenvolvimento (So, 1990; Cardoso, 1979)

Correndo o risco de simplificar a diversidade teórica dentro da dependência, Hettne (1995) apresentou alguns dos aspectos da abordagem de dependência para o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Afirmando que o obstáculo mais marcante ao desenvolvimento não é a falta de capital ou competências empresariais, mas a divisão internacional do trabalho. Este obstáculo para o desenvolvimento é então visto como uma força externa em oposição a uma força interna.

A divisão internacional do trabalho é então analisada em termos de regiões centro e periferia, com superávits na economia saindo da periferia para o centro, isto significa, os excedentes saindo da periferia para o centro, o desenvolvimento ocorrendo no centro enquanto, simultaneamente, o subdesenvolvimento estava ocorrendo na periferia. Assim, com periferia condenada ao subdesenvolvimento devido às suas ligações com o centro, é necessário para uma nação em desenvolvimento “dissociar-se do mercado internacional, para quebrar as cadeias de extração de excedentes e lutar pela autoconfiança nacional” (Hettne, 1995, p. 97).

3.1.2.1. Teoria da dependência e o turismo

Já no domínio do turismo, Sharpley & Telfer, (2002) sublinham que a teoria da dependência tem sido explorada por vários autores, como Christaller, (1963), Turner (1976) e Hoivik; Heiberg (1980). Diz-se, nesta linha, que a dependência e o turismo nasceram juntas e andam de mãos dadas, e para acrescentar, Krippendorf (1987) salienta que vários autores levantaram a problemática de que a integração do turismo nas estruturas econômicas de países em vias de desenvolvimento (ou periféricos) sugere apenas mais um passo em direção “servidão”.

A análise da relação centro vs periferia no turismo, se ilustra na comparação entre os países em via de desenvolvimento constituindo a “periferia do prazer” subordinados do centro ou países desenvolvidos, em elementos como, a chegada de visitantes estrangeiros; na geração de divisas; na atração de empresas transnacionais para a implantar e gerir empresas turísticas; na contratação de mão-de-obra estrangeira para a gestão dos negócios; na importação de produtos para atender as necessidades dos turistas, etc., claramente, minimizando os impactos econômico positivos para o local e beneficiando a continuação da dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos (Sharpley & Telfer, 2002).

A situação de dependência econômica e política decorrente dos conjuntos de relações pós-coloniais centro-periferia, foi comparada por alguns comentaristas com uma forma de imperialismo (Hall & Tucker, 2004). Por exemplo, Crick (1989, p.322) argumenta que o turismo é uma forma de “imperialismo de lazer” e representa “a face hedonista do neocolonialismo”. Mathews (1978), alega que o turismo pode até aumentar o número de empregos disponíveis e pode aumentar as armadilhas da modernidade com edifícios modernos e novos serviços, mas se não contribuir para o desenvolvimento dos recursos locais, então pouco difere da plantação agrícola tradicional.

Em linhas gerais, a interpretação que se faz sobre o turismo e desenvolvimento do ponto de vista da dependência não se cinge aos benefícios econômicos, já que, a discussão transcende aos impactos negativos do turismo, tais como: perda de identidade cultural; pouco impacto sobre a redução da pobreza; efeito de imitação sobre o consumo; ampliação das importações de bens improdutivos; injustiça nas oportunidades; tendência inflacionária que acompanha o aumento da demanda turística, abrangendo o preço da terra e, especialmente, o preço das habitações e a especulação imobiliária (Britton, 1982;1989; Brown & Hall, 2000).

As vozes críticas, consideram que a teoria da dependência não proveu soluções da forma como os países periféricos iriam superar as contradições internas do capitalismo (Silva, 2019). Suas recomendações em termos de políticas eram demasiado ambíguas (So, 1990), e como fraqueza constata a ausência de análises a nível local (Preister, 1989 como citado em Faria, 2012).

Muitos domínios académicos e políticos têm analisado criticamente o rumo das teorias da dependência, argumentando que era muito simplista e mecanicista, e sobretudo porque suas contribuições eram parte de um contexto político e económico que se transformou ao longo do tempo. Concretamente se argumenta que o esquema de globalização superou as visões estruturalistas de dependência.

Para Silva (2019), como resultado, desta fraqueza da dependência, o discurso da modernização – no caso do turismo, a favor da modernização, homogeneização e urbanização turística – encoberto pelos países do norte global, acabou por se tornar o discurso dominante de desenvolvimento em quase todo o mundo. O fortalecimento do discurso da modernização bem como seus desdobramentos mais recentes – teoria neoliberal – vem causando altíssimos níveis de desigualdades e de impactos negativos sobre as comunidades (Escobar, 1995). O neoliberalismo é o ponto seguinte da nossa discussão.

3.1.3. Neoliberalismo económico

O desenvolvimento do neoliberalismo económico foi uma reação contra as políticas de forte intervenção do Estado na política e na economia, incluindo aquelas promovidas por teóricos da dependência estrutural. O neoliberalismo económico, concentra-se no comércio de livre mercado e envolvimento limitado do Estado na economia global, sobretudo do ponto de vista social. O neoliberalismo foi dedicado a neutralizar o impacto macroeconómico do keynesianismo⁵⁸ no desenvolvimento económico dos países, movendo políticos, governantes e economistas a

⁵⁸ Entre 1928 e 1929, nos EUA, perante subidas inesperadas das taxas de juro, as empresas decidiram reduzir o investimento e a produção. O aumento do desemprego levou as famílias a diminuir o consumo, e isto levou as empresas a reduzir ainda mais o investimento e a produção, gerando-se assim um ciclo vicioso de depressão económica. Em 1936, John Keynes publica “*A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*”, obra fundadora da macroeconomia, que pretende explicar o comportamento do nível de produção e do desemprego, assim como a sua relação com os gastos públicos e impostos (política orçamental), e com a taxa de juro e quantidade de moeda em circulação (política monetária). Defendendo, essencialmente, uma maior intervenção do Estado na economia.

implementarem ações e tomarem decisões com base nas leis de livre mercado de concorrência perfeita.

O Neoliberalismo econômico ganhou popularidade após a crise do petróleo no início dos anos 1970 e as subsequentes reestruturações do capitalismo internacional que levaram à uma redefinição do papel do Estado e, portanto, o fim do keynesianismo e do Estado de bem-estar social⁵⁹ (Schuurman, 1993). A ascensão de governos conservadores nos EUA, Canadá, A Grã-Bretanha e a Alemanha Ocidental na década de 1980 continuaram a influenciar esta revolução no pensamento (Todaro, 1994). Em suma podemos afirmar que o neoliberalismo surge instigado: pelo acréscimo do preço do petróleo nos anos 1973; pelas alterações na política monetária dos EUA (taxas de juros crescentes); e alterações na política cambial (valorização do dólar) que resultou da desintegração dos alicerces da ordem estabelecida no pós-guerra (acordos Bretton-Woods e o estado de bem-estar) (Silva, 2019).

O objetivo da corrente neoliberal, era o reordenamento das relações entre o centro hegemônico e outros países capitalistas, cujo paradigma ideológico foi o modelo anglo-saxão (Tavares & Fiori, 1993). Também tem raízes na obra de Adam Smith e seu princípio de *laissez-faire* e a teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, que defendem uma abordagem minimalista do envolvimento do Estado nas transações econômicas.

Cadernos de Desenvolvimento (2006, p. 55-56) ressalta que:

Se o neoliberalismo cria tanta resistência, desalento, angústia, insegurança, é porque não é simplesmente uma política econômica. É um instrumento sociocultural através do qual se busca substituir um tipo de sociedade – que procurava certo equilíbrio entre eficiência econômica a solidariedade social, e que havia se logrado construir em alguma medida no período pós-guerra – por outra na qual se exacerbam a eficiência, a competitividade e o individualismo, se privilegia tudo o que é privado às expensas do que é público, com uma grande concentração de riqueza e poder, procurando anular toda a capacidade de se contrapor a esses efeitos.

⁵⁹ *Welfare state*, traduzido para o português como *Estado de bem-estar social*, é uma forma de organização política e econômica que posiciona o governo como um agente assistencial. Melhor dizendo, o Estado se torna responsável por promover o bem-estar social e econômico da população, garantindo educação, saúde, habitação, renda e seguridade social aos cidadãos. (disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/welfare-state/> consultado em 16/11/2021)

O que prevalece e se evidencia, é a absoluta eliminação da preocupação em ajustar os resultados econômicos satisfatórios com a qualidade de vida social, como um revés à segregação das necessidades humanas em detrimento do avanço tecnológico e índices estatístico-financeiros satisfatórios, pois, conforme Gadotti (2000), o modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista globalizado, que reduz o desenvolvimento humano ao crescimento econômico, polariza o poder e os recursos, aumentando desigualdades de toda ordem, conseqüentemente, destruindo o meio ambiente natural.

O movimento favorece o lado macroeconômico da oferta, dos mercados competitivos livres e a privatização de empresas estatais. Também foi referido como o “Consenso de Washington”, onde a globalização é vista como um processo de integração (Klak, 1998, p.3). Enquanto se afastam de políticas desenvolvimentistas mais antigas baseadas no estímulo da demanda, substituição das importações, intervenção estatal e planejamento de desenvolvimento centralizado (Brohm, 1996). Na mesma linha, os países em desenvolvimento são encorajados a bem receber os investidores privados de países desenvolvidos. Conforme descrito por Lal (1985, p.36 como citado em Sahrpley & Telfer, 2014) ao afirmar que, os problemas dos países em desenvolvimento não são devidos à problemas de mercado, são provocados por “intervenções irracionais dos governos”, incluindo o controle do comércio exterior, controles de preços, financiamentos inflacionários e déficits fiscais.

O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de recomendações de políticas ligadas às agências como o Banco Mundial e o FMI, que abarcam: disciplina fiscal; redirecionamento de gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira e comercial; eliminando barreiras ao investimento estrangeiro; adotar uma taxa de câmbio única e competitiva; privatização de empresas estatais; desregulamentar a entrada no mercado e a competição; e garantindo os direitos de propriedade (Storey, 2005).

Assim dizendo, as Agências Internacionais de Empréstimos, davam empréstimos para ajustar as economias receptoras ao Consenso de Washington. Os primeiros modelos de ajuste estrutural de desenvolvimento, fizeram parte do paradigma da modernização e focado em mecanismos da economia que transformaria uma sociedade agrícola em uma sociedade moderna e urbanizada.

Durante trinta anos de utilização das políticas neoliberais para alcançar o desenvolvimento não houve avanços no tocante à redução das desigualdades sociais internas e entre os países do centro e da periferia (Bresser-Pereira, 2014; Faria, 2012; Sharpley & Telfer 2014). Muito pelo avesso, pois, como resultado das políticas de ajuste estrutural por exemplo, em inúmeras situações observou-se o incremento dos níveis de pobreza, especificamente entre os grupos sociais mais vulneráveis (mulheres, crianças, doentes e idosos). O que sobressai é uma espécie de “ordem global” onde o Estado perde o poder e, questiona-se o seu papel pois, o mundo passa a ser liderado, organizado e controlado por corporações de alcance estrutural global.

Por exemplo, a liberalização dos mercados financeiros, especialmente no ocidente, provocou a recente crise internacional iniciada nos anos de 2008, cujo paradoxo prende-se com as medidas intervencionistas tomadas pelos governos nacionais para reduzir a progressão dos danos. Ademais, os altos índices de desigualdade social e degradação ambiental observados atualmente, e que são frutos desses discursos dominantes de desenvolvimento, alertam para a necessidade de discursos alternativos de desenvolvimento, que promovam uma solidez teórica da modernização (Silva, 2019).

Em face a todos os dilemas, enigmas e paradoxos do paradigma neoliberal, identificados anteriormente, torna-se difícil sustentar a teoria de que as forças do mercado livre, sem intervenção dos governos, da livre concorrência, são satisfatórias para fomentar o desenvolvimento.

3.1.3.1. Um olhar sobre o turismo a partir da teoria do neoliberalismo

O desenvolvimento do turismo também pode ser analisado usando a teoria do neoliberalismo econômico. Essa teoria descreve o desenvolvimento do setor como o domínio das nações economicamente desenvolvidas no setor do turismo, a desvalorização da cultura e dos valores tradicionais da economia mais fraca e a competição injusta entre os países do Norte e do Sul do mundo.

Perspectivamente, pode-se constatar que muitos dos resultados do neoliberalismo – desigualdades, pobreza, poluição, direitos sociais afetados (Castells, 2003b, 2003a; Escobar, 1995; Seisdedos, 2010) – comprometem as liberdades individuais. Em adição, sublinhe-se que este modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista globalizado, que reduz o desenvolvimento

humano ao crescimento econômico, polariza o poder e os recursos, fomentando desigualdades de toda a ordem, pobreza e, conseqüentemente, destruindo o meio ambiente (Gadotti, 2000).

Além disso, em linhas gerais, a globalização refere-se à crescente escala, em dimensão e velocidade dos fluxos inter-regionais e aumento dos impactos nas formas de interação social (Held & McGrew, 2003). Dos mais manifestos efeitos da globalização destaca-se a ampliação da mobilidade de pessoas – migrantes, turistas, trabalhadores, refugiados, estudiosos – pelo planeta (Thornley & Rydin, 2002). De tal modo que, o turismo, emerge nesta conjuntura como um fruto típico da ideologia dominante da globalização neoliberal que é considerada um símbolo global. É por isso que, Beni (2006), sublinha, que o turismo é a segunda área mais globalizada do mundo, depois da bancária.

O turismo, por si só, aguça as desigualdades sociais e territoriais, não apenas como uma força motriz para a concentração de riqueza em grupos multinacionais e transnacionais de “chefes” do turismo, mas também como uma força motriz para o rápido e fácil fluxo de informações, que promove o aniquilamento das diferenças locais e a padronização dos lugares.

De forma mais clara, sob o paradigma do neoliberalismo econômico, empresas multinacionais de turismo (hotéis, companhias aéreas, navios de cruzeiro, por exemplo) precisam ser livres para operar além das fronteiras nacionais, livres de regulamentações onerosas ou medidas protecionistas. A liberalização de regras comerciais no setor de aviação, conforme visto nos acordos de céu aberto entre as nações (por exemplo, UE-EUA) ilustra o movimento para remover barreiras no turismo (Micco & Serebrisky, 2006).

A partir da concepção de que o turismo é uma indústria de exportação, uma ampla gama de agências de ajuda internacional forneceu financiamento para desenvolver planos de turismo e infraestrutura turística (Hawkins & Mann, 2007). Esses empréstimos foram aumentados a partir da década de 1960 (Diamond, 1977). A União Europeia (UE), por exemplo, forneceu assistência aos países em desenvolvimento nas seguintes áreas: infraestrutura, recursos humanos, desenvolvimento de produto e mercado, preservação de recursos e desenvolvimento de estratégias. Mais concretamente, a UE forneceu financiamento para os países ACP (África, Caribe e Pacífico) sob a Convenção de Lomé.

O financiamento Internacional do turismo começou dentro do quadro de modernização nos anos 1960. A importância do turismo como atividade econômica voltada para a renda e câmbio estrangeiro, aumentou após a mudança global para o neoliberalismo econômico. Onde o Banco

Mundial financiou uma série de planos e políticas de turismo e resorts, incluindo Nusa Dua Resort em Bali (US \$ 14,3 milhões), Lago Pomun Reso, República da Coreia (US \$ 25 milhões), Puerto Plata Resort, República Dominicana (US \$ 25 milhões), e o Projeto de Desenvolvimento do Turismo de Antália do Sul, Turquia (US \$ 26 milhões) (Inskeep & Kallenberg, 1992).

Como resultado da queda econômica severa de meados da década de 1970 a meados da década de 1980, 29 países africanos implementaram, até certo ponto, programas de ajustes estruturais. Esses programas, inspirados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – conforme mencionado anteriormente – levaram a formas de reduzir a força de trabalho do governo, reduzindo os monopólios estatais, vendendo ativos do Estado para empresas privadas e liberalizando a economia para permitir o investimento estrangeiro. A última dessas opções está relacionada diretamente com as empresas de turismo (Dieke, 1995). O mesmo autor, argumenta ainda, no neoliberalismo, que o governo tem funções importantes como habilitador, ao invés de operacional para o setor turístico.

Os governos precisam fornecer garantias para itens como *incentivos ao investimento e férias fiscais*, que vão estimular a participação de empresas privadas no setor de turismo. Os governos da África permitiram um papel cada vez maior do setor privado no desenvolvimento do turismo, reconhecendo o papel do mercado no uso eficiente de recursos (Dieke, 1995). No entanto, programas de empréstimos de ajuste estrutural têm sido fortemente criticados por causarem sofrimento para os cidadãos em várias frentes, explicitadas a seguir.

Em um estudo sobre programas de ajuste estrutural e turismo no Gana de 1983-1999, Kondadu-Agyemang (2000, 2001 como citado em Sharpley & Telfer, 2014) observou que os impactos negativos foram a contenção de mais de 300.000 trabalhadores, desvalorização da moeda, aumento de disparidades socioeconômicas e territoriais, aumento das taxas de mortalidade e declínio na nutrição. Todavia, Kondadu-Agyemang (2000, 2001 como citado em Sharpley & Telfer, 2014) observa, que os esforços do programa de ajuste estrutural para transformar a economia, podem ter ajudado a tirar a indústria do turismo da obscuridade para uma das principais forças de atração de moeda estrangeira, porém sugere que ajustes devem ser feitos para tornar as políticas de ajuste estrutural mais humanas.

Autores como Clarke e Ng (1993) como citado em Silva (2019), admitem que o turismo se encaixa na conjuntura da globalização e internacionalização dos mercados, uma vez que, para eles, incentivar o turismo internacional pode contribuir para o desenvolvimento econômico nos

países subdesenvolvidos, e eles sustentaram este posicionamento através de um estudo voltado para uma perspectiva neoliberal, mostrando que o turismo internacional pode, de fato, proporcionar benefícios econômicos e sociais para o país receptor.

Como reação a esses posicionamentos otimistas, contemporaneamente, existem vários estudos que refutam essa presunção mostrando que o turismo internacional não é sempre benéfico para os países receptores e, percebe-se que um dos problemas que sobressai é a questão da produção das desigualdades sociais e da pobreza nas suas mais variadas dimensões, este último é conteúdo de discussão no ponto a seguir.

Tabela 14 - Evolução da teoria do desenvolvimento

Período de tempo	Paradigmas de desenvolvimento	Abordagens teóricas ou modelos selecionados	Principais conceitos / estratégias
Anos 1950 e 1960	Modernização	Estágios	Sociedades passam por estágios de desenvolvimento semelhantes aos dos países ocidentais.
		Difusão	Propagação de impulsos de crescimento de áreas desenvolvidas; polos de crescimento; efeito de gotejamento ⁶⁰ ; envolvimento do estado; desenvolvimento econômico regional.
Anos 1950 e 1960	Modernização	Neocolonialismo	Subdesenvolvimento causado pela exploração por países desenvolvidos; influência cultural ocidental.
		Dualismo	A pobreza é funcional para o crescimento econômico global; ricos e pobres - entre países e dentro dos países, desigualdades regionais.
		Estruturalismo	Mercados domésticos; substituição de importação; reformas sociais; protecionismo; envolvimento do estado
Meados da década	Neoliberalismo econômico	Mercado livre	Macroeconomia do lado da oferta; mercado competitivo e livre; privatização, globalização; Consenso de Washington.

⁶⁰ O trickle-down é uma **teoria econômica** que defende que **benefícios fiscais** específicos para empresas e indivíduos de alta renda criam um efeito benéfico que se espalha por toda a economia. A teoria se destaca por pregar uma tributação menor não necessariamente para todos, mas sim para aqueles que possuem mais capital. Ou seja, segundo os defensores do trickle-down, são esses agentes que teriam mais condições de empregar seu excedente de capital em atividades produtivas – o que, consequentemente, beneficiaria a todos. (Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/trickle-down/>)

de 1970 e 1980		Ajuste estrutural	Foco nas forças de mercado e exportações competitivas.
		Mercado único	Novo sistema financeiro mundial; desregulamentação internacionalização da produção; Construção de <i>resorts</i> ; elaboração de políticas de turismo em vários países; diminuição das ações estatais no mercado turístico e afim.
Década de 1970 e início de 1980	Desenvolvimento alternativo	Necessidades básicas	Prioridades de alimentação, habitação, água, saúde e educação.
		Nível da base	Desenvolvimento centrado nas pessoas; controle local de tomada de decisão; fortalecimento/ <i>empowerment</i> ; organizações não governamentais (ONGs).
		Gênero	mulheres em desenvolvimento; relações de gênero; fortalecimento do protagonismo feminino.
		Desenvolvimento sustentável	Gestão ambiental; atender às necessidades da geração presente sem comprometer o futuro; cientificidade do turismo por parte das academias; advento das auditorias ambientais; planejamento do desenvolvimento norteado pelos princípios de desenvolvimento sustentável; participação e empoderamento das comunidades no turismo; ecoturismo; turismo como sistema em que a economia é uma das dimensões mais importantes.
		Agendas do desenvolvimento sustentável	Agenda 21: potencialidade de desenvolvimento sustentável em certas comunidades relacionadas com ambientes frágeis; turismo sustentável; Código Mundial da Ética do Turismo da OMT; Orientações éticas sobre o planejamento. ODM: realização de ações prognósticas; alívio da pobreza; turismo pró-pobre para garantir que as comunidades tenham maior proveito do turismo especialmente em países em desenvolvimento. ODS: garantir a sustentabilidade no turismo; proteção da natureza e dos ecossistemas frágeis; geração do emprego e renda (emprego “digno”); uso sustentável dos recursos marítimos e culturais; cálculo da capacidade de carga dos destinos turísticos.
Final dos anos 1980 e início dos anos 1990.	O impasse e o pós-desenvolvimento.	Pós-desenvolvimento	Rejeição do desenvolvimento; crítica pós-moderna das meta-narrativas do discurso do desenvolvimento; formas pluralistas de pensar; valor local conhecimento e soluções locais.

Anos 1990 e 2000	Desenvolvimento humano	Desenvolvimento humano	Desenvolvimento Humano; direitos humanos; crescimento pró-pobre; boa governação; democracia; cancelamento ou perdão da dívida externa; resolução de conflitos; desenvolvimento como liberdade; Relatório de Desenvolvimento Humano; Índice de Desenvolvimento Humano.
		Teoria do Estado de Desenvolvimento	Desenvolvimento liderado pelo Estado.
		Sociedade civil e capital social	conexão dos cidadãos e do Estado.
		Movimentos sociais transnacionais	Ambientalistas; Povos indígenas; feministas; Paz; etc.
		Estudos da cultura	Diferentes visões de mundo são acomodadas.
		Desenvolvimento e segurança humana	Complexidade dos conflitos e caos acompanhada pela desintegração do Estado (Estados falidos); ‘Novas formas guerras’; mudança e necessidade de segurança humana.
Anos 2020 e 2010	Desenvolvimento global	Relações internacionais globais e governança	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU; melhorias na qualidade das relações internacionais e globais; governança por nova política supranacional instituições que ainda serão construídas.

Nota. Adaptado de Sharpley & Telfer (2015).

Cada teoria apresenta uma visão distinta sobre o impacto do turismo no desenvolvimento. Em termos práticos, uma abordagem equilibrada que leve em consideração os princípios do desenvolvimento sustentável, valorize os recursos locais e busque reduzir a dependência externa pode trazer mais benefícios para as comunidades. A aplicação dessas teorias no planejamento e na administração do turismo pode contribuir para maximizar os aspectos socioeconômicos positivos e minimizar as consequências negativas, favorecendo um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

3.2. A problemática da pobreza no geral e em Moçambique

É crucial e iminente debater a relação entre desenvolvimento e combate à pobreza. Estamos preocupados em como esse tema é abordado no campo do serviço social com foco para

as comunidades mais carenciadas. Neste capítulo trazemos uma problematização sobre a pobreza numa determinada perspectiva, necessária para esta tese, uma discussão dialética orientada na análise crítica do papel do Banco Mundial na luta contra a pobreza versos as necessidades do capitalismo neoliberal. E trazemos igualmente alguns dados estatísticos elucidativos do posicionamento de Moçambique nesta narrativa da pobreza.

3.2.1. Pobreza como um problema social – definindo o conceito

Inegavelmente os níveis mais dramáticos de pobreza estão diretamente ligados à África e existem evidências de que a pobreza acaba assumindo a capa de um problema ou desafio político e moral para todas as sociedades e esta é a maior “tragédia” dos nossos tempos. E, neste sentido, os países desenvolvidos têm um dever moral assim como o poder para prestar assistência à África. Atacar a pobreza crónica é a prioridade global para a nossa geração (CPRC – *Chronic Poverty Reserch Center*, 2009 em Holden, 2013). É nesta linha que Sachs (2005), estima que cerca de 8 milhões de pessoas morrem anualmente por serem demasiadamente pobres para sobreviver.

O dicionário da Língua Portuguesa (2010, p. 630) define a pobreza como sendo a “falta de meios necessários à subsistência, miséria, ausência de recursos financeiros, carências, falta de inteligência ou de qualidade ou mediocridade”. Conforme mencionado por Toye (2007), a pobreza é frequentemente interpretada como uma forma de escassez difusa, onde os indivíduos carentes seriam privados dos recursos necessários para uma existência cotidiana satisfatória. Ou por outras, na mesma direção apontada primeiramente por Sen (1999), em que a pobreza é, claramente, uma questão de privação.

Em conformidade com o PNUD (2001, p. 23), a pobreza é considerada um fenómeno complexo, geralmente identificado principalmente pelo nível de renda per capita e familiar. Nessa perspectiva, é considerado pobre aquele que possui um rendimento diário inferior a um dólar. Da mesma forma, é mencionada a ideia de incapacidade como um aspecto essencial na definição da pobreza absoluta, a qual se caracteriza pela falta de acesso a condições mínimas de vida de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade. No mesmo domínio, Castel-Branco (2005, p. 63) assume a pobreza com sendo “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e para os seus dependentes, um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade”.

Em adição, diz-se que o conceito da pobreza por muitos anos esteve relacionado com a questão da fome, porém com o tempo e muito recentemente percebeu-se que a fome é tão antiga quanto a própria vida humana, suscitando-se debates em torno deste assunto uma vez que percebe-se que as grandes diferenças entre o nível de vida dos países ricos e os pobres mostrou ou mostra claramente que a pobreza não se limita a fome como também comporta outras variáveis como o analfabetismo, condições precárias de habitação e baixos rendimentos (Cunha, 2013).

Neste sentido, atualmente não existe um consenso claro sobre o conceito de pobreza uma vez que pode variar de país para país ou mesmo dentro do mesmo país ou região e que esta pode transcender o tempo a geografia, a cultura e a economia (Cunha, 2013; Holden, 2013).

É comum identificar pobreza em função do rendimento diário, o famoso um dólar americano por dia, mas por exemplo, há países em que uma pessoa pode viver bem com 10 dólares americanos por dia, mas pode ser quase impossível em outros países. Por isso que é mais correto, identificar a pobreza pelos indicadores de bem-estar e qualidade de vida das populações, nomeadamente, acesso à alimentação, educação, cuidados de saúde, condições de habitação, taxa de mortalidade infantil, esperança de vida à nascença e acesso à água potável (Cunha, 2013). O autor assume que estes indicadores não permitem que as pessoas possam viver com dignidade, satisfação e com esperança.

É neste sentido que é importante clarificar que há várias causas da pobreza com fonte nos domínios sócio demográficos, económicos, culturais, conflitos políticos ou ambientais e, nesta linha, explica Bhagwati (1968 como citado em Cunha, 2013: 387) que:

- Mesmo que a expansão dependa de recursos naturais, talvez nenhuma nação seja tão desprovida que não tenha a mínima possibilidade de expandir o seu nível de rendimentos;
- Os países não dependem completamente dos recursos naturais, como o demonstraram o caso do Reino Unido e do Japão;
- Os países não estão limitados aos seus próprios recursos pois o capital, o trabalho especializado e o conhecimento técnico movem-se através das fronteiras;
- A revolução científica tornou sem sentido a ideia de que uma nação não tem qualquer potencial de expansão

Neste desenrolar de ideias em torno do conceito de pobreza fica claro, conforme já dito anteriormente, que este conceito ultrapassa uma simples mensuração de renda diária, atingindo o escopo social, político, cultural e ambiental e, depende muito da percepção dos fatores causadores

da pobreza. É neste sentido que trazemos algumas abordagens sobre a pobreza para melhor percebermos os seus múltiplos significados.

3.2.2. Possíveis leituras e interpretações sobre a pobreza

Para iniciar este ponto, trazemos o pensamento do conceituado professor Milton Santos (1999) quando cita três formas de pobreza vivenciadas ao longo do tempo, onde explica que a primeira forma de pobreza é a *pobreza incluída*, uma pobreza accidental às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, sobretudo sem vasos comunicantes. É resultante da desadaptação local aos processos mais gerais de mudanças ou de inadaptação às condições naturais, era uma pobreza que se produzia em lugar e que não se comunicava com outro lugar. As soluções para este tipo de pobreza eram soluções geralmente privadas, assistencialistas e locais. As Santas Casas de Misericórdia⁶¹, por exemplo são o exemplo mais evidente deste tipo de assistência. Esta pobreza era vista como um acidente natural ou social.

A segunda pobreza, reconhecida e estudada como sendo uma “doença da civilização”, chamada de *marginalidade*, considerada como a pobreza produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho internacional ou interna. Admitia-se que esta pobreza era corrigível, e essa correção era buscada pelas mãos dos governos. Essa é a fase em que a Europa vê ampliar-se a social democracia. No caso do Brasil, por exemplo, o autor diz que o Estado do Bem-Estar Social, legítimo ou caricato, mostrava-se sensível ao problema da chamada marginalidade, dominando a academia o discurso político.

O terceiro tipo de pobreza é a *pobreza estrutural*, essa pobreza não é mais local, nem mesmo nacional; ela se torna globalizada, encontrada em toda a parte do mundo. Há uma disseminação planetária da pobreza e uma produção globalizada da pobreza. Mas também é uma produção científica da pobreza. Já que são conhecidas as regras da sua produção, pode-se pensar que esta é voluntária. Esta é uma pobreza pervasiva, generalizada e, agora, permanente. Deixa-se de ser pobre em lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais é uma pobreza quase em

⁶¹ A Santa Casa de Misericórdia é uma irmandade que remonta dos anos 1837 e tem como missão o tratamento e sustento a enfermos e inválidos, além de dar assistência a “expostos” – recém-nascidos abandonados na instituição. Fundamentadas na doutrina antiga do cristianismo, para realizá-las, muitas vezes a irmandade não precisa de ter uma instituição física, fazendo cumprir as obras nas ruas, em presídios, etc. Disponível em: <http://www.scmp.org.br/materia/61/a-historia-das-santas-casas>

remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego como também pela redução do valor do trabalho. É o caso por exemplo do EUA, que é apresentado como o país que melhor resolveu a questão de desemprego, mas é onde o valor médio do salário caiu.

Saliente-se, nesta linha, que essa queda de emprego não atingiu de igual forma toda população, por que os negros continuam sem emprego e talvez numa situação pior que antes. Milton Santos, avoca que esse tipo de pobreza é visto como um fenômeno banal e que uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõem-se e explica-se como algo natural e inevitável. Porém, Santos assegura que se trata de uma pobreza produzida politicamente pelos “governos globais”.

Milton Santos acredita que os “governos globais”, de um lado pagam para criar soluções localizadas, parcializadas e segmentadas, como é o caso do Banco Mundial que, em diferentes partes do mundo financia programas de atenção à pobreza, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente é o grande produtor da pobreza, ou seja, atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente cria-se a pobreza pelo mundo e isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais.

Feita esta breve explanação, Santos chama a atenção salientando que o termo pobreza vem mudando ao longo dos anos e que a questão capital é o entendimento do nosso tempo. Assim é consensual contemporaneamente, categorizar a pobreza em dois grandes grupos, nomeadamente a *pobreza absoluta* e a *pobreza relativa*.

Onde a *Pobreza Absoluta* pode ser associada a uma variedade de termos que é usada em sinonímia em relação à pobreza absoluta, incluindo, pobreza fisiológica, pobreza crônica, pobreza extrema, pauperismo, entre outros (Holden, 2013). Estes termos caracterizam o tipo de pobreza que é todos os dias transmitido pelos órgãos de comunicação social mostrando milhões de famílias em tempos de crises humanitárias sem o suficiente para a sobrevivência por exemplo em casos de conflitos militares, inundações, secas severas, tempestades extremas, elementos que causam fome e mortes em massa.

Devido a privação total proporcionada por esta situação, as Nações Unidas (1995), num consenso entre 117 países da cúpula sobre o Desenvolvimento Social definiu a *pobreza absoluta* como sendo uma condição caracterizada por privação severa de satisfação das necessidades humanas básicas, incluindo alimentos, água potável, saneamento básico, saúde, abrigo, educação e informação. Como se pode observar, a pobreza não depende somente de acesso à renda (UNDP,

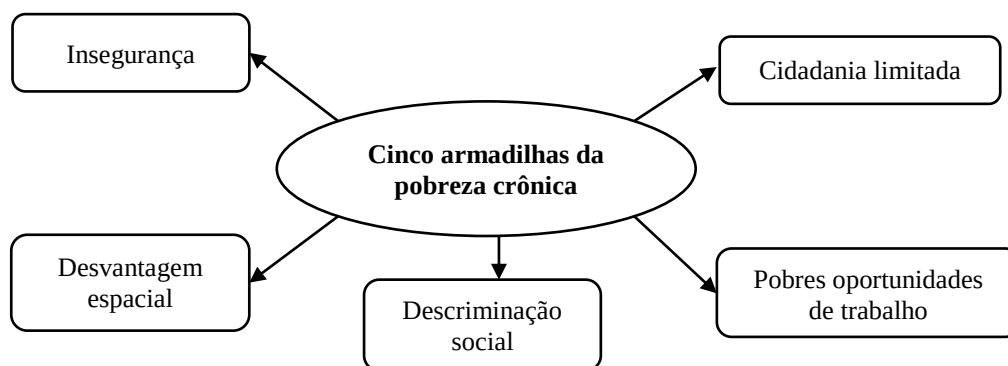
1995) e Sachs (2005:20), de forma similar afirma que a *pobreza absoluta* é caracterizada pela fome crônica, onde as pessoas não têm acesso à cuidados de saúde, tem falta de amenidades de água segura para o consumo humano e saneamento básico, não conseguem pagar as despesas de educação, para alguns ou todos os seus filhos, e sem ao menos um abrigo rudimentar.

Como se pode perceber esta é a pobreza de pessoas que virtualmente nada tem para satisfazer as necessidades alimentares básicas ou requerimentos calóricos mínimos (Castel-Branco, 2005). Este autor relaciona a pobreza extrema com o conceito de *pobreza humana* quando assume que esta é a pobreza caracterizada pela falta de capacidades humanas básicas, como analfabetismo, má nutrição, esperança de vida reduzida, saúde materna fraca, incidência de doenças preveníveis, como medidas indiretas de acesso aos bens, serviços e infraestruturas necessárias para atingir as capacidades humanas básicas como saneamento básico, água potável, educação, comunicação, energia, informação, etc.

Na era contemporânea, o uso de um nível mínimo de renda para identificar aqueles que vivem na pobreza foi posteriormente adotada pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas. Sendo deste modo o Banco Mundial o principal ator e apologista desta designação e desde 2008 este critério é bastante usado assumindo 1 USD (dólar Norte Americano) como sendo a renda mínima *per capita* por dia como o limiar da pobreza. Trata-se de uma medida bastante polêmica uma vez que a acesso a renda diária não pode comprar tudo, pode sim providenciar algum conforto (alimentos e abrigo, por exemplo) mas não pode comprar ou abranger outras dimensões da pobreza absoluta, nomeadamente a discriminação social, insegurança física e exclusão política (Holden, 2013).

Embora a pobreza absoluta ou crônica possa descrever uma condição na qual as necessidades e os direitos fisiológicos, educacionais e democráticos não sejam atendidos, o Centro de Pesquisa de Pobreza Crônica de Universidade de Manchester (CPRC) acrescenta uma *dimensão temporal* às condições anteriormente mencionadas. Quando assumem que a característica distintiva da pobreza crônica é sua duração prolongada ou por “muito tempo” muitos anos, uma vida inteira ou mesmo entre gerações (CPRC, 2009, p. 15).

Figura 17 - Cinco armadilhas que causam pobreza crônica



Nota. Adaptado de CPRC (2009 em Holden, 2013, p.15).

Embora as armadilhas da pobreza (ver figura 17) possam causar pobreza a longo prazo e que provavelmente haja um consenso de que pessoas vivendo com deficiências nutricionais, falta de abrigo e acesso a recursos básicos sejam pobres, outras definições e categorias da pobreza são mais de cariz político e até certo ponto controversas, sugerindo que a pobreza é em parte um estado construído, tanto quanto uma medida absoluta, uma interpretação política tanto quanto uma condição econômica definitiva (Holden, 2013, Kane e Kirby, 2003).

Adentrando para a *pobreza relativa*, temos a salientar que, como já foi acima referenciado pobreza relativa é a segunda maior tipologia da pobreza e, como o nome já sugere este tipo de pobreza é a que depende do que culturalmente se considera estado de pobreza, usualmente determinado com base nos padrões de vida sociais considerados normais. Nesta linha, consoante Lister (2004), trata-se de uma abordagem que os pesquisadores usam para identificar os que estão na situação de pobreza comparativa, em outras palavras, os que não possuem recursos suficientes que lhes proporcionem o acesso às necessidades socialmente reconhecidas como básicas ou mínimas e a participação na vida social geral.

Assim, percebe-se que, a base da medição da pobreza muda de uma ênfase em “mínimos” para uma comparação de médias (Beaudoin, 2007 em Holdens, 2013). No mesmo sentido, Castel-Branco (2005) assume que este tipo de pobreza é caracterizado pela falta de rendimento suficiente para satisfazer necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com rendimento médio do país em causa.

Holdens (2013) avoca que a *pobreza relativa* está associada à incapacidade de desempenhar um papel na sociedade caindo na situação da chamada “exclusão social”, que enfatiza

que, à medida que os pobres são excluídos da sociedade em geral, perdem posteriormente os benefícios e privilégios da cidadania, tendo, deste modo, uma participação reduzida na sociedade em comparação com a norma social.

Sobre a *exclusão social*, pode-se ponderar que envolve os processos que conduzem à pobreza e traz implícita a temática da desigualdade e da privação de algo que outros possuem. Sobre isto, Sachs (1995) cita Marshall Wolfe, ao apontar vários tipos de exclusão, a saber: dos meios de subsistência, de serviços sociais de proteção e redes de segurança, do processo de escolhas políticas, da cultura do consumo, das bases de organização popular e de solidariedade e, por fim, da aptidão de compreender o que está acontecendo no meio da sociedade.

Já para Schwartzman (2007), o termo exclusão é indissociável do termo cidadania, uma vez que esta, só se realiza pelo alcance de todos aos direitos civis, políticos e sociais, robustecendo a justificação de Sachs (1995), que admite que o exercício legítimo, efetivo e fatural de todos os direitos (políticos, cívicos, sociais, econômicos e culturais) precisam ser expandidos ao conjunto da população, que abarcam o direito ao desenvolvimento individual e coletivo e ao trabalho, instrumentos que permitam as pessoas reivindicarem seus direitos.

Nesta linha de discussão surgiu uma proposta, a *pobreza multidimensional* que posteriormente foi adotada pelas nações unidas, trazida pelo vencedor do Prémio Nobel da economia, Amartya Sen (2000), quando define pobreza como sendo uma situação de *precariedade* em diferentes aspectos da vida de um indivíduo. Ao invés de considerar, simplesmente, a renda familiar baixa (conforme já se fez menção ao definir o conceito de Desenvolvimento), desprezando outros dados conexos ao bem-estar, ou por outras, a teoria da pobreza multidimensional prima pela identificação das *privações* do indivíduo ou família.

Em conformidade com PNUD (2022), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), captura as múltiplas privações que as pessoas nos países em desenvolvimento enfrentam em sua *saúde, educação e padrão de vida*. O Índice de Pobreza Multidimensional global foi apresentado de forma a desviar a nossa atenção das medidas tradicionais de pobreza, baseadas no rendimento, para uma perspectiva mais holística da pobreza tal como é vivida (PNUD, 2020). O IPM mostra tanto a incidência de pobreza multidimensional sem renda (um número de pessoas em pobreza multidimensional) e sua intensidade (a pontuação média de privação experimentada por pessoas multidimensionalmente pobres).

É importante perceber que as *privações* representam a manifestação da “pobreza propriamente dita. Um indivíduo com um conjunto de capacidades abaixo do “ideal” é aquele que está privado de satisfazer uma série de necessidades (por exemplo ter algo, ser alguém, fazer algo ou mesmo necessidades de subsistência, afeto, do entendimento, proteção, ócio e liberdade – visão de Max-Neef), seja por não dispor da renda adequada para adquirir bens e serviços básicos necessários a uma vida saudável e digna, seja por viver em uma região com infraestrutura precária, com regimes ditatoriais, regimes que respeitam os direitos humanos, atropelam a cidadania, etc..

Nesta perspectiva, percebe-se que superar a pobreza, significa ultrapassar a barreira da incapacidade dos indivíduos de explorar suas potencialidades desempenhar um papel funcional, significativo e valoroso na sociedade, quando se sugere que os indicadores de pobreza devem estender-se aos fatores relacionados com os níveis mais altos das necessidades humanas do que manter-se nos níveis exclusivamente mais básicos (alimentação, educação, abrigo, por exemplo). Isso incluiria um papel mais ativo nas atividades da comunidade, levando uma vida feliz e estimulante e respeitando a si mesmo e aos outros.

Dentro desta abordagem a pobreza passa a ser entendida sob uma perspectiva multidimensional. Constitui o afastar do fator renda da posição de único indicador, e alocá-lo em paralelo com os demais aspectos da vida de um indivíduo, ou grupo – conforme se mencionou supra. Suprime-se, portanto as clássicas linhas de pobreza por análises mais afundadas acerca do bem-estar e da qualidade de vida das populações.

Assim, torna-se mais uma vez, evidente que a pobreza não é algo determinado apenas pelo nível de renda ou comodidades, é muito mais do que isso, uma vez que deve se atingir a *qualidade de vida e bem-estar* das pessoas relativamente ao resto da sociedade. Portanto, é neste sentido que Lister (2004) sugere que a pobreza não é puramente uma condição de desvantagem econômica e insegurança, mas pode incorporar aspectos não materiais, incluindo: desrespeito; humilhação e baixa autoestima; vergonha e estigma; falta de voz e impotência; e cidadania reduzida, neste caso, todos os fatores que limitam as oportunidades de auto realização e exploração do seu potencial são consideradas indicadores de pobreza.

3.2.3. O Papel do Banco Mundial na “luta” contra a pobreza e promoção do desenvolvimento

Apesar do papel relevante desempenhado pelo Banco Mundial no financiamento e na promoção do desenvolvimento do turismo em nações em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, a eficácia de suas ações na redução da pobreza é alvo de questionamentos. Há críticas direcionadas à instituição devido à falta de garantia de distribuição dos benefícios do turismo para as camadas mais desfavorecidas e à ocorrência de danos ao meio ambiente em algumas situações. Torna-se essencial que o Banco Mundial adote estratégias mais abrangentes e duradouras, assegurando que o turismo, de fato, seja um agente propulsor do crescimento econômico e da diminuição da pobreza. Daí que se traz esta reflexão, nesta pesquisa, sobre o papel do BM na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento.

Existem interpretações que concebem a pobreza como o resultado de um desenvolvimento inadequado. Eles consideram duas causas da pobreza (i) subdesenvolvimento ou desenvolvimento econômico insuficiente; e (ii) uma fase de crise capitalista. Nesta conjuntura, a pobreza é compreendida como uma questão de *carência de recursos*, independentemente de ser fruto de um estágio inicial de desenvolvimento insuficiente do país subdesenvolvido ou de uma *crise* em países desenvolvidos.

Em um ambiente de crescente pobreza, tanto absoluta quanto relativa, onde a ascensão da abordagem neoliberal coloca o Estado, segundo Netto (1999), em um papel mínimo quanto ao aspecto social e máximo em relação ao capital, as organizações multilaterais (FMI e BM, por exemplo) surgem como as mais adequadas para implementar iniciativas e estratégias de combate à pobreza, através do provimento de auxílio internacional por meio da transferência de recursos e tecnologias. Nesta circunstância, o Banco Mundial tem se destacado como um expoente do multilateralismo e como o principal impulsionador das políticas de redução da pobreza, especialmente nos países da periferia (pobres ou subdesenvolvidos).

Aliás, de acordo com os registros elaborados pelo próprio BM, um dos seus propósitos é incentivar e apoiar as medidas de combate à pobreza, em colaboração com os governos nacionais que recebem assistência da instituição. Ou melhor, desde os anos 70, o BM tem demonstrado preocupação com a redução da pobreza. Contudo, os anos 1980 foram caracterizados como a

“década perdida” devido às instabilidades financeiras (Banco Mundial, 2007). Somente em 1990 é que a pobreza passou a ser um tema central, no verdadeiro sentido.

Num dos seus relatórios mais proeminentes nesta temática, datado de 1990, na página 01, na sua introdução, lê-se “[...] o presente relatório trata da pobreza no mundo em desenvolvimento – ou seja, trata dos pobres mais pobres do mundo. Busca, em primeiro lugar, medir qualitativa e quantitativamente a pobreza”. Na altura usava como métrica o PIB per capita.

A estratégia do BM para diminuir a pobreza de forma rápida e “politicamente viável” se baseia em aspectos como distribuição de renda, empregabilidade e estímulo a programas assistenciais. A eficácia desse plano está diretamente ligada à adesão dos países beneficiários às recomendações propostas, requisito fundamental para obter auxílio das organizações internacionais, conforme evidenciado na citação seguinte:

A ajuda externa deveria vincular-se mais estreitamente aos esforços que os futuros beneficiários se mostrassem dispostos a fazer para reduzir a pobreza [...]. Reafirma-se assim a convicção de que a ajuda só funciona bem quando é acompanhada de uma boa estratégia desenvolvimentista (Banco Mundial, 1990, p. 4).

O objetivo do BM é alívio da pobreza extrema. Isso se baseia na noção de que “[...] seria possível, com pouco ônus para os países industrializados, obter os recursos externos necessários ao custeio desta estratégia” (Banco Mundial, 1990, p. 6). Revelando de forma clara que, estas estratégias não trazem grandes encargos tributários aos países centrais e nem denotam controlo na acumulação de capital (liberalismo). O que traz consigo, são consequências políticas nefastas aos países periféricos à medida que a concretização dessas propostas de ajuda internacional para combater a pobreza aumenta, simultaneamente aumenta a dependência dos países assistidos, tanto financeira quanto tecnicamente, eles ditam as “regras do jogo” em diferentes esferas, incluindo no turismo.

Em outras palavras, ao determinar a forma e o uso dos recursos, a organização multilateral – o BM – impõe aos países pobres uma determinada abordagem de trabalho e assistência, pontos cruciais de seu plano para combater a pobreza, juntamente com requisitos e condições para as políticas econômicas e sociais dessas nações beneficiadas. Essa abordagem foi característica da estratégia do BM na luta contra a pobreza na década de 1990.

Dez anos após 1990, o BM reconhece, no prefácio do Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2000/2001, que não cumpriu suas metas de redução da pobreza. De acordo com o Banco Mundial (2000), o número de pessoas em situação de pobreza aumentou nas regiões da América Latina, Sul da Ásia e África Subsaariana, bem como nos países europeus e da Ásia Central em transição para economia de mercado (Banco Mundial, 2002, p. 3). A instituição reconhece as dificuldades no combate à pobreza e sua natureza complexa.

A estratégia de diminuição da pobreza (extrema), antes fundamentada na oferta de trabalho e de assistência social, é modificada na década de 2000 quando o BM afirma que presentemente, trata-se de “[...] *promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança dos pobres*” (Banco Mundial, 2002, p. 6).

Conforme explica o Banco Mundial (2002, p. 12) “[...] a estratégia apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais do que renda ou desenvolvimento humano inadequado; como também *vulnerabilidade, falta de voz, poder e representação*”; congregando, portanto, um espectro multidimensional da pobreza, teoricamente mais abrangente que a visão economicista.

Em adição, de acordo com o BM, são os Governos dos Estados nacionais dos países assistidos os principais responsáveis pelo fracasso de suas tentativas de combater a pobreza. Os líderes dos países pobres seriam considerados *elitistas, ineficazes, corruptos, frágeis e incapazes* (Banco Mundial, 2002). E como se pode acrescentar no parágrafo a seguir:

Em muitos casos, os governos são mais sensíveis aos interesses da elite do que às necessidades de segmentos pobres [...] (Banco Mundial, 2002, p. 39). A melhoria da administração pública também requer o reforço da capacidade administrativa e reguladora e a redução da corrupção. O ônus da corrupção em pequena escala recai desproporcionalmente sobre os pobres [...] (Banco Mundial, 2002, p. 39-40).

Nesta perspectiva, o BM conduziu uma pesquisa denominada *Voice of the poors* em 60 países pobres e chegou à conclusão de que, “[...] os pobres são *agentes ativos* em suas vidas, mas, em geral, não conseguem influenciar os fatores econômicos e sociais que determinam seu bem-estar” (Banco Mundial, 2002, p. 3). A pesquisa sustenta o “novo posicionamento” da instituição em relação à pobreza, usando uma visão multidimensional.

A hipotética “novidade” desta abordagem é que as comunidades vulneráveis mobilizarão seus recursos para corrigir a situação, numa espécie de *empoderamento*, enquanto o Estado deixará de ser o principal responsável pela proteção de *populações pobres*. Nesta linha, a nova visão do BM acerca dos pobres assegura que “[...] agora devem ser vistos como administradores estratégicos de um portfólio complexo de *ativos*” (Banco Mundial, 2002).

A nova abordagem do BM tem enfoque no fato de que, em vez de se concentrar na escassez de recursos financeiros, para combater a pobreza deve se concentrar na identificação e valorização dos recursos e capacidades dos pobres.

Diante dos fatos, é possível constatar que a instituição modifica sua concepção de pobreza e as estratégias para combatê-la com o passar de uma década. Apesar de reconhecer as falhas de seus métodos anteriores, mantém-se a ideia de que a pobreza pode ser vista de forma individualizada, ora como falta de capacidade do indivíduo, ora como uma “vulnerabilidade” relativa ao contexto em que se encontra. A separação da pobreza em relação à acumulação de riqueza, bem como a confiança no poder do comércio e na gestão capitalista, são pilares de sua estratégia para acabar com a pobreza.

O BM, na outra publicação intitulada Globalização, crescimento e pobreza, enfatiza que o fracasso de seus planos é principalmente resultado de “[...] políticas econômicas incompetentes, bem como desemprego e nacionalismo exacerbado, [que] levaram os governos a adotar o protecionismo” (Banco Mundial, 2003, p. 33).

Assumindo o papel de “guardião” das nações menos favorecidas, o BM destaca, mais uma vez, que a *assistência internacional* é a única forma para esses países avançarem e se ajustarem à nova “realidade global”, nos seguintes termos:

Nações de baixa renda em processo de reforma têm dificuldade em atrair investimentos. Aqui a ajuda internacional pode ter um papel complementar de grande valor para auxiliar os países em processo de reforma de suas políticas com a esperança de se tornarem globalizados. Logo, umas das razões pelas quais a ajuda internacional aumenta o crescimento nos países com ambientes de boas políticas é que ela atrai investimentos (Banco Mundial, 2003, p. 98-99).

Por meio dessa definição de pobreza (multidimensional – conceito explicado no ponto anterior), o BM busca identificar, quantificar e qualificar os indivíduos em situação de carência. Ao impor *obrigações, requisitos e condicionalismos* aos países na demanda de auxílio técnico e financeiro para obtenção de “ajuda” ou empréstimos, a política econômica dessas nações é condicionada pelo BM, transformando-os em prisioneiros das suas regras e visão do que é mais benéfico e melhor para o aclamado “desenvolvimento humano”, para os trabalhadores e para as relações de produção. Além disso, são apontadas, escolhidas e incentivadas instituições que têm ligações diretas ou indiretas com os interesses do poder dominante e hegemônico (ONGs, fundações, etc.) para aproximarem à periferia e “ajudar” os pobres com base em diversos pacotes de apoio.

Por trás da promessa de criar um mundo sem pobreza, o Banco Mundial, de fato, contribui para sua perpetuação, ao estimular a concentração da riqueza gerada socialmente. Seja através do estímulo às dívidas públicas, seja ao oferecer soluções pontuais que apenas amenizam temporariamente as condições desumanas de vida, ou promovendo avanços econômicos, tecnológicos e científicos sem a devida redistribuição de seus benefícios, o Banco Mundial revela sua postura e alianças políticas nessa sociedade fundamentada em interesses de classes opostas.

Em resposta ao cenário global de pobreza e desigualdade a comunidade internacional através da ONU da qual o BM é parte fundamental, estabeleceu várias metas para os primeiros anos do século. Essas metas foram discutidas em várias conferências das Nações Unidas desde os anos 1990. E contemporaneamente podemos citar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

De acordo com informações da Organização das Nações Unidas (ONU), eliminar a pobreza é considerado o principal objetivo entre os ODS. Os 17 ODS (vide tabela 15) compreendem 169 metas que a comunidade global deve atingir até o ano de 2030, conforme estabelecido pelas Nações Unidas e são unos e integrados e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental⁶².

Como já mencionado com antecipação, o principal objetivo dos ODS é reduzir pela metade a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza, abrangendo homens, mulheres e crianças em todas as dimensões, até 2030 (ONU, 2016). Ainda assim, é necessário contextualizar

⁶² Para uma leitura mais profunda vide: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

o primeiro ODS, ou por outras, adaptá-lo às circunstâncias locais, uma vez que, o cenário não é o mesmo em cada uma das áreas estudadas. A título de exemplo, a configuração estrutural de Moçambique e do MI é diferente da das nações da Europa, da China, da Singapura ou do Canada, cujo desenvolvimento é mais evidente.

Tabela 15 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos
8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
9) Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10) Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles
11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12) Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis
13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos *
14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável
15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade
16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Nota. ODS em tabela adaptada de PNUD (2023) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. https://www.estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2015/09/ODS_oficial.pdf.

Frente a inúmeros objetivos (17) e metas (169) para serem alcançados em tão pouco tempo e com um histórico de fracassos, surge a questão: será viável alcançar essas significativas transformações nos indicadores humanos em um contexto de ausência estatal na esfera social? É fatível resolver a questão da pobreza sem dismantelar o sistema baseado na apropriação privada da riqueza produzida socialmente? Seria possível efetivar todas essas mudanças por meio de iniciativas de sustentabilidade social e empoderamento, entre outras? A quem os relatórios e projeções do Banco Mundial estão realmente servindo, aos trabalhadores ou aos detentores dos meios de produção?

3.2.4. Algumas estatísticas sobre a questão da pobreza em Moçambique

Queremos começar este ponto asseverando que o globo terrestre apresenta vastas riquezas e recursos suficientes para assegurar que todos desfrutem de condições de vida dignas. Todavia, países como Burundi, Sudão do Sul, República Centro-Africana incluindo Moçambique (no sexto lugar), continuam imersos em uma extrema situação de pobreza. Já para possíveis concorrentes ao infeliz título de nações mais pobres do mundo, como Iêmen, Afeganistão e Síria, os regimes ditatoriais e conflitos militares prolongados tornam praticamente impossível a realização de qualquer avaliação precisa, devido à escassez de dados econômicos confiáveis.

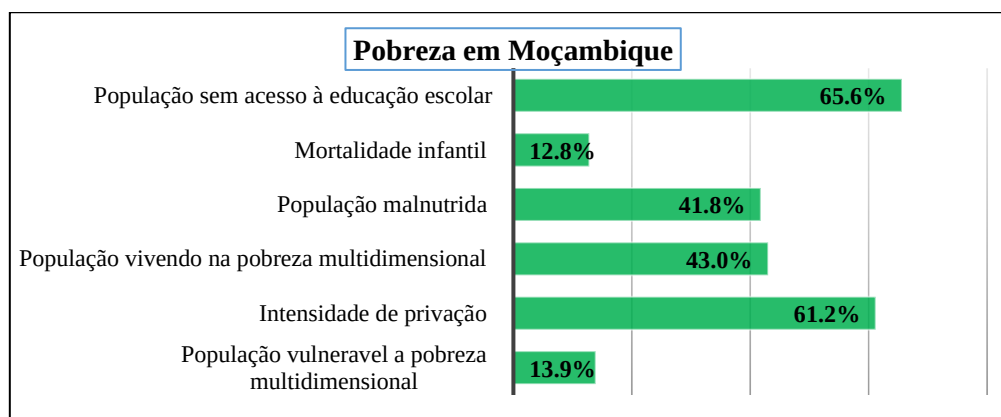
Rico em recursos e estrategicamente localizado, Moçambique registou frequentemente taxas médias de crescimento do PIB superiores a 7% na última década. No entanto, continua entre os dez países mais pobres do mundo (ver tabela 16), sendo as condições climáticas severas e a instabilidade política alguns dos principais culpados. Para piorar a situação, desde 2017, ataques de grupos insurgentes islâmicos devastaram a parte norte do país, rica em gás. Ainda assim, segundo o FMI (2023⁶³), a economia continua em alta velocidade: cresceu 7% em 2023, e deverá continuar na casa dos 5% este ano e no próximo.

Tabela 16 - Ranking dos 10 países mais pobres do mundo

Ranking	País/território	PIB - PPC ⁶⁴ per capita
10	Madagascar	1,907
9	Chade	1,807
8	Libéria	1,789
7	Malawi	1,668
6	Moçambique	1,584
5	Níger	1,579
4	República Democrática do Congo	1,579
3	República Centro Africana	1,109
2	Burundi	890
1	Sudão do Sul	476

Nota. Adaptado de International Monetary Fund, World Economic Outlook October 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/10/10/world-economic-outlook-october-2023>.

Com base nos limites de pontuação de privação, as pessoas são classificadas como pobre multidimensionalmente, em grave ou severa pobreza multidimensional ou vulneráveis à pobreza multidimensional (PNUD, 2023). E, o gráfico a seguir mostra o caso de Moçambique – o campo de estudo abordado nesta pesquisa.

Figura 18 - População vivendo na pobreza multidimensional em Moçambique

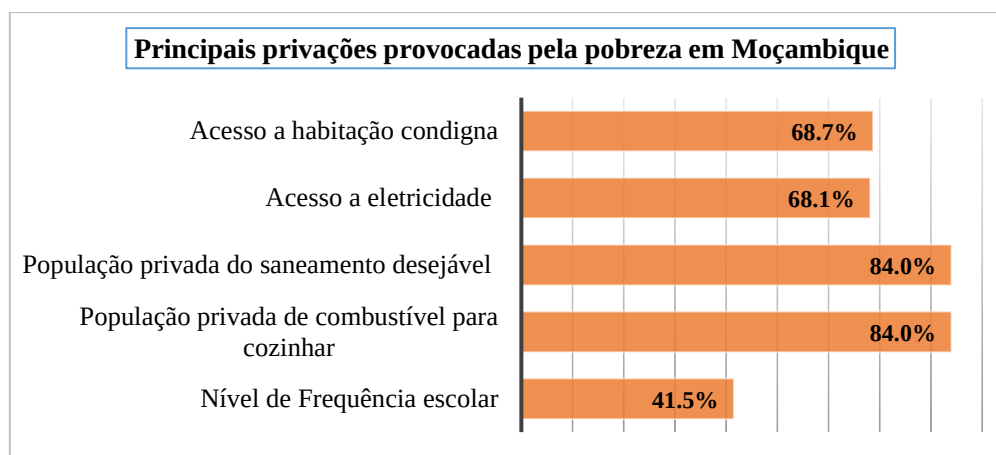
Nota. Adaptado de PNUD (2023) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/indice-de-pobreza-multidimensional-global-de-2023-mpi>.

⁶⁴ A Paridade do Poder de Compra (PPC) é uma ferramenta de análise que visa a comparar as moedas de diferentes países através de um índice que avalia o poder aquisitivo. O conceito de PPC considera a quantidade de moeda necessária para adquirir um determinado item em um país, possibilitando comparações com outras nações. Em resumo, a PPC baseia-se nos preços de bens e serviços. Adicionalmente, esse indicador pode incluir o Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita e índices de preços utilizados para mensurar a inflação. A lista acima dos países mais pobres do mundo mede 97 países por PIB e PPC e classifica-os dos mais pobres aos mais ricos. Esses valores são expressos em dólares americanos correntes, refletindo as correspondentes taxas de câmbio e ajustes de PPC.

No gráfico da figura 18, percebe-se que em Moçambique, a pobreza multidimensional manifesta-se de forma bastante expressiva, uma vez que cerca da metade (43% - com 41.8% de malnutridos; 12.8% morem na infância; 65.6% sem acesso à escola) da população moçambicana, vive “torturada” pela pobreza multidimensional severa caracterizada por um nível muito elevado de privações, numa intensidade de privação em cerca de 61.2 % da população e o mais inquietante ainda, é o fato de cerca de 13.9% da população apresentar vulnerabilidade à pobreza multidimensional, isto é, no futuro, dependendo das dinâmicas socioeconômicas, podem passar para o grupo da população na situação de pobreza multidimensional severa.

Ainda sobre estas estatísticas, o gráfico seguinte, mostra algumas variáveis que perfazem as principais privações a que a população de Moçambique se encontra sujeita.

Figura 19 - Principais privações provocadas pela pobreza em Moçambique



Nota. Adaptado do PNUD (2023) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/indice-de-pobreza-multidimensional-global-de-2023-mpi>.

Pelo que se observa no gráfico da figura 19, fica evidente que Moçambique, está numa situação bastante precária pois, cerca de 64.6% da população vive diariamente abaixo de cerca de 2.15 dólares americanos. Tem igualmente, um impacto negativo na educação em cerca de 26.3% da população vivendo abaixo do nível de educação desejado; cerca de 46.4% vive a baixo do nível de vida que lhes proporcione liberdade e conforto; cerca de 27.3% da população é totalmente privada dos serviços médicos; 68.1% vive “às escuras” por falta de electricidade. Por fim, 84% não

tem saneamento condigno e não tem acesso à combustível necessário para confeccionar os seus alimentos.

Para fechar este ponto, e dentro desta problemática, Toye (2007) desmistifica, a questão até certo ponto paradoxal da “eliminação da pobreza”, quando faz um tipo de levantamento sobre a atitude a adotar em relação à pobreza, tendo-se como opções o (i) *alívio*, a (ii) *redução* e a (iii) *eliminação da pobreza* onde: o *alívio* refere-se a uma tolerância, assentimento ou aceitação do problema; a *eliminação* um enfrentamento de caráter ilusório e utópico; e a *redução* como algo entre as outras possibilidades, mais concreta e realista, e em geral, a forma escolhida de ação. Portanto, provavelmente Moçambique devia pensar num turismo capaz de auxiliar, não na erradicação ou eliminação da pobreza, mas sim na redução da mesma. Através de um turismo responsável com metas realísticas e exequíveis.

3.3. Conceções sobre o desenvolvimento

Conforme deixamos evidente desde o início na nossa pesquisa, existe ciência do desenvolvimento frequentemente ser medido e analisado através de métricas económicas tradicionais, como o PIB, a taxa de emprego e o rendimento per capita. No entanto, um ângulo alternativo de análise pode fornecer uma visão mais holística e inclusiva dos impactos do desenvolvimento no geral e no turismo, em particular.

A visão holística a que nos referimos nesta pesquisa, tem a ver com o *desenvolvimento sustentável e responsável* (social – governança participativa, equidade e justiça social; ambiental – controlo de emissões de carbono, avaliação da capacidade de carga dos destinos turísticos, etc.) que tem como foco equilibrar o crescimento económico com a proteção ambiental e a equidade social; a *economia do bem-estar*, uma abordagem que prioriza a qualidade de vida (expandir as capacidades e satisfazer adequadamente as necessidades humanas fundamentais) e o bem-estar (índice de felicidade ou satisfação e saúde mental e física das pessoas) dos indivíduos em vez de apenas indicadores económicos como PIB *percapita*, por exemplo.

Podemos mencionar, ainda relacionado ao parágrafo anterior, a questão do *desenvolvimento humano (IDH)* que considera a expectativa de vida como indicador de saúde e longevidade, considera a educação como indicador de análise da média de anos de escolaridade e anos esperados de escolaridade. E, por fim o DH considera a padrão de vida através do rendimento

percapita e poder de compra. A visão alternativa inclui o *desenvolvimento comunitário*, para estudar o capital social (capacidade de as comunidades locais, estabelecerem redes de apoio através da cooperação e associativismo para o bem da coletividade), estudar a participação social cidadã entre outros aspetos.

Contemporaneamente, não se fala de desenvolvimento sem mencionar a *equidade do gênero*, através de um conjunto de políticas e estratégias igualitárias entre os gêneros, ou melhor, para reivindicar a necessidade de equidade salarial e participação no mercado do trabalho entre homens e mulheres, a igualdade na política bem como no acesso à saúde e educação. E por fim e não menos importante, estuda-se, no desenvolvimento alternativo, a *economia circular*, uma abordagem que visa a reutilização e reciclagem de recursos para minimizar o desperdício e o impacto ambiental, estudando os ciclos de vida dos produtos.

Nesse trecho da pesquisa, longe de buscar conclusões definitivas ou abarcar todo o conteúdo disponível, temos, acima de tudo, a intenção de transcrever algumas das ideias fundamentais relacionadas ao desenvolvimento. Essas ideias foram debatidas por renomados autores, como Amartya Sen e Manfred Max-Neef, com o objetivo de fornecer insights para iniciar uma reflexão. No entanto, é importante ressaltar que os demais autores mencionados nessa seção da pesquisa não devem ser subestimados em sua importância.

A escolha das abordagens dos autores mencionados acima é justificada, uma vez que eles são reconhecidamente respeitáveis quando se trata de oferecer uma perspectiva alternativa sobre o desenvolvimento. Eles apresentam uma visão dialética e oposta ao sistema dominante ocidental. E, este reconhecimento fez com que o Professor Amartya Sen fosse o ganhador do Prêmio Nobel da Economia a partir do seu entendimento do *desenvolvimento como liberdade*, e não mais um modelo de acumulação de riquezas. A ideia de *justiça do economista* também tem correlação direta com seu trabalho. Tais conceitos fizeram com que, na década de 1990, Amartya Sen entrasse para história por ser um dos criadores do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). Sen também acumulou diversas outras honrarias ao longo de sua carreira.

O segundo pensador é o Professor Max-Neef, Doctor Honoris Causa, pela Universidade da Jordânia; Prêmio Nacional pela Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, no Chile; e o prêmio mais importante foi quando a sua obra *Desenvolvimento à escala humana* (DEH) foi contemplada com o *The Right Livelihood Award*, edição 1983, conhecido como prêmio Nobel alternativo.

No desfecho desta seção, criamos uma conexão entre as duas ideias para aplicá-las de maneira adequada à nossa investigação sobre o turismo como impulsionador do desenvolvimento. Nosso objetivo é sempre realizar uma avaliação crítica e sugerir opções alternativas de desenvolvimento.

3.3.1. Discorrendo em torno do conceito de desenvolvimento

Desejamos começar ressaltando que o século XXI se inicia com um verdadeiro contrassenso, pois, por um lado, observa-se um significativo crescimento econômico, mudanças e inovações tecnológicas e um avanço técnico e científico jamais vistos. Por outro lado, os problemas ambientais sem precedentes aumentam exponencialmente, junto com a crítica condição social da maioria dos habitantes de nosso planeta.

Em conformidade com Faria (2012) – em consonância com as Nações Unidas – em cinquenta anos, o conceito de desenvolvimento evoluiu de um processo destinado a alcançar o crescimento econômico de países para uma ação rumo ao desenvolvimento humano, isto é, um processo visando expandir as oportunidades das pessoas. As pessoas tornam-se o centro do interesse de estudiosos e a ideia de autonomia, em particular, torna-se o objetivo fundamental do desenvolvimento. É neste sentido que historicamente o conceito de desenvolvimento abarca duas vertentes, a primeira relacionada com a evolução da filosofia da produção e acumulação com o intuito de elevar a produtividade da força de trabalho e a segunda diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas (Furtado, 1980).

Indubitavelmente, e como se observa acima, o desenvolvimento sempre foi uma inquietação constante e basilar de muitos economistas desde as contribuições de Petty, Hume e Steuart, passando pelos economistas clássicos, (embora existam estudos anteriores ao período pós-guerra, baseados na dicotomia entre os enfoques no mercado, de Adam Smith, e nas teorias voltadas para o papel do Estado, de Karl Marx). Todavia, é o período após o fim da segunda guerra mundial, quando o sistema de colonização estava sendo substituído por um novo modo de relações geopolíticas globais que o discurso sobre o desenvolvimento começou a ganhar as feições e a trilhar os caminhos que o conduziram aos posicionamentos teóricos da contemporaneidade.

Entenda-se, em outras palavras, que o debate acerca deste conceito, apresenta, em certa medida, muita “polêmica”, principalmente quando se busca a distinção entre este e o *crescimento*

econômico ou simplesmente crescimento (mensurado através das explicitações de índices como PIB, PNB, Renda *Per Capita*, etc.), pois muitos autores atribuem apenas os acréscimos ao nível da renda como condição para o desenvolvimento, sem se atentar à sua distribuição de forma adequada.

Sobre este assunto, Franco (2002), afirma que, se um país faz crescer o seu PIB, entretanto não consegue atingir valores compatíveis de capital humano e de capital social, então está tendo “crescimento sem desenvolvimento”. Para ele (entre outros pensadores como Furtado, 1974; Sen, 1997 e 1999; Sachs, 2001; Max-Neef, 1998, 2012 e 2017), pensar dentro dos contornos de uma crença segundo a qual o crescimento de todos os fatores extra-econômicos do desenvolvimento, como o capital humano e o capital social, seja consequência ou decorrência do crescimento do produto, é estar ancorado a um grande preconceito. E, é peremptório ao afirmar que não se pode mais acolher a crença economicista de que o crescimento do PIB representa tudo e vai resolver por si só todos os problemas econômicos e sociais dos países (Franco, 2002).

Nesta perspectiva, o não consenso sobre o conceito de desenvolvimento, seu significado e como é mensurado, afigura-se como um dos fatores do agravamento das condições de vida das populações. Este posicionamento economicista sobre o conceito do desenvolvimento sobejamente difundido pelo ocidente, acarreta um conjunto de disfunções conhecidas como disfunções da sociedade consumista accidental.

O consumo excessivamente excessivo é considerado a primeira disfuncionalidade mencionada no parágrafo anterior como o que leva à felicidade. De acordo com Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2012), a pobreza é causada por uma vida materializada e vazia que não satisfaz nenhuma das nove necessidades fundamentais: “*subsistência, proteção, afeto, criação, ócio, participação, entendimento, identidade e liberdade*”. A exemplo, se alguém dedica sua vida a objetivos materiais, corre o risco de não atender às suas necessidades de afeto e criação, tornando-se pobre nessas duas necessidades.

A segunda disfuncionalidade, refere-se a um consumo inadequado, a exemplo de alimentos altamente calóricos, ricos em gorduras e açúcares, como *fast food*, que não satisfaz ou apenas parcialmente atende às necessidades básicas de subsistência. Da mesma forma, os programas de televisão do gênero *reality show* são vistos como atividades de entretenimento em vez de uma experiência sinérgica satisfatória, que inclui uma alimentação nutritiva com ingredientes naturais e a participação em atividades culturais enriquecedoras, como visitar exposições de arte.

A terceira, tem a ver com *desigualdades sociais estruturais*. Pessoas que não possuem acesso a bens fundamentais ou, então, que tenham dificuldade de consumi-los. Essa falta disfuncionalidade fica evidente quando é preciso dedicar longas horas semanais de trabalho para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, sem tempo para praticar atividades físicas que combatem o sedentarismo.

Para ilustrar as terceira e quarta disfunções, podemos observar a desigualdade na distribuição da riqueza - ou melhor, da capacidade de consumo. Conforme apontado pelas NU (2020), atualmente, 20% da população mundial detém 66% (2/3) da renda bruta total. Essa mesma parcela da população é responsável por mais da metade (60%) das emissões de dióxido de carbono (CO²) no planeta.

Queremos asseverar que, assiste-se uma propagação de um *western life style* caracterizado pelo alto consumo, ostentação e entretenimento, um fenômeno que não mostra a mesma força e paralelismo com disseminação dos direitos fundamentais da humanidade, os valores democráticos e o respeito pela vida humana. Isto significa que, o advento científico, técnico e da tecnológico, não vem junto com a ciência ética que coloque o ser humano na primazia.

É neste sentido que Furtado (1974), adverte que o ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito, pois com base nestas ideias economicistas, tem sido possível desviar as atenções das tarefas básicas da identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-lo em objetivos abstratos, designadamente os investimentos, as exportações e o crescimento. E nesta linha de pensamento que, Furtado (1984, p.11), entende que o desenvolvimento “é a satisfação crescente das necessidades básicas de uma população e a redução das desigualdades sociais”.

Depreende-se, deste modo, que o mito do desenvolvimento está tão enraizado no subconsciente das classes políticas poderosas que parecem acreditar que o desenvolvimento é provável sem água, alimentos, energia, habitação condigna, segurança, e que bastando aplicar as políticas macroeconômica há uma nítida tendência mundial de escassez e encarecimento dos alimentos, da água e da energia, que contrasta com o crescimento da população urbana em muitos países pobres (Riveiro, 2002).

Desta feita, vislumbra-se que o panorama está exposto, onde de um lado temos a *globalização* provocada pelo supersônico avanço da ciência e da tecnologia tendo como consequência a inevitável internacionalização da produção e expansão dos fluxos monetários

devido à isenção quase que total das barreiras para fluxos de capital; a *regionalização* caracterizada pela formação de blocos econômicos; *fragmentação* dividindo globalizadores e globalizados, centro e periferia, os que morrem de fome e os morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, conflitos políticos e étnicos, terrorismo, além de outras dicotomias (Gadotti, 2000).

O conceito de desenvolvimento vem abarcando feições não apenas de índole econômico-estatístico como também “humano” buscando uma mudança de paradigma embasada numa visão alternativa do desenvolvimento para incorporar elementos deveras importantes nomeadamente, capital humano, governança democrática, participação, auto dependência ou autonomia das comunidades, qualidade de vida, bem-estar social, meio ambiente e cidadania onde, os trabalhos de Amartya Sen iniciados na década de 1970 são considerados, por muitos economistas, o ponto crucial dessa mudança de paradigma.

Em adição, trazemos o parecer de instituições internacionais que lidam com esta questão, o AfBD, OCDE e PNUD (2017, p.108), quando admitem que:

Reconhecemos que o desenvolvimento humano é um valor intrínseco. Dada a natureza multidimensional da pobreza, parece claro que o investimento na dignidade e capacidade das pessoas seja parte integrante do projeto de desenvolvimento. O investimento nas várias dimensões do desenvolvimento humano – saúde, educação e proteção social básicas – empodera as pessoas para saírem da pobreza, prepara-as para a mobilidade social e para evitarem a exclusão, bem como melhora a resiliência tanto a nível individual como da sociedade no seu todo[...]. A melhoria da esperança média de vida, a redução do flagelo da subnutrição e a melhoria das condições de saúde são grandes impulsionadores da qualidade de vida das populações pobres. A educação, a todos os níveis, é o que capacita as comunidades para construírem conhecimento, competências e meios de subsistência e para prosperarem.

Segundo o mesmo documento, as pesquisas evidenciaram que a combinação de um ensino secundário de base ampla com um ensino primário universal estimula o desenvolvimento das aptidões e do conhecimento nos países mais pobres. Melhor, os trabalhadores mais saudáveis e

instruídos têm maior probabilidade de participarem nas oportunidades criadas pelo crescimento econômico e, tendem a ter melhores salários.

Do ponto de vista avaliativo, existe um conjunto diversificado de indicadores utilizados. Onde, vários estudiosos do desenvolvimento humano, ao longo do tempo, desenvolveram índices (Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Gini, Índice de Pobreza Humana, Taxa Mortalidade Infantil, Taxa de Alfabetização, Taxa de Desemprego, etc.) alternativos ao PIB e PNB (*percapita*) para avaliar o desenvolvimento econômico que culminaram com a avanço do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um grande contributo da ciência – embora muito criticado, é dos mais aceitáveis índices pois, em conformidade com Sen (2000), vem lançando uma luz sobre a vida que as pessoas realmente levam.

Sobre o IDH, para Niederle e Radomsky (2016), compete referir que, em 1993, junto com Mahbudul Haq, economista paquistanês, Amartya Sen propôs o Índice de Desenvolvimento Humano, o qual vem sendo aplicado desde então pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório anual, e se tornou uma das principais medidas comparativas de desenvolvimento utilizadas por inúmeras organizações em todo o mundo. O IDH é composto de dados relativos à *expectativa de vida ao nascer*, à *educação* e ao PIB *per capita*. Ele possibilita comparar a situação de diferentes países, regiões, estados e municípios em dado momento, ou em séries históricas, com vistas a analisar os avanços ao longo do tempo (Niederle & Radomsky, 2016). É neste sentido que:

O PNUD admite que o IDH, é um ponto de partida. Recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices. [...] o IDH não é uma medida compreensiva, pois não inclui, por exemplo, a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e gozar do respeito dos outros na comunidade. [...] uma pessoa pode ser rica, saudável e muito instruída, mas sem essa capacidade o desenvolvimento é retardado (Veiga, 2005, p. 87).

Em consonância com Veiga, Besserman (2005, p. 103) acrescenta que “todo indicador, entretanto tem grandes limitações. O IDH deixa de considerar muitas variáveis importantes e combinam medidas que podem mudar rápido (frequência à escola, renda, renda *per capita*) com

medidas que exigem mais tempo para mudar (analfabetismo, esperança de vida)”. Por este motivo, acredita ele que “muitas vezes o IDH é severamente criticado). Em outras palavras, para Gadotti (2000, p. 58), “[...] o conceito de desenvolvimento humano é muito amplo e, por vezes, ainda vago. As nações Unidas, nos últimos anos, passaram a usar a expressão “desenvolvimento humano” como indicador de qualidade de vida fundados nos índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo”. Contudo, segundo Veiga (2005, p. 88):

O principal defeito do IDH é que ele resulta da aritmética dos três índices mais específicos que captam renda, escolaridade e longevidade. Mesmo que se considere inevitável a ausência de outras dimensões do desenvolvimento para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos – como a ambiental, a cívica ou a cultural –, é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma por uma determinada coletividade.

Assim, depois desta discussão, adentramos para o pensamento de Amartya Sen (no ponto seguinte), para explicar o seu posicionamento quando apostila o desenvolvimento como liberdade, defendendo que este, só pode ser alcançado através da expansão das capacidades das pessoas.

3.3.2. O Desenvolvimento visto através da abordagem das capacidades de Amartya Sen

O *approach “seniano”* traz uma nova visão sobre o desenvolvimento admitindo que este, apenas pode ser alcançado quando os indivíduos dispuserem dos “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos preexistentes que condicionem ou restrinjam a liberdade de escolha (Niederle & Radomsky, 2016). Em consonância com Sen (2000), os benefícios do *crescimento econômico* ampliam as *capacidades humanas* – o agrupamento de todas as possibilidades que as pessoas têm de ser ou fazer ao longo da vida. Assim que se verificar a expansão dessas capacidades, as pessoas têm as condições indispensáveis para fazer suas escolhas e alcançar a vida que realmente desejam. Ideia também defendida por Veiga, (2005, p. 801) ao afirmar que:

[...] O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolherem e com provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. [...] essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até ao aprofundamento da democracia.

É neste sentido que Sen (2000, p. 10), defende que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”, ou seja, para que haja desenvolvimento, “tão relevante quanto ter as necessidades básicas atendidas é ter condições e meios para funcionar”.

Por forma a clarificar o seu posicionamento, um dos pontos de partida da análise de Amartya Sen é a busca da razão das fomes coletivas, dos porquês de as pessoas morrerem de fome. Em suas conclusões, o autor atribui esse fenômeno, não ao ponto de vista malthusiano da escassez de alimentos, mas às falhas nos *intitulamentos* – ativos ou recursos –, compreendidos como “pacotes de mercadorias sobre as quais uma pessoa pode ter controle (é capaz de escolher consumir)” (Sen, 2001, p. 235). Segundo o autor, as pessoas passam fome quando não obtêm seu intitulamento sobre uma quantia adequada de alimentos, o que não resulta necessariamente do declínio da disponibilidade de alimentos. Algumas das piores fomes ocorreram sem declínio significativo da disponibilidade de alimentos por pessoa.

De acordo com Sen (2000), o intitulamento do indivíduo ou da família, depende de três fatores: *dotação*, *possibilidades de produção* e *condições de troca*. A *dotação* refere-se à propriedade de recursos produtivos e de riqueza que a família possui e que têm valor e preço no mercado. Aventa-se, ordinariamente, da força de trabalho e da posse da terra. As *possibilidades de produção* referem-se à tecnologia, ao conhecimento disponível e à capacidade das pessoas para organizarem seus conhecimentos e desfrutarem deles.

As *condições de troca*, por seu turno, referem-se à potencialidade de vender e comprar bens e à determinação dos preços relativos de diferentes produtos. Esses ativos ou recursos também pendem da proteção de governos e organizações. Portanto, contrariamente ao foco no declínio da disponibilidade de alimentos, o enfoque dos intitulamentos centra-se na capacidade de os indivíduos disporem dos alimentos através dos meios legais que lhes fornece a sociedade,

abarcando o recurso a possibilidades de produção, a oportunidades comerciais e a direitos em relação ao Estado (Sen, 1999; 2000).

No progresso da concepção de Sen, sobre a fome centrada nos intitulentos – que também pode ser aplicada à pobreza – deu origem à abordagem das *capacidades* e dos *funcionamentos*. Os *funcionamentos* refletem ao *kit* de recursos que uma pessoa pode considerar indispensável fazer ou ter. Podendo ser desde as condições mais elementares, como estar devidamente nutrido e livre de doenças evitáveis, até às mais complexas, como participar da vida comunitária e ter respeito próprio. Do mesmo modo, de acordo com Sen (2000, p. 95), capacidade diz respeito às “várias combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é fatível para ela”

Desta forma, de um lado, percebe-se que, funcionamentos/*functionnings*, referem-se ao bem-estar efetivamente alcançado. Por outro, capacidades/*capacity set*, dizem respeito à liberdade para alcançar o bem-estar, ou seja, capacidades são as várias combinações possíveis de funcionamentos que refletem a liberdade da pessoa de viver a vida que deseja (Sen, 2000).

Nesta linha, queríamos rebuscar a questão “renda versus desenvolvimento”, conforme fez-se menção a Franco (2000), outrora nesta pesquisa, que existem críticas segundo as quais a renda é de fato importante apenas como um meio para o “bem viver”, e nunca o fim. Pois, ter disponibilidade financeira não significa necessariamente a solução de todos os problemas humanos, pois existem outros meios necessários para o desenvolvimento, que não se reduzem na posse de riquezas, nomeadamente, as liberdades políticas, relações de ternura com outras pessoas, laços de pertença a grupos ou coletividades, participação, ociosidade, entre muitos outros elementos.

A renda, não é um referencial final que as pessoas conseguem verdadeiramente levar, devido às múltiplas transformações na relação entre esta renda e as realizações que de fato se consegue extrair a partir dela (Sen, 2012). É nesta perspectiva que desenvolver-se é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduos e como coletividade (Furtado, 1984).

Ainda neste pensamento, Sen chama este fato de “heterogeneidade humana”, isto é, a diversidade de modos de vida, seja em características endógenas, como capacidade física e mental, riqueza material e cultural herdada, ou disposição às doenças, seja em características exógenas, como ambiente social e natural em que a pessoa habita (Sen, 2012). Sobre este aspecto, por

exemplo, uma pessoa, pode ter tanta renda quanto outra, todavia, por viver em um espaço inóspito, possuir uma enfermidade grave, arcar com elevado custo de vida e altos níveis de criminalidade, ter muito mais dificuldade de aplicar a sua renda no suprimento de necessidades básicas da vida.

Ou por outras, Amartya Sen, salvaguarda que, acrescer o PIB é extremamente útil, no entanto isso não constitui por si o almejado desenvolvimento, pois este só vai acontecer quando as capacidades das pessoas se expandirem, e por via disso poderem “fazer” e “ser” o que desejarem em termos por exemplo de alimentação, segurança, educação e saúde. Algumas pessoas precisam de mais renda para terem as mesmas capacidades que as outras com menos renda tem. Comparar renda de duas pessoas e assumir que tem as mesmas capacidades é uma visão errônea, ou seja, para Sen (1999), pobreza não é ter pouca renda, mas sim ter privação das capacidades.

No pensamento supra, podemos imaginar por exemplo, uma pessoa muito rica e decidir viver por exemplo no Sudão do Sul, o seu dinheiro não poderá comprar boa educação ou saúde pois não existem, o seu dinheiro não vai comprar liberdade política na Coreia do Norte e na China ou liberdade religiosa no Paquistão. A capacidade de ser o que você quer ser, vai muito além de possuir riqueza material, ou por outras, para ter mais capacidades precisamos reduzir a fome e a pobreza, o analfabetismo, mortalidade infantil, aumentar e melhorar a habitação, segurança, saúde, entre outras capacidades.

Assim, teorias que analisam a qualidade de vida humana, somente empregando os níveis de renda, têm, “o traço restritivo de tratar as rendas de todas as pessoas simetricamente, não importando quais dificuldades que algumas pessoas têm, em comparação com as outras, para converter a renda em bem-estar e liberdade” (Sen, 2012, p. 61).

Fica manifesto, na visão de Sen, que a noção de desenvolvimento está atrelada à noção de liberdade, quanto mais desenvolvimento se verificar numa sociedade, maior vai ser a *liberdade* das pessoas de determinadas amarras *sociais*, como por exemplo a pobreza, a habitação, saúde, analfabetismo e a segurança. Isto é, as políticas públicas de desenvolvimento devem ser pensadas no sentido de proporcionar maior liberdade às populações.

Neste raciocínio, (Sen, 2000; 2010) aponta os cinco tipos de liberdades instrumentais necessárias para a ascensão ao desenvolvimento, nos seguintes termos: as (i) *liberdades políticas*, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter a

liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando as oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como o direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos) (Sen, 2000, p.55).

Ele justifica que, a *liberdade de expressão* ou o debate livre e democrático por exemplo, auxilia as pessoas a entenderem os seus objetivos e evitarem o preconceito. Só a partir deste debate público, a sociedade, vai conseguir expressar o que realmente deseja e, portanto, definir os limites do seu desenvolvimento. Imaginemos, por exemplo, uma comunidade indígena afastada, será que ela quer a intromissão estrangeira ou forasteira em seus hábitos e costumes? Só o debate público, aberto e democrático vai conseguir responder a essa questão.

Ademais, a *liberdade de participação* das pessoas, ajuda e pressiona o governo a identificar os problemas sociais e definir políticas públicas destinadas especificamente à sua resolução. Sen (1999), exemplifica que um dos maiores problemas da fome da China de 1958, foi o fato do governo não ter chegado às bases para perceber o tamanho do problema. Só uma imprensa livre e participativa poderia preencher esta lacuna. Sen (1999), defende ainda que a democracia e a liberdade de expressão e participação têm um papel fundamental na proteção das populações contra a fome coletiva, mencionando que não é a falta de alimentos que provoca a fome, mas a má distribuição de alimentos e renda que culmina em grandes fomes.

Corroborando com Sen, Furtado (1983), dizia, como citado em Cadernos de Desenvolvimento (2006, p. 26), que “o ponto de partida para o processo de reconstrução deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões”. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará da autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação”. Verifica-se, no entanto, que, há uma necessidade de maior envolvimento da “pessoa humana” nos processos decisórios. Nesta perspectiva, Gadotti (2000, p. 58) afirma que “[...] a expressão desenvolvimento humano tem a vantagem de situar o ser humano no centro do desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento humano, cujos eixos centrais são a “*equidade*” e “*participação*”, está em evolução, e se opõe à concepção neoliberal de desenvolvimento. Concebe a sociedade desenvolvida como uma sociedade equitativa, possível somente pela participação das pessoas”.

Ainda sobre sociedades democráticas, Sen, garante que não há registros de fome crônica em sociedades democráticas, ou seja, a fome crônica só acontece em sociedades ditatoriais e autoritárias, pois, numa democracia as populações pressionam o governo a definir políticas e ações para eliminar ou reduzir a fome. A própria *liberdade de votar* e definir o governo traz compensações nos aspectos como pobreza, miséria, fome e desigualdades sociais.

Da mesma forma, podemos pensar na questão das *desigualdades sociais*, onde em sociedades desiguais os que são prejudicados são pessoas que possuem uma menor liberdade para agir na sociedade. Por exemplo, numa sociedade onde as mulheres não podem trabalhar (Afeganistão), sem direito à escolha, ficando relegadas apenas aos trabalhos domésticos, os homens e mulheres são desiguais, e as mulheres tem a sua liberdade tolhida. O outro exemplo que se pode avançar é o regime do apartheid da África do Sul, onde os negros tinham uma liberdade menor que os brancos, e a suas condições de vida eram das piores.

A partir do momento que pensarmos o desenvolvimento como liberdade, acabamos nos deparando com a questão da *escolha*. Por exemplo, a renda da população negra dos EUA é mais alta do que a da população da Índia e da China, mas a expectativa de vida dos indianos e chineses é maior que a da população negra dos EUA. São circunstâncias que existem em sociedades diferentes e que nascem das escolhas feitas tanto pela população, quanto pelo governo ou por outros diversos canais de tomada de decisões públicas que existem. Com essa proposta, trazemos uma reflexão sobre os diversos fatores que vão formar essa liberdade como sinônimo de desenvolvimento.

Com efeito, em consonância com Soares e Azevedo (2020), as oligarquias instaladas nos sistemas democráticos representativos – e nas burocracias que lhes dão suporte – só podem ser combatidas com base em formas de participação democrática que recuperem o princípio da “autorização”, através da rotatividade.

Esta, entretanto, só terá lugar se os setores organizados da sociedade civil se mobilizarem, pressionando as *lógicas aparelhistas*⁶⁵ e exigindo mais democracia interna no funcionamento dos partidos políticos e outras estruturas associativas (Soares & Azevedo, 2020). Neste pressuposto, Sen (2010, p. 208) chama atenção que, pese embora “devamos reconhecer a importância das

⁶⁵ Proveito que um partido ou grupo obtém através da nomeação dos seus membros para o aparelho de Estado (Soares & Azevedo, 2020).

instituições democráticas, elas não podem ser vistas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. Seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis”.

Sobre a questão da necessidade de *articulação e associação*, Singer (2002, p. 9) argumenta que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”. Assim, “a chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de um contrato entre desiguais” (Singer 2002, p. 9), porque o resultado natural da competição é a desigualdade.

As (ii) *facilidades econômicas*, são as oportunidades que as pessoas têm para empregar os seus recursos econômicos como desejarem, tais como os bens e serviços com propósitos de consumo, investimento ou troca, é a capacidade de poder com seus próprios recursos adquirir o básico para o seu sustento e desenvolvimento. O aumento de renda e riqueza de um país deve aumentar os direitos e oportunidades as populações, considerando não apenas o aspecto agregativo, mas também distributivo. Naturalmente isso dependerá muito da forma como a renda será distribuída.

A disponibilidade de financiamento e o acesso a ele podem ser uma influência crucial sobre os *intitulamentos* que os agentes econômicos são efetivamente capazes de assegurar. Isso se aplica em todos os níveis, de grandes empresas (onde podem trabalhar centenas de milhares de pessoas) a pequenos estabelecimentos, que operam com base em microcréditos. Um arrocho no crédito pode afetar os intitulamentos econômicos que dependem desse crédito (Sen, 2000, p.55).

As *oportunidades sociais* são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas.

Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a *participação* política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de

comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas (Sen, 2000, p.55).

Freire (2016, p. 98-99), enfatizando as palavras de Sen, para explicar que para que a participação se realize, a educação deve ser libertadora, acerva que “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação”. Significando, deste modo, que a prática da educação libertadora contra a dominação.

As (iii) *garantias de transparência*, referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, portanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas (Sen, 2000, p.55).

Por fim, mas não menos importante, temos a (iv) *segurança protetora* que é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os paupérrimos, bem como medidas *ad hoc*, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (Sen, 2000, p.57).

A garantia do acesso a serviços sociais fundamentais para os jovens, idosos e doentes, desprende recursos econômicos individuais e familiares para o investimento produtivo, que ordinariamente é essencial nas fases primitivas do desenvolvimento empresarial (AfDB, OECD & UNDP, 2017). Em outros termos, os programas de proteção social têm sido cruciais para melhorar a produtividade em todo o continente (através da educação) e para gerir a fragilidade e os choques, nomeadamente através das reformas de políticas (Banco Mundial, 2012).

A proteção social ou segurança protetora coopera na redução da pobreza, do risco e da vulnerabilidade e da desigualdade social, na medida em que reforça a resiliência das comunidades e das famílias, considerados fatores basilares no estímulo do desenvolvimento nos grupos mais vulneráveis e excluídos do processo de desenvolvimento e isso acontece com maior custo-benefício

do que outras formas de ajuda, como é caso das comunidades locais dos destinos turísticos em países subdesenvolvidos.

Tabela 17 - Principais conceitos apresentados por Amartya Sen

Conceito	Significado
Intitulamentos	<i>Meios</i> : são os condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem
Liberdades políticas	Direitos civis, liberdade de expressão, de voto, direito de escolha informativa, escolha de legisladores, participação, etc.
Facilidades econômicas	Consumo, condições de troca, renda, riqueza, posse de intitulamentos.
Oportunidades sociais	Educação, saúde, emprego (com foco na vida privada)
Garantias de transparência	Relações de confiança (institucional ou individual)
Segurança protetora	Rede de segurança social, habitação, saneamento, aposentadoria, transporte, etc.
Funcionamentos	<i>Fins</i> (realizações): são os resultados das várias combinações de intitulamentos, repercutindo, então, na liberdade que uma pessoa tem para levar a vida da forma que deseja (ex.: realizações básicas como estar bem nutrido, livre de doenças, deter um emprego, habitação, vestuário, rendimento extras, etc.; ou aquisições mais complexas, como ter respeito próprio, ser feliz, fazer parte da vida da comunidade, etc.).
Capacidades	Reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver. Combinação de vários funcionamentos.

Nota. Adaptado de (Niederle & Radomsky, 2016, a partir de Sen, 2000).

Sen, conforme já se fez menção antes, tenta ilustrar que o processo de desenvolvimento é algo bem mais amplo, e por isso, deve-se pensar tanto na pobreza assim como no desenvolvimento como algo que envolve diversas dimensões do ser humano e não apenas a renda, como também a escolaridade, a nutrição, acesso à saúde e habitação, ou seja, devemos pensar em uma sociedade equilibrada, com maior *liberdade* e que promova melhores oportunidades para todos (desenvolvimento).

Dentro desse contexto, Sen (2000, p.10), tenta explicar que, “o desenvolvimento consiste na *eliminação de privações de liberdade* que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua “condição de agente”. A eliminação de privações de liberdades substanciais é o garante do desenvolvimento (Sen, 2000). Na mesma linha, Veiga (2005, p.251), garante que a expansão das liberdades é vista como o principal fim e o fator elementar e

imprescindível do desenvolvimento e significa a eliminação integral do que restringe/priva as escolhas e as oportunidades das pessoas.

Amartya Sen ao chamar essas liberdades de “condição de agente” (foi mencionado acima), refere-se à capacidade livre de agir das pessoas, seguindo seus próprios fins e normas, nisso, provoca mudanças, se torna um membro participativo na sociedade, relacionando-se de maneira significativa no mundo e na tomada de decisões, exercendo seus direitos políticos e civis. É “com oportunidades sociais adequadas, que os indivíduos podem moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros com uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável” (Sen, 2010, p. 26).

Em outras palavras, Sachs (1995), considera que deve ser fortalecida e consolidada a capacidade das populações para se imputarem e responsabilizarem pela maioria das decisões que lhes dizem respeito, buscando uma proporcionalidade entre as políticas públicas e as ações ligadas à prática da cidadania. Cidadania, além disso, remete-nos à reflexão sobre participação e descentralização, cujo ideário é a obtenção de instituições locais mais fortes, governos locais mais capazes e uma sociedade civil mais atuante (Tendler, 1998), aspecto este que, para Bandeira (1999), seria a principal causa de sucesso de políticas, programas e projetos de desenvolvimento.

Assim sendo, compreende-se que, há que ser dar a oportunidade para as pessoas escolherem o seu destino, cabendo ao Estado o fortalecimento e a proteção das capacidades humanas. A falta das capacidades faz com que os indivíduos possuam razões para se sentirem humilhados e sem esperança de atingir a vida que almejam para serem felizes (Wentropa & Botelho, 2021). Para tal, é preciso que as pessoas sejam alfabetizadas, estejam bem nutridas, sejam parte da vida comunitária e cívica, expressem seus pensamentos, usufruam de adequadas condições de moradia e oportunidades de trabalho, possam desfrutar da possibilidade de evolução cultural e de ter aprendizado permanente (Herrlein, 2014).

É inegável, inclusive, que a justiça e o desenvolvimento se confundem, pois, o desenvolvimento só ocorre caso a sociedade esteja em busca de justiça (Kang, 2011). Compreende-se, ademais, dentro deste novo paradigma do desenvolvimento, que precisa ser assumido “em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; bem como os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente etc.” (Sachs, 2004, p.37).

Ficou evidente a tendência atual da mudança de paradigma sobre a visão do desenvolvimento, contudo, segundo Silva (2019), esta mudança de paradigma ainda é exceção e não prática nos estudos do turismo, o que torna um desafio conceitual e metodológico para os novos estudos. E, portanto, Jafari (2005), alerta que os estudos do turismo devem conquistar a sua própria voz pública. Por conseguinte, a partir dessa dialética, incumbe-nos indagar, não exclusivamente sobre o desenvolvimento turístico, entretanto se o turismo, dentro da sua diversidade, está contribuindo para o desenvolvimento humano e bem-estar social dos grupos sociais mais desfavorecidos, pois, para que se verifique desenvolvimento, não basta verificar-se o crescimento da economia, porém deve-se discutir como se distribui essa riqueza, de forma a buscar o bem-estar e a qualidade de vida – as funcionalidades e capacidades básicas e superiores.

3.3.3. Desenvolvimento à escala humana de Max-Neef

Longe do desígnio de ambicionar embrenhar-se e tirar conclusões filosóficas de ampla cientificidade em relação ao pensamento de um grande cientista – Max-Neef – até por que o Desenvolvimento à Escala Humana é tema de uma ampla complexidade para o alcance científico desta tese, neste ponto providenciamos uma abordagem direcionada às variáveis essenciais da pesquisa em curso e posteriormente usadas de forma conjugada com as variáveis propostas por Amartya Sen.

O principal postulado sobre o tema, considerando, de modo óbvio, as ideias de Max-Neef (1998), é de que o Desenvolvimento à Escala Humana tem como objetivo, romper com a visão das “pessoas-objeto” de desenvolvimento para “pessoas-sujeito” de desenvolvimento. Para esse propósito, este conceito está embasado em três princípios fundamentais, nomeadamente, as (i) necessidades humanas, (ii) a autonomia e (iii) as articulações orgânicas.

Para Max-Neef, isto explica que o desenvolvimento refere-se às pessoas e não aos objetos e, aceitá-lo, leva à concepção de indicadores qualitativos, pois para os objetos já existem inúmeros indicadores. Entretanto, para identificar os indicadores alusivos às pessoas é imperativo, antes saber quais seriam as necessidades fundamentais das pessoas. É deste modo que o autor define esta teoria de desenvolvimento social como aquela que:

se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la sociedad civil con el Estado (Max-Neef, 1998, p.30).

Nesta perspectiva, e com a intenção de apreender melhor a ênfase que Max-Neef (1998, p.40) dá às necessidades humanas, é preciso explicar o primeiro de três postulados que o autor atribui à teoria do Desenvolvimento à Escala Humana, nos seguintes termos: (1) “El desarrollo se refiere a las personas y no a los objetos”.

Este pressuposto encaminha-nos à três questões imperiosas e às suas correspondentes respostas, da seguinte configuração: a) qual o melhor processo de desenvolvimento para as pessoas? Para Max-Neef o melhor processo será aquele que exponencie ao máximo a qualidade de vida das pessoas; b) o que determina a qualidade de vida das pessoas? Para o autor, a qualidade de vida está sujeita às possibilidades que os seres humanos tenham de satisfazer adequadamente as suas necessidades humanas fundamentais.

Através das duas perguntas anteriores, percebe-se a opinião do autor de que atender às necessidades humanas é o ponto central de um desenvolvimento focado nas pessoas como protagonistas. Surge então a incerteza sobre a verdadeira compreensão das necessidades humanas, o que será discutido na próxima questão.

c) quais são as necessidades humanas fundamentais e que fatores as constituem? A contestar à última questão, Max-Neef (1998) estabelece o conceito de “satisfator” em justaposição ao conceito de “necessidades”. Segundo o seu raciocínio, a ideia comumente estabelecida (especialmente pelos economistas) de que “as necessidades humanas são ilimitadas enquanto os recursos são limitados”, que se alteram numa lógica constante, variando de cultura para cultura e que são diferentes a cada momento histórico é fruto de um equívoco conceitual tanto epistemológico quanto metodológico, devido à confusão na busca pela diferença entre necessidades e satisfatores dessas necessidades.

O ser humano é um ser de necessidade múltipla e interdependente. Por necessidades humanas, deve-se entender um sistema em que as mesmas se inter-relacionam e interagem. Tratar de necessidades exige, preliminarmente, percebê-las não como fragmentos do desejo humano, mas,

sim, como sistema de simultaneidades, complementaridades e compensações que dizem respeito à própria vida, ao desenvolvimento humano e seus elementos subjetivos (Max-Neef, 2012).

Resumindo o primeiro postulado – desenvolvimento refere-se a pessoas e, não, a objetos, poderíamos dizer que, para o autor, o desenvolvimento ideal é aquele que possibilita a melhoria na qualidade de vida das pessoas, respeitando as oportunidades que elas têm de atender às suas próprias necessidades humanas.

Com base nessas premissas Max-Neef (1998, p.42) traça o segundo postulado do Desenvolvimento à Escala Humana, nos seguintes termos: (2) “Las necesidades humanas fundamentales son finitas, pocas y clasificables”.

Este postulado visa endossar o posicionamento de que as necessidades humanas fundamentais são limitadas, constantes e funcionam como um sistema e não hierarquicamente, como propunha Maslow (1975). O que muda são as formas de satisfazê-las (satisfatores) numa determinada cultura (Max-Neef, 2012).

Neste sentido, Max-Neef et al. (2012) ao afirmar que as necessidades humanas são finitas, classificáveis e universais e de acordo com esta teoria, dividem-se em *necesidades existenciais*, que passam pelas dimensões Ser (categorias pessoais ou coletivos), Ter (não no sentido material, mas institucional), Fazer (registra ações pessoais ou coletivos) Estar (situando-se na dimensão tempo-espço); e necessidades axiológicas que compreende nove necessidades, como mencionadas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Ambas as categorias irão se combinar em uma matriz de necessidades humanas.

Ponderando o sistema das necessidades humanas colocado por Max-Neef (1998, p.42) depreende-se que, neste, não estão presentes os conceitos clássicos e habituais, como é o caso alimentação, abrigo, saúde ou educação. O motivo para essa exclusão reside no fato de o autor não considerar tais conceitos como necessidades, mas sim como satisfatores de necessidades. Em outros termos, a alimentação e o abrigo são satisfatores da necessidade humana fundamental denominada subsistência enquanto que do outro lado, a educação, por exemplo é um satisfator da necessidade de entendimento e a saúde um satisfator da necessidade de proteção.

Prosseguindo, adentramos para o terceiro e último postulado definido por Max-Neef para o Desenvolvimento à Escala Humana: (3) “Las necesidades humanas fundamentales son las mismas en todas las culturas y en todos los períodos históricos. Lo que cambia, a través del tempo y de las culturas, es la manera o los medios utilizados para la satisfacción de las necesidades”.

Conforme já se fez menção com base em Max-Neef, as necessidades humanas fundamentais podem ser desagregadas segundo categorias existenciais e categorias axiológicas e que formam um sistema social junto aos subsistemas dos satisfatores e bens, que o autor usou para edificação de uma matriz a chamada Matriz de Necessidades (tabela 18), que facilita a contemplação e compreensão da sua teoria.

Os dois critérios são posicionados na matriz, onde são conjugados para produzirem os satisfatores em cada célula, que podem espelhar sentimentos, características, ações e expectativas mais significativas para o bem-estar e a qualidade das pessoas. A tabela 18 apresenta todas as necessidades humanas e os seus respectivos satisfatores na perspectiva de Max-Neef.

Tabela 18 - Matriz de necessidade humanas (necessidades e satisfatores)

Necessidade	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Saudável física e mental, equilibrado, bem humorado, adaptável	Alimentos, abrigo, trabalho	Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	Ambiente vital, ambiente social
Proteção	Precavido, adaptável, autônomo, equilibrado, tranquilo e solidário	Seguros, poupança, previdência social, saúde, legislação, direitos, família, trabalho	Cooperar, prevenir, planejar, cuidar, curar, defender	Ambiente vital, ambiente social, casa
Afeto	Autoestima, solidário, respeitoso, tolerante, paciente, generoso, receptivo, apaixonado, voluntarioso, sensual, bem humorado	Amigos, cônjuges, família, familiares e relações com a natureza	Despontar amor, carinho, emoções, compartilhar, cuidar, cultivar, apreciar	Vida privada, casa, espaços de convivência social, intimidade, lar
Entendimento	Conscientemente crítico, reflexivo, questionador, receptivo, curioso, disciplinado, intuitivo, racional, espanto	Literatura, professores, métodos, políticas, informação.	Investigar, estudar, educar, experimentar, analisar, interpretar, refletir, meditar.	Escolas, universidades, grupos, comunidades, famílias
Participação	Dedicado,	Direitos, responsabilidade,	Afiliar-se, cooperar,	Relações

	disposto, solidário, convicto, altruísta, respeitoso, apaixonado, escolha, decisivo, bem humorado	privilégios, trabalho	sugerir, opinar discordar, concordar, comentar, imparcial, compartilhar.	participativas, partidos, associações, igrejas, comunidades
Ociosidade	Curioso, receptivo, imaginativo, despreocupado, bem humorado, tranquilo, ousado, sensual	Jogos, shows, clubes, festas, paz de espírito, tranquilidade	Devagar, abstrair, sonhar, lembrar dos velhos tempos, fantasiar, relaxar, divertir-se, brincar	Privacidade, intimidade, espaços de convivência, tempo livre, ambientes paisagísticos Ambientes de produção, oficinas, audiências, academias, grupos, espaços de demonstração e expressão, incubadoras, liberdade temporal
Criação	Apaixonado, prestativo, intuitivo, imaginativo, aventureiro, racional, livre, inovador, interessante	Habilidades, ofício, método, trabalho, destrezas	Trabalhar, inventar, construir, desenhar, compor, interpretar	
Identidade	Sentimento de pertença, diferenciado, autoconfiante, autoestima	Símbolos, linguagem, hábitos, costumes, grupos de referência, valores, sexualidade, normas, moralidade, memória histórica, tradições	Realização, comprometimento, integração, autoconhecimento, crescimento	Ritmos sociais, vida cotidiana, Ambientes de pertença, estágios de maturação da vida
Liberdade	Autônomo, autoconfiante, prestativo, deslumbrado, confiante, mente aberta, transparente, determinado, audaz, rebelde, tolerante, afirmado	Igualdade de direitos	Discordar, escolher, diferenciar, arriscar, comprometer, desenvolver a consciência, encontrar, assumir, desobedecer, refletir, introspecção	Plasticidade (adaptabilidade) espaço temporal

Nota. Adaptado de Max-Neef (2012).

Percebe-se da matriz que o mesmo satisfator pode contar para satisfazer diferentes necessidades (existenciais e axiológicas), da mesma maneira que cada necessidade precisa de vários satisfatores para ser satisfeita. Para Max-Neef (2017) cada sistema econômico, social ou político adota diferentes formas de satisfação para as mesmas necessidades humanas. As necessidades essenciais do ser humano são comuns a todas as sociedades, o que muda realmente são as escolhas da quantidade e da qualidade dos seus satisfatores, como também a possibilidade e impossibilidade de acesso aos mesmos.

Podemos observar na matriz que nos diversos quadrantes, há sugestões de satisfatores imagináveis, portanto, percebe-se que muitos dos satisfatores apontados podem dar origem a múltiplos bens econômicos (bens com valor econômico ou escassos). Se se propõe, por exemplo, o quadrante que indica o *fazer* para satisfazer a necessidade de *entendimento*, se encontram satisfatores como investigar, estudar, experimentar, educar, analisar, meditar e interpretar. Estes satisfatores podem originar bens econômicos – em função da cultura e a possibilidade de acesso aos recursos necessários – tais como livros, laboratórios, oficinas, infraestrutura de internet, ferramentas, computadores entre outros. O propósito destes bens econômicos é, seguramente, potenciar o *fazer* do *entendimento*.

3.3.3.1. Aplicação da matriz das necessidades humanas de Max-Neef na pesquisa

Em consonância com Pereira (2011), a sistematização proposta por Max-Neef é aplicável para fins de diagnóstico, planejamento e avaliação. A matriz de necessidades pode servir, em primeira instância, de exercício participativo de autodiagnóstico de grupos inseridos no espaço local (comunidade local do MI, por exemplo), através de um processo de diálogo interativo na presença de um moderador (o pesquisador).

Segundo Max-Neef (2012), o resultado desse exercício permitirá que o grupo tome nota de suas carências e potencialidades mais profundas. Uma vez diagnosticada e visualizada a situação atual, pode-se repetir o exercício com fins propositivos e decidir em termos de que satisfatores seriam necessários para a mais adequada satisfação das necessidades fundamentais do grupo.

Um dos pontos de extrema importância que este modelo nos proporciona, é, que na medida em que os satisfatores vão se identificando com maior exatidão e especificidade pela comunidade em pesquisa, deverão em seguida ser avaliados de forma bastante crítica e imparcial, para

estabelecer se são – ou devem ser – gerados exogenamente ou se podem ser gerados endogenamente pela própria comunidade a capacidade de *autodependência*.

É importante perceber, na visão de Max-Neef (2012), que a técnica não se aplica unicamente em espaços de dimensões locais. É também, aplicável nos níveis regionais e nacionais. Nos espaços *locais* assume-se a forma de um processo participativo o mais amplo possível, em que possa expressar-se tanto no âmbito econômico, político, social e cultural da comunidade, como nos diversos grupos compostos por jovens, mulheres, adultos, idosos e outros grupos representativos.

No plano *regional*, o exercício deve ser realizado por uma equipe cuidadosamente selecionada que não só represente os distintos âmbitos de qualquer região, senão que, por sua representatividade, conjugue os interesses tanto públicos quanto privados. Na esfera *nacional*, a equipe deve assumir, inevitavelmente, características transdisciplinares, dada a complexidade que assumem as problemáticas vistas desde o âmbito global (Max-Neef, 2012).

3.3.3.2. Aspectos negativos da Matriz das necessidades – cuidado com certos satisfatores

Ao examinar as características dos satisfatores propostos, permitirá ao grupo (o nível, local, regional ou nacional) avaliar se seus efeitos positivos são *singulares ou sinérgicos*, e se seus efeitos negativos são *violadores, inibidores ou pseudossatisfatores*. Em outros termos, embora a matriz seja bastante “simples” e perceptível, Max-Neef (2017), ao oferecer uma sistematização em forma de “solução” para satisfazer as necessidades humanas sem dispendar muito tempo, o autor chama atenção para evitar determinados tipos de satisfatores.

Max-Neef (2017), os classifica da seguinte maneira:

- i. Primeiro, *satisfatores violadores ou destrutores* são aqueles que podem aniquilar ou impossibilitar a satisfação de uma necessidade. Por exemplo os jogos de azar praticados em cassinos, como que pudessem satisfazer a necessidade de ócio;
- ii. Segundo *pseudossatisfatores* tem a ver com aqueles que proporcionam uma falsa sensação de satisfação de uma dada necessidade. Por exemplo, estar em um condomínio residencial paradisíaco fechado de classe média que parece satisfazer a necessidade de proteção, no entanto quando o residente não se encontra dentro do condomínio fica com sensação de insegurança;

- iii. Terceiro, *satisfatores inibidores*, aqueles que, pelo modo como satisfazem (geralmente sobre-satisfazem) uma necessidade determinada, dificultam seriamente a possibilidade de satisfazer outras necessidades como por exemplo a comida *fast-food* ou refrigerante para saciar a fome ou a sede e provocando doenças as vezes graves;
- iv. Quarto, *satisfatores singulares* tratam daqueles que atendem apenas uma necessidade, a exemplo da atividade física de musculação, realizada em academias no horário do almoço, compartilhando o estreito tempo entre alimentação e ginástica; e
- v. Quinto, *satisfatores sinérgicos* aqueles que, pela forma como satisfazem uma determinada necessidade, estimulam e contribuem para a satisfação simultânea de outras necessidades, por exemplo a atividade física desenvolvida na natureza, em horário livre, que satisfaz as necessidades de sobrevivência, entendimento, ócio e liberdade.

A fragmentação das necessidades humanas em categorias existenciais e axiológicas incluindo a destreza da inserção do conceito de satisfator, consentiu a Max-Neef conseguir uma reinterpretação do conceito de pobreza, um dos conceitos centrais desta tese.

3.3.3.3.A visão de pobreza e autonomia de Max-Neef

A segmentação das necessidades humanas em categorias existenciais e axiológicas assim como a inserção do conceito de satisfator, faz com que Max-Neef consiga alcançar uma reinterpretação do conceito de pobreza. Pois, muitas vezes este conceito (conforme discutido a cima) encontra-se estreitamente associado a visões economicistas e reducionistas. A pobreza humana tradicionalmente tem tendência para ser representada pela insuficiência de renda dos cidadãos, avaliada pela Linha de Pobreza Internacional, de autoria do Banco Mundial.

Contrariamente, percebemos pobreza como sendo um fenômeno multidimensional, que não se reduz exclusivamente a esfera material e/ou econômica (salário, alimentação, por exemplo), entretanto extrapola para as dimensões subjetivas focando nas capacidades, habilidades e recursos das pessoas. As necessidades básicas das pessoas, para além do fator material, abrangem também carências de proteção, de afeto, de oportunidades, entendimento, de liberdades, de lazer, etc.

Max-Neef (1998), não foge desse posicionamento, propondo que se fale de pobreza no plural e não de pobreza no singular, pondera que toda necessidade humana fundamental que não seja devidamente suprida se configura em uma pobreza humana.

Assim, segundo o autor, existe *pobreza de subsistência* se não forem atendidos os satisfatores de alimentação ou abrigo, *pobreza de afeto* motivada pelo autoritarismo, opressão ou relações de exploração, *pobreza de participação* devido a marginalização ou discriminação nas suas mais variadas ordens, e formas de participação. Apesar disso, as pobrezaas não se extinguem em si, para o autor cada tipo de pobreza gera patologias sociais sempre que estas ultrapassem limites críticos de intensidade e duração.

É importante reconhecer que os componentes das definições de pobreza mudam no tempo e no espaço, dependendo não só dos avanços ocorridos no crescimento econômico senão também das modificações no plano cultural, o qual incide diretamente sobre os parâmetros para medir os “satisfatores” das necessidades de subsistência (Max-Neef, 2012).

Depreende-se, deste modo, que uma política de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades humanas, deve acima de tudo, olhar e aceitar o ser humano como um todo integrado, aonde os laços entre as necessidades e os satisfatores, permitam a concepção de um pensamento que gravita em torno de um desenvolvimento focado na humanidade. Para dizer que, as necessidades humanas não devem simplesmente, ser contempladas do ponto de vista de “carência” de algo. Em outras palavras, as necessidades humanas fundamentais precisam ser entendidas como *carências* e como *potências*, segundo Max-Neef (1998), a necessidade de participar é o potencial de participação, assim como a necessidade de afeto é o potencial de afeto.

Ao analisar as necessidades humanas como *carência* e *potência* da ação das pessoas, acaba sendo errado assegurar que as necessidades humanas possam ser “satisfeitas” e “ponto final”, uma vez que, torna-se claro que acaba sendo uma ação ininterrupta. Portanto, em consonância com Max-Neef, quiçá seja mais apropriado pensar em “viver” ou “realizar” as necessidades humanas de forma contínua e renovada.

Esta dialética, remete-nos à autonomia, como um satisfator, onde para Max-Neef (1998, p.115), é por meio do alcance da autonomia das pessoas e das instituições que o Desenvolvimento à Escala Humana apontado para a satisfação das necessidades humanas logra “*sua condição, seu meio e seu valor irredutível*”. A escala humana se efetiva com as políticas públicas reorientando suas prioridades para o social e para o indivíduo como beneficiário quando se aprofunda na sociedade a consciência da dignidade do ser humano e quando se extingue a estrutura social que agride sistematicamente os direitos da pessoa humana (Colariano, 2013).

Os entraves capitais à autonomia, segundo Max-Neef (1998) e Milton Santos (2008), por exemplo, é a ordem econômica mundial e a divisão internacional do trabalho, os “culpados” pelas relações de dependência econômico-financeira, tecnológica, cultural e política impostas pelos países centrais aos países periféricos geralmente do sul global.

Em outros termos, em consonância com Max-Neef (2012), os padrões de consumo que o mundo rico exporta e impõe ao mundo em desenvolvimento, submete estes últimos a relações de troca que aguçam a sua dependência, perpetuam os seus desequilíbrios internos e ameaçam a sua identidade cultural. São os países industrializados que controlam a produção e comercialização de insumos e produtos, tecnologias de ponta e grande parte da produção industrial. São também estes países que difundem a opinião de que tais tecnologias e produtos são essenciais e preferíveis para qualquer sociedade que aspiram a aumentar o bem-estar dos seus membros (Max-Neef, 2012).

Gostaríamos de concluir enfatizando que, as “imposições e coerções tirânicas” dos países centrais, no que diz respeito ao campo ideológico e político, condicionam os países periféricos às demandas e aos interesses dos blocos de poder centrais, restringindo significativamente a capacidade de atender às necessidades básicas, como alimentação, segurança, participação, expressão, identidade e liberdade, da maioria de sua população.

3.3.4. Buscando uma articulação entre as abordagens das Capacidades e das Necessidades Humanas

Poucos trabalhos tentaram articular a Abordagem das Capacidades originalmente desenvolvida por Amartya Sen e a abordagem das Necessidades Humanas Fundamentais desenvolvida por Manfred Max-Neef.

Em primeiro lugar, é absolutamente necessário diferenciar a abordagem da Necessidades Humanas Fundamentais desenvolvida por Manfred Max-Neef (1991) a partir da chamada abordagem das “necessidades básicas”. A abordagem das *necessidades básicas* foi criticada por três razões principais: (i) por estar muito focada em questões materiais ao mencionar pacotes de *commodities*; (ii) por ser demasiado paternalista (iii) por negligenciar a questão das oportunidades.

Esta abordagem foi associada à ideia de considerar as pessoas pobres como “pacientes” à espera de ajuda internacional ou do Estado. Amartya Sen criticou fortemente esta abordagem e

desenvolveu a Abordagem das Capacidades, precisamente para promover a ideia de que as pessoas pobres são *agentes* em vez de *recipientes* passivos e sedentos de ajuda e assistência.

Max-Neef (1991, p. 16), também notou este problema: “uma deficiência predominante no sistema existente na literatura e discussões sobre as necessidades humanas é que a diferença fundamental entre necessidades e os que satisfazem essas necessidades não são explicitados ou são negligenciados”. É essencial fazer essa diferença por razões epistemológicas e metodológicas, caso contrário é uma confusão entre o “fim” e os “meios” do desenvolvimento.

Como Max-Neef (1991, p. 17), explicou:

[...] segue-se que a alimentação e o abrigo, por exemplo, não devem ser vistos como necessidades, mas como satisfatores da necessidade fundamental de subsistência. Da mesma forma, educação (formal ou informal), estudo, investigação, estimulação precoce e meditação são satisfatores da necessidade de compreensão.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que o conceito de *satisfator* de Max-Neef está próximo do conceito de *funcionamento* de Sen.

Finalmente, segundo a abordagem das necessidades humanas fundamentais, as melhorias na qualidade de vida dependem da capacidade de indivíduos e grupos de satisfazer suas necessidades. Além disso, essa capacidade é baseada no que Max-Neef chama de “autossuficiência”, um conceito que se aproxima da ideia de agência de Sen (Cruz, 2006).

Em ambas as abordagens, os funcionamentos ou satisfatores são considerados o elemento básico do bem-estar humano. Por conseguinte, os funcionamentos ou satisfatores podem constituir o ponto de encontro entre as duas abordagens. Nesta perspectiva, as capacidades são responsáveis pela liberdade de escolha (potencial funcionamentos/satisfatores) e necessidades são responsáveis pela satisfação do bem-estar (funcionamentos/satisfatores alcançados).

Com base em Rauschmayer et al. (2011), é possível afirmar que o desenvolvimento de capacidades é necessário para satisfazer adequadamente as necessidades, e a satisfação adequada das necessidades melhora o desenvolvimento de capacidades. Combinando ambas as abordagens, é possível fornecer uma concepção dinâmica do bem-estar.

Mesmo que as duas abordagens sejam autônomas, graças a esta articulação, ambas se complementam. Por um lado, a abordagem de Max-Neef vem complementar a Abordagem das

Capacidades ao permitir uma especificação clara das dimensões constitutivas fundamentais do bem-estar humano e, ao especificar que essas dimensões não são substituíveis umas pelas outras. Ao introduzir uma distinção clara entre necessidades e satisfatores, ajuda a Abordagem das Capacidades a ir mais longe na diferenciação de fins e meios. Por outro lado, a abordagem Necessidades Humanas Fundamentais é complementada pela integração da liberdade de escolha na conceitualização e avaliação do bem-estar humano.

Esta tentativa de aproximação entre a Abordagem das Capacidades (Sen) e as Necessidades Humanas Fundamentais (Max-Neef) põe em causa o antigo debate sobre a apresentação de uma lista de capacidades. Assim, a distinção introduzida por Max-Neef entre categorias *existenciais* e *axiológicas* e entre *Necessidades* e *Satisfatores* (explicadas acima) pode ajudar a melhorar a operacionalização e o esclarecimento da abordagem das capacidades. De fato, ela ajuda a diferenciar a formulação do que é um *Funcionamento* e do que é uma *Capacidade*.

Queremos acreditar que muitas das listas sugeridas pelos estudiosos da Abordagem das Capacidades referem-se principalmente a funcionamentos e não a capacidades. Como vimos, a *Educação* não é uma capacidade, mas um funcionamento ou um satisfator (dependendo da linguagem que escolhermos) necessário para desenvolver a capacidade do *Entendimento*.

Por exemplo, de acordo com Duraiappah (2004), os 10 elementos do bem-estar são: 1) poder ser adequadamente nutrido; 2) estar livre de doenças evitáveis; 3) poder viver em um abrigo limpo e seguro 4) ter acesso a água potável adequada e limpa; 5) ter ar puro; 6) ter energia para se aquecer e cozinhar; 7) poder usar a medicina tradicional; 8) poder continuar usando os elementos naturais encontrados nos ecossistemas para práticas culturais e espirituais tradicionais; 9) ser capaz de lidar com eventos naturais extremos, incluindo enchentes, tempestades tropicais e deslizamentos de terra; e 10) poder tomar decisões de gerenciamento sustentáveis que respeitem os recursos naturais e permitam a obtenção de um fluxo de renda sustentável. Todas as opções da lista de Durraippah (2004) são funcionalidades e não capacidades.

Tabela 19 - Rumo à uma matriz de capacidades (existenciais e axiológicas)

CAPACIDADES EXISTENCIAIS	SER <i>Ser capaz de adquirir ou experimentar atributos pessoais e coletivos</i>	TER <i>Poder acessar ou se beneficiar de: (direitos, instituições, bens e serviços, etc.)</i>	FAZER <i>Ser capaz de realizar ações individuais ou coletivas</i>	ESTAR/INTERAGIR <i>Ser capaz de interagir com o ambiente social e natural (locais, paisagens, etc.)</i>
SUBSISTÊNCIA <i>Funcionamentos essenciais para Sobreviver</i>	Saudável física e mental, equilibrado, bem humorado, adaptável	Alimentos, abrigo, trabalho	Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	Ambiente vital, ambiente social
PROTEÇÃO <i>Funcionamentos essenciais para sentir-se seguro</i>	Precavido, adaptável, autônomo, equilibrado, tranquilo e solidário	Seguros, poupança, previdência social, saúde, legislação, direitos, família, trabalho	Cooperar, prevenir, planejar, cuidar, curar, defender	Ambiente vital, ambiente social, casa
AFETO <i>Funcionamentos essenciais para sentir-se amado</i>	Autoestima, solidário, respeitoso, tolerante, paciente, generoso, receptivo, apaixonado, voluntarioso, sensual, bem humorado	Amigos, cônjuges, família, familiares e relações com a natureza	Despontar amor, carinho, emoções, compartilhar, cuidar, cultivar, apreciar	Vida privada, casa, espaços de convivência social, intimidade, lar
ENTENDIMENTO <i>Funcionamentos essenciais para entender as outras pessoas e a natureza</i>	Conscientemente crítico, reflexivo, questionador, receptivo, curioso, disciplinado, intuitivo, racional, espanto	Literatura, professores, métodos, políticas, informação.	Investigar, estudar, educar, experimentar, analisar, interpretar, refletir, meditar.	Escolas, universidades, grupos, comunidades, famílias
PARTICIPAÇÃO <i>Funcionamentos essenciais para poder participar na sociedade</i>	Dedicado, disposto, solidário, convicto, altruísta, respeitoso, apaixonado,	Direitos, responsabilidade, privilégios, trabalho	Afiliar-se, cooperar, sugerir, opinar, discordar, concordar, comentar, imparcial,	Relações participativas, partidos, associações, igrejas, comunidades

OCIOSIDADE <i>Funcionamentos essenciais para um entretenimento agradável</i>	escolha, decisivo, bem humorado		compartilhar.	
	Curioso, receptivo, imaginativo, despreocupado, bem humorado, tranquilo, ousado, sensual	Jogos, shows, clubes, festas, paz de espírito, tranquilidade	Devagar, abstrair, sonhar, lembrar dos velhos tempos, fantasiar, relaxar, divertir-se, brincar	Privacidade, intimidade, espaços de convivência, tempo livre, ambientes paisagísticos
	Apaixonado, prestativo, intuitivo, imaginativo, aventureiro, racional, livre, inovador, interessante	Habilidades, ofício, método, trabalho, destrezas	Trabalhar, inventar, construir, desenhar, compor, interpretar	Ambientes de produção, oficinas, audiências, academias, grupos, espaços de demonstração e expressão, incubadoras, liberdade temporal
		Símbolos, linguagem, hábitos, costumes, grupos de referência, valores, sexualidade, normas, moralidade, memória histórica, tradições		
IDENTIDADE <i>Funcionamentos essenciais para existir como pessoa, para pertencer à comunidade humana e à Terra</i>	Sentimento de pertença, diferenciado, autoconfiante, autoestima		Realização, comprometimento, integração, autoconhecimento, crescimento	Ritmos sociais, vida cotidiana, Ambientes de pertença, estágios de maturação da vida
LIBERDADE <i>Funcionamentos essenciais necessários para ter escolhas e responsabilidades</i>	Autônomo, autoconfiante, prestativo, deslumbrado, confiante, mente aberta, transparente, determinado, audaz, rebelde, tolerante, afirmado	Igualdade de direitos, ideias, escolhas e possibilidades	Discordar, escolher, diferenciar, arriscar, comprometer, desenvolver a consciência, encontrar, assumir, desobedecer, refletir, introspecção	Plasticidade (adaptabilidade) espaço temporal

Nota. Inspirado por Max-Neef (1998; 2012; 2017); Sen (1999) e Pelenc (2014).

No tocante à matriz, entendemos que as capacidades existenciais podem ser descritas em termos de ter a possibilidade de ser, ter a capacidade de fazer, ter a capacidade de interagir e possuir.

As capacidades axiológicas referem-se às verdadeiras liberdades que as pessoas têm para satisfazer adequadamente uma das nove necessidades. Em outras palavras, uma capacidade axiológica consiste no conjunto de potenciais funcionamentos necessários para atender a uma determinada categoria axiológica de necessidade.

Como vimos, a noção de necessidade é adstrita às conquistas de bem-estar. Por exemplo, necessidade de afeto reúne todos os funcionamentos necessários para satisfazê-lo. Em suma, essa combinação (necessidade humana fundamental e funcionamento) pode ajudar a especificar melhor a definição de capacidades. De fato, nesse ponto de vista, as capacidades podem ser vistas como as liberdades individuais e coletivas (conjunto de funcionamentos ou satisfatores potenciais) que as pessoas desfrutam para atender adequadamente às necessidades humanas fundamentais. Nessa ótica, o desenvolvimento pode implicar a ampliação das capacidades das pessoas para satisfazer adequadamente as suas necessidades fundamentais.

3.4. A questão da participação cidadã no turismo

Após discutir sobre o tema do desenvolvimento, abordando os diferentes aspectos relacionados a ele (definições, teorias de desenvolvimento, perspectivas alternativas sobre o assunto), é momento de explorar um dos conceitos essenciais em qualquer processo de desenvolvimento, incluindo no setor do turismo. Estamos nos referindo ao processo participativo – conforme mencionado pelos autores analisados no início da pesquisa – especialmente a participação das comunidades locais menos favorecidas na tomada de decisões relevantes, que vão desde questões políticas, econômicas e sociais até aquelas ligadas a questões ambientais e culturais. Nossa atenção está voltada para o nível municipal, visto que a área em estudo é um município específico, o MI.

A palavra participação, de origem latina, apresenta dois significados distintos: o primeiro refere-se a “tomar parte em” ou “associar-se a”, enquanto o segundo está relacionado a “fazer saber”, “dar parte de”, “avisar” ou “comunicar”. Dessa forma, enquanto o primeiro sentido destaca o envolvimento ou participação em algo, o segundo evidencia apenas a comunicação e informação.

Considerando a diversidade de modelos de propostas para envolver as pessoas na tomada de decisões em várias áreas da vida cotidiana, o próximo ponto não irá abordar todos os modelos

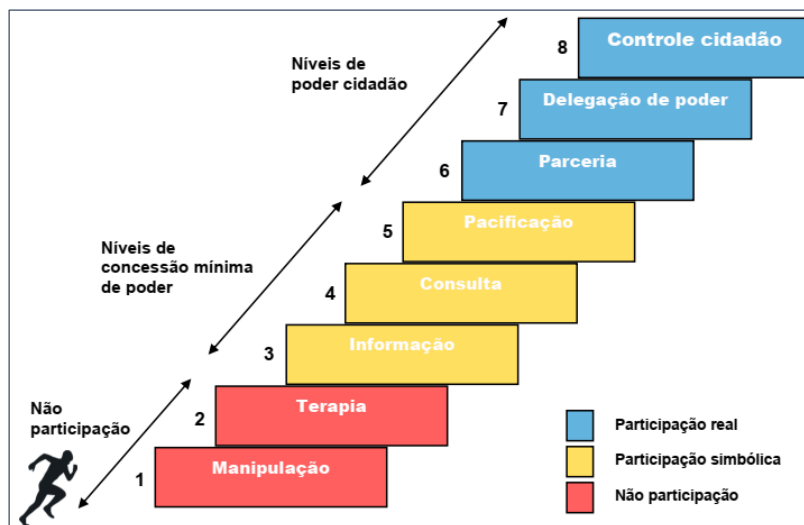
existentes, mas sim aqueles que julgamos mais adequados para o escopo desta pesquisa, que trata da participação cidadã no âmbito do turismo.

3.4.1. Modelos da participação cidadã – breve reflexão

O estudo mais referenciado sobre o tema tem data em 1969, quando Sherry Arnstein publicou seu artigo intitulado “*A Ladder of Citizen Participation*”, no periódico *Journal of the American Institute of Planners*. Esse artigo entusiasmou diferentes pesquisadores a estudar o tema, o que elevou o debate e contribuiu para áreas como geografia, políticas públicas, sociologia e planejamento urbano, entre outras (Connor, 1988).

Arnstein (2002) apresenta uma distinção clara entre dois conceitos essenciais na compreensão da divisão dos cidadãos no processo decisório. Por um lado, a participação pode ocorrer *sem redistribuição de poder*, caracterizando-se como um processo vazio e frustrante para os desprivilegiados ou os “sem-nada” (aqueles sem o poder real necessário para influenciar os resultados das decisões - no caso em questão, a comunidade local do MI). Por outro lado, a participação dos cidadãos pode se dar *com redistribuição de poder*, um processo que permite que os “sem-nada”, excluídos dos processos políticos e econômicos, sejam deliberadamente incluídos.

A tipologia de participação cidadã de Arnstein (1969), está embasada na “escada de participação cidadã” de oito níveis subdivididos em três categorias, detalhadamente (1ª) *Não participação ou participação fictícia*, que abarca os níveis (a) Manipulação e (b) Terapia; (2ª) *Tokenismo ou concessão mínima de poder*, que compreende os níveis (a) Informação, (b) Consulta e (c) Pacificação, e (3ª) *Poder do cidadão*, que abrange os níveis (a) Parceria (b) Poder Delegado e (c) Controle pelo Cidadão.

Figura 20 - Oito degraus da “Escada da Participação Cidadã”

Nota. Figura de Arnstein (2002), adaptação de Wanderley-Filha (2017, p.66).

A escritora Arnstein detalha o significado e o propósito de cada degrau, abordando também, de forma crítica, as dinâmicas de poder entre os agentes ou atores sociais. Posteriormente, ela discute as restrições dessa classificação. De acordo com Arnstein (2002), cada nível da figura 20, é definido como se pode ver na tabela 20.

Tabela 20 - Os oito degraus da “Escada da Participação Cidadã” de Arnstein

DEGRAUS	AÇÕES PARTICIPATIVAS	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO
1º Manipulação	Visa garantir que os possuidores do poder possam “educar” os “sem-nada”. Manifesta-se em conselhos onde os conselheiros não dispõem de informações, conhecimento e assessoria técnica independente, necessários para tomarem decisões por conta própria.	NÃO PARTICIPAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO FICTÍCIA
2º Terapia	Os técnicos de órgãos públicos se camuflam atrás de conselhos e comitês participativos para não assumirem erros cometidos por eles e diluir a responsabilidade.	
3º Informação	Informar as pessoas sobre seus direitos, responsabilidade e alternativas. Contudo, trata-se de um fluxo de informação somente de cima para baixo (<i>top-down</i>) e não na vertente horizontal, muito menos de baixo para cima.	TOKENISMO OU CONCESSÃO MÍNIMA DE PODER
4º Consulta	Aqui tratam-se de pesquisas de participação, reuniões de vizinhança, etc. Serve somente como fachada, não apresentando implicação prática na vida dos desfavorecidos.	

5º Pacificação	O cidadão começa a ter certo grau de participação efetiva das decisões, podendo participar dos processos decisórios, contudo, não existe a obrigação dos tomadores de decisão de levar em conta as discussões, preocupações e indagações trazidas pelas comunidades desfavorecidas.	
6º Parceria	Trata-se de distribuição do poder por negociação entre os cidadãos e detentores do poder. O planejamento e as decisões são divididos em comitês.	
7º Delegação de poder	Nesta escada os cidadãos ocupam a maioria dos assentos nos comitês, com poder delegado para tomar decisões. Aqui os cidadãos têm poder sobre as contas da política pública. O 7º degrau, pressupõe uma partilha e distribuição ainda mais consciente de poder que a parceria.	
8º Controle do cidadão	Cidadãos responsáveis pelo planejamento, pela política, assumindo a gestão em sua totalidade. O “controle do cidadão”, no 8º degrau, representa o auge e expoente máximo na tipologia da participação do cidadão. Esta escada, pressupõe que qualquer cidadão, mesmo aquele tratado como excluído, possa intervir nos processos de tomada de decisão sobre qualquer evento que lhe afete. Mesmo as pessoas mais desfavorecidas e mais pobres são envolvidas no processo geral de planificação, concepção e preparação das políticas e gestão dos programas. Por exemplo, a população duma aldeia, localidade, bairro, participa sem intermediários na gestão do programa e dos respectivos recursos e fundos.	PODER DO CIDADÃO

Nota. Adaptado de Arnstein (2002).

Do ponto de vista filosófico, este modelo demonstra que, à medida que os níveis de participação (do primeiro ao oitavo degrau da escada) aumentam, também cresce o poder de tomada de decisão dos cidadãos e, conseqüentemente, sua influência. Entretanto, como observado por Arnstein (1969) como uma limitação fundamental dessa abordagem, na prática, tanto os menos favorecidos quanto os detentores de poder não formam blocos homogêneos. Por este motivo, os oito degraus desta escada são uma simplificação, mas contribuem para destacar um aspecto frequentemente negligenciado: a crescente demanda por uma participação cidadã mais eficaz.

A outra tipologia de participação cidadã muito referenciada no geral e no turismo, é da autoria de Alió (2013). A autora admite que, partindo da ideia de que as metodologias de participação cidadã estão localizadas nas demandas da população em relação à vida pública, incluindo lugares e territórios com suas correspondentes relações com a natureza e o meio ambiente, duas formas principais de participação podem ser assinaladas: (i), *aquela que vem da mesma população que quer participar* dos processos decisórios neste mesmo espaço público, sejam

cidades, municípios, vilas, bairros, florestas ou outras áreas; e (ii), *aquela que emana do sistema político-administrativo* que, com características próprias, estabelece a forma de participar da cidadania e que recebeu o nome de governança.

É manifesto que a realidade não costuma ser tão simples e, também podem ser identificadas formas mistas dependendo de vários fatores, como por exemplo, o *desenvolvimento cultural e associativismo da população* e, claro, a *mentalidade da administração* no papel que pode ser atribuído à população em processos participativos. Isto porque, além da extensão decisória, a participação cidadã abrange ainda o controle do Estado pela sociedade, na prestação de contas, que deve estar baseada em critérios estabelecidos pela sociedade e na responsabilização dos políticos pelos atos praticados no exercício desta representação (Teixeira, 2001). Ou por outras,

cabe assim à participação cidadã contribuir para melhorar a qualidade das decisões mediante o debate público e a construção de alternativas, e exigir a *accountability* e a responsabilização dos gestores. Dessa forma, poder-se-á compatibilizar a participação com a representação (Teixeira, 2001, p.41).

À vista disto, podemos lembrar que Gyford (1991, como citado em Alió, 2013), sugeriu existirem até sete formas de participação cidadã, em conformidade com os regimes políticos dos que dependem, embora todos eles possam ser simplificados em um esquema que as reduz às três principais modalidades que vêm sendo propostas desde a Sociologia Política, nomeadamente, (i) participação restrita; (ii) apoio participativo e, por fim, (iii) participação na tomada de decisões. Estas três formas de participação foram adaptadas por Alió (2013), especialmente na vertente municipal (enquadrando-se à área de estudo desta pesquisa), apresentadas na tabela 21.

Tabela 21 - Três modelos de participação social nas decisões públicas em municípios

Modelo participativo de decisão: municípios com regulamentos ou organismos de participação que possibilitem o seguimento e controle da gestão local, como também o envolvimento e colaboração dos cidadãos na definição das políticas locais que afetam todos os cidadãos.

Modelo participativo de suporte: municípios com regulamentos e órgãos de participação, informação e consulta da gestão local, onde os cidadãos têm o direito de ser informados e consultados. O modelo busca um consenso e o apoio social das políticas de gestão local definidas anteriormente pelo Município. Este modelo cria frustração, incompreensão e conflitos entre os cidadãos envolvidos no processo e a prefeitura, que visa responsabilizar os cidadãos das decisões formuladas a partir do ‘conhecimento’ e ‘objetividade’ das administrações públicas.

Modelo de participativo restrito: municípios que não detém qualquer instrumento, sistema ou regulamento de participação e consulta cidadã. As consultas são pontuais, geralmente restringidas a grupos sociais econômicos específicos que constituem os ‘grupos de interesse’ locais. Os cidadãos devem defender seus direitos por canais não definidos com clareza e geralmente arbitrários, situação que provoca divergências e confrontos entre os cidadãos e a prefeitura.

Nota. Adaptado de Alió (2013).

Interpretando a visão de Alió (2013), percebe-se que o modelo *participativo de decisão* é o mais ideal, porque comporta um conjunto de mecanismos de facilitação da vida dos munícipes, pois permite que eles participem e se envolvam efetivamente no processo decisório. Apesar disso, em certas realidades pode ser visto como difícil de se efetivar devido à vários entraves políticos. Necessitando de ser bem percebido por parte dos gestores municipais.

A participação responsável é um processo que deverá ser coadjuvado pelo desenvolvimento de atividades informativas e formativas, que assegurem uma intervenção eficaz nas funções de planejamento do desenvolvimento territorial sustentável: ordenação, desenvolvimento e coordenação (Farinós & Romero, 2007). Pois, a falta de informação e formação dos agentes sociais, aumenta as probabilidades de estes tomarem decisões desonestas, e serem manipulados para favorecer os seus opressores e, portanto, terem seus projetos coletivos fracassados. Sobre a formação, essa deve acontecer por meio da educação formal (escolas, universidades – papel do governo), pelo oferecimento de cursos, oficinas, etc. (Wanderley- Filha, 2017).

Assim, a performance das instituições democráticas do governo influencia diretamente a prática da participação em uma sociedade (Putnam, 2006). Algumas melhorias podem ser obtidas no que diz respeito ao desenvolvimento local, por meio da participação cidadã responsável com os agentes públicos. Baeza e Estarellas (2013), destacam que o principal deles é a capacidade para

construir coalisões locais com novos atores – grupos de interesse, associações comunitárias, etc. – coerentes de acordo com Baeza e Estarellas (2013), um dos aspectos mais importantes é a habilidade de formar parcerias locais com novos protagonistas – sejam eles grupos de interesse, associações comunitárias, entre outros – alinhados com as novas metas de desenvolvimento, atuando como meios de transição de um modelo de governança focado na gestão.

Conforme a abordagem de Baeza e Estarellas (2013), neste cenário, observa-se a transição de sistemas burocráticos *hierárquicos ou verticais* para redes colaborativas *horizontais* com agentes externos na esfera política. Isso suscita questionamentos sobre quem integra e como participa no governo municipal atualmente, que estruturas de poder se formam e quais as consequências em termos de estratégias para o desenvolvimento local. Essa abordagem representa um tipo de planejamento estratégico mais descentralizado, que não apenas é percebido como uma ameaça pela classe política, mas também deve ser reconhecido como:

- Um sistema rentável politicamente, já que os cidadãos acompanham as tarefas do governo;
- Metodologia de trabalho que facilita a detecção de problemas e soluções nem sempre identificadas nos programas eleitorais que adiantassem possíveis conflitos.

Neste cenário, Baeza e Estarellas (2013), destacam a importância de desenvolver estratégias participativas que tenham como objetivo atingir a coparticipação responsável na gestão do território em âmbito local, que busquem: promover um diálogo aberto e contínuo com a comunidade; facilitar uma maior integração com a realidade e resolver os desafios ambientais, econômicos e sociais recorrentes de forma consensual com os diversos agentes sociais envolvidos.

3.4.2. Participação cidadã no turismo

Em consonância com Nascimento (2021), é preciso construir, propor, compartilhar ideias e ações, em prol da gestão pública do turismo de uma região; todavia esteja claro que, embora pareça haver um acordo universal de que o envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão da gestão é uma boa ideia, há pouco entrosamento quanto ao melhor estilo de obter resultados significativos (Callahan, 2007).

O World Bank (1992), assegura que a participação é fundamental para o processo de governança no turismo, garantindo o desenvolvimento regional por meio da inclusão das partes interessadas de nível local. Para tal, para caminhar em direção à participação cidadã efetiva, é

preciso ultrapassar os limites do posicionamento passivo e figurativo das comunidades locais nos destinos turísticos e, conforme assegura Gohn (2011), ter assento em um Conselho já não é suficiente.

Queremos sublinhar, com isso, que só os cidadãos locais têm amplo conhecimento a respeito do destino e de seus recursos (Tosun, 2000). Outrossim, uma comunidade insatisfeita com o turismo em seu território, geralmente terá ressentimentos e daí surgirão tensões entre residentes e turistas (Marzuki & Hay, 2013). Por isso que, é imprescindível que haja “igualdade política em um processo horizontal e abertura de espaços de participação, evitando os personalismos, clientelismos e existência de grupos conservadores de poderes dominantes” (Coutinho, Azevedo & Nóbrega, 2020, pg. 121).

Na mesma ala do pensamento, apesar de não se referir especificamente ao turismo, Santos (2006, p.174), propõe como opção alternativa, a contraposição à verticalidade, a *horizontalidade*; afirmando que se busca a reconstrução dos lugares visando a horizontalidade, levando à “base de vida comum, suscetível de criar normas locais, normas regionais que acabam por afetar as normas nacionais e globais”. As “horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização”.

Esta colocação, está embasada no fato de que, o desenvolvimento do turismo é geralmente levado à cabo por “indivíduos” poderosos (empresas privadas) ou governo, sem qualquer discussão com a população local, onde as pessoas são informadas sobre um programa de desenvolvimento do turismo, que já foi previamente decidido sem a sua auscultação. Isto é, os promotores executam os projetos sem ouvir as opiniões da população local (Leksakundilok, 2004).

Estas premissas, remetem-nos ao questionamento sobre as reais formas de participação das comunidades locais no processo do desenvolvimento do turismo – discutido a seguir.

A participação no turismo pode ser encarada de pelo menos duas perspectivas: em termos do processo de tomada de decisão e no que respeita aos benefícios do desenvolvimento do turismo (Wall, 1995; Chok, Macbeth, & Warren, 2007; W. Li, 2006; Y. Li, 2004; Tosun, 2000; Zhao & Ritchie, 2007). Aqui, nos cingiremos na participação na tomada de decisão, pois, para maximizar os benefícios socioeconômicos do turismo para a comunidade, esta é a participação necessária. Permite que as comunidades locais (o *stakeholder* que mais sofre pelos impactos negativos do turismo), se envolvam e participem do planejamento de decisões relativas ao desenvolvimento do

turismo. Isto ajuda a lidar melhor com a gestão dos impactos negativos do desenvolvimento do turismo (Y. Li, 2004 & Tosun, 2000).

A participação na tomada de decisão é atribuição de poderes aos residentes locais para determinarem os seus próprios objetivos de desenvolvimento e determinar as suas esperanças e preocupações relativamente ao turismo. O aumento dos rendimentos, o emprego, a educação dos habitantes, o respeito pelos estilos de vida e valores locais são as formas mais evidentes de envolver a comunidade nos benefícios do desenvolvimento do turismo (Pearce, Moscardo & Ross, 1996; Zhao & Ritchie, 2007).

Em seguimento, aspiramos salientar que esta participação, pode ser administrada de modo informal ou formal, sob forma de audiências públicas, reuniões comunitárias, comitês consultivos, comitês deliberativos, grupos de trabalho e grupos focais (Byrd, 2006 e Leksakundilok, 2004). Tosun (2006) adiciona que a comunidade local precisa de fazer parte integrante do órgão de decisão através de consulta por agências governamentais locais eleitas e nomeadas ou por um comité eleito pelo público, especificamente para desenvolver e gerir questões relacionadas com o turismo.

Seja qual for das formas (informal ou formal), é indispensável que todos os elementos conheçam as questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo no destino turístico. Portanto, a qualidade e a acessibilidade da informação são cruciais para uma comunicação efetiva (Waligo, Clarke & Hawkins, 2012). Na mesma linha, Marzuki e Hay (2013, p. 496), adicionam que: “citizens need to be informed and understand their rights and the purpose of participation for effective involvement to occur”.

Byrd (2006), cita algumas *vantagens* do envolvimento dos *stakeholders* neste processo: o público é informado e educado sobre o desenvolvimento do turismo; as opiniões do público são agregadas na tomada de decisões; a qualidade e a legitimidade das decisões são aperfeiçoadas; ampliação na confiança e a responsabilidade é partilhada entre as partes; e diminuição de conflitos.

Todavia, importa anotar que a integração das comunidades no processo de decisão “não é um objetivo final em si”, mas uma das muitas formas através das quais a participação da comunidade pode ser alcançada (W. J. LI, 2006, p. 133). Por via disso, queremos salientar que o processo participativo apresenta muitas condicionantes, que são apresentadas no ponto seguinte.

3.4.3. Barreiras à participação das comunidades locais no turismo

Vários investigadores examinaram a participação comunitária no turismo e identificaram uma série de barreiras inter-relacionadas que impedem o envolvimento e a participação efectiva das comunidades locais na indústria do turismo (Cole, 2006; Manyara & Jones, 2007; Tosun, 2000).

Neste caso, Tosun (2000), identificou vários obstáculos à participação da comunidade local no turismo, no contexto dos países em desenvolvimento – onde a nossa pesquisa se enquadra. Categorizou-os em limitações *operacionais*, *culturais* e *estruturais*.

- (i) As limitações *operacionais* incluem a centralização da administração pública no desenvolvimento do turismo, a falta de coordenação entre as partes envolvidas, a falta de informação, dados insuficientes e fraca divulgação de informação à população local do destino turístico. Nestas condições, a fraca participação do público no processo de desenvolvimento do turismo será evidente.
- (ii) As limitações *estruturais* abarcam os sistemas institucional, de poder legislativo e económico. Estes têm, na sua maioria, um impacto negativo na implementação da abordagem de desenvolvimento do turismo participativo;
- (iii) As limitações *culturais* compreendem a capacidade limitada das pessoas pobres para gerir o desenvolvimento de forma eletiva, e a apatia e o baixo nível de consciencialização da comunidade local sobre este processo.

Tosun (2000), na mesma pesquisa, resumiu as desvantagens supra nos seguintes termos:

- A centralização da tomada de decisões pelo poder público;
- Ampla autoridade das elites dominantes;
- Falta de coordenação entre as partes envolvidas;
- A gestão participativa demanda mais esforço, tempo e recursos;
- Resistência do pessoal técnico quanto à participação dos chamados “amadores” no planeamento;
- Falta de expertise e de pessoal qualificado;
- Falta de uma estrutura legal de base para o processo participativo;
- Restrições financeiras dos governos;
- Apatia e dificuldade de compreensão do processo por parte de alguns atores; e

- Falta e inacessibilidade das informações.

O mesmo autor, na mesma pesquisa sobre participação cidadã em países em desenvolvimento conclui que:

[...] a participatory tourism development approach may not function to contribute to a better tourism development under the current power structure of developing countries where the majority of populations live in poverty which limits and excludes them from local and national affairs unless deliberate measures are urgently taken to empower indigenous local communities via special educational programs, financial and fiscal instruments, and political decentralization (Tosun, 2000, p. 622 – 623).

Do outro lado, a apatia e o baixo nível de consciência da comunidade local são geralmente aceitos. O baixo nível de interesse em participar de assuntos além do domínio familiar imediato (apatia), podem ser parcialmente atribuídos a muitos anos ou séculos de exclusão do contexto *sociocultural, econômico e político*, considerados assuntos que afetam a sua dignidade. Um baixo nível de consciência de tais questões impede aos pobres de exigir que as suas necessidades sejam satisfeitas pelas instituições que os servem (Tosun, 2005).

Cole (2006), focando no *Poder Cidadão*, que são os níveis mais altos da participação comunitária, identificou uma série de barreiras que tornam a participação ativa da comunidade local difícil na indústria do turismo. *A falta de propriedade, capital, habilidades, conhecimento e recursos, restringem* a capacidade de as comunidades controlarem totalmente a sua participação no desenvolvimento do turismo. As barreiras podem surgir de baixos níveis educacionais e de uma distribuição desigual de poder.

Além disso, Manyara e Jones (2007), assumem que o elitismo, o empoderamento e envolvimento, fuga de receitas, parcerias, acesso aos turistas, transparência na partilha de benefícios e na falta de um quadro político apropriado para apoiar o desenvolvimento de iniciativas comunitárias, têm impactos significativos na comunidade local em participar do turismo.

3.4.4. Descentralização do poder em Moçambique conducente à participação cidadã

Após discorrermos sobre os principais modelos de participação das comunidades no processo de tomada de decisões em geral e no turismo em particular, citando renomados autores como Arnstein, Alió e Tosun; apresentando as diferentes formas de participação, níveis e principais limitações, agora abordamos um elemento de extrema importância na compreensão do processo participativo de forma ampla, e no contexto de Moçambique, discutimos brevemente os casos de descentralização do poder e municipalização. Isso é relevante considerando que nossa área de estudo é um município.

Com base na explicação de Arnstein (1969), para o caso de Moçambique, mostra-se mais, coerente e razoável, por enquanto, nos debruçarmos sobre o nível da *participação fictícia* ou da *não-participação* para discorrermos um pouco da *Manipulação e Terapia*. Com esse propósito, buscamos garantir que a Constituição da República de Moçambique (doravante CRM) não inclui, sob nenhuma circunstância, o direito à agressão, escravidão, ou qualquer tipo de opressão ou violência contra os cidadãos. No entanto, em relação à *manipulação*, a CRM não faz menção alguma, sendo completamente silenciosa a respeito desse tema.

Para Francisco (2017), o recurso à manipulação, em tempo de paz, parece constituir a arma mais sofisticada de que os detentores do poder, decisores políticos e gestores econômicos se servem para satisfazer uma parte significativa dos seus objetivos e interesses.

Manipular significa manobrar de forma pervertida, com más ou boas intenções, mas de maneira dissimulada, obscura e enganosa. A manipulação do cidadão é sem dúvida, um estágio mais avançado e melhorado da escravidão, opressão, repressão ou agressão indireta do cidadão, como acontecia no período colonial, ou como acontece ainda nos dias de hoje, sempre que uma autoridade agride e violenta um cidadão (Francisco, 2017).

A *manipulação* abrange desde técnicas altamente elaboradas, como a exploração da propaganda e a utilização dos meios de comunicação, até formas mais comuns, umas mais sutis e outras bastante óbvias, com foco especial em dois métodos: *populismo* e *demagogia*. Um exemplo é o populismo, considerado uma das manifestações mais prejudiciais e nocivas de manipulação nos âmbitos político, social e econômico de uma sociedade. As tendências populistas dos líderes em áreas essenciais da economia podem resultar em processos descontrolados de inflação, aumento da pobreza em vez de sua redução, e vários outros problemas.

Claro que a principal característica do populista é apontar culpados em todas as situações que fogem do controle dos líderes políticos, seja em desastres naturais, na globalização ou em supostas interferências de terceiros, tanto internos como externos (Mosca et al., 2013).

O populismo tem sido das formas de manipulação mais influentes e que mais expectativas insustentáveis provocou nos moçambicanos. Um dos maiores problemas do populismo, como processo participativo, é criar a ilusão que se compartilha o poder de decisão com o cidadão, mas na verdade, nunca se criam condições para que tal poder seja exercido na prática, de forma eficaz, eficiente e sustentável, a longo prazo (Francisco, 2017).

Um dos *gaps* notoriamente incentivadores do populismo de esquerda moçambicana é a ideia bastante disseminada, de que a solução para os problemas do desenvolvimento de Moçambique reside no seu capital físico (recursos naturais, como minérios, gás, alumínio, petróleo, etc.). É fácil alimentar a crença e criar falsas expectativas na população, em torno da ideia de que não há motivos para haver fome e pobreza, porque o país é rico em recursos naturais (Francisco, 2017).

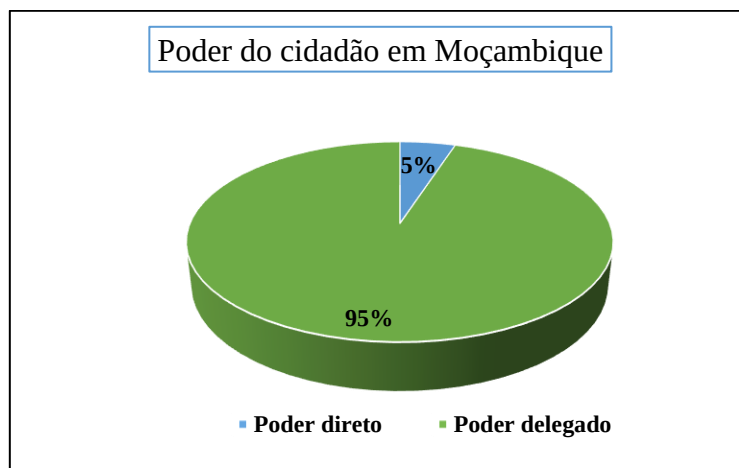
A partir das pesquisas empíricas realizadas por Francisco (2017), é possível depreender-se existir, em Moçambique, uma grande falta de clareza, em torno da abordagem participativa e da participação do cidadão. A clarificação deste assunto requer um sério investimento intelectual, na análise e investigação, com vista a identificar os processos participativos realmente eficazes e eficientes para o cidadão (Francisco, 2017). Acredita-se que uma parte expressiva dos processos e mecanismos participativos só acontece por “insistência (imposição?) superior”, quer seja de autoridades ou de doadores internacionais (por exemplo o BM e o FMI), junto dos governantes que com eles negociam os pacotes de ajuda internacional.

Para Francisco (2017), alguns exemplos podem ser arrolados como testemunho da não-participação ou falsa participação, no lugar da genuína participação, como por exemplo:

- O tipo de participação do cidadão nos Conselhos Consultivos Distritais;
- As consultas comunitárias no âmbito da atual Lei de Terras;
- Os diversos conselhos consultivos ou comités para os quais as pessoas são convidadas a participar, mas sem qualquer intenção de conferir às pessoas um real poder de decisão;
- A oferta de uma escola ou unidade sanitária anunciada por um determinado empresário, unicamente para garantir que a comunidade aprove a concessão da exploração da sua terra ou instalação de empreendimento determinado.

Nesse sentido, questionamo-nos sobre o verdadeiro poder que os cidadãos moçambicanos possuem em relação aos órgãos de soberania – executivo, legislativo e administrativo. É importante ressaltar que, de acordo com a CRM desde 1990, conforme estabelecido no artigo 147, os cidadãos têm o direito de eleger o Presidente da República e os presidentes municipais por meio de um processo de votação universal, direto, igual, secreto, pessoal e regular. Apesar disso, o cidadão moçambicano não exerce poder direto sobre os restantes órgãos de soberania, executivos e de administração pública pois, o é delegado aos partidos políticos, que indicam os deputados com assento na Assembleia da República, ou aos Presidentes, da República ou dos Municípios, para que eles nomeiem os governantes.

Em adição, temos a salientar que em Moçambique, os deputados com assento na Assembleia da República, apresentam contas aos chefes e organismos dos seus respeitantes partidos, não ao eleitorado. Ao nível da governança, também compete ao Presidente da República nomear os órgãos de soberania e governação - Primeiro-Ministro, Ministros e Vice-Ministros, Presidente do Tribunal Supremo, Presidente do Conselho Constitucional, Presidente do Tribunal Administrativo e Vice-Presidente do Tribunal Supremo, Reitores e Vice-reitores das Universidades públicas, Governador e Vice-Governador do Banco de Moçambique/Banco Central e os Secretários de Estado. Portanto, mesmo a nível mais baixo da hierarquia governativa de administração pública, os administradores e Chefes de Posto, também prestam contas, a quem os nomeia e não diretamente ao cidadão.

Figura 21 - Poder direto e delegado do cidadão moçambicano

Nota. Concebido a partir de dados de Francisco (2017).

Sintetizando, segundo Francisco et al. (2008), da forma como o poder está desenhado e estabelecido, pode-se afirmar que o cidadão exerce poder direto em menos de 5% dos órgãos (Presidente da República e Presidentes de Municípios), enquanto que nos restantes 95% (como se pode observar no gráfico da figura 21), o poder do cidadão é delegado aos partidos, aos presidentes que nomeiam os governantes do executivo e outros órgãos administrativos. Muito recentemente partir de 2019 o cidadão passou a eleger os governadores provinciais e os membros das assembleias provinciais através da Lei n.º 3/2019 de 31 de Maio.

Para tal, é necessário que haja a presença de uma conduta ativa por parte dos cidadãos nos processos decisórios e nas ações públicas, no cotidiano das comunidades e nos assuntos de interesse das coletividades de que sejam integrantes; é condição *sine qua non* para o processo de representação social dentro de uma democracia moderna (Coutinho & Nóbrega, 2019). Tanto que, Tineo e Tomazzoni (2017), defendem a necessidade de o Estado compartilhar o poder com sociedade em uma democracia participativa, para que a governança no geral e o turismo em especial seja bem-sucedida.

Outras das razões basilares que justificam esta necessidade da participação cidadã é apresentada por Baum (1994) e Qian et al. (2016), ao acreditarem que é a comunidade que detém o conhecimento prático, razão pela qual o fator humano é indispensável no processo de concepção de políticas públicas, embora muitas das vezes, e conforme aludido anteriormente, as decisões públicas carreguem consigo uma posição ditatorial, o que faz com que as massas sejam vistas como a parte periférica ao processo, ou seja, a participação em seu conceito mais amplo, com mecanismos

e regras claras de participação, geralmente não é permitida. Queremos dizer que, a capacidade de participação é diferenciada, o que significa que, a cidadania define quem participa (inclusão) e quem não participa (exclusão), por isso que a participação se desenvolve em esferas marcadas pelo conflito e podem ser manipuladas, como já se mencionou anteriormente, ou por outras, governos e processos decisórios podem ser responsáveis, sensíveis e transparentes, mais para as elites dominantes, e raramente para as comunidades (Milani, 2008).

O que sucede é que em democracias frágeis, são levadas a cabo diligências pelos governos para proporcionar as condições apropriadas à participação muito limitadas, esquecendo-se de que “o objetivo principal da participação é o de possibilitar o contato mais direto e cotidiano entre os cidadãos e as instituições públicas, de forma a possibilitar que estes considerem os interesses e concepções político-sociais daqueles no processo decisório” (Jacobi, 1990 como citado em Tenório, 1998, p.12).

É que a finalidade de uma gestão democrática é conferir aos cidadãos que participam o real direito de decisão, e *não apenas consulta* (Dantas 1991 como citado em Tenório, 1998). Portanto, apesar de várias mudanças institucionais nos últimos anos, desde a concepção de instrumentos que passaram a incluir a sociedade no processo de planeamento público, observaram-se as fragilidades desse processo em Moçambique – conforme vem se expondo nesta pesquisa – este contexto, segundo Coutinho (2015), é marcado por contradições, vivenciadas por democracias recentes e fragilizadas que impedem o debate aberto (Sen, 2000), com controle de decisões participativas.

Em outros termos, para Rocha (2008) as sociedades sempre buscaram uma forma de fazer face a este dilema, organizando-se, resistindo e lutando pelos seus direitos mais fundamentais sob várias formas de protestos, desde formais como é o caso de eleições e voto ou por meios informais de diversa ordem. Por exemplo, os camponeses aprenderam a invadir terras, os estudantes a fazer passeatas, os trabalhadores a fazer greve, a aí por diante. Este processo é bastante “cabeludo” e supera as macro esferas sociais, econômicas, culturais e políticas, pois sempre se verificou a verticalidade do exercício do poder político dominante sobre as populações, pelos regimes partidários autoritários, à semelhança do que acontece em muitos países com democracias fragilizadas como é o caso de Moçambique.

Como já se aludiu e endossado nos parágrafos acima, a participação é fundamental no processo de democracia representativa pois, participar é tomar partido de um processo, e para o

caso vertente, da produção de políticas públicas. Infortunadamente, até à década de 70 era sonante a divisão de posicionamentos na arena científica, sobre a inclusão ou não da participação social da “massa não elitizada” nos processos de governação e produção de políticas públicas, acreditando se ser mais fácil garantir o assistencialismo e manter a população “feliz”.

3.4.5. Orçamento Participativo no processo de tomada de decisão – um estudo de caso em Moçambique

A contemporaneidade do processo de democratização em Moçambique deveria ser analisada a partir do prisma da sua relação com os diversos mecanismos de consulta e participação social nas discussões e decisões localizadas, manifestas através de um processo baseado no indivíduo, nas negociações e discussões dos planos de desenvolvimento e os respetivos recursos orçamentais. É inegavelmente evidenciado na literatura que os mecanismos de governação participativa, contribuem diretamente para o aperfeiçoamento da democracia local nas cidades e municípios que os implementam.

Nesta linha, fora das formas diretas de participação, já mencionadas neste capítulo, através do referendo, plebiscito e a iniciativa popular previstos na constituição da República de Moçambique, almeja-se destacar uma forma considerada inovadora de participação cidadã denominada Orçamento Participativo (doravante OP), que em pouco mais de década e meia transformou-se num tema de reflexão relevante, que interpela a ação governativa dos poderes públicos, o sentido da participação das pessoas e a própria democracia (Dias, 2008).

O pioneirismo do OP remonta do caso exitoso de Porto Alegre (1989-1992), no Brasil, ao qual se seguiu uma enorme disseminação um pouco por todo o mundo, com exclusivo destaque para a América Latina e mais atualmente a Europa e, foi fundamental para despertar a atenção de amplos setores da sociedade para esta matéria (Dias, 2018; Oliveira 2016). Desde organizações internacionais, como as Nações Unidas e o Banco Mundial, à classe política de inúmeros países, passando por setores académicos muito diversificados, bem como por inúmeras organizações da sociedade civil, o interesse manifestado pelo OP tem crescido de forma significativa (Dias, 2018; Oliveira 2016).

Em Moçambique, as práticas participativas municipais, como por exemplo a designada planificação participativa, tiveram início pouco antes da consignação dos primeiros municípios, tendo sido observados os primeiros focos desta prática na província de Sofala (província do centro

de Moçambique), especificamente em Búzi e Dondo. Posteriormente à elevação da povoação de Dondo à categoria de município em 1997 e realização das primeiras eleições autárquicas, o executivo do município de Dondo decidiu aprofundar este processo. Estas práticas foram em seguida replicadas em diferentes distritos e municípios (Nguenha, 2012; Dias, 2015).

Do ponto de vista conceitual, queremos salientar que, a grande disparidade de experiências do “caso por caso”, impede que haja uma definição única e consensual de OP., todavia, permanecem traços comuns que permitem uma aproximação à complexidade de relações e às finalidades visadas por este tipo de processos. Dado a isso, Dias (2008), acaba ponderando o OP como estrutura e processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais assente em três princípios fundamentais, nomeadamente:

(a) *participação aberta dos cidadãos*, sem discriminação positiva atribuída às organizações comunitárias;

(b) *articulação entre democracia representativa e direta*, que confere aos participantes um papel essencial na definição das regras do processo;

(c) *definição das prioridades de investimento público* processada de acordo com critérios técnicos, financeiros e outros de carácter mais geral, que se prendem, sobretudo, com as necessidades sentidas pelas pessoas.

Assim, partindo desta noção e reforçando a distinção que se impõe à outras formas de participação do cidadão, podemos afirmar que o OP constitui uma nova forma de governação dos poderes políticos, embasada na participação direta do cidadão, através de amplos processos de *consulta e/ou de co-decisão*, na definição das prioridades de investimentos do orçamento público para um determinado território (para esta pesquisa no cingiremos no território municipal), tendo por base um processo de reflexão e debate sobre os problemas das pessoas e do território (Dias, 2013).

Os OP, diferentemente de outras formas de participação cidadã, são tidos como inovadores e contemporâneos, pelo fato do seu desenho institucional, em geral, oportunizar a valorização das demandas territoriais mais localizados, maior inclusão dos setores mais pobres, menos escolarizadas e de raça/etnia negra (IBOPE, 2003; Vaz, 2013), bem como a ampliação de um maior acesso à cidade (Lefevre, 1991).

Do ponto de vista de implementação, a literatura consultada vem mostrando quatro dimensões principais que ajudam a explicar a adoção dos OP pelos municípios, nomeadamente a

vontade política dos governantes, o associativismo local, o desenho institucional e a governabilidade financeira (Wampler, 2008; Lüchmann, 2003; Pires 2011; Horochovski & Clemente, 2012; Souza, 2015).

Em Moçambique, a aplicação dos OP's teve lugar a partir do segundo mandato dos municípios, com a previsão, pelo Conselho Municipal de Maputo no seu plano de actividades, de elementos de governação que resultariam, em consonância com Dias (2015), na introdução do Orçamento Participativo em 2008.

Para Azevedo e Gomes (2008), (ver no trabalho de Nguenha, 2012), a Orçamentação Participativa tem trazido grandes contribuições na expansão da democracia participativa, com efeitos positivos na democratização do poder local e na melhora das condições de acesso aos serviços básicos pela maioria da população necessitada, nos seguintes termos:

- O OP é um mecanismo de inclusão política e social dos cidadãos considerados “sem voz” na governação, através da incorporação de escolhas públicas determinantes, orçamentais, de cidadãos tradicionalmente excluídos da democracia representativa devido a sua condição social e económica;
- Surge um ambiente de coexistência democrática regulado pelo debate político e tomada de decisão sobre a alocação de recursos públicos em prol do desenvolvimento local, tornando-se, assim, legítima a governação dos gestores políticos e aumentando a confiança entre estes e as comunidades locais;
- Os cidadãos deixam de ser plateias e passam a agentes transformadores pois, o processo participativo evidencia o seu papel e as suas responsabilidades no desenvolvimento local;
- Consolida-se a *solidariedade* e *cooperação* entre os vários grupos participantes, uma vez que tanto a comunidade local e quanto os gestores públicos têm o mesmo nível de conhecimento sobre os problemas, necessidades e recursos disponíveis.

Não obstante as vantagens apresentadas, ainda existem vários desafios em relação ao caminho de expansão dos processos participativos em Moçambique. É neste âmbito que Dias (2015), apresenta os seguintes desafios:

- Os processos participativos em Moçambique, são práticas experimentais que carecem de consolidação metodológica, capacitação técnica e de uma maior consistência no suporte político;

- A devolução do poder decisório dos eleitos para as comunidades é uma meta que não foi alcançada nos processos da Planificação Participativa. Pese embora o OP tenha conseguido ir mais longe, assegurando este princípio básico, ainda subsistem fragilidades na execução atempada dos investimentos;
- Porque a generalidade das iniciativas participativas são técnicas, e por vezes financeiramente apoiadas por doadores ou organismos de cooperação internacional, e estes (doadores ou organismos de cooperação), são também determinantes no desenho metodológico das iniciativas, recorrendo normalmente a modelos híbridos influenciados por práticas de outros contextos, sem uma análise crítica e uma adaptação às dinâmicas locais, não produzem efeitos transformadores significativos nos modelos de governação;

Nguenha (2009), identifica ainda dois problemas associados ao Orçamento Participativo a saber:

- A generalização dos processos de consulta ao nível municipal, sabendo-se que esta forma de participação não é verdadeiramente uma configuração de garantir que as necessidades, interesses e opiniões das comunidades locais sejam vinculadas às decisões dos gestores públicos;
- A tentativa de não institucionalização dos processos participativos permitindo que a sua prática seja da convivência dos gestores do dia e não um direito que os cidadãos têm de, formalmente, serem envolvidos nos processos de tomada de decisão.

Depreende-se, deste modo, que o OP é uma forma de participação das comunidades de forma direta na governação municipal, aferindo as suas necessidades e escolhas através do debate e voto. É por isso que se parte de princípio que com este mecanismo de participação comunitária, o poder decisório seja “devolvido” às comunidades locais. Entretanto, segundo Macamo (2017), a forma como este processo se desenrola não permite uma devolução efetiva do poder de decisão aos munícipes, visto que a decisão final sobre a aprovação dos projetos cabe a equipa de Análise Técnica, e há excesso de controle da orçamentação participativa por parte dos órgãos centrais, o que por um lado torna este processo bastante centralizado, e por outro leva a que não haja um sentimento de apropriação do processo pelos munícipes.

Em outros termos, Jamal (2018), assinala que apesar do grande potencial emancipador dos OP's em Moçambique e as ações objetivas de promoção do engajamento dos cidadãos no desenvolvimento, o direito à participação na concepção, gestão e “usufruto” da vida na cidade não

é universalmente garantido a todos os Moçambicanos. Isto acontece principalmente porque os mecanismos locais de participação tendem a ser estratificados com base em assimetrias territoriais e que o envolvimento dos cidadãos nos assuntos locais limita-se a uma *consulta pública frágil*, que legitima os planos e as atividades dos governos locais, o que faz com que a participação pública em Moçambique esteja longe de garantir plenos direitos aos cidadãos.

Desta forma, como resultado da não participação cidadã, é evidente a existência de descontentamento social e de um potencial conflito de interesses que pode resultar num total descrédito dos cidadãos em relação as instituições democráticas e aos seus incumbentes. Apesar da narrativa criada à volta do orçamento participativo em Moçambique estar “sempre” associada ao desenvolvimento económico, social, e político, na prática, apresenta evidências pouco significativas da sua ligação ao desenvolvimento (Jamal, 2018). Apesar destes elementos negativos se verificarem, Jamal (2018), assume que, por outro lado, constata-se evidências da sua orientação para a modernização dos procedimentos internos da administração pública, aperfeiçoamento e reforço da partilha de poder pelos atores locais.

Infere-se, dentro desse pensamento, que o foco não reside somente na participação, como também na observação e avaliação crítica de elementos estruturais que propiciem a intervenção societária, tendo em conta o poder do Estado de controle social. Pois, conforme apontam Azevedo e Anastásia (2002), a amplitude da governança estará sujeita, de um lado, à concepção de canais institucionalizados, legítimos e eficientes de mobilização e envolvimento da comunidade na elaboração e implementação de políticas, com o intuito de atender aos requisitos de uma sociedade democrática e, de outro lado, da capacidade de adaptação de sua estrutura governamental às exigências da economia no sentido de orientar-se na busca de eficiência, de racionalidade económica e política.

3.4.6. Descentralização do poder conducente a participação cidadã em Moçambique – Municipalização

Na África subsaariana (onde Moçambique é parte), a municipalização surge no contexto das transições democráticas dos anos 1990 como um elemento importante do processo de institucionalização democrática e da melhoria da provisão dos serviços públicos a nível local

(Forquilha 2016). A suposição fundamental era de que a descentralização, no geral, e a municipalização, em especial melhoraria a governação em África.

Para Nguenha (2012), em Moçambique, a municipalização é um processo que se enquadra na esfera da *descentralização* e *desconcentração*, dois princípios fundamentais que regem a administração pública em Moçambique. Este processo teve seu início em 1994, com a aprovação da Lei 3/94, que criou o quadro institucional dos distritos municipais, e na sequência, através da Lei 2/97 de 18 de fevereiro foram criados os primeiros municípios moçambicanos (Forquilha, 2010).

Na visão de Pereira (2012), no seu estudo sobre a descentralização e pobreza política em Moçambique, apresenta o grande valor da participação comunitária na resolução dos seus problemas. Segundo este autor, a participação dos membros das comunidades locais nos conselhos locais, possibilita a formulação de políticas públicas que respondam às questões das comunidades. Além disso, o autor assegura que quanto mais articulada a participação dos membros das comunidades, mais eficaz é o governo na resolução das dificuldades e demandas dessas mesmas comunidades.

A criação dos municípios/autarquias⁶⁶ na realidade moçambicana no âmbito desta descentralização, consiste na transferência de poderes de decisão e de execução aos órgãos locais, normalmente eleitos. A criação de municípios é vista com “bons olhos” por se perceber que essencialmente é uma forma de devolver o poder do nível central para o local.

⁶⁶ Os Municípios são pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução do interesse da população respectiva, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado (nº 2 do Art.1 da Lei nº 2/97).

Tabela 22 – Processo de descentralização e criação de municípios em Moçambique

Processo de descentralização e criação de municípios em Moçambique	
a) Qual é a legislação que aprova o processo?	Lei 2/97, de 18 de fevereiro. Cria o Quadro Jurídico-legal para a Implantação das Autarquias Locais.
b) Como se denominam os Órgãos criados?	Municípios.
c) Qual é a forma de designação do dirigente máximo dos órgãos criados?	Presidente do Município.
d) Como é que o dirigente máximo destes órgãos chega ao poder?	Os cidadãos residentes no município escolhem num processo eleitoral através do voto secreto.
e) Qual é a relação destes órgãos com o governo central?	Há uma relação de coordenação, mas não existe subordinação, ou seja, não depende nas decisões, do governo central. O Governo exerce a função de tutela administrativa (Ministro da Administração Estatal), e financeira (Ministro das Finanças).

Nota. Adaptado de MASC (Langa & Monjane 2014).

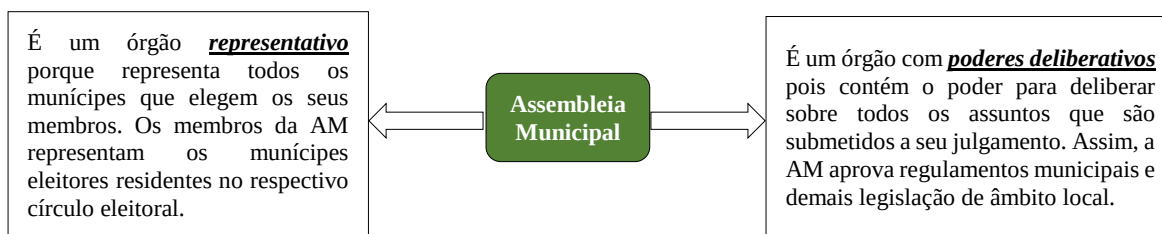
Na sua essência, os municípios em Moçambique, tem como base de sustentação o denominado *poder local*⁶⁷ que segundo o art. 271 da CRM “o poder local tem como objetivo básico organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano; o Poder Local apoia-se na iniciativa e na capacidade das populações e atua em estreita colaboração com as organizações de participação dos cidadãos” (CRM, 2004).

A partir do momento em que a função clássica fundamental dos municípios, seja criar e prestar serviços básicos de serventia pública e o garante da cidadania, democracia e do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes, entendemos que deve ser visto como um agente catalisador do desenvolvimento económico e social local em benefício da coletividade local, e não um mero órgão inerte como acontece em muitos casos, onde nos deparamos com municípios com problemas sérios de democracia participativa e cidadania caracterizadas pela parcialidade e favoritismos propiciados pelas preferências partidárias, atreladas à corrupção desenfreada, fatores que acabam relegando o “resto” da comunidade desfavorecida à margem dos acontecimentos – objeto de estudo desta pesquisa.

⁶⁷ A Constituição da República de Moçambique (CRM/2004) consagra, no art. 271, a existência do “Poder local”, onde fica a origem da existência dos Municípios.

Esta problemática relacionada com a percepção da forma como os munícipes participam no processo decisório, remete-nos, para o caso de Moçambique, ao conceito de Assembleia Municipal (doravante AM). Desta feita, almejamos elucidar, antes de mais que os municípios têm como órgãos, a já mencionada *Assembleia Municipal*, o *Presidente do Conselho municipal* e o *Conselho Municipal* (art. 32 da Lei 2/97). A AM é um órgão representativo do Município, dotado de poderes deliberativos (art. 34 da lei 2/97), composto por membros eleitos por votação (sufrágio universal), direto, igual, secreto, pessoal e periódico dos cidadãos eleitores residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema de representação proporcional (nº 2 do art. 275 da CRM).

Figura 22 - As dimensões representativa e deliberativa da Assembleia Municipal em Moçambique



Nota. Adaptado de MASC (Langa & Monjane 2014).

Compreende-se que, no atinente ao seu funcionamento, a AM é regulada pelo Decreto n.º 35/98, de 7 de julho, que estabelece os princípios fundamentais dos regulamentos das AM (princípio de legalidade, princípio de legitimidade democrática do eleito local, princípio de especialidade, princípio de participação dos cidadãos residentes e princípio de publicidade), que devem ser introduzidos em cada um dos regulamentos das AM (Cistac, 2012).

Em outros termos, em Moçambique, o processo de municipalização pode ser correlacionado à expansão da base de participação política local e à melhoria dos serviços básicos, que garantam o bem-estar socioeconômico. É neste sentido que Pio (2013), alude que a participação política depende da existência de estruturas que sirvam para fornecer tanto oportunidades bem como incentivos aos cidadãos. O autor, esclarece ainda que em sistemas democráticos as estruturas de participação política consideradas mais importantes estão relacionadas com o direito de voto e os processos eleitorais competitivos em que forças políticas organizadas, especialmente partidos políticos disputam cargos eletivos.

Entretanto, a participação política não deve apenas ser entendida sob ponto de vista de sufrágio universal, ela envolve outras formas tal como argumenta Forquilha no seguinte trecho:

“A participação não se resume unicamente às eleições, diz também respeito ao envolvimento dos munícipes em acções de consultas para elaboração dos planos, orçamentos e tomada de decisões importantes para a sua vida” (Forquilha, 2016, p. 83).

3.5. Políticas públicas e governança no setor do turismo

Políticas, regulações e estratégias claras, constituem a base para o desenvolvimento do turismo sustentável, a redução da pobreza em larga escala, a proteção dos recursos naturais e modos de vida e a promoção do desenvolvimento socioeconómico. Segundo o PNUD (2023)⁶⁸, a redução da pobreza está no topo da agenda política global e, pela sua importância aparece nos lugares cimeiros dos ODS. Os ODS, também conhecidos como Objetivos Globais, foram adotados pelos países-membros das Nações Unidas – Moçambique faz parte – em 2015 como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade.

Guiados pela percepção da relação entre o turismo e sua vangloriada aptidão de contribuir no alívio da pobreza e promoção do desenvolvimento, nesta parte da pesquisa, procuramos trazer indagações e contribuições da temática em Moçambique. Isto porque, acredita-se, que sob algumas condições, o turismo pode beneficiar aos pobres e, por meio da concepção de ações estratégicas é possível conceber políticas públicas destinadas a essa camada desvalida da população. Subsiste esta convicção, embora haja consciência de que o crescimento económico, seja definido, geralmente, como a principal meta de desenvolvimento do turismo, relegando o alívio da pobreza a um segundo plano, assumindo-o como resultado natural do crescimento económico regional (Ashley et al., 2000; Deloitte et al., 1999).

Na presente pesquisa, diferentemente do que foi mencionado no parágrafo anterior, nosso foco está na ideia de que o crescimento não equivale a desenvolvimento. Defendemos um tipo de turismo que possa contribuir para um desenvolvimento baseado principalmente na valorização do ser humano como sujeito, e não como objeto desse desenvolvimento. Não nos inclinamos ao

⁶⁸ Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

primitivismo simplista, mas sim à ruptura com os aspectos mais prejudiciais do capitalismo, seguindo em direção à satisfação das necessidades humanas em vez de priorizar apenas os excedentes e os lucros.

Isto porque, conforme já se discutiu nesta pesquisa, as necessidades humanas devem ser vistas como *existenciais* (ser, ter, fazer e estar) e *axiológicas* (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, de criação, identidade, liberdade e espiritualidade). E que, neste entrosamento, ao tentar satisfazê-las, expandem-se as capacidades (existenciais e axiológicas) das pessoas (mais carenciadas) para que consigam atingir os níveis mais avançados da liberdade de fazer as suas escolhas na vida (Sen, 2000; Max-Neef, 1998; 2012).

Esse posicionamento justifica-se, pois o que é, até certo ponto manifesto, é um projeto capitalista voltado para as elites e quase que sempre, excludente e segregacionista dos pobres. Isto significa que, o discurso hegemônico dos governos, de que o crescimento econômico do turismo é igual ao desenvolvimento socioeconômico, e que de lá “brota” o emprego e renda, elevando as condições vida das populações, geralmente, não se legitima e o exemplo disso são as experiências que vão na contramão deste discurso, como o turismo comunitário e o turismo de base local.

De forma geral, é importante destacar que os legisladores geralmente se concentram bastante na expansão do setor de turismo, porém prestam muito menos atenção à questão central, ou seja, compreender até que ponto o desenvolvimento do turismo de fato contribui para impulsionar o progresso. Isso tem resultado em um impacto indireto do turismo na redução da pobreza, não sendo tão significativo e automático como muitos acreditam.

Adentrando para o caso de Moçambique verificamos à exiguidade de pesquisas que analisam as políticas públicas aplicadas nesta área (turismo) tão jovem em Moçambique e sem um longo histórico de planejamento turístico (país independente há somente 48 anos e com 16 anos de guerra civil o ministério do turismo só foi criado no ano 2000).

Para além desse aspecto, segundo Domingos (2012), as políticas públicas, em Moçambique, não participam devidamente na implementação de programas de desenvolvimento turístico devido ao caráter conservador e centralizado como são formuladas; o que precipita o questionamento sobre a real utilidade de “tantas” leis, regulamentos, diretivas e políticas voltadas ao turismo – de forma direta ou pela transversalidade – na promoção do desenvolvimento nos destinos turísticos de Moçambique e no MI em particular, pois o conteúdo trazido nessas políticas, pode não refletir o que a coletividade (comunidades autóctones) realmente almeja.

3.5.1. A visão da governança sob a ótica do setor turístico

A falta de autonomia das comunidades menos favorecidas, a centralização na gestão pública, regimes autoritários e altamente partidários e tendenciosos são obstáculos importantes para a governança em geral, incluindo o setor do turismo. Já vimos que oferecer oportunidades às comunidades locais é fundamental para o desenvolvimento do turismo e para a melhoria da vida dessas comunidades. Desta forma, as raízes das transformações dos Estados no mundo globalizado mantêm-se ancoradas em sua trajetória histórica, que carrega consigo um conservadorismo que dificulta a consolidação da governança participativa, da cidadania e da democracia, tanto de forma geral quanto no âmbito do turismo em particular.

É importante, antes de submergirmos para o caso específico de Moçambique, perceber que somente após o turismo se transformar em uma atividade organizada (século XIX), é que passou a ser visto como uma área indutora, que necessita de amparos estatais específicos. É neste contexto que o turismo se torna um dos “novos instrumentos”, alvo de ações estatais, como resposta para as mazelas sociais (Azevedo & Maranhão, 2012).

Nesta linha, para apreendermos o que é *governança do turismo*, podemos salientar, antes de mais, que é um termo que se relaciona à formulação de políticas, planejamento turístico e gestão de destinos turísticos. Em adição, por mais que estes termos sejam variantes e diferentes, quando se trata de políticas e planejamento do turismo, sempre existe um debate de natureza política sobre a agenda, os problemas, os envolvidos e afetados e as alternativas de ações em curso para a solução destes problemas pois, a governança inclui no seu arcabouço, todos esses termos (Bramwell & Lane, 2011).

Perspectivamente, segundo Coutinho e Nóbrega (2019), a literatura destaca que o termo governança em turismo está associado à forma de governar, que implica um redimensionamento no comando e controle por parte do Estado, que passa a inserir novos atores no processo de decisão, através de novas estruturas, mecanismos e procedimentos de tomada de decisão do planejamento e operação do fenômeno turístico. Este posicionamento é paralelo ao posicionamento de Schneider (2005), quando afirma que inovação do conceito contemporâneo de governança, mostra que este não está mais limitado à condução estatal, mas se aplica também ao governo, regulação e condução da sociedade por meio de instituições e atores sociais. Governança transcende o conceito tradicional estatal e remete às formas adicionais de condução social.

As maneiras de gerenciar o turismo podem abranger diferentes setores governamentais, redes de atores não governamentais, comunidades locais e também mercados. Há dinâmicas de poder significativas envolvidas na gestão do turismo, onde certos grupos sociais possuem mais influência do que outros nos processos que impactam a indústria turística, como mencionado por Bramwell e Lane (2011).

O conceito atual das redes de atores, para além do governo, nos leva a compreender o capital social, conforme descrito por Putnan (2004) e como citado em Coutinho, Azevedo e Nóbrega (2020), como a própria estrutura da sociedade baseada em confiança, normas e sistemas. Nesse sentido, também entram em cena as redes sociais, que podem contribuir para aprimorar a eficiência da sociedade, de maneira coordenada, gerando impactos positivos no avanço da democracia e do desenvolvimento social.

Para tal, ainda na visão de Coutinho, Azevedo e Nóbrega (2020, p. 121), é imprescindível que haja “igualdade política em um processo horizontal e abertura de *espaços de participação*, evitando os personalismos, clientelismos e existência de grupos conservadores de poderes dominantes”. Outrossim, “a constituição de capital social, deve ser considerada não apenas em grandes proporções societárias, mas também a partir da estruturação de pequenos grupos dotados de confiança, normas, sistemas em uma relação em redes na promoção do desenvolvimento” (Coutinho, Azevedo & Nóbrega, 2020, p. 121).

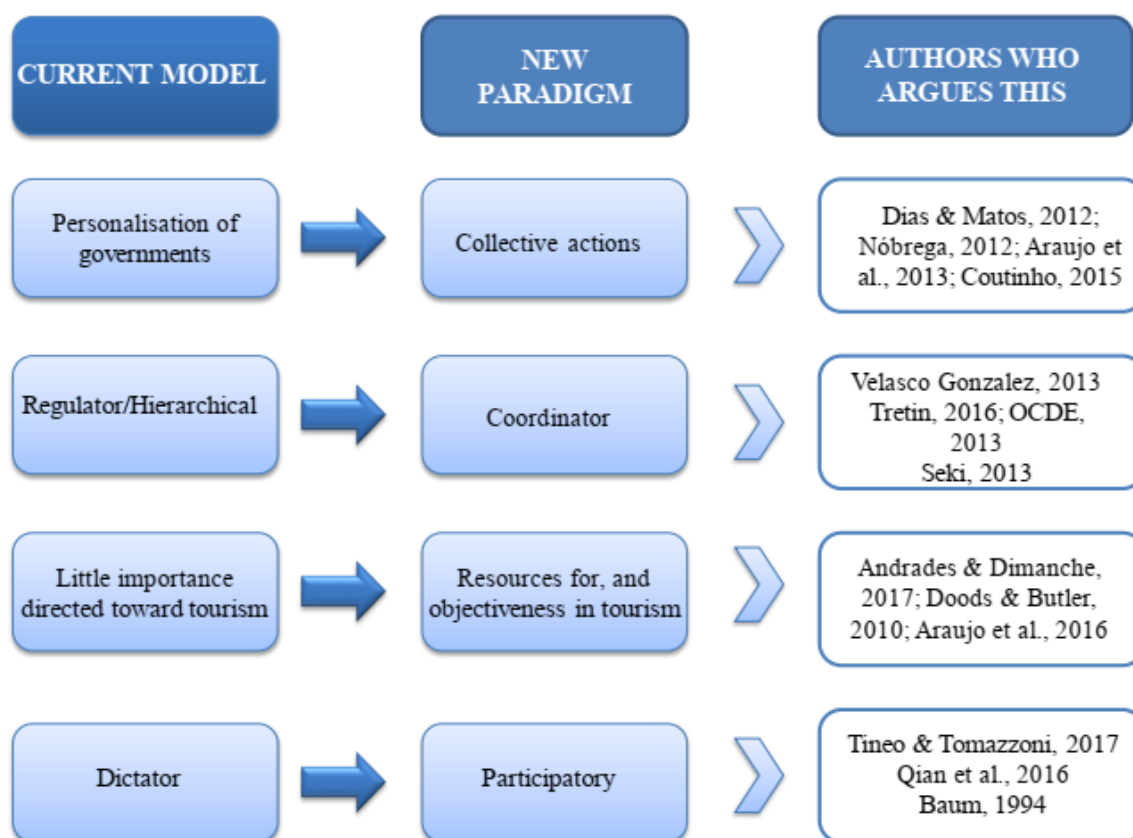
Em outros termos, queremos nos alinhar ao pensamento de Coutinho, Azevedo e Nóbrega (2020), em consonância com Bramwell e Lane (2011), ao reconhecerem que a governança, envolve atores governamentais e não governamentais que *cooperam*, para assegurar o alcance de objetivos e metas (sociais, econômicas, por exemplo) coletivas ou o alcance da almejada “ordem social”. Isto é, pode-se reconhecer que contemporaneamente, a governança é uma nova forma de conduzir os processos de inovação, fortalecimento e transformações das dinâmicas turísticas em um espaço determinado, aliando os atores públicos e privados com a finalidade de tomar decisões coletivas (Velasco, 2013).

Como se pode depreender, esta linha de pesquisa em planejamento e política, é relativamente nova no turismo, tendo se desenvolvido expressivamente, desde a virada do século para reforçar a noção de que o planejamento e a política de turismo são um resultado dos pensamentos, ideias, ações, conluíus e colaborações de diversos atores, agências e instituições (Dredge & Jenkins, 2011).

É nesta linha que Coutinho e Nóbrega (2019), assumem ser consensual, na literatura, (Urano, Siqueira e Nóbrega, 2016; Velasco, 2010; Tretin, 2016; Coutinho, 2015; Fleury, 2002), que a *cooperação* é a mais perfeita configuração de se obter êxito numa determinada política pública, evitando a visão separatista dos enfoques entre política e administração, comumente efetivadas por pesquisadores da administração tradicional.

É nas entranhas do pensamento acima exposto que Coutinho e Nóbrega (2019), apontam que as discussões teóricas, revelam a existência de um modelo tradicional que conflita com o que a teoria preconiza ser benéfico para o contexto de novas estruturas de gestão que são desenhadas na figura 23.

Figura 23 - Desafios institucionais para a governança do turismo



Nota. Retirado de Coutinho, A. & Nóbrega, W. (2019). Governance in tourist destinations - challenges in modern Society RBTUR. *Research Gate*. <https://www.researchgate.net/publication/335840743>.

Portanto, na figura 23, vislumbra-se um novo paradigma de governança no turismo, baseado na coletividade, coordenação, participação, canalização de recursos e objetividade no

turismo (Coutinho e Nóbrega, 2019, p. 62). É neste pensamento que Tretin (2016), OCDE (2013) e Seki (2013), defendem que o Estado adote um papel mais de coordenador para orientar as ações que, segundo diversos estudos, tem se mostrado mais eficiente nos destinos turísticos.

Para preencher essa lacuna, é necessário, essencialmente, a produção de políticas que favoreçam um modelo adaptado de participação local, que deve ser baseado no desenvolvimento de uma compreensão profunda dos comportamentos participativos dos pobres no nível de base, para buscar uma abordagem de *baixo para cima* em pesquisa e formulação de políticas públicas, adotada a fim de substituir ou complementar a abordagem tradicional *de cima para baixo* (Altieri e Masera, 1993; Murray e Greer, 1992 citados por Zhao e Ritchie, 2008). Sobre horizontalidades e verticalidades participativas, acrescenta, Azevedo (2008, p. 99), ao afirmar que:

Nos sistemas de relações clientelistas os vínculos verticais dificultam, e às vezes impedem, a organização grupal e a solidariedade horizontal, especialmente dos “clientes”, isto é, dos que mais necessitam das ajudas e dos benefícios. O clientelismo corresponde a uma “amizade desequilibrada”, ao contrário dos sistemas sociais horizontais, onde a reciprocidade, o empenho e a colaboração de todos em prol de toda, ou de quase toda a sociedade, é um fator marcante e salutar.

Queremos salientar que envolvimento dos cidadãos na produção de políticas públicas no geral e no turismo em particular, se realiza quando os agentes e atores sociais atuam juntos, coletivamente. Dessa forma, a influência cidadã se reflete no território destino do turismo, enriquecendo-o com elementos de fortalecimento, solidariedade mútua, cooperação, consciência na abordagem do território e na tomada de decisões em prol do bem comum.

A vivência revela que a maioria dos projetos de desenvolvimento turístico não obtém sucesso ou falham em alcançar seus objetivos devido à falta de uma participação genuína dos beneficiários. Por outro lado, há uma distinção crucial entre apenas cumprir com o “protocolo” superficial da participação e ter efetivo poder para impactar nos resultados do processo.

Alguns dos métodos mais concretos para fomentar a participação local em destinos empobrecidos também tem sido recomendado, como descentralização do sistema de administração pública, mudanças fundamentais na estrutura sociopolítica, jurídica e econômica, envolvimento de organizações não governamentais (ONGs) e agências doadoras, colaboração e cooperação de

operadoras de turismo internacionais e multinacionais e dissolução de barreiras culturais (Tosun, 2000; 2006).

No entanto, um desafio para a implementação desses métodos é que eles envolvam amplamente os grupos de *stakeholders*, cujos interesses na participação local podem até entrar em conflito entre si. Além de que, alguns dos métodos requerem transformação do sistema político e da cultura, como já referido no parágrafo anterior, (por exemplo, dissolução de barreiras culturais, imparcialidade político-partidária), o que obviamente vai além do escopo do turismo e é menos provável de ser realizado a curto prazo (Zhao & Ritchie, 2008).

Para finalizar este ponto, segundo Coutinho, Azevedo e Nóbrega (2020), e conforme fizemos menção acima, as novas abordagens de desenvolvimento relacionadas com a atividade turística, demandam uma visão voltada para a comunidade local como agente transformador que, articulando com seus pares possam traçar caminhos para o desenvolvimento turístico.

Este posicionamento, é defendido por Max-Neef (2012) e Amartya Sen (2000), quando salientam que ao estimular a autodependência dos pobres, cria-se um protagonismo (o conceito de *agente* de desenvolvimento de Amartya Sen e o conceito de *sujeito* do desenvolvimento de Max-Neef) real dessas pessoas na sociedade em diferentes esferas e isso leva a processos de desenvolvimento, em que coexista a expansão das capacidades para de forma adequada garantir a satisfação das necessidades humanas fundamentais, lograr a justiça social, a liberdade e desenvolvimento pessoal.

Olhando por este ângulo, é de relevo perceber, considerando as diversas abordagens de desenvolvimento contemporâneas – algumas discutidas ainda nesta pesquisa – que fica manifesto o imperativo do envolvimento da população, em uma construção coletiva, por forma a promover progressos nas suas localidades, compartilhando o poder governamental com base em um processo mais participativo, transparente e democrático.

3.5.2. Políticas públicas do turismo – breve ponderação

É evidente que no desenvolvimento de qualquer atividade humana, torna-se imprescindível a existência de políticas públicas, para auxiliarem no controle de conflitos de interesses entre os diferentes atores sociais, que têm, por natureza, contrassensos que não se resolvem por si (Teixeira, 2002). Para perceber melhor, embora se tenha discutido no ponto

anterior, é importante conhecer o papel do Estado como gestor público, no desenho e aplicabilidade das políticas públicas no geral e na área do turismo em especial.

Ao falar sobre políticas públicas, é necessário, primeiramente, perceber algumas construções teóricas realizadas sobre esta temática. Assim, Souza (2006), traz algumas reflexões baseadas em quatro grandes teóricos da área das políticas públicas, nomeadamente H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. (Vide tabela 23).

Tabela 23 - Principais teóricos percursores da área das políticas públicas

Autor	Elementos introduzidos pelos teóricos
H. Laswell	<i>Policy analysis</i> – como forma de conciliar o conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, estabelecendo diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesses e governo.
H. Simon	<i>Policy makers</i> – a racionalidade dos decisores é limitada por problemas como, informação incompleta, tempo de decisão, autointeresse dos decisores, etc., mas para minimizar os problemas deve-se criar uma estrutura de regras e incentivos, buscando, portanto, resultados desejados e minimizando interesses próprios.
C. Lindblom	Questiona o racionalismo de Laswell e Simon – devem ser analisadas outras variáveis na formulação e análise das políticas públicas nomeadamente, o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesses.
D. Easton	Política pública é um sistema – tem uma relação com a formulação, resultados e o ambiente. Em outros termos, as políticas públicas recebem <i>inputs</i> dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse que influenciam diretamente seus resultados e efeitos.

Nota. Adaptado de Souza (2006).

Posto isto, depreende-se que não existe uma definição universal, muito menos considerada a melhor sobre o que seja política pública. Para Azevedo et al. (2013, p. 20), “a ‘política’, se refere à vida na *polis*, ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos”. Os mesmos autores, enfatizam que, pensar na política é cuidar dos diversos problemas inerentes aos anseios da coletividade.

Lynn (1980), define-as como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Para Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Para Dias (2003, p. 121), políticas públicas são tidas como “um conjunto de ações executadas pelo estado como sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”.

Para Araújo (2010), são leis e estratégias designadas para favorecer uma população, onde são concebidos planos de novos projetos que tragam benefícios econômicos para a sociedade, criando novas infraestruturas, novos serviços e contribuindo, especialmente, na geração de emprego e na melhoria das condições da vida social.

Souza (2006), afirma que, embora haja essa diferença de definições, o que prevalece, é que as políticas públicas, acabam assumindo uma visão mais holística, onde *o todo é mais importante do que a soma das partes*; e que indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Deste modo, podemos olhar a política pública como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 26).

Ainda segundo Souza (2006), as políticas públicas podem assumir quatro formatos, como se pode visualizar na tabela 24.

Tabela 24 - Quatro formatos das políticas públicas

Forma	Significação
Políticas distributivas	Que são as decisões tomadas pelo governo desconsiderando a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que da coletividade, ao privilegiar grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo.
Políticas regulatórias	As mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse.
Políticas redistributivas	Atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas, no curto prazo para certos grupos sociais bem como futuros incertos, é o caso das políticas sociais universais, o sistema tributário, previdenciário.
Políticas constitutivas	Que lidam com procedimentos.

Nota. Adaptado de Souza (2006).

Já no campo do turismo, a linha de pesquisa em planejamento e política é relativamente nova, tendo se desenvolvido expressivamente desde a virada do século XX para reforçar a noção de que o planejamento e a política do turismo são um resultado dos pensamentos, ideias, ações,

conluíus e colaborações de diversos atores, agências e instituições (Dredge & Jenkins, 2011). Pode ser definido como sendo,

um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico (Goeldner, Ritchie & McIntosh, 2002, p. 294).

A “lacuna” é a necessidade de um maior aprofundamento ideológico na sua concepção e implementação, para garantir direitos a todos envolvidos na cadeia produtiva do turismo (Hall, 2004; Nóbrega, 2012). Isso se dá, pelo fato de as grandes empresas serem as que se beneficiam das políticas públicas, visto ser corriqueiro que o Estado formule políticas para atender as necessidades do setor produtivo em detrimento dos demais setores. Por essa razão que Arretche (1995, p. 33 como citado em Azevedo, et al., 2013), afirma que os mecanismos institucionais, no seio dos quais as políticas são formuladas e sustentadas politicamente “são essenciais para que se entenda a forma das próprias políticas porque uma determinada política (*policy*) é resultado da forma de ação de grupos interessados em implementá-la, no interior de um contexto cujas regras de operação são específicas”.

E, a partir da ideia debatida neste artigo sobre a governança, que defende que as políticas públicas vão além das ações governamentais, Schneider (2005, p. 37), utiliza a expressão *redes de políticas públicas* para sugerir a ideia de que a problematização, deliberação, implementação e processamento político de um problema público “não é mais um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa integrada, senão que se encontra em redes, nas quais estão envolvidas organizações tanto públicas quanto privadas”.

O importante e que prevalece no meio desta discussão, é o imperativo da preparação de políticas públicas do turismo conducentes ao desenvolvimento de um turismo que ocorra de forma adequada, equilibrada e responsável a fim de que permita a participação da comunidade local em suas decisões, não somente por meio de “programas de inclusão” e “assistencialismos”, mas como ator de estima reconhecida e imprescindível neste processo.

Segundo Hall (2001), é imperioso que o Estado incorpore certos papéis, que aperfeiçoam o seu desempenho como gestor político, nomeadamente:

- a) *Coordenador* – com a finalidade de reunir as organizações públicas para operarem para se atingir um objetivo comum;
- b) *Planejador* – prever cenários e colocar a política em ação;
- c) *Legislador* – sobre questões trabalhistas, licitatórias;
- d) *Empresário* – proprietário e administrador de empreendimentos; e
- e) *Incentivador* – por meio de estímulos financeiros ao desenvolvimento, patrocinando pesquisas, campanhas de marketing, entre outros.

A própria política pública, segundo Solha (2006), deve incorporar certos adjetivos, com vista a alcançar uma maior eficácia na tangibilidade de suas metas, nomeadamente:

- a) *Dinamismo* – atentar às transformações externas e internas;
- b) *Flexibilidade* – surgem informações a todo instante que modificam todo o cenário;
- c) *Participação* – envolvimento de todos os sujeitos e segmentos;
- d) *Integração* – entre órgãos públicos de turismo e outros setores;
- e) *Harmonia* – equilíbrio nas intervenções, ajudando, pois, a verificar as reais possibilidades e limites para o desenvolvimento almejado.

Por conseguinte, destaca-se, conforme Azevedo et al. (2013), que o governo e as políticas têm finalidades de preparo, execução e o monitoramento de ações em consonância com os anseios da sociedade. Se isso não acontece, porém ao menos deveria acontecer. Uma vez que quase sempre as comunidades locais, menos elitizadas, são deixadas à beira do processo de elaboração das políticas mais importantes e muitas das vezes com impacto direto no desenvolvimento socioeconômico.

É importante perceber, nesta contestação, na visão dos autores Coutinho, Azevedo e Nóbrega (2020), que não há um modelo para dar início às ações (de cima para baixo ou de baixo para cima). Os processos começam de onde se pode ou se deseja, buscando a solução dos problemas, isto é, as pessoas que compõem as mais distintas redes não podem esperar que o outro concretize as ações que foram pensadas em conjunto e que são de interesses de todos. Como uma rede, seus atores podem e devem se ordenar para concretizá-lo. Entretanto, a *horizontalidade* é o formato desejado já que devem se envolver e serem envolvidos no processo de participação.

Desta feita, ainda na perspectiva de Coutinho, Azevedo e Nóbrega (2020), a gestão de redes de políticas requer processos de decisões que sejam contínuos e estáveis. No entanto, de acordo com Fleury (2005); Wan e Bramwell (2015), existem algumas condicionantes nesse

processo: esses atores agem em função de suas percepções em relação aos demais atores e às expectativas de seus comportamentos.

Em outros termos, no sentido político, o “*empowerment*” das comunidades locais, visa melhorar a sua capacidade de influenciar o Estado e as instituições sociais e, de tal modo, fortalecer a sua participação nos processos de definição de políticas públicas, estratégias e tomada de decisões locais. No sentido econômico, destaca-se a remoção das barreiras que funcionam contra os interesses dos pobres e construir seus ativos para capacitá-los a se envolver de forma eficaz nos mercados do turismo (BM, 2000 como citado em Zhao & Ritchie, 2008), Tosun (2000), igualmente defende a necessidade deste *empowerment* dos pobres devido à uma variedade de barreiras operacionais, estruturais e culturais embutidas nos empobrecidos, onde a real participação pública em massa raramente acontece com os pobres.

Em adição, em função das consequências das ações de índole gerencial, realizadas pelo governo, a OMT (2003), destaca quatro categorias gerais, através das quais os governos podem intervir na atividade turística, nomeadamente: *Políticas* (decidir sobre o modelo de desenvolvimento, de recursos públicos alocados e de impactos causados); *Planejamento* (responder as exigências); *Desenvolvimento* (o governo empreendedor de capital que visa estabelecer pilares desenvolvimentistas); *Regulamentações* (respaldo coercitivo à atividade).

O que deve ficar claro é que, segundo Dencker (2004, p. 27), “compete ao Estado elaborar políticas para que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma adequada, promovendo o respeito mútuo entre residentes e turistas, a fim de que este permita a participação da comunidade local em suas decisões, por meio de programas de inclusão”, este posicionamento não é uma regra geral (conforme supra explicou Schneider, 2005), visto que, em algumas sociedades, as políticas públicas do turismo e não só, nascem do setor privado, onde a classe empresarial é que determina as políticas públicas de desenvolvimento do turismo (Hall & Jenkins, 2007).

No entanto, isso não quer dizer que o Estado deva se envolver ou regular tudo (somente os Estados totalitários buscam isso), todavia é de sua competência determinar os setores nos quais irá intervir ou não, dependendo do tempo, das circunstâncias e do interesse público. Através dessa avaliação, o Estado, ao atender as demandas da sociedade, toma decisões sem criar novos conflitos com os agentes/atores sociais.

3.5.3. Principais políticas públicas do turismo de Moçambique

Desde que Moçambique conquistou sua independência em 1975, o governo tem demonstrado algum interesse no desenvolvimento econômico do país, com foco especial no setor turístico, sob o argumento de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento. Isso reflete nas principais políticas públicas voltadas para o turismo em Moçambique. Neste sentido, foram elaborados e publicados, na escala local, provincial e nacional, vários projetos, programas, leis, decretos, entre outros instrumentos públicos com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento desta atividade (Azevedo, Nhantumbo & Banze, 2017).

Na tabela 25 pretendemos fazer a sistematização temporal de um conjunto de planos, políticas, leis, estratégias entre outros documentos que espelhem as políticas públicas do turismo aplicadas em Moçambique, a seguir.

Tabela 25 - Principais políticas públicas do turismo e afins de Moçambique

Política Pública	Objetivo	Período
Regulamento de transportes em automóveis decreto 24/1989 de 08 de agosto.	Regulamentar os transportes em automóveis tendo em conta a então estrutura administrativa e exigência política, econômica e social da república popular de Moçambique.	1989
Jogos de diversão social. Lei n.º 9/1994 de 14/9.	Institucionalizar a prática de jogos com caráter eminentemente social.	1994
Política e estratégia de desenvolvimento de florestas e fauna bravia. Resolução n.º 8/1997 de 1/04.	Gerar benefícios econômicos e sociais da atual e futura geração; envolvimento de pessoas dependentes dos recursos florestais na planificação e seu aproveitamento sustentável; e conservação dos recursos de base, incluído a diversidade biológica.	1997
Projeto MOZBIO – Políticas de salvaguarda.	Garantir a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais nas Áreas de Conservação Transfronteiriça (áreas naturais protegidas Transfronteiriça envolvendo pelo menos dois países) e a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, baseado no uso sustentável de recursos naturais nas comunidades locais, com particular ênfase no ecoturismo.	1997
Decreto Presidencial n.º 1/2000, de 17/1.	Extinguir o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e Cria o Ministério do Turismo.	2000
Política de Turismo e Estratégia da sua Implementação.	Identificar os princípios gerais, os objetivos do turismo e as Áreas Prioritárias de Intervenção e Atuação em Moçambique.	2003

Lei do Turismo nº 4/2004 de 17 de junho	Estabelecer o quadro legal para o fomento e exercício das atividades turísticas.	2004
Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013).	Fixar prioridades específicas, definir produtos e mercados, identificar Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT) e focalizar os recursos necessários.	2004
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas. Decreto n.º 40/2005 de 30/8.	Reger as condições e procedimentos para licenciamento e funcionamento das atividades turísticas de alojamento turístico e restauração e bebidas.	2005
Regulamento das agências de viagem e turismo e profissionais de informação turística. Decreto n.º 41/2007 de 30/8	Reger o licenciamento e o funcionamento das agências de viagem e turismo bem como a autorização do exercício da atividade profissional de informação turística.	2005
Regulamento do mergulho amador. Decreto n.º 44/2006 de 29/11	Estabelecer normas relativas ao exercício da atividade de mergulho amador nas águas jurisdicionais moçambicanas.	2006
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança Decreto nº 18/2007 de 07/8.	Reger as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das atividades turísticas bem como o sistema de classificação incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação.	2007
Regulamento de direito de habitação periódica. Decreto nº 39/2007 de 24/8.	Estabelecer o regime jurídico aplicável a constituição, exercício, transmissão e extensão dos direitos de habitação periódica assim como definir as normas e procedimentos para o licenciamento de empreendimentos turísticos e imobiliários em regime de habitação periódica.	2007
Regulamento de transportes turísticos. Decreto n.º 41/2007 de 24/8.	Estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de transportes turísticos.	2007
Decreto n.º 15/2009 de 4 de abril de 2009	Consignar as receitas cobradas nos Parques e Reservas Nacionais em 20% para as comunidades locais.	2009
Regulamento das zonas de interesse turístico. Decreto n.º 77/2009 de 15/12.	Estabelecer o regime jurídico da declaração das zonas de interesse turístico (ZIT) e fixa os seus efeitos, sem prejuízo das normas específicas estabelecidas na declaração de cada zona.	2009

Regulamento da lei de jogos de fortuna ou azar. Decreto n.º 64/2010 de 31/12.	Regulamentar a lei n.º I/2010, de 10 de fevereiro, aplicável a todos os empreendimentos e actividades de desenvolvimento e exploração de uma ou mais modalidades de jogos de fortuna ou azar, bem como, nas matérias aplicáveis, aos empreendimentos de exploração de actividades de prestação de serviços conexos e complementares.	2010

Nota. Tabela concebida através da pesquisa documental (2023 e 2024).

Tabela 25 - Principais políticas públicas do turismo e afins de Moçambique (continuação)

Política Pública	Objetivo	Período
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança. Decreto nº 97/2013 de 07/8.	Estabelecer o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas e salas de dança bem como o sistema da sua classificação e registo.	2013
Estratégia Nacional de Desenvolvimento – END (2015-2035)	Estratégia elaborada em 2014, para assegurar a implementação da Agenda 2025, com o objetivo de elevar as condições de vida da população através da transformação estrutural da economia e diversificação da base produtiva. O turismo, integra as áreas prioritárias da END (2015-2035).	2015
Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação (2015-2024)	Orientar os esforços dedicados à Conservação da Biodiversidade através da materialização dos objetivos enunciados na Constituição da República de Moçambique e na Política de Conservação e sua Estratégia de Implementação, a saber: (i) Desenvolvimento Institucional; (ii) Conservação da Biodiversidade; (iii) Sustentabilidade Económica Financeira e; (iv) Desenvolvimento Comunitário.	2015
Regulamento das agências de viagem e turismo e profissionais de informação turística aprovado pelo Decreto n.º 53/2015 de 80/12 que revoga o Decreto n.º 41/2005 de 30/8	Conduzir o licenciamento e funcionamento de agências de viagens e turismo e das atividades dos profissionais de informação turística.	2015
Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2016-2025).	Fornecer ao Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR), um plano e estratégia de implementação para o desenvolvimento da área do turismo como vetor fundamental para o rápido crescimento económico e a geração de emprego durante o período de 2016 a 2025, em apoio ao Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARP) do Governo.	2015

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável – PNDS	Responder as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, através da gestão de uma carteira de projetos que visam promover um crescimento rural, sustentável e inclusivo até 2030.	
	- Nas oito grandes metas, quatro estão conexas ao acesso a água potável, construção de estradas, acesso à terra e qualidade de vida urbana das áreas rurais (incluindo áreas turísticas) - Destaca variáveis da sustentabilidade ambiental (energias renováveis e redução de emissões de gases - CO₂) e sociais (redução da pobreza, acesso à terra, água potável, estradas urbanas e bem-estar social)	2016

Nota. Tabela concebida através da pesquisa documental (2023 e 2024).

Tabela 25 - Principais políticas públicas do turismo e afins de Moçambique (continuação...)

Política Pública	Objetivo	Período
Regulamento de Empreendimentos turísticos, restauração e bebidas e salas de dança de 26 de julho de 2016 (decreto lei n.º 49/2016) que revoga que revoga o decreto lei n.º 97/2013	Estabelecer o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas e salas de dança bem como o sistema da sua classificação e registo.	2016
Diploma Ministerial n.º 18/2016 Aprova o Regulamento Interno do Ministério da Cultura e Turismo.	Estabelecer as formas de organização, coordenação e especificação das respectivas competências, em conformidade e em estrita observância do respectivo Estatuto Orgânico e demais princípios e legislação aplicável.	2016
Lei da Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica. Lei n.º 5/2017, de 11 de maio (Decreto 89/2017)	Regulamentar a Lei n.º 16/2014, de 20 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 5/2017, de 11 de maio, a Lei da Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica.	2017
Turismo baseado na natureza em Moçambique nas áreas de conservação – parecerias público e provadas (2018) – Desenvolvido por iniciativa do Ministério da Terra, Ambiente	Promover o turismo em áreas protegidas – aumentar a biodiversidade, conservação e apoio aos meios de subsistência rurais. Bem como a atração de parcerias e investimentos para o turismo baseado na natureza.	2018
Desenvolvimento Local de Moçambique		

Regulamento de Transporte em Veículos Automóveis e Reboques, aprovado pelo Decreto n.º 35/2019 de 26 de fevereiro que revoga o Decreto n.º 11/2009, de 29 de maio.	Estabelece as regras para o exercício de atividade de transporte em veículos automóveis e reboques.	2019
Decreto n.º 10/2023 de 31 de março. Isenção de visto de entrada de estrangeiros turistas de alguns países em Moçambique.	Estimular o turismo e o ambiente de negócio, isentando unilateralmente de apresentação de visto de entrada a cidadãos de determinados países, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 18 da Lei n.º 23/22, de 29 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico do Cidadão Estrangeiro, fixando as respectivas normas de entrada, permanência e saída do país.	2023

Nota. Tabela concebida através da pesquisa documental (2023 e 2024).

Apreciados os documentos arrolados no Tabela 25, a ênfase vai para o artigo 3º da *Lei do Turismo* de Moçambique de 2004, onde dentre os seus múltiplos objetivos, destacam-se o imperativo de alavancar o desenvolvimento económico e social através da criação de emprego, geração de renda e redução da pobreza, garantindo o pleno respeito ao património natural, arqueológico e artístico; estimulando o setor privado moçambicano a participar, a promover e desenvolver dos recursos turísticos; impulsionando e garantindo as medidas de segurança e tranquilidade dos turistas, consumidores e fornecedores de serviços turísticos, bem como a consecução de um princípio da igualdade de direitos e oportunidades.

Através da Resolução nº 14 de 4 de abril 2003 o governo de Moçambique aprovou a “*Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação*” que estabelece a perspectiva orientadora do crescimento e desenvolvimento do turismo no futuro e, assumindo os desígnios desta pesquisa, sobressai, nos objetivos da política, o reconhecimento do valor real das *áreas de conservação* (equiparável às unidades de conservação) no desenvolvimento do setor e no poder que tem no alívio da pobreza; a promoção do envolvimento efetivo da comunidade nos programas de desenvolvimento; a contribuição para a criação de emprego, crescimento económico; e melhorar a qualidade de vida dos moçambicanos.

Ainda sobre as áreas de conservação, podemos distinguir o decreto nº 15/2009 de 14 de abril de 2009, que define a consignação das receitas dos *parques e reservas* nacionais, asseverando que da receita destinada ao turismo, 20% é destinada às comunidades locais que vivem dentro das áreas de conservação/protegidas e das zonas tampão. Destaca-se igualmente neste ponto as *áreas*

de conservação comunitárias que visam dentre vários desígnios, a partilha de benefícios provenientes da conservação dos recursos naturais e dos seus serviços de ecossistemas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades e a sua manutenção para as gerações vindouras (Art. 16 do Decreto n.º 89/2017).

Vale mencionar, o segundo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique de 2015 (PEDTM II) criado pelo Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique aprovado pela 48ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, a 8 de dezembro de 2015, no seguimento do reconhecimento das potencialidades turísticas de Moçambique, no contexto do Plano de Ação para a Redução da Pobreza em Moçambique (PARP) que está alinhado com a Agenda 2025, projetado, do ponto de vista histórico, para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (que foram substituídos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que com certeza irão orientar o novo plano estratégico do turismo de Moçambique, em concepção), que definiu como objetivo primordial, a redução da pobreza através do turismo pelo aproveitamento das suas capacidades de geração de emprego, renda, crescimento e desenvolvimento econômico.

Assim, depreende-se de antemão que Moçambique, neste momento, ainda não está devidamente alinhado aos ODS, por não apresentar, até então, políticas públicas do turismo atualizadas, embora historicamente, o país veja no turismo, um forte aliado na redução da pobreza, pela geração renda, de emprego, divisas e impostos, cooperando para o desenvolvimento local e inclusão social. Nesta perspectiva, o que deve estar claro é que, segundo Traverso (2023), diferente dos ODM, os ODS não foram concebidos especificamente dirigidos aos governos, eles valorizam a relevância do setor privado no desenvolvimento de ações que alcancem seus objetivos. Em outros termos, o turismo tem interferência em vários setores e sua presença em todos os países podem cooperar direta e indiretamente com os ODS (Abdou et al., 2020).

Para além do que foi mencionado supra, o próprio PEDTM (2015), levanta questionamentos quando assume que “Moçambique tem uma boa legislação e políticas de sustentabilidade, mas há poucas evidências de que esta esteja sendo implementada em grande escala e com eficácia” (PEDTM, 2015 p. 32).

Nesse sentido, Soares e Azevedo (2020), também questionam, o porquê das políticas públicas direcionadas para o ordenamento e o fomento do turismo serem conduzidas de maneira tão míope pelas representações econômicas do setor, se não há dissociação entre a espacialidade

do fenômeno turístico e da sua atividade econômica. Essa visão, ainda contemporaneamente hegemônica, que vê o turismo apenas pelo prisma economicista, impede que o seu desenvolvimento contribua plenamente para um processo gerador de melhorias na qualidade de vida das sociedades envolvidas e desenvolvimento local.

Adverte-se, neste ponto, que as políticas públicas propostas para o setor turístico têm deixado à margem as demais dimensões do turismo como fenômeno, sobretudo aquela relacionada com a sua espacialidade, pois, têm sistemática e praticamente ignorado os processos de uso e apropriação do território por eles constituído, bem como a transformação dos lugares, reproduzindo desigualdades históricas e estruturais (Fratucci, 2014).

O que torna essa problemática ainda mais complicada para o caso de Moçambique, é que a maioria das políticas de turismo, diretrizes de planificação e regulamentos são de boa qualidade, porém são bastante complexos e são aplicados de forma inconsistente (PEDTM, 2015). Conforme destacado por Dye (2010), ocorre um aumento excessivo de normas, iniciativas e órgãos governamentais que não são postos em prática, apenas servindo para fomentar os interesses dos políticos e burocratas em ampliar seu poder na sociedade.

Domingos (2012), traz um outro *gap*, ao afirmar que as políticas públicas, em Moçambique, não participam devidamente na implementação de programas de desenvolvimento turístico devido ao caráter *conservador e centralizado* como são formuladas. A produção de políticas públicas, deve dar primazia à participação local, baseada numa compreensão profunda dos comportamentos participativos dos pobres, numa abordagem de *baixo para cima* em pesquisa e formulação de políticas adotada a fim de substituir ou complementar a abordagem tradicional *de cima para baixo* (Altieri & Masera, 1993 citados em Zhao & Ritchie, 2008).

É importante perceber, nesta contestação, que não há um modelo para dar início às ações (de cima para baixo ou de baixo para cima), pois, como uma rede (Schneider, 2005), seus atores podem e devem se ordenar para concretizá-lo. Entretanto, as horizontalidades é o formato desejado já que devem se envolver e serem envolvidos no processo de participação (Coutinho, Azevedo & Nóbrega, 2020).

Sobre o envolvimento das comunidades no turismo, percebe-se que Moçambique, tem ainda um longo caminho a percorrer para se atingir as propostas dos autores supracitados, uma vez que o PEDTM (2015, p.33), acredita que em Moçambique, não existe, uma abordagem integrada para o desenvolvimento comunitário sustentável, pois,

Existem várias barreiras para o envolvimento das comunidades no desenvolvimento do turismo, como a ausência de um sistema de direitos à terra que possa permitir as comunidades formarem parcerias com operadores privados e a limitada capacidade das comunidades para fornecer bens e serviços ao sector do turismo. A evolução do turismo comunitário baseia-se, em grande medida, na disponibilidade de recursos sem considerar adequadamente a viabilidade financeira e do mercado e existem poucas associações comunitárias de trabalho para gerir o turismo de base comunitário.

Nota-se, no PEDTM (2015) e na Lei do Turismo (2004), muito forte, a visão do turismo como uma panaceia universal. Todavia, Brasil (2005, como citado em D'Angelis & Silva, 2014), chama atenção sobre a qualidade dos empregos, para perceber a quem eles beneficiam e de que forma essa renda gerada é distribuída. Pois, o que se verifica na prática, é que o turismo opera na lógica económico-financeira priorizando a geração imediata de lucros comprometendo, o ambiente natural ou cultural, aumentando as desigualdades sociais caracterizadas pelos extremos da pobreza e maior distanciamento económico entre a zona urbana e a zona rural/local, estimulando a dependência económica das comunidades locais e sem garantias a longo prazo uma vez que estas passam a trabalhar no turismo em detrimento das suas atividades normais (Brasil, 2005 como citado em D'Angelis & Silva, 2014).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta parte são exibidos os resultados, descrevendo e mostrando as informações coletadas e as descobertas feitas durante a pesquisa no MI. Os resultados em alusão são apresentados em forma de tabelas, gráficos, figuras e outros elementos para destacar os resultados de maneira clara e direta.

4.1. Apresentação dos resultados da pesquisa

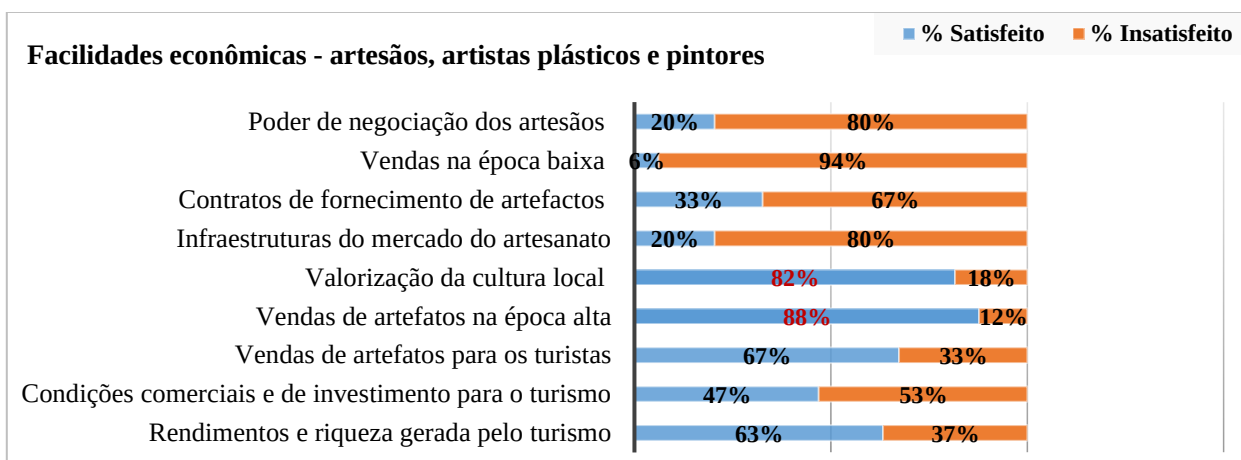
Os grupos de interesse escolhido consistem em artesãos, pintores e artistas plásticos; pescadores; líderes comunitários; comerciantes dos mercados; consultores da área do turismo; e por fim os trabalhadores e colaboradores da área do turismo, todos associados ao MI. A seguir, encontram-se os gráficos, tabelas e imagens resumindo as perspectivas desses grupos sobre vários temas, desde as capacidades de sobrevivência até às liberdades políticas impulsionadas pelo turismo.

4.1.1. Artesãos pintores e artistas plásticos do Município de Inhambane

O conjunto inicial de indivíduos de interesse selecionado compreende os artesãos, pintores e artistas plásticos do MI. Abaixo está um gráfico que resume as perspectivas desse grupo em relação a diferentes aspectos que influenciam o desenvolvimento estimulado pelo turismo. O primeiro gráfico retrata a situação econômica.

Contatamos 49 artesãos, pintores e artistas plásticos nos mercados Central, Tofo e Barra, que são os principais locais de venda de artefatos. Durante essa interação, constatamos que houve uma *satisfatória* taxa de satisfação em relação às vendas durante a alta temporada turística (88%), à apreciação ou valorização do artesanato como um elemento importante do turismo cultural (82%), às vendas para os visitantes (67%) e à contribuição para a geração de renda e riqueza provenientes do turismo (63%).

O grupo em questão demonstra *insatisfação* com seu poder de negociação com o governo (80%), vendas durante a baixa temporada turística (94%), acordos de fornecimento de produtos (67%) e as inadequadas infraestruturas do mercado de artesanato (80%).

Figura 24 - Facilidades econômicas para os artesãos, artistas plásticos e pintores do MI

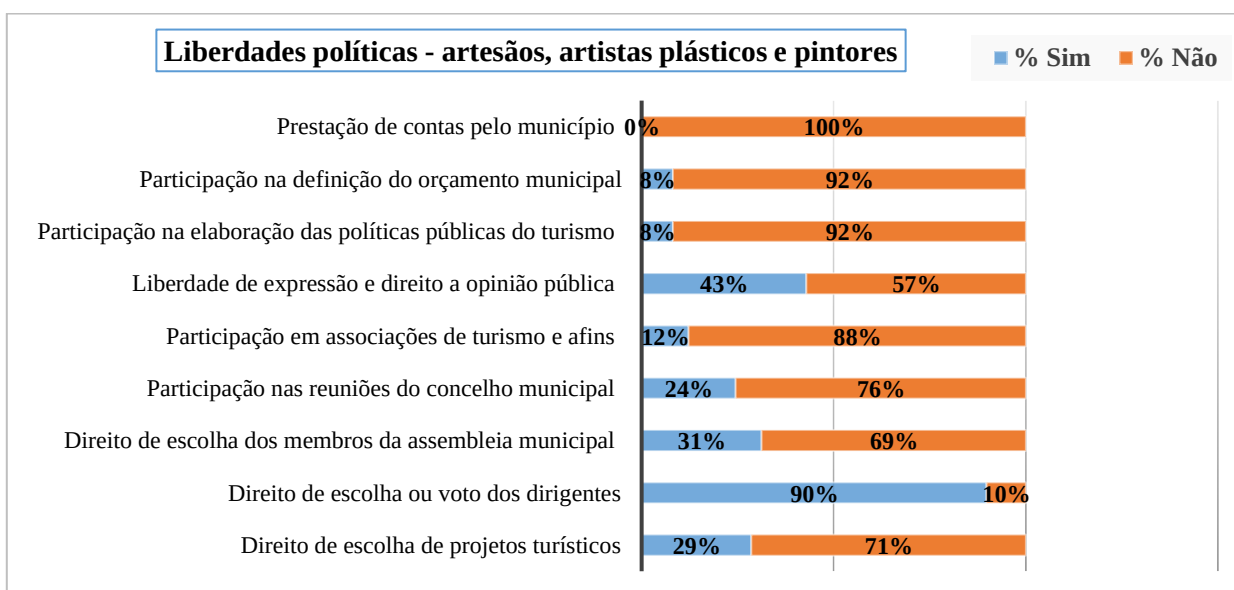
O nível de insatisfação em relação às infraestruturas dos mercados de artesanato no MI é preocupante, pois o local é precário, com pilares e vigas que apresentam riscos de desabamento a qualquer momento, conforme relatado pelos artesãos da praia do Tofo e Barra, como podemos ver nas imagens da figura 25 a seguir.

Figura 25 - Infra-estruturas do mercado do artesanato da praia do Tofo (em duas áreas distintas)

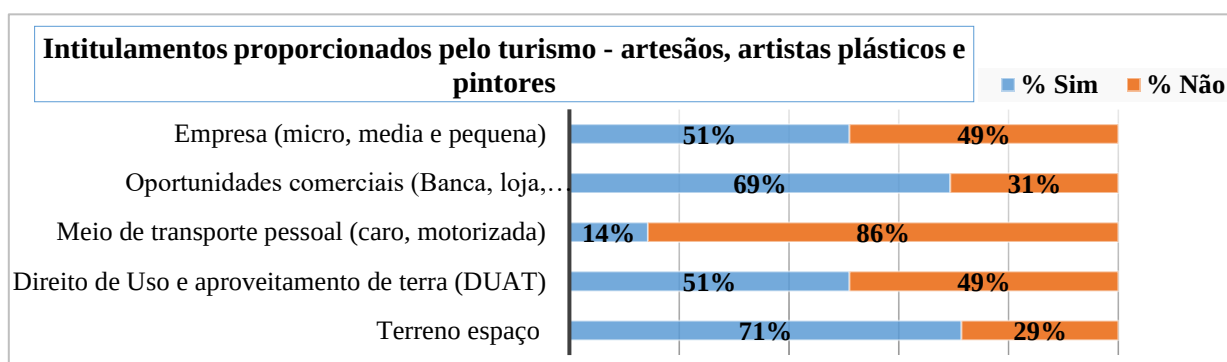
Ainda sobre as infraestruturas gostaríamos de rebuscar a fala do presidente da APHTI, os deixar claro que

[...] ganhou-se um conjunto de projectos de requalificação e organização do Tofo com parceiros como o Banco Mundial, mas teve que voltar pois as terras já estavam ocupadas e eram cobrado valores avultadíssimos para acesso à terra e já imaginas, os parceiros foram embora e perdemos uma oportunidade única e o pior é que perdemos confiança e credibilidade diante de um parceiro muito importante e estratégico como o Banco Mundial [...], a narrativa que se conta é que havia um esquema bem montado de corrupção e o Banco não aceita esse tipo de coisas, se for verdade isso é péssimo para nós [...].

Figura 26 - Liberdades políticas para os artesãos, artistas plásticos e pintores



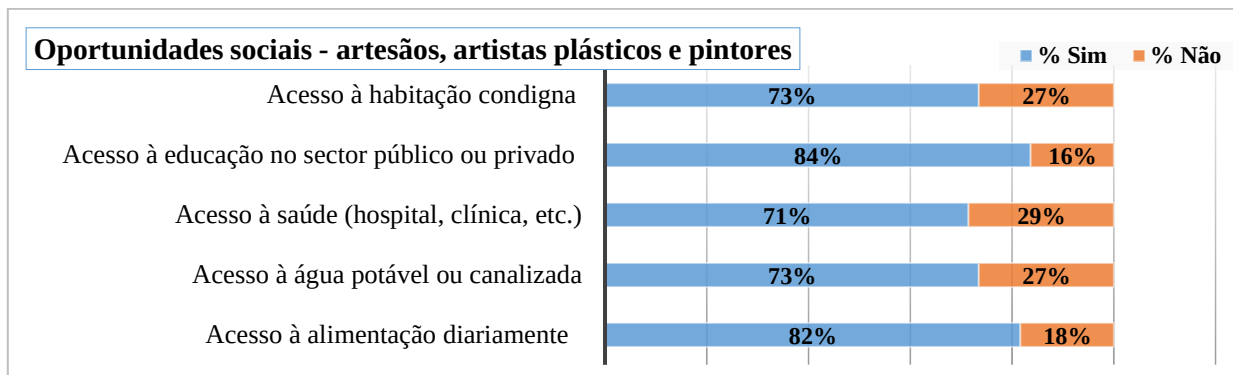
Quando se trata de liberdades políticas (ver figura 26), a situação difere das questões econômicas, já que aqui a realidade é de quase total descontentamento, como podemos observar no gráfico anterior. Em outras palavras, todos os 49 entrevistados concordaram em afirmar que não recebem nenhum tipo de prestação de contas ou o tão conhecido *accountability* (100%) por parte das autoridades municipais; nunca ouviram falar do Orçamento Municipal Participativo (92%); não são envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas para cultura e turismo (92%), nas reuniões do conselho Municipal (76%), muito menos da escolha dos membros das Assembleia Municipal (69%).

Figura 27 - Intitulações para os artesãos, artistas plásticos e pintores

A maioria dos artesãos não tem o poder de decidir sobre os projetos de investimento no setor turístico em MI (71%); eles não são consultados nas reuniões da associação de turismo (88%); 57% não se sentem à vontade para expressar suas opiniões em público, principalmente sobre questões políticas. Para completar, embora a lei garanta esse direito, 90% delas afirmam ter o direito de votar nos líderes políticos em geral, mesmo desconhecendo a votação dos líderes culturais e turísticos.

Os títulos estão ligados às posses ou propriedades que as pessoas podem adquirir ao terem tido oportunidades (ver figura 27), como, por exemplo, através do turismo. Os artesãos, pintores e artistas plásticos do MI afirmam que 51% deles conseguiram estabelecer micro e pequenas empresas. Além disso, 18% deste grupo, além das empresas, puderam criar bancas, lojas, bares, etc. Cerca de 86% não possuem transporte pessoal, no entanto, conseguem ter um lugar para viver (71%), sendo que poucos (51%) têm o direito legal de utilizá-lo e aproveitá-lo, ou por outras, o Direito de uso e Aproveitamento de Terra (DUAT⁶⁹), enquanto 49% não têm esse direito, segundo contatamos junto dos respondentes, por ser muito caro.

⁶⁹ No território moçambicano, a terra é propriedade do Estado e o seu acesso é regulado pela Legislação de terras em vigor (Artigo 1 da Lei 19/97 de 01 de outubro da República de Moçambique). DUAT significa Direito de uso e Aproveitamento de Terra.

Figura 28 – Oportunidades sociais para os artesãos, artistas plásticos e pintores

O gráfico da figura 28 evidencia que aproximadamente 72% dos artesãos, o que equivale a 35 entrevistados de um total de 49, enxergam o turismo como um importante aliado na promoção de oportunidades sociais, tais como acesso à moradia adequada, cuidados de saúde e água potável. Por outro lado, cerca de 83% também reconhecem o turismo como um fator que contribui para a educação formal tanto no setor público quanto privado, além de suprir as necessidades alimentares diárias. Dessa forma, esse grupo afirma ser capaz de atender pelo menos às demandas básicas de subsistência.

Mesmo que estejam satisfeitos em relação às necessidades de subsistência, prevalecem algumas questões de extrema relevância para nossa pesquisa, ou por outras, ao serem indagados sobre *como seria possível aprimorar o turismo para promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida dos artesãos, pintores e artistas plásticos do MI*, as respostas foram extremamente incisivas, como podemos visualizar nas respostas que se seguem.

Os artesãos solicitam a diminuição das taxas de exportação de arte e a fiscalização da corrupção por parte dos agentes de trânsito. Nos seguintes termos:

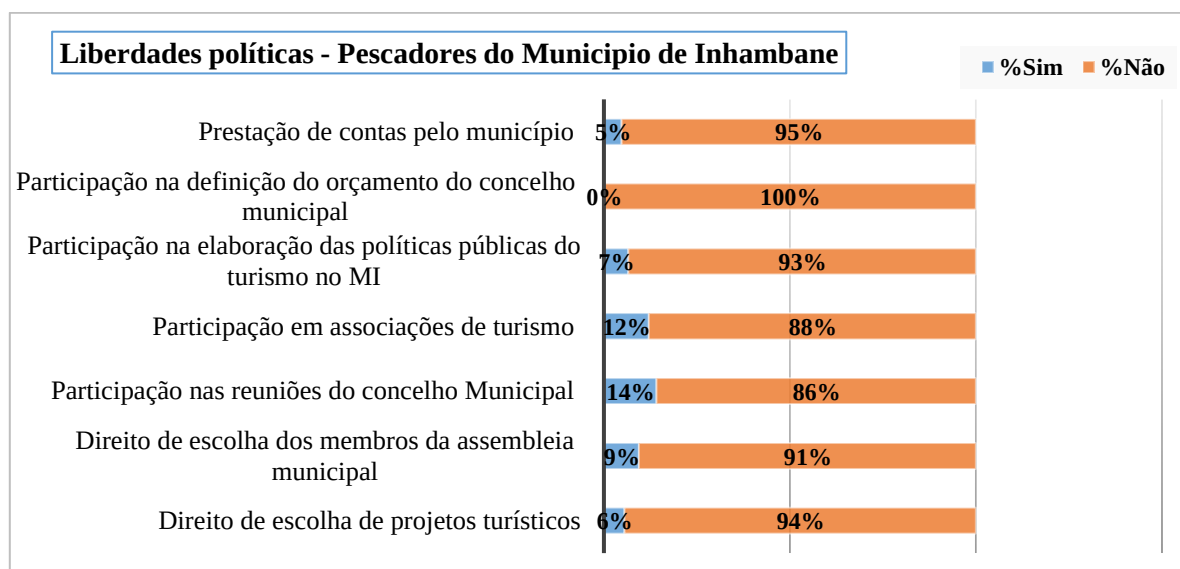
- a) os turistas reclamam bastante em relação aos polícias de trânsito, pelos seus atos de corrupção e cobranças ilícitas [...]; b) o governo devia melhorar a corrupção os nossos turistas reclamam muito sobre polícias de trânsito; d) gostaria que o governo reduzisse as taxas de exportação de arte, pois os turistas sempre reclamam; e) o governo deve reduzir as taxas de exportação de arte para que os turistas adquiram mais objetos do nosso artesanato; f) reduzir as taxas nos aeroportos e fronteiras, para dar oportunidade aos turistas de comprar mais a nossa arte, porque os turistas são os únicos que garantem o nosso bem-estar.

Os artesãos buscam melhorias ou a criação de novas infraestruturas destinadas a se tornarem espaços de comercialização de arte, enfatizando a importância de valorizar a produção artística por meio do apoio governamental e da comunidade local. Nos seguintes termos:

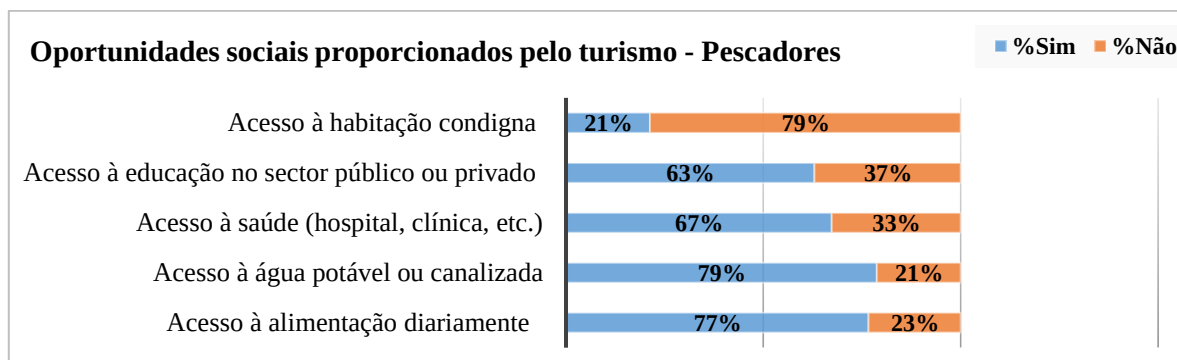
a) melhorar o mercado da arte e casas de banho e reduzir taxas de importação; b) o governo deve construir um mercado de artesanato para atrair mais turistas nacionais e estrangeiros por são os únicos que nos valorizam; c) o município deve promover a nossa arte, porque o único período que vendemos é só em dezembro; d) melhorar as vias de acesso até ao local de trabalho e de venda de artefatos; e) deve haver mais valorização dos artistas e dar mais oportunidades de financiamento [...]; f) melhorar as infra-estruturas; g) apoiar a venda através de fornecimento de material para a fabricação [...]; h) valorização dos artistas e melhorar o mercado porque está em péssimas condições para receber os nossos visitantes; i) o turismo é a nossa fonte de rendimento os turistas é que valorizam mais a nossa arte, o governo devia saber disso, mas o governo não nos consulta, o departamento de cultura e turismo devia melhorar a interação com os artesãos para saber as nossas preocupações.

4.1.2. Pescadores do Município de Inhambane

O segundo conjunto de *stakeholders* selecionado foram os pescadores do MI. Abaixo está um gráfico que resume as perspectivas desse grupo em relação a diferentes aspectos que influenciam o desenvolvimento estimulado pelo turismo. O primeiro gráfico retrata a situação econômica.

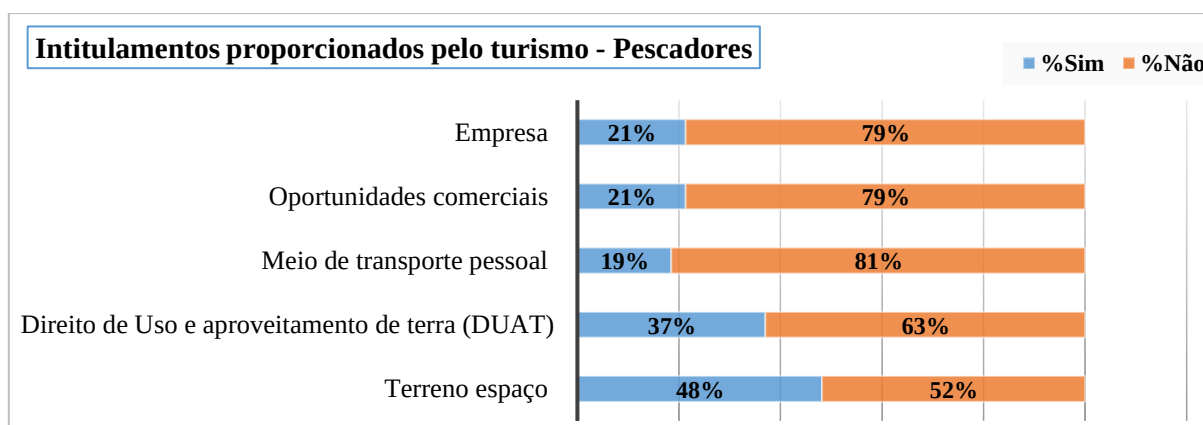
Figura 29 - Liberdades políticas – Pescadores do Município de Inhambane

Em relação às liberdades políticas (como se pode ver no gráfico da figura 29), aproximadamente 93% dos pescadores consultados, o que equivale a 100 de um total de 108, concordaram de forma unânime que o município de Inhambane não presta contas aos pescadores, excluindo-os do processo de formulação de políticas públicas, especialmente no âmbito do turismo. Eles também indicaram não ter conhecimento sobre os projetos turísticos em desenvolvimento na região, nem sobre o processo de seleção dos membros da Assembleia Municipal que os representam. Além disso, cerca de 87% dos pescadores revelaram que não participam das reuniões da Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane, tampouco das reuniões do município, uma vez que não são convidados e desconhecem quando ocorrem tais encontros.

Figura 30 - Oportunidades sociais – Pescadores do Município de Inhambane

A respeito das habilidades de sobrevivência (ver figura 30), aproximadamente 79% dos 108 pescadores entrevistados acreditam que o turismo ajudou, até o momento, na construção ou compra de uma moradia adequada. Por outro lado, cerca de 65% afirmam que o turismo contribuiu para o acesso à educação e saúde deles e suas famílias; e cerca de 78% reconhecem o turismo como um setor que colabora para garantir o acesso à água potável e alimentação diária, embora nem sempre consigam realizar as três refeições.

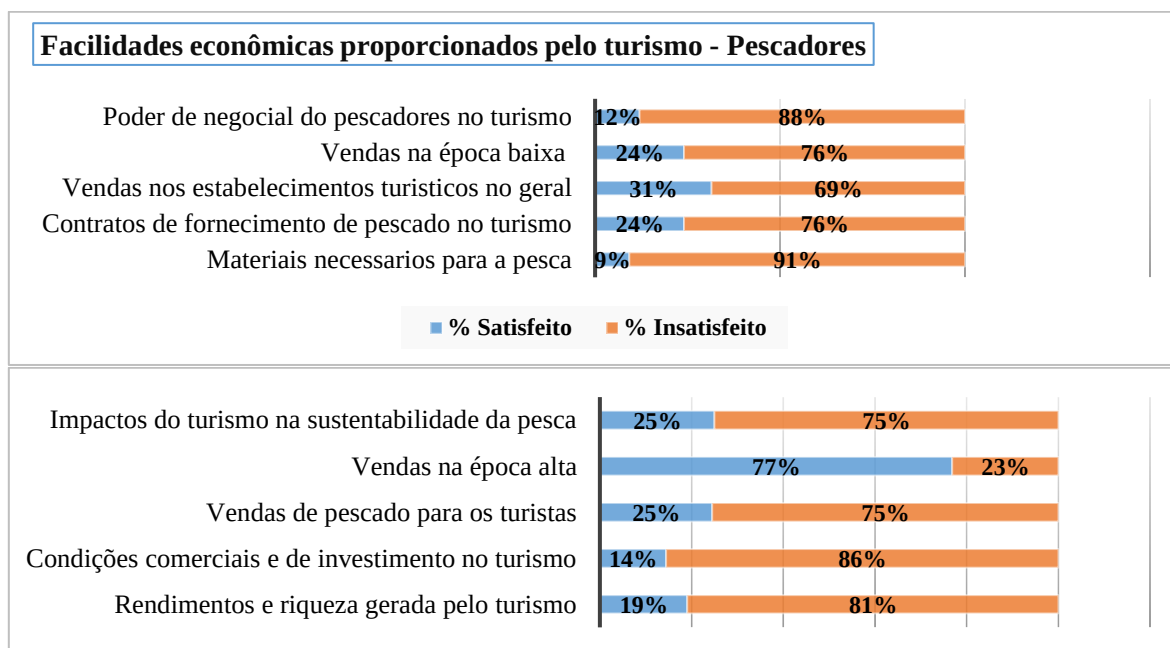
É importante ressaltar que uma parcela significativa, em torno de 35%, vê o turismo de forma desfavorável no que diz respeito ao acesso à saúde e à educação; enquanto 22% acreditam que o turismo não contribui para a alimentação ou para o acesso à água potável.

Figura 31 - Intitulentos proporcionados pelo turismo – Pescadores do MI

Em termos de títulos e posses adquiridos por meio do turismo (ver figura 31), aproximadamente 80% dos pescadores, isto significa que, 85 indivíduos do total de 108 consultados, declararam *insucesso* em estabelecer um negócio, muito menos em obter

oportunidades de emprego ou meio de locomoção próprio. Dos entrevistados, 63% não possuem o DUAT e, ainda, 52% não possuem terrenos para construir suas residências. Apesar dos números desfavoráveis, é importante ressaltar que dentro desse grupo, 48% conseguiram adquirir um terreno e 37% obtiveram o DUAT, principalmente graças ao apoio do setor turístico.

Figura 32 - Facilidades econômicas – pescadores MI



Do ponto de vista da satisfação em relação às facilidades econômicas que o turismo poderia proporcionar aos pescadores, as percentagens exibidas nos gráficos da figura 32, revelam um *alto grau de insatisfação*. Cerca de 74.2% dos 108 pescadores consultados, o que equivale a 80 indivíduos, expressaram descontentamento com as vendas durante a baixa temporada, incluindo as transações realizadas nos estabelecimentos turísticos e as vendas diretas aos turistas.

Além disso, demonstraram insatisfação com os contratos de fornecimento de pescado aos operadores turísticos, apontando a falta de seriedade e oportunismo por parte destes (“não aceitam pagar preços competitivos por falta de um mercado do peixe e falta de controle por parte do governo pois, os pescadores na sua maioria não tem associação, mas tem Conselho Comunitário de Pesca (CCPB e CCPT – da Praia da Barra e do Tofo”), bem como desafios em relação ao espaço de venda e à falta de equipamentos especializados (88%) para facilitar a pesca (conforme ilustrado na figura 33).

Em decorrência desses fatores, 84% dos pescadores concluem que as condições de trabalho não são adequadas, tampouco há incentivos para investimentos e que o turismo não gera riqueza suficiente para melhorar suas condições de vida. No entanto, o único aspecto plenamente *satisfatório* diz respeito às vendas de pescado durante o pico da temporada turística, com exceção dos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de COVID-19.

Figura 33 - *Tipo de embarcação e o local de venda de pescado nas praias de Barra e Tofo no MI*



Quanto ao tema ilustrado nas imagens da figura 33, os pescadores do MI, representados pela CCP-Barra e CCP-Tofo, ao serem indagados sobre *como seria possível aprimorar o turismo para promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida dos pescadores do MI*, as respostas foram extremamente incisivas (destacamos algumas respostas dentre as 108) e se expressaram da seguinte maneira:

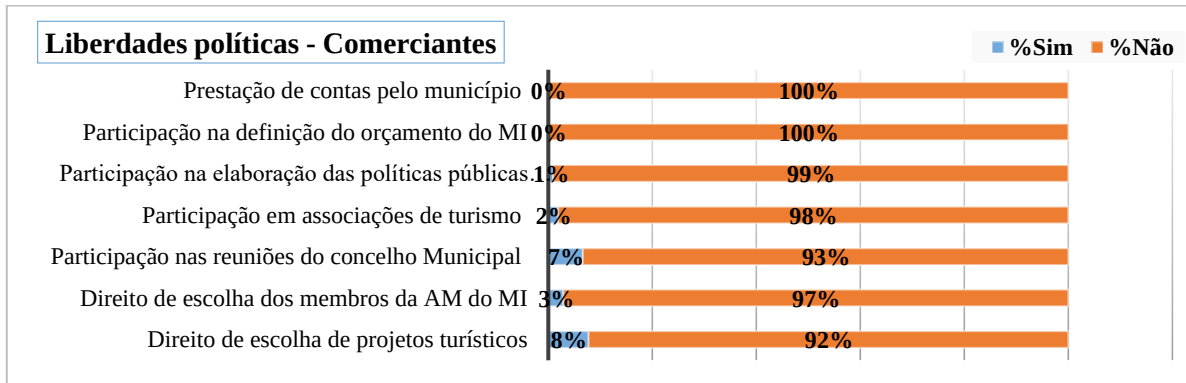
- a) Deve ser melhorado tudo a partir das infraestruturas, ou seja, criando condições para que haja um mercado do peixe com condições mínimas; b) apoio por parte dos governantes da cidade de Inhambane e um lugar propício para a comercialização adequada dos nossos produtos; d) o que deve ser melhorado é as condições de pesca e dos materiais usados na pesca; e) angariação de fundos vindo dos turistas par material de pesca; f) sem nenhum contributo porque faço isso por diversão e para sustentar a minha família; g) as instâncias turísticas deviam ajudar com redes de pesca, canoas [...]; h) mais controle de uso de redes mosqueteiras na pesca [...]; i) melhoramento de barcos e redes eles não são seguros no alto mar [...]; j) queremos material de pesca e alimentação; k) diminuir a taxa cobrada aos

pescadores pois as vezes não pescamos nada; l) queremos mercado do peixe como na cidade de Maputo tem; m) deve haver um projeto de doação de matéria de pesca e abertura de um local de venda para as pessoas e os turistas, só assim teria sentido; n) o governo deve criar empresas de pesca para empregar as pessoas e ter salário fixo; o) deve haver auscultação de vez em quando aos pescadores das associações (CCPs) assim como individuais afim de conhecer os nossos problemas, não pode ficar de longe, estamos a sofrer.

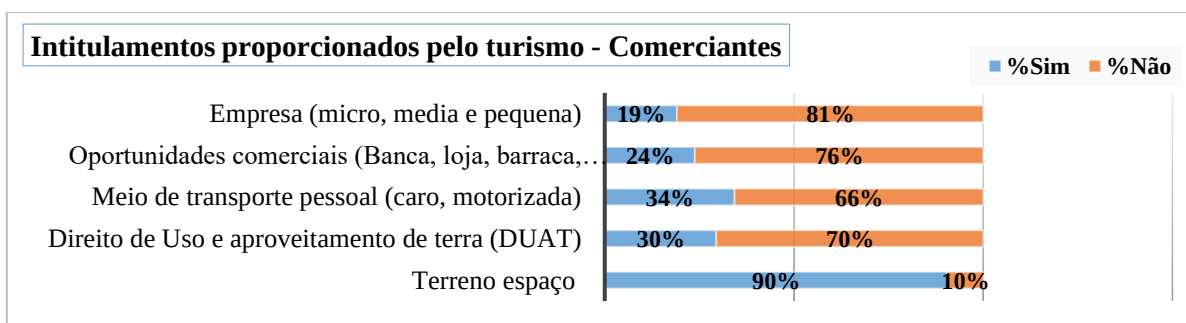
4.1.3. Comerciantes dos mercados do Município de Inhambane

O terceiro conjunto de *stakeholders* selecionado foram os comerciantes e vendedores formais e informais dos mercados do MI. Abaixo está um gráfico que resume as perspectivas desse grupo em relação a diferentes aspectos que influenciam o desenvolvimento estimulado pelo turismo. O primeiro gráfico retrata as liberdades políticas.

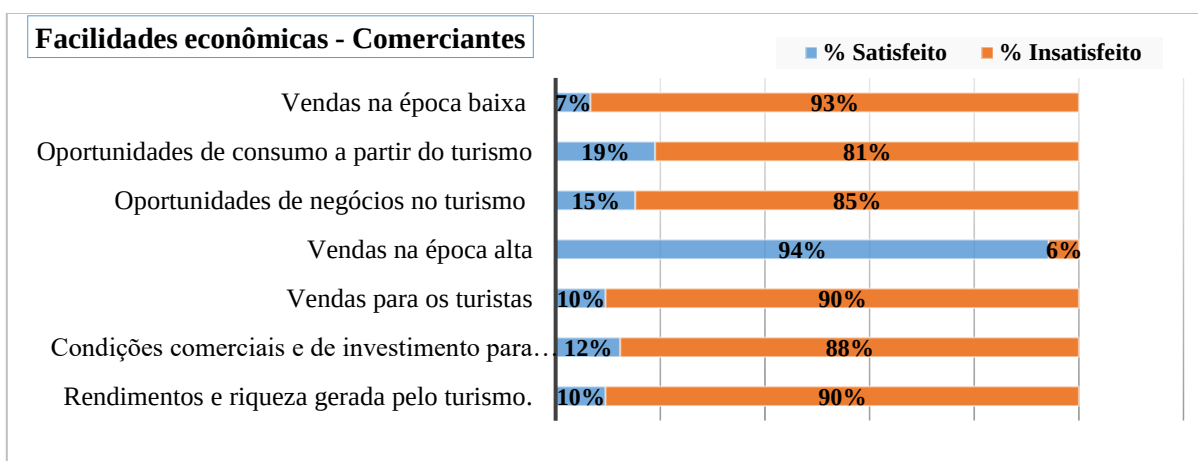
Figura 34 - Liberdades políticas – Comerciantes do MI



Os comerciantes concordaram em sua maioria, *recusando* em torno de 97%, o que equivale a 100 respostas de um total de 105, acerca da variável liberdades políticas. O gráfico da figura 34, indica que esse grupo não está recebendo prestação de contas por parte do conselho municipal de Inhambane; não está envolvido no processo de orçamentação das atividades do conselho municipal; não é consultado na formulação de políticas públicas para o turismo, na associação local de hotelaria e turismo, muito menos nas reuniões do conselho municipal; não tem voz na escolha dos membros da assembleia municipal de Inhambane e também não participa das decisões sobre os projetos de investimento no turismo no MI.

Figura 35 - Intitulementos – Comerciantes do MI

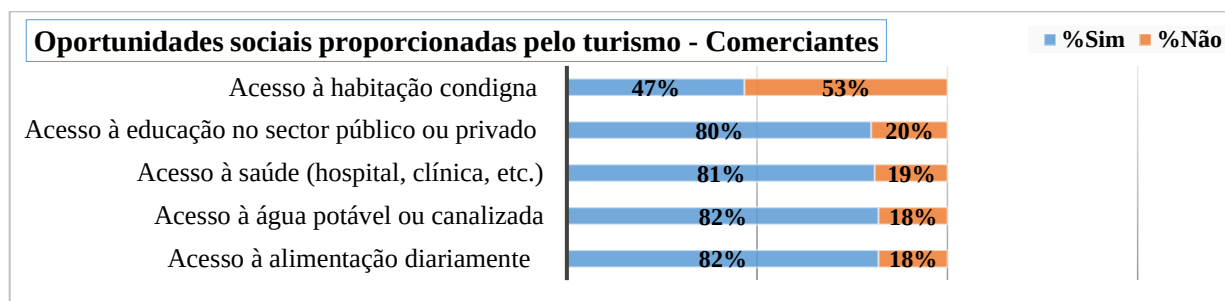
No que diz respeito aos benefícios e propriedades proporcionados pelo turismo para este grupo, o gráfico da figura 35, indica que aproximadamente 79% não consegue abrir um negócio ou ter oportunidades de comércio em pequena escala por meio do turismo; cerca de 70% não conseguiu adquirir um meio de transporte pessoal. O cenário mais contraditório é que, dentro desse grupo, 90% conseguiram ter acesso a terrenos por meio do turismo, mas aproximadamente 70% não possuem regularização governamental, assim dizendo, não possuem o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra.

Figura 36 - Facilidades econômicas – Comerciantes do MI

De acordo com o gráfico da figura 36, é evidente que o turismo *não é percebido* como um impulsionador significativo das atividades econômicas. Apenas as vendas na alta temporada se destacam de forma positiva, atingindo 90%. Por outro lado, a facilitação do turismo nas oportunidades de consumo e negócios (83%), nas vendas diretas aos turistas (90%), nas condições

comerciais e de investimento no setor turístico e no impacto geral sobre rendimentos e riqueza (89%) *não são percebidos como relevantes*.

Figura 37 - Oportunidades sociais proporcionadas pelo turismo – Comerciantes do MI



Analisando as respostas representadas no gráfico da figura 37, é possível observar que 81% dos comerciantes estão satisfeitos com o impacto positivo do turismo na melhoria das condições sociais, como acesso à educação, saúde, água potável e alimentação. A questão que gera divergências é a habitação, com aproximadamente metade (47%) acreditando que o turismo contribui para a aquisição de moradia, enquanto os restantes 53% alegando que não ajuda ou não ajudou na obtenção de moradia própria ou alugada.

Figura 38 - Infraestrutura do mercado de vegetais do Tofo



Os mercados do Tofo e Barra (nas figuras 39) apresentam uma estrutura inteiramente construída com materiais locais que não são resistentes às condições climáticas e de curta duração. Os materiais utilizados incluem caniço, madeira, folhas de coqueiro, capim, cimento e chapas de

zinco. Conforme ilustrado na imagem, é evidente que a estrutura está altamente deteriorada, não proporcionando conforto aos vendedores e muito menos aos compradores, como operadores turísticos, visitantes e comunidades locais.

Figura 39 - Condições das infraestruturas do mercado da praia da Barra



Os comerciantes, quando são questionados de forma aberta sobre: “o que deve ser melhorado para que o turismo contribua na garantia do bem-estar e na elevação da qualidade de vida dos comerciantes”? Segue abaixo as respostas:

- a) corrupção dos agentes da polícia municipal; b) criação de mercados melhorados perto das instâncias turísticas nas praias e na cidade de Inhambane; c) construir bancas melhoradas para os comerciantes nos destinos turísticos, melhorar a limpeza do mercado; e) necessidade de ensinar inglês para facilitar comunicar com turistas, melhorar as bancas e casa de banhos do mercado; f) disponibilizar POS⁷⁰ nas bancas para facilitar os pagamentos; g) melhorar as vias de acesso entre os pequenos mercados e as instâncias turísticas; h) construir nossos mercados e nossas casas de banhos no Tofo e Barra; i) criar um mercado grossista na cidade de Inhambane; j) devem envolver as comunidades na definição das políticas do turismo.

⁷⁰ POS ou *Point of Sale* ou popularmente conhecido no Brasil como *máquina de cartão* ou *terminal de pagamento automático*. É um equipamento que realiza o pagamento em um terminal. É muito comum para os usuários de cartão e, normalmente, está presente na maioria das atividades comerciais que utilizam esse tipo de pagamento. Elas são as máquinas fornecidas por agências bancárias e adquirentes.

4.1.4. Trabalhadores dos estabelecimentos turísticos e afins no Município de Inhambane

Neste momento, não temos a intenção de debater sobre o conceito de trabalhador e colaborador. Preferimos abranger todos aqueles que, de alguma maneira, direta ou indiretamente, desempenham alguma atividade profissional remunerada na área de hotelaria e turismo no MI. Isso pode ser visto na tabela 26 que mostra as diferentes profissões e suas respectivas quantidades de pessoas pesquisadas em cada profissão no MI.

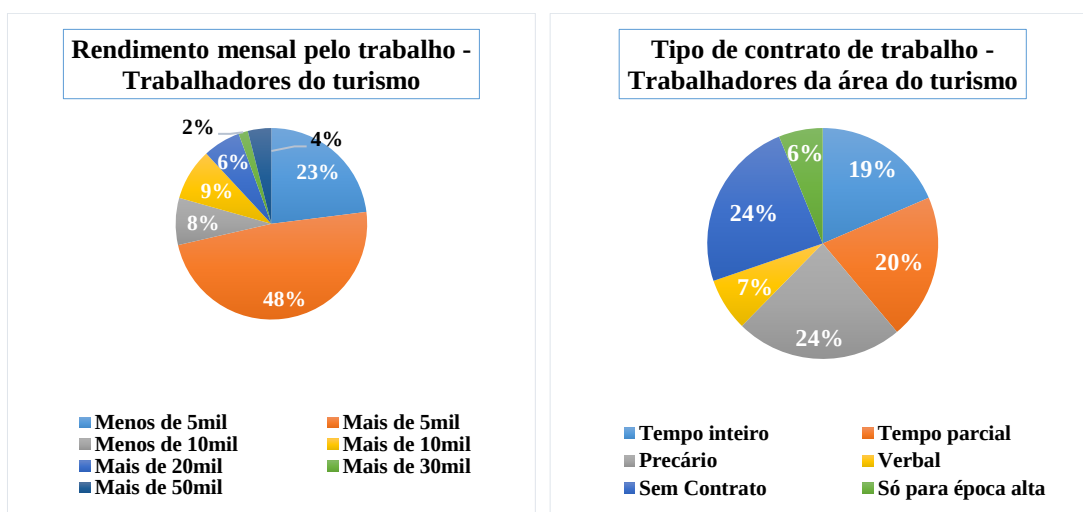
Outro ponto que gostaríamos de destacar é que as profissões listadas na tabela 26 foram definidas com base no que cada entrevistado afirmou no início de cada pesquisa, não seguindo necessariamente as categorias profissionais sugeridas pela legislação moçambicana. Acreditamos que dessa forma estamos capturando algo próximo da realidade, pois cada pessoa mencionou a carreira que considera estar seguindo. Esta pesquisa tem como objetivo ouvir diretamente os membros das comunidades locais.

Tabela 26 - Carreiras profissionais dos trabalhadores do setor de turismo no MI

Nº	Profissão	nº	Profissão	nº	Profissão	nº
1	Agente de viagens	2	Gestor geral	2	Instrutor de mergulho	2
2	Assistente geral	2	Eletricista - manutenção	5	Jardineiro - manutenção	6
3	Barman	8	Empregado de mesa	6	Ladrilheiro - manutenção	2
4	Canalizador - manutenção	5	Contabilista e Financeiro	6	Massagista	4
5	Capitão de barco	2	Gestor de caixa e stock	2	Mestre de Mergulho	3
6	Carpinteiro - manutenção	8	Gestor de A&B	3	Motorista	6
7	Chefe da recepção	3	Gestor e cozinheiro	2	Porteiro (a)	6
8	Chefe da sala	2	Gestor de RH	7	Professor de Surf	1
9	Chefe do bar	3	Governanta	5	Proprietário	5
10	Cozinheiro	11	Guia de turismo	2	Técnico de TIC - manutenção	2
11	Recepcionista	9	Camareira	5	Supervisor de front-office	2
12	Segurança	11	Servente de mesa	11	Técnico de Frio - manutenção	1
	Sub-total (A)	66	Sub-total (B)	56	Sub-total (C)	40
TOTAL 162						

De acordo com a tabela 26, diversos especialistas foram consultados para compartilhar seus pontos de vista e opiniões sobre diferentes aspectos do turismo como impulsionador do desenvolvimento, em outros vocábulos, um elemento considerado por muitos, capaz de aprimorar a qualidade de vida das pessoas. A seguir, iremos analisar os resultados da pesquisa de campo realizada com esse grupo de participantes.

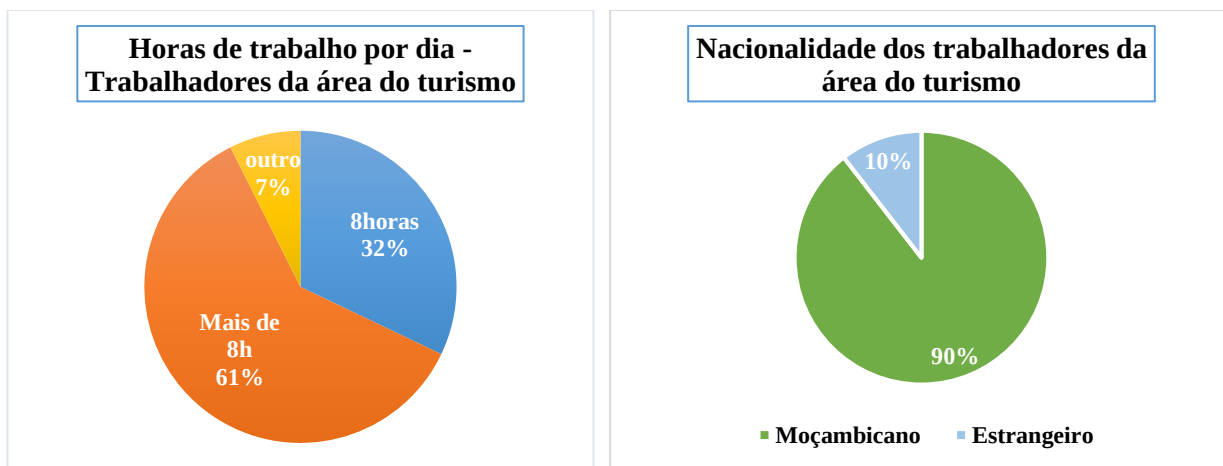
Figura 40 - Rendimento e tipo de contrato – trabalhadores do setor do turismo do MI



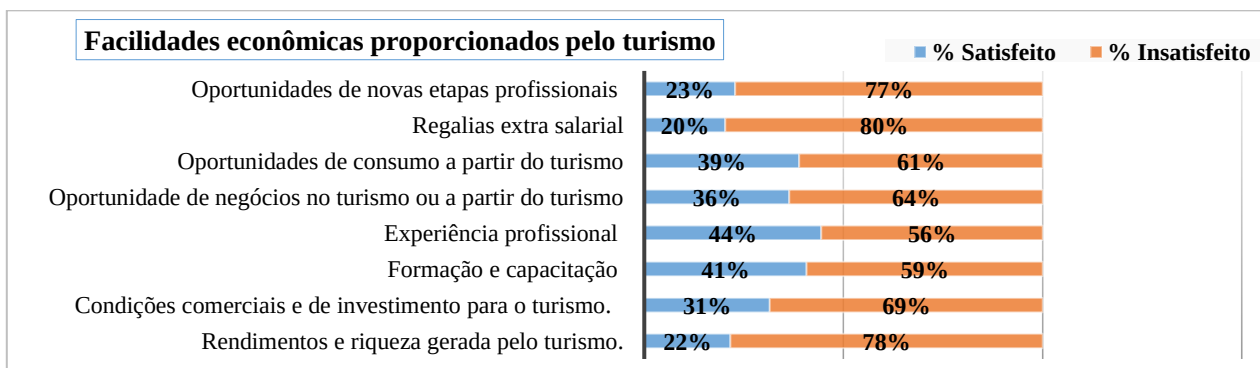
Após examinar o gráfico da figura 40 sobre o ganho dos trabalhadores, observamos que, dentre os 126 trabalhadores pesquisados, 23% têm um rendimento inferior a 5⁷¹ mil MZN, enquanto 48% recebe um pouco acima de 5 mil MZN. Queremos dizer que, destes, 79% ganha menos de 10 mil MZN atuando no setor do turismo. Apenas uma minoria - 12% com mais de 20 mil - desfruta de um rendimento que pode ser considerado minimamente confortável ao se levar em conta o custo de vida em Inhambane.

Quanto ao formato dos contratos de trabalho, observamos que 24% não possui contrato oficialmente firmado. Outros 24% têm contratos precários, enquanto 6% possuem contratos apenas na alta temporada do turismo. Para 7%, o acordo é verbal. Desses, somente 19% têm contrato em período integral e 20% em meio período ou tempo parcial.

⁷¹ O Primeiro-ministro de Moçambique, Adriano Maleiane, deu uma sugestão para o alto custo de vida em 2023: “A província de Inhambane teve o maior aumento do nível geral de preços com cerca de 7,18%, seguida das cidades de Tete com 5,61%, de Quelimane com 5,47%, de Maputo com 3,72%, de Chimoio com 2,23%, de Xai-xai com 2,09%, da Beira com 1,65% e de Nampula com 1,54%”, lê-se no Índice de Preços no Consumidor Moçambique. Disponível em: <https://opais.co.mz/custo-de-vida-maleiane-sugere-que-pessoas-vao-a-zonas-onde-a-vida-e-melhor/>.

Figura 41 - Horas de trabalho por dia e nacionalidade – Trabalhadores do setor do turismo do**MI**

Quanto ao horário de trabalho, o gráfico mostra que a maioria, 61%, trabalha mais de 8 horas por dia; 32% trabalha exatamente 8 horas diariamente, enquanto os 7% restantes têm jornadas de trabalho inferiores ou superiores a 8h. Em relação às nacionalidades, 90% são moçambicanos, enquanto apenas 10% são estrangeiros, totalizando 17 estrangeiros e 145 trabalhadores nacionais.

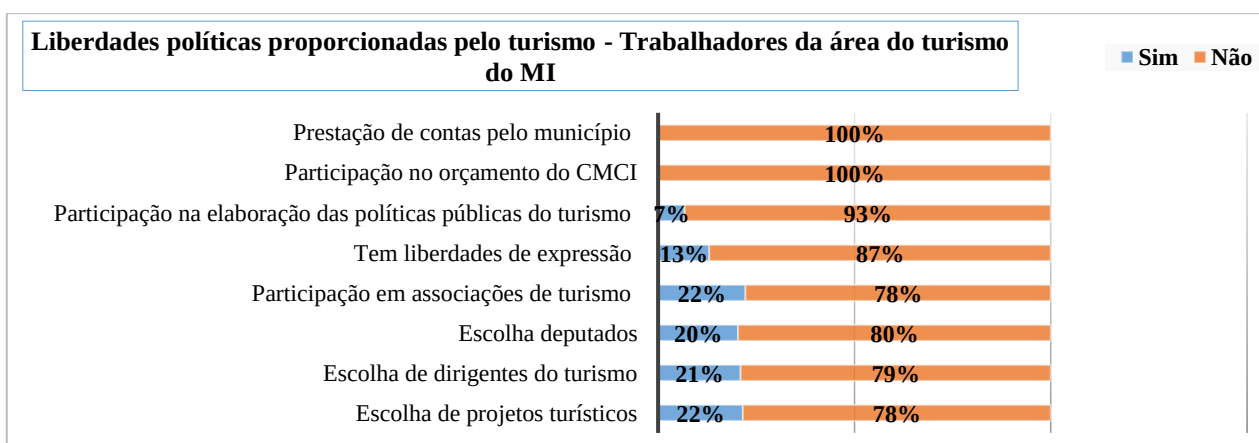
Figura 42 - Facilidades econômicas – Trabalhadores do setor do turismo do MI

Ao analisar o gráfico (figura 42) que aborda as facilidades econômicas, observamos que aproximadamente 78% dos trabalhadores se sentem descontentes quanto às chances de obter novas oportunidades profissionais em seus locais de trabalho, benefícios além do salário e a riqueza proveniente do turismo. A insatisfação não se limita a isso, já que cerca de 62% do grupo demonstra insatisfação com o papel do turismo na criação de oportunidades de negócios e consumo, além da

experiência profissional, incluindo aspectos relacionados à formação e capacitação, bem como possíveis oportunidades de investimento pessoal no setor turístico.

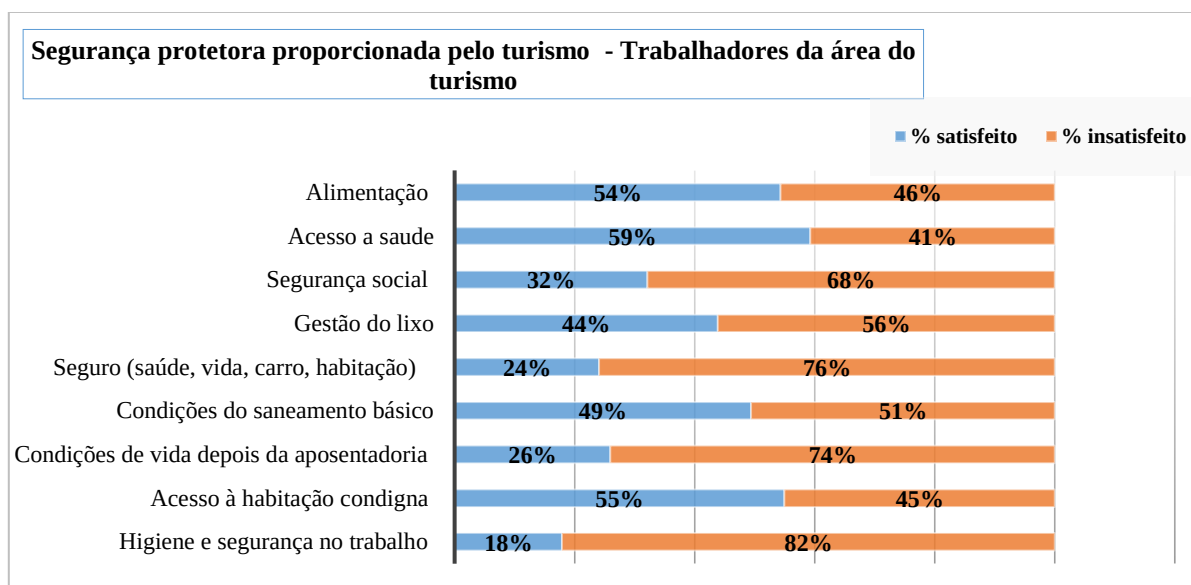
Neste mesmo sentido, é relevante ressaltar que foi observada uma parcela significativa de colaboradores que experimentam *alívio* e *contentamento* em relação à experiência de trabalho, formação e capacitação, totalizando 43%. Além disso, uma média de 36% demonstra satisfação com as oportunidades de consumo e investimento no turismo, bem como provenientes dele.

Figura 43 - Liberdades políticas – Trabalhadores do setor do turismo do MI

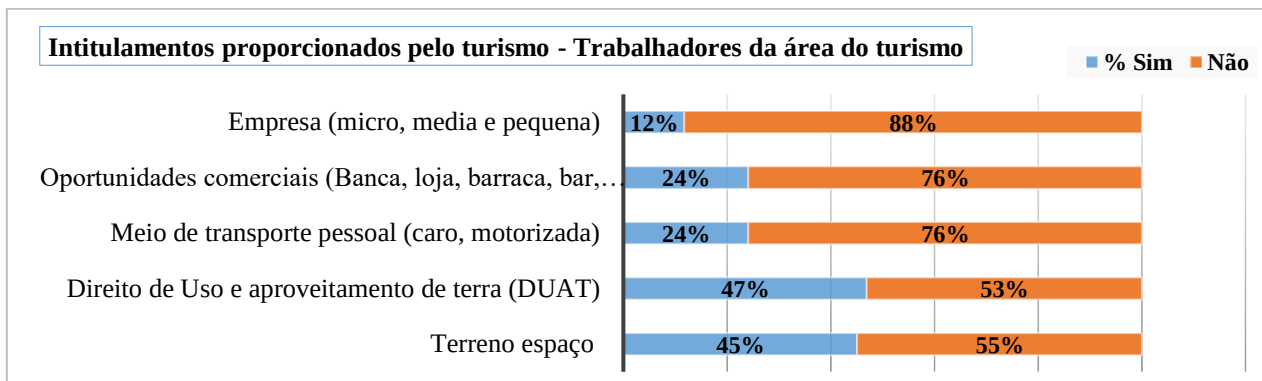


No que diz respeito às liberdades políticas (ver figura 43), os trabalhadores do setor de turismo no MI *não estão satisfeitos* com os seguintes pontos: prestação de contas às comunidades pelas autoridades municipais (100%); participação na elaboração do orçamento municipal (100%); aproximadamente 93% não têm voz na formulação de políticas públicas para o turismo; 87% se sentem cerceados em sua liberdade de expressão por medo; 80% afirmam não ter poder de escolha sobre os deputados e gestores do turismo, e desconhecem como eles foram eleitos para seus cargos; além disso, 78% jamais receberam convites para participar da seleção dos projetos de investimento em turismo a serem desenvolvidos no MI.

Figura 44 - Segurança protetora proporcionada pelo turismo – Trabalhadores do setor do turismo



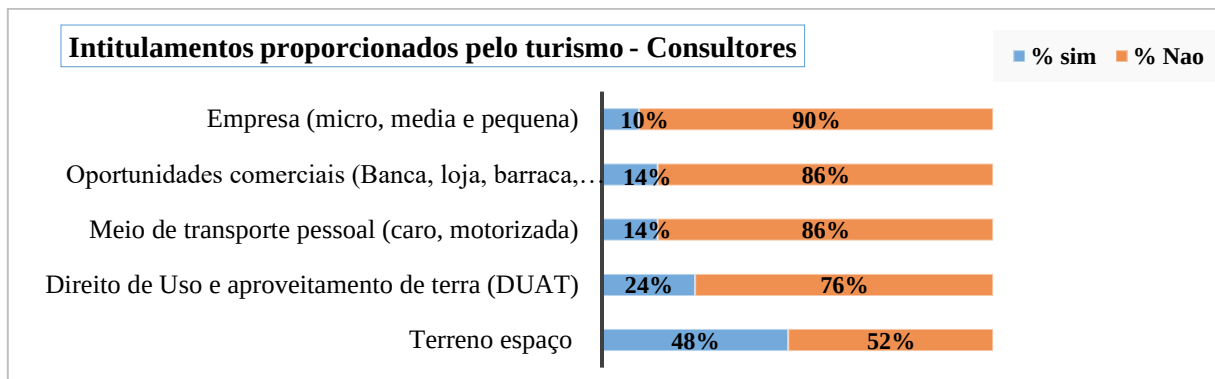
Sobre a segurança protetora proporcionada pelo turismo, o gráfico da figura 44, mostra muita divisão de opiniões entre os trabalhadores consultados em que, sobre alimentação (54%), acesso aos cuidados de saúde (59%), acesso à habitação condigna (55%), saneamento básico (49%), os trabalhadores estão *contentes* com sua situação, apesar de ser evidente que os dados indicam que cerca de metade deles possui essa percepção. A principal fonte de *descontentamento* está associada ao seguro (76%), segurança social (68%), higiene e segurança no trabalho (82%), gestão do lixo (68%) e condições de vida depois da aposentadoria (51%).

Figura 45 - Intitamentos proporcionados pelo turismo – Trabalhadores do setor do turismo

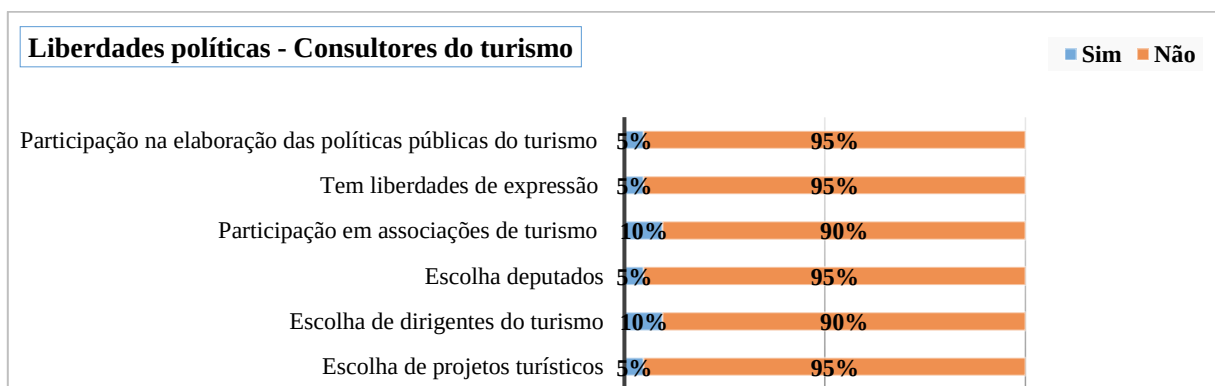
O gráfico da figura 45, referente aos títulos e posses, revela que uma parcela significativa dos trabalhadores não enxerga o turismo como algo relevante nesse aspecto. Aproximadamente 88% acredita que o turismo não contribui para iniciar um negócio próprio visando sua sustentabilidade. Por essa razão, cerca de 76% afirmam que o turismo não oferece oportunidades comerciais para estabelecer pequenos negócios, seja de forma formal ou informal, ou sequer possibilita adquirir um meio de transporte pessoal. Apesar de não ser a maioria, 55% dos benefícios do turismo estão relacionados à possibilidade de acesso à terra para construção de moradias, ainda que apenas 47% desses casos possuam o documento de DUAT. Assim, percebe-se que grande parte das pessoas não enxerga o turismo como uma forma de obter terreno (45%) ou regularizar o DUAT (47%).

4.1.5. Consultores da área do turismo e afins no Município de Inhambane

Esse grupo foi escolhido para integrar o grupo de interessados devido à sua relevância no avanço do setor turístico no MI. É importante esclarecer que não estamos nos referindo a agentes de viagens, mas sim a profissionais, como os consultores ambientais, que se dedicam a avaliar os impactos ambientais de estabelecimentos turísticos (hotéis, pousadas, parques, restaurantes, entre outros) em regiões de preservação ambiental. São esses especialistas que elaboram os projetos de investimento turístico, avaliam os impactos ambientais, realizam análises financeiras das empresas turísticas, lidam com questões contábeis das empresas, tratam dos trâmites burocráticos para abertura de empreendimentos turísticos, entre outras responsabilidades.

Figura 46 - Intitulentos proporcionados pelo turismo – Consultores do setor do turismo

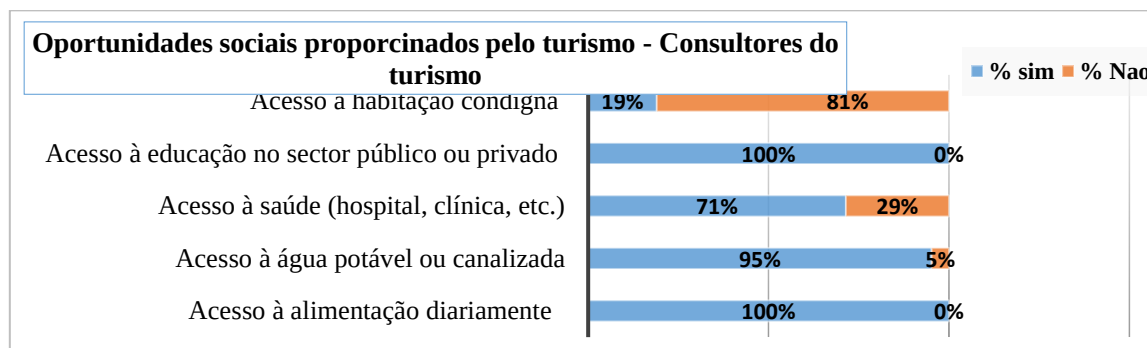
Como podemos ver no gráfico da figura 46, que mostra os títulos e posses dos consultores, fica claro que a maioria deste grupo, ou melhor, 87%, não acredita que o turismo contribua para o seu desenvolvimento pessoal como empreendedores, seja em negócios formais ou informais, ou mesmo para obter um meio de transporte pessoal. Dentro desse grupo, 52% conseguiram adquirir um terreno graças ao turismo, porém 76% deles ainda não regularizaram suas propriedades. Apenas 48% possuem terreno, e dentro desse grupo, somente 24% possuem o título definitivo de propriedade (DUAT).

Figura 47 - Liberdades políticas – Consultores do setor do turismo

O gráfico sobre as liberdades políticas (figura 47), revela uma situação *negativamente* alarmante: 93% dos consultores não se envolvem na formulação de políticas públicas de turismo. Eles se sentem limitados em expressar suas opiniões publicamente, como mencionar suas filiações partidárias ou criticar o governo. Além disso, o grupo não participa das reuniões da associação provincial de turismo devido à falta de transparência nos processos. Eles não têm influência na

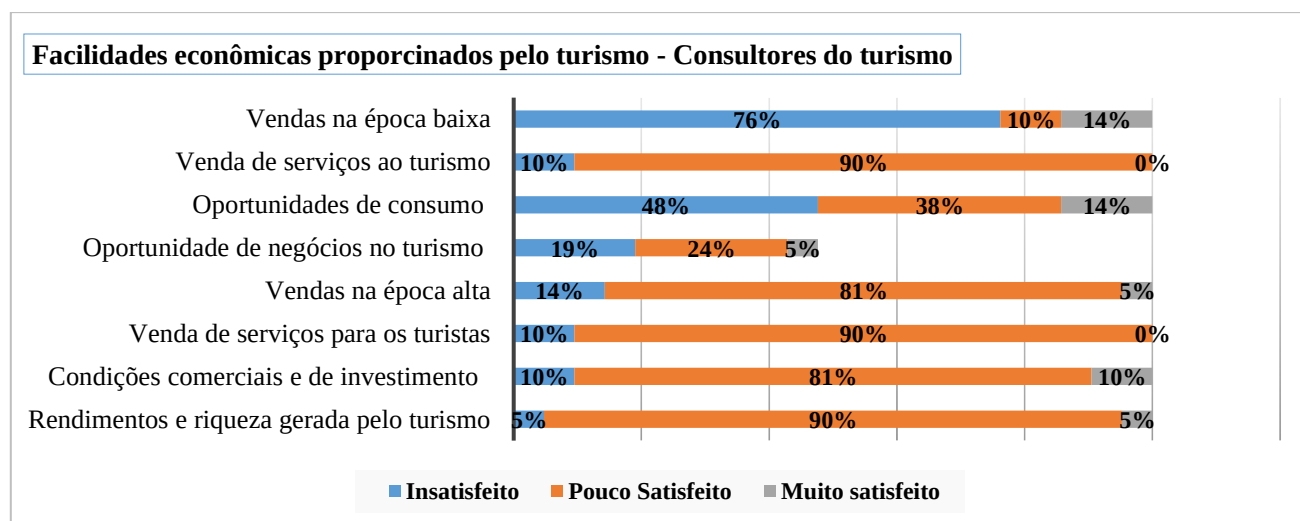
escolha de representantes políticos em diferentes níveis e não são consultados sobre os projetos de investimento municipal voltados para o turismo.

Figura 48 - Oportunidades sociais proporcionados pelo turismo – Trabalhadores do setor do turismo



Quanto às oportunidades sociais de subsistência, a situação toma um aspecto diferente. O gráfico da figura 48, ilustra que, cerca de 98% dos consultores acreditam que o turismo, de alguma maneira, ajuda diretamente ou indiretamente a garantir acesso à educação, saúde, água potável e alimentação diária para eles. No entanto, 81% consideram que não contribuiu ou não contribui para que tenham acesso a moradia adequada.

Figura 49 - Facilidades econômicas proporcionadas pelo turismo – Trabalhadores do setor do turismo



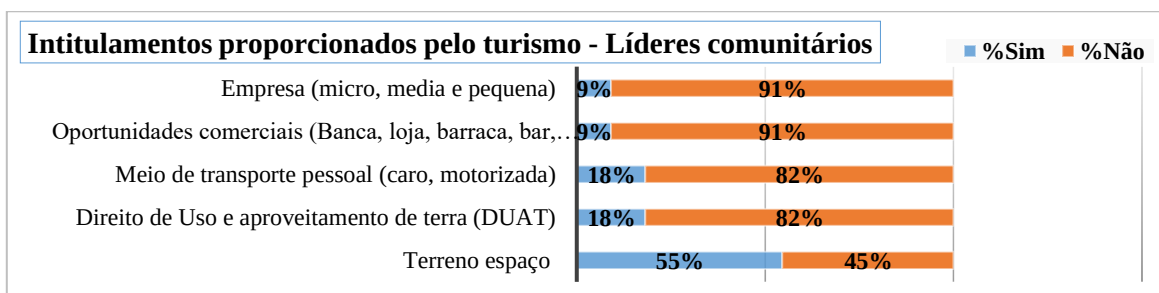
Quanto às facilidades ou vantagens econômicas provenientes do setor do turismo no MI (ver figura 49), é possível afirmar que a *satisfação* dos consultores é relativamente *alta*: 90% referem-se à renda e à prosperidade gerados, 81% estão satisfeitos com as condições de negócios e investimento, 90% aprovam os serviços destinados aos turistas, enquanto 81% aprovam a venda de serviços durante a alta temporada e 90% estão satisfeitos com as vendas no geral na indústria do turismo. Entretanto, as *maiores críticas* recaem sobre as oportunidades de negócio no setor turístico e as vendas durante a baixa temporada.

4.1.6. Líderes comunitários (autoridades comunitárias) do Município de Inhambane

Dentro do contexto africano e, mais especificamente, moçambicano, as lideranças comunitárias possuem autoridade tanto formal quanto informal. Elas desempenham papéis como instituições reconhecidas pela comunidade, responsáveis por preservar os princípios e valores éticos e culturais que moldam a identidade e comportamento desse grupo social. Desse modo, é evidente o impacto social relevante que as lideranças comunitárias exercem dentro das comunidades em que atuam.

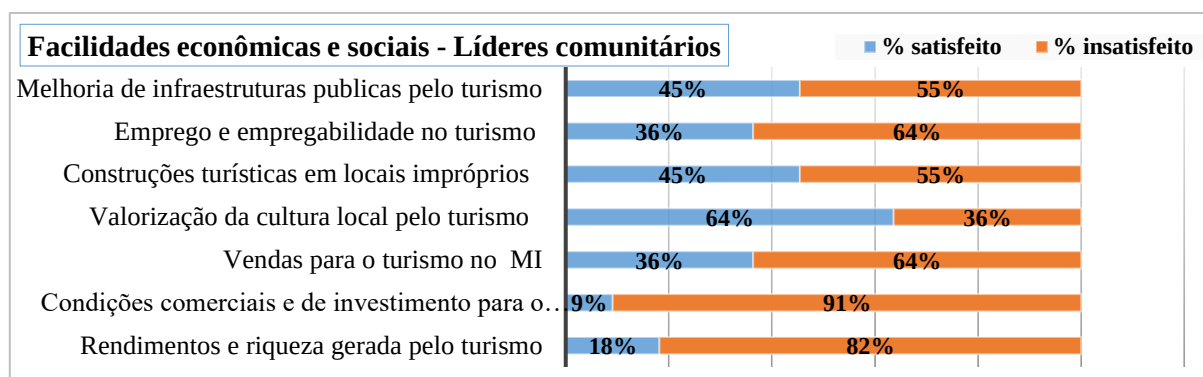
São os representantes oficiais de uma comunidade específica e, enquanto desempenham suas responsabilidades, colaboram com as autoridades locais do governo e, para o nosso caso seriam as autoridades municipais do MI. Eles atuam como intermediários entre a comunidade e os órgãos estatais, garantindo um ambiente que promova o bem-estar da coletividade. A seguir, iremos analisar a sua postura em relação ao papel do turismo no processo de desenvolvimento socioeconômico no MI.

Figura 50 - Intitulos proporcionados pelo turismo – Líderes comunitários



Quanto aos benefícios oferecidos pelo turismo às comunidades locais do MI, é possível inferir a insatisfação dos líderes comunitários com o papel desempenhado pelo setor. O gráfico da figura 50, mostra que 91% dos líderes consideram que o turismo não contribui como impulso ao empreendedorismo local. Além disso, 82% acreditam que o turismo não facilita a compra de meios de transporte ou auxilia na regularização dos terrenos. De fato, 55% dos líderes também acreditam que o turismo não favorece o acesso a melhorias para a comunidade.

Figura 51 - Facilidades econômicas e sociais – Líderes comunitários



Quanto às vantagens econômicas (figura 51), as autoridades comunitárias demonstram descontentamento em relação ao impacto do turismo, embora de forma moderada. Por exemplo, 55% acreditam que o turismo não contribui para a melhoria das infraestruturas públicas, enquanto 45% acreditam no contrário. Em relação ao emprego e à empregabilidade no setor turístico, 64% expressam insatisfação, enquanto 36% têm opinião favorável. Além disso, 64% acreditam que as comunidades locais não conseguem comercializar seus produtos para os turistas. Consequentemente, a maioria dos líderes comunitários, cerca de 91%, acredita que as condições comerciais e de investimento não são favoráveis. Por outro lado, 64% dos líderes reconhecem o turismo como um setor que valoriza a arte e a cultura local.

Um dos pontos que mais desagrada os líderes comunitários são as construções turísticas em locais inadequados. (Vide imagens da figura 52).

Figura 52 - Infraestrutura construída em local inapropriado na praia da Barra no MI



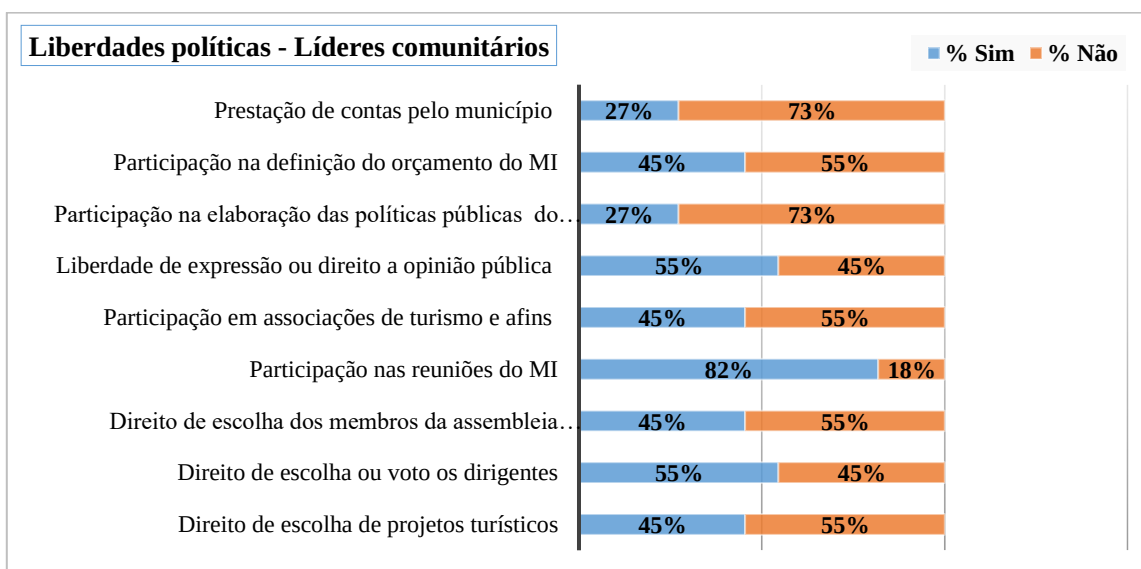
E sobre este assunto, quando questionamos o líder comunitário da Praia da Barra, passamos a citar:

Vocês têm direito de escolher os projetos que são implantados aqui na praia? Por exemplo quando se constrói lodges? São consultados ou há alguma planificação conjunta?

Não consultam a ninguém, quando constroem um empreendimento, não consultam nada a ninguém. Só vemos a obra e ninguém sabe de nada. Não sentam com as comunidades, para por exemplo, perguntar, que tal podemos cortar este cajueiro ou dá para ornamentar, será que as pessoas vão gostar ou não, além disso, vou longe, conforme pode ver há várias construções nas dunas, está ali o Sentidos ali onde está, para a sua construção houve um trabalho de grande vulto por que não consultaram as comunidades, nós sabíamos que ali entra água do mar até lá na paragem. Ali apanhava-se lagosta, camarão grande tigre, mas um dia qualquer o Deus virá arrancar a sua parte.

A imagem da figura 52, acima, mostra um cenário que complementa as palavras da liderança local. Nela, podemos observar um grande saco de areia utilizado como barreira de proteção e contenção do avanço do mar no seu processo de natural de marés baixa e alta, uma vez que o edifício está localizado em uma área próxima ao mar, antes utilizada para a pesca de camarão e outros frutos do mar pelas comunidades locais, para serem consumidos ou vendidos como fonte de renda. Esta situação representa de forma evidente um processo discriminatório e excludente, que afasta os indivíduos menos favorecidos economicamente das elites.

Figura 53 - Liberdades políticas – Líderes comunitários do MI



As liberdades políticas dizem respeito principalmente à capacidade de participar no processo de tomada de decisão, e o gráfico da figura 53, demonstra de forma clara um equilíbrio entre opiniões positivas e negativas. Aproximadamente 73% afirmam não se beneficiar da prestação de contas por parte do município e não participam de reuniões que visam definir políticas públicas relacionadas ao turismo em MI. Além disso, 55% das autoridades locais confirmam não ter direito a participar da escolha de projetos de investimento no turismo, não têm influência na seleção dos membros da assembleia municipal, nem participam da definição do orçamento municipal ou das reuniões das associações ligadas ao turismo e hotelaria no MI.

Metade dos líderes comunitários, isto é, 48%, tem uma visão favorável em relação a alguns aspectos, como a participação na seleção de projetos turísticos, o direito de voto dos responsáveis pelo turismo e cultura, a escolha de membros da câmara (assembleia) municipal, a liberdade de expressão e na definição do orçamento municipal da cidade de Inhambane.

Continuando a reflexão sobre participação, apresentamos as declarações do secretário do Bairro Josina Machel, onde está situada a praia do Tofo, ao abordar as seguintes perguntas da seguinte maneira:

Vocês estão envolvidos na elaboração de políticas públicas para o turismo?

“Nós somos chamados somos dados toda informação, então se for uma informação para a comunidade, nós os responsáveis é que viemos dar a comunidade. ”

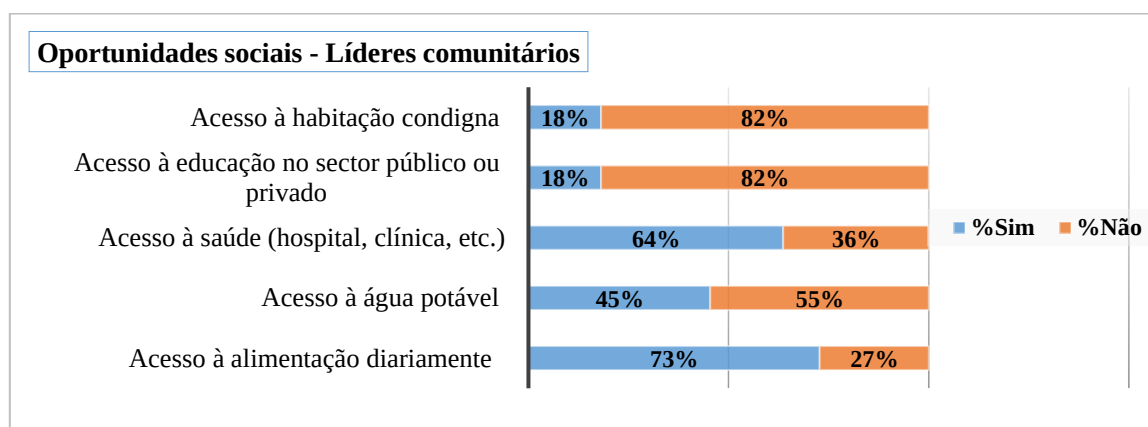
Ao nível do município, vocês participam da definição do orçamento ou vocês sabem onde vão as receitas do município, há fóruns em que vocês participam para acompanhar esses aspetos, o que o bairro ganha as receitas do município?

“Esses planeamentos os fazem eles lá, na verdade quem faz isso são eles lá na Assembleia Municipal e nós não somos incluídos nisso”.

Existe algum fórum de prestação de contas sobre as receitas do turismo?

“Não há nenhum fórum de prestação de contas eles só dizem que fizemos isto e mais aquilo, com a receita geral do município e não do turismo de forma particular”.

Figura 54 - Liberdades políticas – Líderes comunitários do MI



Após analisar o gráfico da figura 54, torna-se claro que 82% dos líderes comunitários do MI não consideram o turismo como um elemento que contribui para o acesso a moradias adequadas e educação. Além disso, 55% acreditam que o turismo não influencia o acesso à água potável, embora 45% pensem o contrário. Por outro lado, aproximadamente 73% da outra parcela acredita que o turismo auxilia no acesso à alimentação diária, enquanto 65% concordam que facilita o acesso aos hospitais.

A respeito deste elemento, temos as críticas do secretário do bairro de Conguiana, onde a praia da Barra está localizada.

Quais foram as ações benéficas realizadas pelas autoridades municipais em prol das comunidades dessa região, no que diz respeito ao turismo?

Eles fazem algumas ruelas que podiam ser alcatroadas e não ajudam em nada por serem muito estreitas e com muito areal, só entram os carros 4*4 (tração a 4 rodas). O nosso

governo faz relatórios não muito bons, dizem que o turismo mete dinheiro, mas se metesse dinheiro deviam arranjar o hospital de Conguiana e tornar-se num hospital de classe A. com estes grandes empreendimentos o governo devia melhorar a parte social, isso é que seria desenvolvimento, mas não acontece.

O governo municipal tem contribuído para a capacitação em gestão?

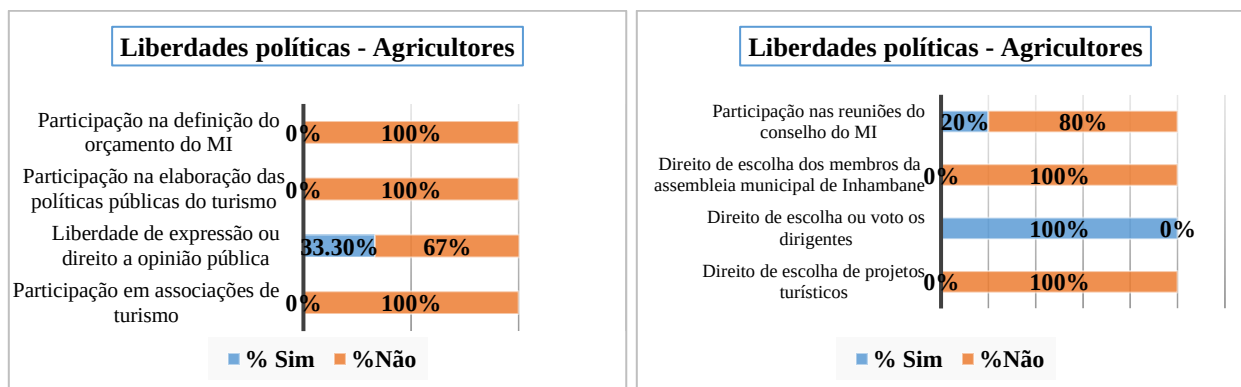
“Não temos nenhuma informação sobre isso. Se as pessoas são formadas ou não, não sabemos”.

4.1.7. Agricultores do Município de Inhambane

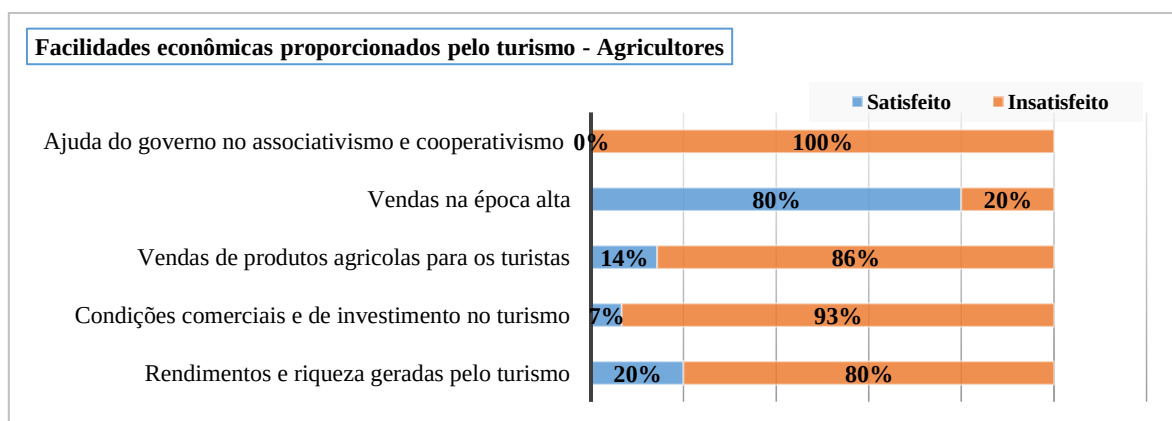
Uma maneira de ampliar redes e promover uma maior integração dos produtores no mercado tem sido, em parte, através do fortalecimento das associações agrícolas. Estas associações consistem em grupos de produtores que trabalham de maneira colaborativa e organizada nos pequenos campos de produção agrícola, buscando em conjunto adquirir insumos, comercializar seus excedentes e facilitar o acesso a serviços financeiros e de extensão. O associativismo tem sido amplamente promovido em Moçambique e em outras regiões do mundo devido aos benefícios de redução de custos e melhor prestação de serviços advindos da união de pessoas.

Em geral, a relação entre agricultura e turismo é principalmente impulsionada pelo segmento de restaurantes, incluindo hotéis, bares e outros estabelecimentos que oferecem alimentação aos turistas no local visitado. Dessa forma, os pequenos agricultores frequentemente fornecem seus produtos diretamente a esses estabelecimentos ou por meio de intermediários.

Nesse cenário, o reforço do *cooperativismo* e *associativismo* na agricultura familiar pode contribuir para dinamizar o segmento turístico, ou seja, aprimorar o fornecimento de alimentos aos locais turísticos, neste caso para o MI. Abaixo apresentamos as respostas dos agricultores do MI diante de uma variedade de perguntas sobre o impacto do turismo no avanço socioeconômico desse grupo.

Figura 55 - Liberdades políticas no turismo dos representantes dos agricultores do MI

Tivemos contato com 15 representantes dentre as 23 associações, sendo que *apenas 05 delas são reconhecidas legalmente* e têm auxílio de parceiros privados, não do governo municipal, devido às taxas consideradas “proibitivas” para a legalização do associativismo. Todos os representantes das associações de agricultores do município foram unânimes em afirmar que não têm voz na escolha dos membros da Assembleia Municipal, na seleção de projetos turísticos locais, na definição do orçamento do município, na elaboração de políticas públicas para o turismo, e muito menos em associações turísticas. Apenas 03 entre eles confirmaram participar das reuniões do conselho municipal.

Figura 56 - Facilidades econômicas proporcionados pelo turismo – Agricultores do MI

A representação visual gráfica a seguir mostra as respostas no tocante às facilidades econômicas trazidas pelo turismo na vida dos agricultores de Inhambane. Evidencia-se um *nível significativo de insatisfação*, com todos os 15 participantes concordando que o governo local não

oferece apoio no associativismo, como mencionado anteriormente. Quatorze deles expressam descontentamento com as condições de comércio e investimento no setor, enquanto doze não estão satisfeitos com as vendas para os turistas, levando-os a concluir que o turismo não gera riqueza significativa. O gráfico destaca que a única fonte de satisfação é a venda durante a alta temporada turística.

A fragilidade do associativismo, tanto entre os agricultores quanto entre outros grupos como pescadores, comerciantes e demais, é um aspecto destacado. Essa característica foi mencionada em entrevista com o ex-vereador encarregado das pastas de cultura, turismo, transportes e comunicações, quando questionado sobre o assunto.

Sabe-se que o Município trabalha com associações, tem alguma base de dados sobre as associações (agricultores, artistas plásticos, artesãos, etc.)?

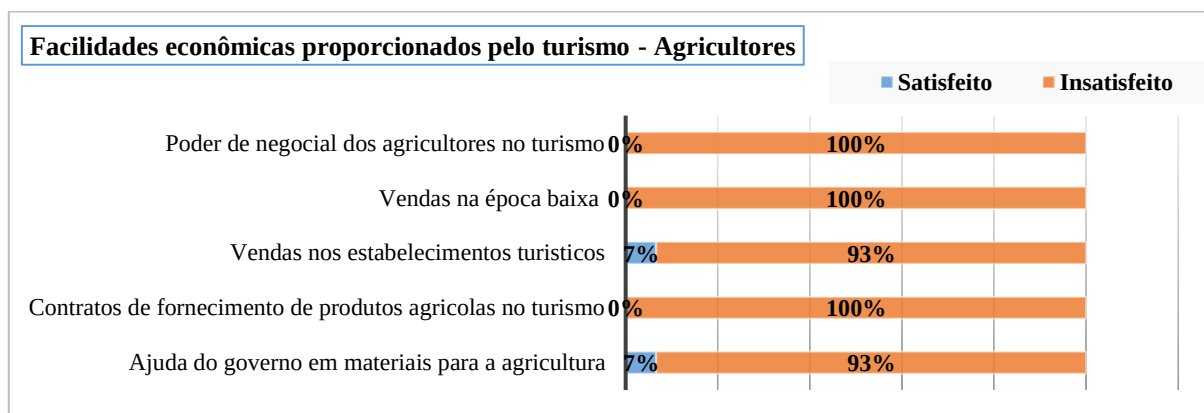
[...] O município sempre consciencializou os vários grupos para que criassem associações para facilitar o desenvolvimento das suas actividades mesmo a assinatura de memorandos de entendimento com conselho municipal, depende disso. Existem associações, mas só chamamos de associações por que tem um grupo de pessoas, mas são ilegais. É um desafio para o município que se deve abraçar para ajudar na criação dessas associações. O município está ciente dessas dificuldades relacionadas com os preços das taxas cobrados ao nível do governo para o licenciamento dessas associações, mas as vezes são as pessoas que estão dentro destes grupos que não ajudam muito, as vezes por interesses pessoais, falta de experiência e de conhecimento, falta de iniciativa, então acabam se agrupando”. Seguidamente foi questionado o seguinte:

O que o Município tem feito para ajudar a essas comunidades a garantirem a criação dessas associações, não só como também em termos de capacitações e formações sobre várias matérias incluindo a gestão e turismo? Tem algum plano para tal ou é aleatório no MI?

Queríamos apelar que isso não fique somente na responsabilidade do conselho municipal, é claro que todo mundo acha que o município deve resolver todos os problemas, mas as associações têm que ter uma outra visão, pois existem organizações que apoiam essas questões, não só no governo como por exemplo algumas ONGs. Por que as vezes é mesmo falta de informação. Queremos pedir que o seu trabalho ponha isto como recomendação

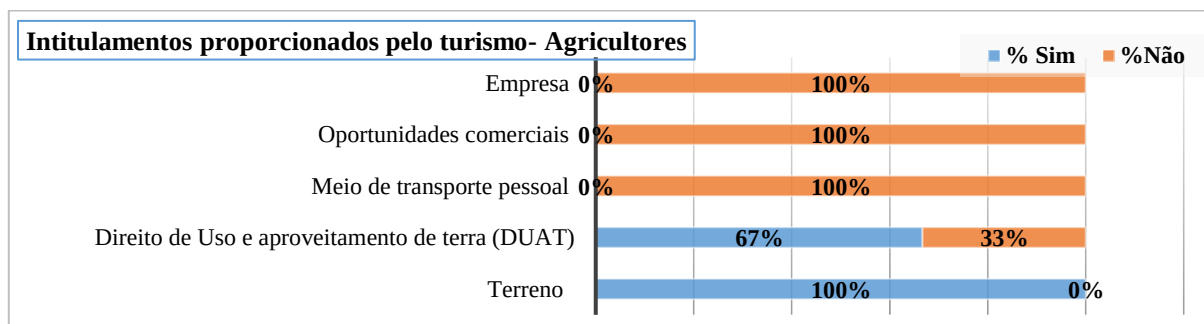
para que o governo preste mais atenção, pois estamos cientes como conselho municipal que as taxas de formalização são elevadíssimas. Mas por falta de recursos o CMCI apela sempre um esforço na criação de associações para que as suas actividades surtam mais benefício. Mesmo quando há financiamento, é sempre dirigido às associações e não a grupos ilegais.

Figura 57 - Facilidades econômicas proporcionados pelo turismo – Agricultores do MI



Sobre as facilidades econômicas, o segundo gráfico da figura 57, revela uma insatisfação quase total em relação ao poder de negociação dos agricultores no setor do turismo. Eles não possuem um espaço estruturado para vender seus produtos, sendo dispensados das vendas durante a baixa temporada e nos locais turísticos. Além disso, não firmam contratos de fornecimento, principalmente por não terem empresas registradas e por estarem desassociados legalmente na maioria dos casos. Também mencionam que o governo oferece pouca ajuda com os materiais necessários para suas atividades agrícolas, sendo as ONGs as principais colaboradoras em situações esporádicas.

Figura 58 - Intitulentos proporcionados pelo turismo – Agricultores do MI



Quanto aos títulos e posses trazidos pelo turismo, é importante destacar que as opiniões também revelam um alto índice de insatisfação, já que 100% das pessoas não conseguem assegurar oportunidades empreendedoras individuais ou coletivas por meio da atividade turística, muito menos adquirir um veículo próprio. Contudo, nem tudo são más notícias, pois é garantido que os agricultores têm acesso à terra, embora nem todos possuam o DUAT.

4.2. Discussão dos resultados da pesquisa

A fim de conduzir uma análise produtiva dos achados desta pesquisa, adotamos um formato que discute a interpretação dos dados, apresentando os principais resultados obtidos (já foram apresentados), ou seja, as descobertas mais relevantes, e como eles se relacionam com as questões iniciais da pesquisa. Em seguida, procedemos com uma comparação dos resultados em relação à literatura disponível, identificamos as limitações do estudo (tanto metodológicas quanto contextuais) e sugerimos possíveis direções para futuras pesquisas.

4.2.1. Políticas públicas do turismo em Moçambique: uma contextualização

Após analisar os documentos listados na tabela 25, destaca-se o artigo 3º da Lei do Turismo de Moçambique de 2004. Este artigo ressalta a importância de impulsionar o desenvolvimento econômico e social por meio da criação de empregos, aumento da renda e redução da pobreza. Além disso, enfatiza a necessidade de preservar o patrimônio natural, arqueológico e artístico, bem como incentivar o setor privado moçambicano a investir e desenvolver os recursos turísticos. Também é mencionada a garantia da segurança e tranquilidade dos turistas, consumidores e prestadores de serviços turísticos, juntamente com o compromisso de promover a igualdade de direitos e oportunidades.

Através da Resolução nº 14 de 4 de abril 2003 o governo de Moçambique aprovou a “Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação” que estabelece a perspectiva orientadora do crescimento e desenvolvimento do turismo no futuro e, assumindo os desígnios desta pesquisa, sobressai, nos objetivos da política, o reconhecimento do valor real das áreas de conservação (equiparável às unidades de conservação) no desenvolvimento do setor e no poder que tem no alívio da pobreza; a promoção do envolvimento efetivo da comunidade nos programas de

desenvolvimento; a contribuição para a criação de emprego, crescimento econômico; e melhorar a qualidade de vida dos moçambicanos.

Ainda no concernente às áreas de conservação em Moçambique, é possível fazer uma diferenciação com base no decreto nº 15/2009, datado de 14 de abril de 2009. Esse decreto estabelece a destinação ou consignação das receitas provenientes dos parques e reservas nacionais, garantindo que 20% da receita destinada ao turismo seja direcionada às comunidades locais residentes nas áreas de conservação/proteção e nas zonas tampão. Destaca-se igualmente neste ponto as áreas de conservação comunitárias que visam dentre vários desígnios, a partilha de benefícios provenientes da conservação dos recursos naturais e dos seus serviços de ecossistemas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades e a sua manutenção para as gerações vindouras (Art. 16 do Decreto n.º 89/2017).

Queremos mencionar, o segundo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique de 2015 (PEDTM II) criado pelo Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique aprovado pela 48ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, a 8 de dezembro de 2015, no seguimento do reconhecimento das potencialidades turísticas de Moçambique, no contexto do Plano de Ação para a Redução da Pobreza em Moçambique (PARP) que está alinhado com a Agenda 2025, projetado, do ponto de vista histórico, para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (que foram substituídos pelos ODS que com certeza irão orientar o novo plano estratégico do turismo de Moçambique, em concepção), que definiu como objetivo primordial, a redução da pobreza através do turismo pelo aproveitamento das suas capacidades de geração de emprego, renda, crescimento e desenvolvimento econômico.

Assim, depreende-se de antemão que Moçambique, ainda não está devidamente alinhado aos ODS, por não apresentar, até então, políticas públicas do turismo atualizadas, embora historicamente, o país veja no turismo, um forte aliado na redução da pobreza, pela geração renda, de emprego, divisas e impostos, cooperando para o desenvolvimento local e inclusão social. Nesse ponto de vista, é fundamental compreender que, de acordo com Traverso (2023), os ODS diferem dos ODM por não serem direcionados exclusivamente aos governos, mas sim por reconhecerem a importância do envolvimento do setor privado na implementação de ações para atingir suas metas. Em outras palavras, a indústria do turismo impacta diversos setores e sua presença em todos os países pode contribuir de maneira direta e indireta para a promoção dos ODS (Abdou et al., 2020).

Além do que foi mencionado anteriormente, o próprio PEDTM (2015) suscita questionamentos ao assumir que “Moçambique tem uma boa legislação e políticas de sustentabilidade, mas há poucas evidências de que esta esteja sendo implementada em grande escala e com eficácia” (PEDTM, 2015 p. 32).

Nesse sentido, Soares e Azevedo (2020), também questionam, o porquê das políticas públicas direcionadas para o ordenamento e o fomento do turismo serem conduzidas de maneira tão míope pelas representações econômicas do setor, se não há dissociação entre a espacialidade do fenômeno turístico e da sua atividade econômica. A perspectiva predominante atualmente, que enxerga o turismo somente através de uma ótica econômica, acaba por limitar a capacidade de seu crescimento contribuir efetivamente para a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades afetadas e no desenvolvimento local.

Adverte-se, neste ponto, que as políticas públicas propostas para o setor turístico têm deixado à margem as demais dimensões do turismo como fenômeno, sobretudo aquela relacionada com a sua espacialidade, pois, têm sistemática e praticamente ignorado os processos de apropriação dos territórios por eles constituídos, bem como a transformação dos lugares, reproduzindo desigualdades históricas e estruturais (Fratucci, 2014).

A situação se torna ainda mais complicada em Moçambique devido ao fato de que a maioria das políticas de turismo, diretrizes de planejamento e regulamentos são de alta qualidade, porém são bastante complicados e aplicados de maneira inconsistente (PEDTM, 2015). Pensamento alinhado com Dye (2010), quando salienta que se cria um excesso de regulamentações, programas e serviços governamentais que não são aplicados, ou meramente servem para alimentar as tendências naturais dos políticos e burocratas de expandirem seus poderes na sociedade.

Esse argumento sugere que a criação de regulamentações pode, em muitos casos, incluindo o caso de Moçambique, estar mais ligada a interesses e apetites políticos do que a uma real necessidade de intervenção estatal. Quando as regulamentações e programas não são implementados de forma eficaz, eles acabam não cumprindo seu propósito de melhorar a sociedade ou resolver problemas específicos, mas sim contribuindo para a burocratização e a expansão do controle governamental.

A crítica de Dye nos leva a refletir sobre a necessidade de balancear a intervenção governamental com a eficácia das políticas implementadas, evitando a criação de regulamentações que não resultem em benefícios concretos para a sociedade.

Domingos (2012), traz um outro gap, ao afirmar que as políticas públicas, em Moçambique, não participam devidamente na implementação de programas de desenvolvimento turístico devido ao caráter *conservador* e *centralizado* como são formuladas. A produção de políticas públicas, deve dar primazia à participação local, baseada numa compreensão profunda dos comportamentos participativos dos pobres, numa abordagem de baixo para cima em pesquisa e formulação de políticas adotada a fim de substituir ou complementar a abordagem tradicional de cima para baixo (Altieri & Masera, 1993 como citados em Zhao & Ritchie, 2008).

No contexto do turismo, e em Moçambique e no MI particularmente, essa abordagem poderia envolver a consulta direta às comunidades locais para entender seus desejos e preocupações em relação ao desenvolvimento turístico. Isso poderia incluir a realização de *pesquisas locais*, *oficinas participativas*, *uso de redes sociais digitais participativas* e outras formas de envolvimento da comunidade neste processo. Ao fazer isso, os formuladores de políticas podem garantir que as estratégias de turismo sejam mais inclusivas, responsáveis e sensíveis às necessidades locais, contribuindo assim para um desenvolvimento mais equitativo e harmonioso do setor.

É importante perceber, nesta contestação, que não há um modelo para dar início às ações (de cima para baixo ou de baixo para cima), pois, como uma rede (Schneider, 2005), seus atores podem e devem se ordenar para concretizá-lo. Entretanto, a horizontalidade (Max-Neef) é o formato desejado já que devem se envolver e serem envolvidos no processo de participação (Coutinho, Azevedo & Nóbrega, 2020).

Sobre o envolvimento das comunidades no turismo, percebe-se que Moçambique, tem ainda um longo caminho a percorrer para se atingir as propostas dos autores supracitados, uma vez que o PEDTM (2015), acredita que em Moçambique, não existe, uma abordagem integrada para o desenvolvimento comunitário sustentável, pois, existem várias barreiras para o envolvimento das comunidades no desenvolvimento do turismo, como a ausência de um sistema de direitos à terra que possa permitir as comunidades formarem parcerias com operadores privados e a limitada capacidade das comunidades para fornecer bens e serviços ao setor do turismo. A evolução do turismo comunitário baseia-se, em grande medida, na disponibilidade de recursos sem considerar adequadamente a viabilidade financeira e do mercado e existem poucas associações comunitárias de trabalho para gerir o turismo de base comunitário.

Notamos, no PEDTM (2015) e na Lei do Turismo de Moçambique (2004), muito forte, a visão do turismo como uma panaceia universal. A visão do turismo como uma panaceia universal

é uma perspectiva que considera o turismo como uma solução universal para uma variedade de problemas econômicos, sociais e ambientais.

Por isso mesmo que, Brasil (2005, como citado em D'Angelis & Silva, 2014), chama atenção sobre a qualidade dos empregos proporcionados pelo turismo, para perceber a quem eles beneficiam e de que forma essa renda gerada é distribuída. Pois, o que se verifica na prática, é que o turismo opera na lógica econômico-financeira priorizando a geração imediata de lucros comprometendo, o ambiente natural ou cultural, aumentando as desigualdades sociais caracterizadas pelos extremos da pobreza e maior distanciamento econômico entre a zona urbana e a zona rural/local, estimulando a dependência econômica das comunidades locais e sem garantias a longo prazo uma vez que estas passam a trabalhar no turismo em detrimento das suas atividades normais (Brasil, 2005 como citado em D'angelis & Silva, 2014).

Queremos dizer que, embora o turismo possa trazer benefícios significativos, como geração de receita, emprego e desenvolvimento de infraestrutura, é importante reconhecer que ele também pode ter impactos negativos devastadores. Pretendemos dizer que, essa visão otimista muitas vezes ignora ou minimiza os desafios associados ao turismo, como a superexploração de recursos naturais, a gentrificação⁷² de comunidades locais, a degradação ambiental, a descaracterização cultural e até mesmo a exploração de mão de obra. Além disso, ela pode criar expectativas irrealistas sobre os benefícios do turismo, levando à decepção e frustração comunitária quando esses benefícios não se materializam.

Soares e Azevedo (2020), associam-se a Brasil (2005), ao destacarem que, dentre essas várias dimensões do turismo, a econômica tem sido destacada pela sua magnitude e sua prioridade para o sistema econômico vigente, baseado no modo de produção neoliberal que privilegia os interesses e os efeitos do e para o capital financeiro. Analisada de forma isolada, a atividade turística resulta da ação, apenas de alguns daqueles agentes sociais, nomeadamente os empresários e o poder público. Os outros agentes como por exemplo as comunidades locais, incluindo os turistas, são contemplados apenas como agentes secundários, tanto no aspecto político, quanto socioeconômico.

⁷² A gentrificação é um processo caracterizado pela valorização de determinada área urbana. Essa valorização ocorre por meio de ações diversas, como reformas urbanas, que implicam o aumento do custo de vida na região. Portanto, há uma mudança no perfil dos moradores dessas localidades, no geral marcado pela chegada de pessoas com maior poder aquisitivo. A gentrificação tem como grande consequência o crescimento da desigualdade socioespacial nas cidades. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/gentrificacao.htm>.

Portanto, é essencial que o governo moçambicano adote uma abordagem equilibrada e holística ao turismo, reconhecendo tanto seus benefícios potenciais quanto seus desafios e limitações. Isso envolve a implementação de políticas e práticas de turismo sustentável e responsável que maximizem os benefícios econômicos, sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que minimizam os impactos negativos.

Uma das principais fragilidades associadas ao desenvolvimento do turismo em Moçambique, é a falta de associação da sua base política (*policy*) e legislativa ao quadro institucional de áreas que realmente se investe em Moçambique. Embora, a Estratégia Nacional do Desenvolvimento (END, 2014), concebida, do ponto de vista histórico, para assegurar a implementação da Agenda 2025 (substituída pela agenda 2030 – em Moçambique ainda não existem políticas do turismo atualizadas e harmonizadas à agenda 2030, estas ainda se encontram ligadas historicamente com agenda 2025 dos ODM) com o objetivo de elevar as condições de vida da população através da transformação estrutural da economia e diversificação da base produtiva, tenha o turismo como uma das áreas prioritárias da END (2015-2035).

A análise das políticas públicas sobre o turismo em Moçambique indica que, embora se esperasse que o turismo desempenhasse um papel importante no desenvolvimento econômico e social do país, os resultados práticos não têm sido satisfatórios para combater a pobreza. Isso se deve à falta de integração e capacitação dos trabalhadores locais, uma vez que os empregos gerados pelo setor são geralmente temporários, mal remunerados e não exigem qualificações. Além disso, o país tem enfrentado o problema da fuga de capitais devido ao grande influxo de investimento estrangeiro no turismo, sem considerar o reinvestimento local.

Para que as condições de vida possam ser melhoradas por meio do turismo, é necessário que o governo moçambicano estabeleça e implemente políticas públicas do turismo que norteiem os investimentos em infraestrutura e serviços públicos que tenham um impacto direto na comunidade local, como saúde, educação e transporte.

Em Moçambique, as políticas relacionadas ao turismo parecem não promover a resiliência das comunidades locais. Isso significa que em muitos casos, há uma dependência excessiva do turismo como “única” fonte de desenvolvimento, o que pode aumentar a vulnerabilidade das comunidades a flutuações econômicas e crises setoriais, como a que ocorreu recentemente nos principais destinos turísticos moçambicanos, como Maputo, Parias da Macaneta, Ponta do Ouro,

Bazaruto, Tofo e Barra, estas duas últimas do MI. Devido à pandemia de COVID-19, muitos estabelecimentos turísticos tiveram que fechar suas portas e alguns permanecem fechados até hoje.

Em suma, para fechar esta secção da pesquisa, queremos garantir que para que o turismo em Moçambique possa ter um impacto positivo e mais significativo, é necessário que o país tenha e aplique devidamente, políticas públicas *inclusivas*, que garantam a inclusão das comunidades locais no processo de desenvolvimento turístico. Políticas públicas que prezem pela *sustentabilidade e responsabilidade*, para promover práticas de turismo que protejam os recursos naturais e culturais.

Políticas públicas do turismo que garantam e priorizem o *reinvestimento local* para que uma parte significativa dos lucros do turismo seja reinvestida na economia local. Políticas públicas que *integrem* o desenvolvimento turístico com melhorias em infraestrutura e serviços públicos que beneficiem toda a população. É possível potencializar o turismo em Moçambique como um meio eficaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico ao adotar uma abordagem mais abrangente e holística.

Para além dos aspetos mencionados, na presente etapa da pesquisa, é igualmente crucial destacar um aspeto de extrema relevância: a importância de não nos restringirmos apenas a abordar a necessidade da *descentralização do poder público* para ampliar a base de participação democrática e a maneira como as políticas públicas, em geral, e o turismo, em particular, são concebidos.

Foi citado nesta pesquisa que a população moçambicana detém um poder bastante limitado, estimado em cerca de 5% (Francisco et al, 2008 e Francisco, 2017), pois sua capacidade de escolha fica restrita à eleição do presidente da república e dos presidentes municipais. Muito recentemente partir de 2019 o cidadão passou a eleger os governadores provinciais e os membros das assembleias provinciais através da Lei n.º 3/2019 de 31 de Maio.

Os restantes 90% do poder são exercidos de outra maneira: em Moçambique, os deputados que fazem parte da Assembleia da República prestam contas aos líderes e órgãos de seus partidos, não aos eleitores. Além disso, é responsabilidade do Presidente da República (também presidente do partido no poder) nomear os dirigentes dos órgãos de soberania e governação (todos escolhidos geralmente ao nível do partido no poder), como o Primeiro-Ministro, Ministros e Vice-Ministros, Presidente do Tribunal Supremo, Presidente do Conselho Constitucional, Presidente do Tribunal

Administrativo, Reitores e Vice-reitores das universidades públicas, Governador e Vice-Governador do Banco de Moçambique/Banco Central e os Secretários de Estado.

O Estado de Moçambique conta com secretários do estado em todas as 11 províncias e setores essenciais da economia. Essa figura tem a função de zelar pelos interesses do poder executivo, uma vez que a escolha do governador não depende mais da confiança pessoal, mas é resultado de um processo eleitoral estabelecido por lei. Em cada província, o governador é eleito pelo voto popular, enquanto o secretário de estado é indicado pelo Presidente da República; este último controla as instituições cruciais da província, exercendo assim maior autoridade executiva. Mesmo nos níveis mais baixos da hierarquia da administração pública, os Administradores e Chefes de Posto são igualmente responsáveis perante aqueles que os nomeiam, e não diretamente diante dos cidadãos. Para dizer que o poder de decisão ainda se encontra muito centralizado.

Saliente-se que, para que as políticas públicas, em geral, e as relacionadas ao turismo, em particular, reflitam os verdadeiros interesses da população moçambicana, é imperativo que haja a *despartidarização do governo moçambicano*. A despartidarização do governo de Moçambique é um tema complexo e de grande relevância no contexto político do país. Envolve a separação entre as estruturas do Estado e os partidos políticos, particularmente a FRELIMO, que tem sido o partido dominante e no poder desde a independência do país em 1975, ou seja, no poder há 49 anos (na atualidade – ano de 2024). Algo, claramente não saudável para a democracia.

Em vez de “descentralizar” e manter vinculações partidárias, é necessário separar o governo do partido governante. A despartidarização do governo de Moçambique é essencial para garantir a autonomia das instituições estatais, assegurando, deste modo que órgãos como a polícia, o judiciário, a administração pública e o legislativo atuem de forma independente dos interesses partidários, sobretudo do partido no poder. Tal medida também possibilitará uma equidade eleitoral, ao garantir que todos os partidos políticos tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades, impedindo a utilização de recursos públicos para fins partidários.

A despartidarização do governo de Moçambique é um processo essencial para consolidar a democracia e fortalecer a governança no país. Embora existam desafios significativos, as reformas legislativas, o fortalecimento institucional, a educação cívica e a fiscalização são passos cruciais nesse caminho. Este processo não apenas promove uma administração pública mais eficiente e justa, mas também fortalece a confiança dos cidadãos no sistema político e nas instituições estatais.

A neutralidade partidária do governo de Moçambique é fundamental para reforçar a democracia e aprimorar a gestão no país. Embora enfrentando desafios significativos, o fortalecimento institucional e a educação cívica (para evitar incorrer à evidentes focos de resistências à despartidarização dos decanos libertadores do país do jogo colonial português que se denominam donos do país e merecedores de governar Moçambique ao seu bel-prazer) representam etapas vitais nesse percurso. Esse procedimento não apenas impulsiona um serviço público mais eficaz e equitativo, mas também consolida a confiança dos cidadãos no sistema político e nas entidades governamentais.

4.2.2. Debatendo sobre as potenciais formas de participação cidadã no turismo no MI

Ao analisar parte dos resultados da pesquisa, tiramos algumas ilações, com destaque para a centralização (a Lei 1/2018 afirma que a descentralização através da municipalização visa organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade) do poder de decisão no geral e no turismo em especial, uma vez que no MI, mesmo por força da lei, os membros da Assembleia Municipal, que são os representantes das comunidades locais, incluindo do turismo, são votados “a pente-fino”, ao nível dos partidos políticos. O presidente do município, por sua vez nomeia, por confiança, os vereadores de várias áreas, incluindo o vereador da cultura e turismo, sem nenhuma forma de consulta às comunidades locais (passam a saber através das mídias).

Esta estrutura, mostra o que Tosun (2000, 2005 e 2006) chama de obstáculos participativos estruturais que incluem os sistemas institucional, de poder legislativo e económico. E também, ainda a respeito, Forquilha (2016, p.83), – abonado por Amartya Sen e Ignacy Sachs – garante que, “a participação não se resume unicamente às eleições, diz também respeito ao envolvimento dos munícipes em acções de consultas para elaboração dos planos, orçamentos e tomada de decisões importantes para a sua vida”.

Com o trabalho de campo, compreendemos que os 162 trabalhadores do setor do turismo em diferentes “carreiras”, os 15 representantes de agricultores (pertencentes às 23 “associações”), os 49 artesãos, pintores e artistas plásticos, os 108 pescadores e os 105 comerciantes *estão significativamente desapontados* com o processo participativo nas decisões importantes relacionadas ao turismo no MI. Isto porque cerca de 88% deles não participam, não são envolvidos,

muitas vezes nem têm conhecimento ou informações sobre os projetos de investimento turístico a serem desenvolvidos.

Não recebem convites para integrar ou opinar na criação de políticas públicas de turismo, não participam das reuniões da APHTI, não são incluídos na elaboração do orçamento das atividades do CMCI e, na verdade, desconhecem completamente o conceito de orçamento participativo municipal. O aspecto mais alarmante está relacionado à transparência do *accountability* (assinalado por Teixeira, 2001, p.41), pois praticamente todos os membros consultados nunca experimentaram a prestação de contas por parte do CMCI.

A prestação de contas às comunidades locais no turismo municipal – caso da nossa pesquisa – é um aspecto fundamental para garantir que o desenvolvimento turístico seja inclusivo e benéfico para todos os stakeholder, especialmente as classes menos privilegiadas (agricultores, pescadores e artesãos do MI, por exemplo). Este processo envolve *transparência* (socialização das informações para que os “sem-nada” consigam as aceder), *participação* (envolvimento na tomada de decisão, e ter direito de receber o *feedback* das autoridades do CMCI) e *responsabilidade e responsabilização* (publicação dos relatórios e execuções) na gestão dos recursos e das atividades turísticas.

Queremos dizer em outras palavras que, a prestação de contas às comunidades locais do MI não seria apenas uma questão de boa governança, mas também uma maneira de construir confiança e apoio comunitário para o desenvolvimento turístico responsável no MI. Ao incorporar transparência, participação, responsabilidade e distribuição justa dos benefícios advindos do turismo (de forma específica), os gestores municipais estariam a criar um ambiente mais equitativo e resiliente para o turismo.

Seguindo adiante, o representante dos Conselhos Comunitários de Pesca da praia da Barra (CCPB) (não existe associação formal de pescadores devido à falta de apoio e incentivos fiscais para custear as taxas necessárias para a legalização das associações), expressou a posição do seu grupo ao ser perguntado sobre seu envolvimento na definição de políticas públicas, na seleção de projetos turísticos e no orçamento participativo no MI. Ele afirmou que,

Não consultam a ninguém, quando constroem um empreendimento, não consultam nada a ninguém. Só vemos a obra e ninguém sabe de nada. Não sentam com as comunidades, para por exemplo, perguntar, que tal, podemos cortar este cajueiro ou dá para ornamentar? será que as pessoas vão gostar ou não? além disso, vou longe, conforme pode ver há várias

construções nas dunas, está ali o resort Sentidos, por exemplo, ali onde está, para a sua construção houve um trabalho de grande vulto por que não consultaram as comunidades, nós sabíamos que ali entra água do mar até lá na paragem. Ali apanhava-se lagosta, camarão tigre grande, mas um dia qualquer o Deus virá arrancar a sua parte.

Sobre o associativismo evidenciou-se um *nível significativo de insatisfação*, concordando que o governo local não oferece apoio na formalização do associativismo, dos agricultores, pescadores e artesãos especificamente. O progresso destas atividades no MI é impulsionado principalmente pelo CMCI. Geralmente, o acesso aos serviços e apoios oferecidos por essa entidade incluindo o governo provincial de Inhambane é realizado por meio de associações. O que percebemos no terreno é que eventualmente prestam auxílio de forma individual, mas tais situações são incomuns. Assim, os agricultores, por exemplo, via de regra buscam benefícios imediatos ao se associarem. Quando esses benefícios não se concretizam rapidamente, é corriqueiro que larguem a associação, deixem de comparecer às reuniões, deixem de pagar as cotas e enfraqueçam sua atividade nos campos agrícolas.

Essa particularidade é parcialmente respaldada pelo ex-vereador responsável pela cultura, turismo, transportes e comunicações, lembrado abaixo nos seguintes termos:

[...] existem associações, mas só chamamos de associações por que tem um grupo de pessoas, mas são ilegais. É um desafio para o município que se deve abraçar para ajudar na criação dessas associações. O município está ciente dessas dificuldades relacionadas com os preços das taxas cobrados ao nível do governo para o licenciamento dessas associações, mas as vezes são as pessoas que estão dentro destes grupos que não ajudam muito, as vezes por interesses pessoais, falta de experiência e de conhecimento, falta de iniciativa, então acabam se agrupando. Queríamos apelar que isso não fique somente na responsabilidade do conselho municipal, é claro que todo mundo acha que o município deve resolver todos os problemas, mas as associações têm que ter uma outra visão, pois existem organizações que apoiam essas questões, não só no governo como por exemplo algumas ONGs [...], mas por falta de recursos o CMCI apela sempre um esforço na criação de associações para que as suas actividades surtam mais benefício. Mesmo quando há financiamento, é sempre dirigido às associações e não a grupos ilegais.

Isso evidencia de forma inequívoca que a administração municipal não tem fornecido suporte algum, tampouco elaborou um plano de auxílio, uma vez que tais ações não estão enraizadas em suas prioridades. Não se observa nenhum esforço de assistência direta ou mesmo de apoio indireto por meio de favorecimentos na redução de taxas, por exemplo.

O outro aspecto que mostra a participação não efetiva no processo decisório no turismo no MI – especificamente na concepção de políticas públicas do turismo – foi até certo ponto avançada pelo então vereador da área da cultura, turismo, transportes e comunicações em entrevista, ao afirmar que,

Só para ver que eles também participam nestas políticas, solicitamos a presença de pessoas elegíveis onde faz-se uma escolha ao nível do bairro de pessoas influentes que é para também ajudar naquilo que é a participação ou elaboração destes instrumentos que depois da sua aprovação eles vão tomar conhecimento para além do processo da elaboração, eles também tomam conhecimento na sua implementação, neste caso.

As pessoas *elegíveis e influentes* referidas pelo vereador, são as autoridades comunitárias, especificamente os secretários dos bairros (são funcionários do CMCI), chefes dos quarteirões e chefes de 10 casas, que são quase que na totalidade pertencentes à máquina governativa do partido no poder que controla todo o sistema governativo de Moçambique. Um dos secretários do Bairro Conguiana onde se localiza a Praia da Barra, uma das mais importantes praias do MI e de Moçambique, confirmou na primeira pessoa nos seguintes termos “nós somos chamados, somos dados toda informação, então se for uma informação para a comunidade, nós os responsáveis é que viemos dar a comunidade”. É evidente que a transmissão de informação ocorre de cima para baixo e que as pessoas não demonstram mais interesse em receber informações sem embasamento. Elas reconhecem que detalhes sobre feitos potenciais são divulgados apenas durante os períodos eleitorais.

Essas afirmações corroboram a falta de participação, conforme explicado por Leksakundilok (2004) e apoiado por Tosun (2000), Alió (2013) e Arnstein (1969 e 2002). Eles ressaltam que o desenvolvimento do turismo geralmente é conduzido por “indivíduos” poderosos (donos de empresas) ou pelo governo, sem qualquer diálogo com a comunidade local. Dessa forma, as pessoas ficam sabendo de um programa de desenvolvimento turístico que já foi decidido previamente, sem que tenham sido consultadas. Em outras palavras, os promotores implementam

os projetos sem levar em consideração as opiniões da população local – este posicionamento foi apoiado por 88% dos participantes da pesquisa em andamento.

Ainda sobre esta questão da verticalidade da transmissão da informação de cima para baixo, é igualmente importante, perceber que não há um modelo para dar início às ações (de cima para baixo ou de baixo para cima). Os processos começam de onde se pode ou se deseja, procurando sempre a solução dos problemas (Coutinho, Azevedo & Nóbrega, 2020). Entretanto, a horizontalidade é o formato desejado já que devem se envolver e serem envolvidos no processo de participação (Arnstein, 2002).

Do outro lado, líderes comunitários apresentam uma abordagem um tanto distinta. Dos 11 consultados, 09 participam de reuniões do CMCI. Entre estes, 04 revelam envolvimento na escolha dos membros da Assembleia Municipal do MI. Ocasionalmente, são convidados a debater possíveis projetos turísticos no MI, devido ao seu papel na estrutura governativa do partido dominante, que detém grande poder decisório em Moçambique. No entanto, esses líderes ainda carecem de informações sobre o orçamento municipal, pois esta responsabilidade recai sobre a assembleia municipal, liderada pela maioria partidária e influenciada pelas propostas do Presidente do Município, que também é membro do referido partido.

Analizados estes aspetos, ao nos basearmos no modelo de participação cidadã apresentado por Alió (2013), sentimos que o MI enquadra-se melhor no modelo de *participativo restrito* ou da *não-participação* de Arnstein (2002) visto que, não detém qualquer instrumento, sistema ou regulamento de participação e consulta cidadã claro, conhecido e exequível. As consultas comunitárias são pontuais, geralmente restringidas a grupos sociais econômicos específicos, como por exemplo operadores turísticos das principais praias do MI (Barra e Tofo e Tofinho) que constituem os ‘grupos de interesse’ locais através da APHTI.

É nesta linha que Arnstein (1969 e 2002), diz que na não-participação, as pessoas são vistas principalmente como abstrações estatísticas, e a participação é medida pelo número de pessoas que vão às reuniões, levam brochuras para casa ou respondem a um questionário. E o que os detentores do poder conseguem é a prova de que passaram pelos movimentos necessários para de envolver “essas pessoas”.

De acordo com os entrevistados, as atividades de auscultação comunitária geralmente ocorrem durante períodos eleitorais, quando há campanhas em busca de votos ou quando é prevista a visita de autoridades de destaque, como ministros ou o presidente.

Diante dessas “mazelas participativas” os munícipes do MI, acabam defendendo seus direitos por canais não definidos com clareza e geralmente arbitrários, situação que provoca divergências entre os cidadãos e CMCI, mostrando que os processos participativos no MI, despontam serem práticas experimentais que carecem de solidificação metodológica, capacitação técnica e uma maior conscientização e suporte pelo poder político, trazendo à superfície as diversas barreiras participativas no turismo, defendidas por Cole, (2006); Manyara e Jones (2007) e Tosun, (2000).

Na mesma linha, ao nível do trabalho campo, entrevistamos o vereador da cultura e turismo do MI, nos seguintes termos: Como é que o município faz essa auscultação? Tem algum representante que faz essa auscultação?

Ao nível da cidade existe a associação provincial do turismo, já se falou com o presidente sobre a necessidade de ter um representante ao nível da cidade de Inhambane, sempre trabalhamos com eles, sempre contactamos a presidência dessa associação para que indique ou selecione as pessoas que possam participar nesta actividade de auscultação, não só a eles como também ao nível do conselho municipal também faz esse convite aos secretários dos bairros, pois estes são funcionários do conselho municipal e que quando eles são solicitados a participar destas reuniões devem difundir a mensagem ao nível dos bairros pois eles também tem tido reuniões onde se abordam vários aspetos relacionados ao CM. O secretário do bairro é o ponto focal e o responsável em difundir esta mensagem ao nível dos munícipes, pois era suposto realizarem encontros semanais.

Essas declarações revelam uma conexão pautada pela filiação partidária, uma vez que, como mencionado nesta pesquisa. Os responsáveis pelos bairros mencionados pelo vereador são selecionados a dedo pelo partido no poder, em vez de serem eleitos pela comunidade, e por vezes não compartilham informações com os demais membros das comunidades. A falta de informações sobre diversos aspectos evidencia essa falta de coordenação (especialmente com a APHTI e o CMCI) e desalinhamento entre os representantes e os representados. Os meios de comunicação utilizados deixam muito a desejar.

A partir do momento em que a função clássica fundamental dos municípios, seja criar e prestar serviços básicos de serventia pública e o garante da cidadania, democracia, do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes, entendemos que deve ser visto como um agente catalisador

do desenvolvimento econômico e social local em benefício da coletividade local, e não um mero órgão inerte como acontece em muitos casos na realidade moçambicana onde nos deparamos com municípios com problemas sérios de democracia participativa e cidadania, caracterizadas pela parcialidade e favoritismos propiciados pelas preferências partidárias, atreladas à corrupção desenfreada. Fatores que acabam relegando o “resto” da comunidade desfavorecida à margem dos acontecimentos.

Achamos que o MI precisa aprimorar vários aspetos relacionados com a participação cidadã no geral e no turismo em particular, nos referimos a estratégias de engajamento comunitário que sejam especialmente eficazes para esta dimensão territorial e neste contexto específico.

O MI poderia considerar estratégias participativas no geral e no turismo em particular, que envolvam um *planejamento participativo* (realização de oficinas comunitárias e mapeamento colaborativo de todos os recursos turísticos da região); criação de *conselhos comunitários funcionais* (para desenvolver e atualizar políticas de turismo que representem os interesses e necessidades da comunidade local); *orçamento participativo* (engajando as comunidades na definição do orçamento municipal e priorização das necessidades locais, prestação de contas à comunidade); utilização de *tecnologias digitais interativas* (realização de consultas online para colher opiniões e sugestões dos moradores); investimento em *educação e capacitação* (treinamentos em hospitalidade, gestão, entre outros); e promoção do *turismo comunitário* (assegurando que os benefícios econômicos do turismo sejam compartilhados diretamente com os membros da comunidade).

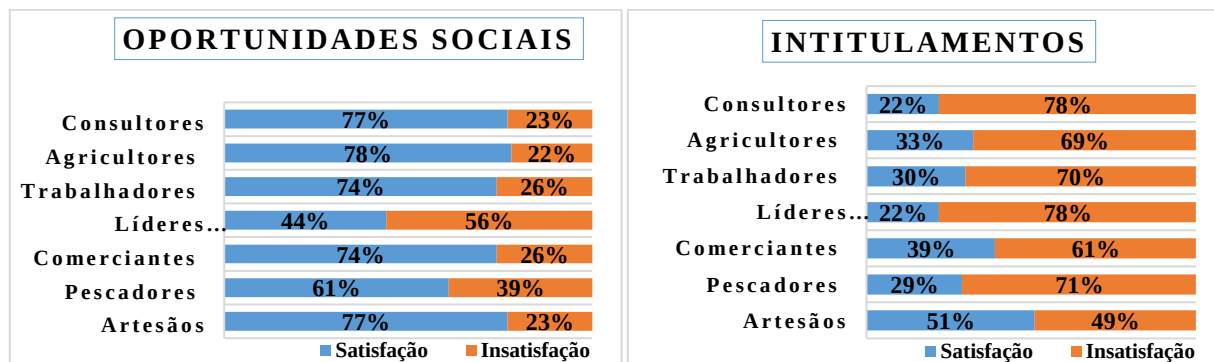
Na nossa opinião, essas estratégias podem proporcionar maneiras concretas e eficazes de envolver os habitantes das camadas mais desvalidas, na economia e no processo das decisões no MI. A aplicação desses métodos pode não só aprimorar a administração do turismo no município, como também reforçar o sentimento de pertencimento e compromisso da população com o desenvolvimento da região.

4.2.3. Analisando benefícios socioeconômicos do turismo para as comunidades locais do MI

Conforme viemos falando, desde o início da nossa pesquisa existe uma grande crença de que o turismo tem trazido muitos benefícios econômicos desde o emprego, a renda, investimentos em infraestruturas, ganhos para o erário público através de impostos até aos benefícios

socioculturais e ambientais. Para debater de forma mais aprofundada os aspectos socioeconômicos do turismo, apresentamos gráficos que resumem as oportunidades sociais, o acesso a bens e propriedades, os benefícios econômicos e a segurança proporcionada pelo turismo às classes menos favorecidas na MI.

Figura 59 - *Resumo sobre as oportunidades sociais e títulos proporcionados pelo turismo no MI*



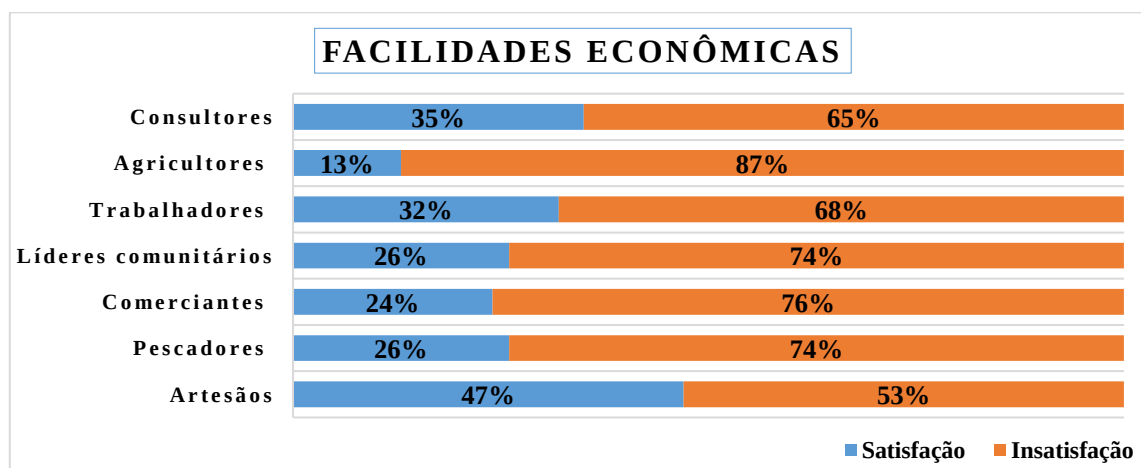
Ao analisarmos as respostas fornecidas pelos nossos entrevistados, conforme evidenciado pelos gráficos da figura 59, percebemos, sob a ótica das oportunidades sociais, uma conexão direta com as necessidades básicas de sobrevivência, tais como acesso à alimentação, moradia adequada, água potável e educação. Os dados extraídos dos gráficos indicam que as comunidades locais consultadas e devidamente representadas veem o turismo como um elemento capaz de ampliar suas capacidades para suprir parte das necessidades de subsistência em uma média de aproximadamente 70% das respostas expressando *satisfação*.

Ao contrário das oportunidades sociais, quando se trata de *intitulos* ou títulos de propriedades e posses concedidas pelo turismo em MI, os entrevistados demonstraram um nível muito alto de *insatisfação*, chegando a cerca de 71%. Isso se refere principalmente à compra de terrenos para construção de residências ou obtenção do direito de uso da terra, oportunidades empresariais ao abrir negócios (de pequeno, médio ou grande porte), possibilidades de empreender no setor turístico criando um pequeno empreendimento formal ou informalmente, e aquisição de meios de transporte (carro, moto, etc.). Os artesãos são o único grupo que não se alegra com os benefícios e objetos trazidos pelo turismo, apresentando um nível de satisfação de 51%, o que indica, estatisticamente, que aproximadamente metade está contente e a outra metade descontente.

Até que ponto a satisfação dos artesãos do MI em relação ao turismo é legítima? Será que essas respostas positivas estão relacionadas com a situação de pobreza predominante no MI? Pode estar relacionado com as *baixas expectativas iniciais* dos artesãos, pois, nessa região do país, a pobreza é generalizada, e, por isso, pequenas melhorias originadas pelo turismo podem ser percebidas como significantes. Além disso, é importante considerar a escassez de alternativas econômicas no MI, uma vez que as oportunidades de emprego e renda são limitadas, tornando qualquer benefício econômico adicional muito valorizado.

Uma outra razão claramente observável reside na *falta de conhecimento* sobre os possíveis benefícios do turismo, causada pela *escassez de informações*. Esse cenário resulta em uma falta de consciência por parte dos artesãos quanto às vantagens amplas e significativas que o turismo poderia trazer. Além disso, a carência de habilidades e conhecimentos necessários para participar em atividades turísticas de maior valor agregado pode restringir as ambições desse grupo.

Figura 60 - Resumo sobre as oportunidades sociais e títulos proporcionados pelo turismo no MI



A falta de satisfação dos participantes se estende para o campo das *facilidades econômicas* (cerca de 71% de insatisfação), abrangendo uma variedade maior de variáveis a serem analisadas. Os aspectos dessa categoria englobam, por exemplo, a situação do emprego no setor turístico, a renda e a riqueza geradas pelo turismo, as condições comerciais e de investimento no turismo e por meio dele, as oportunidades de negócios e empreendedorismo na área do turismo e através dele, e as oportunidades de consumo disponíveis.

O nível de descontentamento quanto aos potenciais ganhos socioeconômicos do turismo no MI contrasta com as pesquisas que focam apenas nos aspectos positivos e econômicos do turismo, ignorando o propagado e exaltado efeito multiplicador do setor (multiplicadores de renda, emprego, investimentos em infraestruturas, multiplicador de receitas públicas, reinvestimento local) previamente citado neste estudo e analisado por ilustres escritores, tais como Foster, (1985); Lage e Milone, (1998); Cooper et al. (1998, 2001, 2005 e 2008); Ruschmann, (2001); Tribe, (2003); Lemos, (2005); Barbosa, Martelotte e Zouain, (2006); Boratti e Rocha, (2008); Hall, (2009); Page, (2019).

Ao estabelecermos uma ponte de ligação entre a situação apurada no MI com o *multiplicador de emprego* (exemplo: empregos diretos em hotéis e agências de viagens e indiretamente por exemplo: na construção, agricultura e manufatura) identificamos graves questões de *precariedade laboral* descrito nos próximos parágrafos para os 162 inqueridos no MI.

No geral podemos associar a questão do emprego e empregabilidade no MI à empregos sazonais pois depende de altas temporadas (“especialmente durante o final de ano”). Isso resulta em períodos de desemprego para os trabalhadores fora dessas temporadas. Os salários no setor de turismo são baixos, muitas vezes próximos ou abaixo do salário mínimo (23% menos de 5mil) totalmente aquém de um salário que possa garantir tranquilidade e comodidade ao custo de vida da cidade de Inhambane que é cidade mais cara do país segundo o INE (2023)⁷³. Isso é especialmente prevalente em posições de baixa qualificação, como camareiras, atendentes, carpinteiros, motoristas, seguranças que muitas das vezes não tinham contrato.

Empregos relacionados ao turismo no MI não oferecem *benefícios básicos*, como seguro de saúde (76% insatisfeitos), aposentadoria (74% insatisfeitos) e férias pagas e regalias extra salarial (8% insatisfeitos). Isso deixa os trabalhadores vulneráveis em casos de doença ou outros imprevistos relacionados a acidentes no trabalho (82% insatisfeitos com HST), embora não sejam frequentes acidentes de trabalho na área do turismo. Sobre a problemática da formação e capacitação, progressões e promoções de carreiras profissionais (77% de insatisfação). Oportunidades de consumo e lazer partir do turismo (71% insatisfeitos).

⁷³ Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/04/20/negocios/ine-inhambane-foi-a-cidade-mais-cara-do-pais-durante-o-primeiro-trimestre/>

A formação dos colaboradores garante que os indivíduos que trabalham no setor se mantenham atualizados com estas mudanças. Os programas de formação podem abranger áreas como marketing digital, sistemas de reservas online, práticas de sustentabilidade, análise de dados e mercados turísticos emergentes. Ao equipar os funcionários com competências adaptáveis, as organizações podem manter a competitividade, atrair turistas nacionais e promover o crescimento do emprego (Marta et al., 2021; Saba et al., 2023; Spyridou, Polyzos, & Samitas, 2023).

Há que mencionar a questão dos *contratos informais*, pois, verificamos uma alta incidência de trabalho informal no setor de turismo no MI (61% dos entrevistados dividido em contrato verbal, precário, sem contrato nenhum e contrato para temporada alta), onde os trabalhadores não têm contratos formais. Isso os priva de direitos trabalhistas básicos e proteção legal. O último aspecto que queremos mencionar são as longas jornadas de trabalho (61% mais de 8h por dia), especialmente durante a alta temporada, sem remuneração adicional justa ou pagamento de horas extras.

Esta realidade remete-nos ao pensamento de Pearce (1989), coadjuvado com os estudos de Joppe (2011), Baum (2015), Chhetri et al. (2019) e Baum, & Hai (2019) ao questionarem sobre a autenticidade dos empregos gerados pelo setor de turismo. Eles questionam se esses empregos sazonais em meio período, que contam principalmente com mão de obra feminina e salários baixos, podem realmente ser considerados como “empregos de verdade”.

O outro aspecto tem a ver com a importância de analisar a qualidade dos empregos gerados pelo turismo, a fim de entender quem se beneficia deles e como a renda resultante é distribuída. O que se observa na prática é que o desenvolvimento do turismo está focado em aspectos econômico-financeiros de curto e médio prazo, priorizando o lucro imediato e aumentando as disparidades sociais. Isso se reflete nos extremos da pobreza e na promoção da dependência econômica das comunidades locais, sem garantias a longo prazo; é resultado de um processo de sujeição do trabalho pelo capital. É importante notar que essas comunidades muitas vezes precisam abandonar suas atividades tradicionais para se dedicarem ao turismo, o que acaba por descaracterizar suas culturas locais e comprometer sua identidade original (O MTUR, 2005; Krippendorf, 2003).

Embora tenhamos observado muita negatividade neste aspecto, o presidente da AHTI garante que nem tudo é negativo ao referir que “*uma das repercussões positivas da indústria da hotelaria e turismo é a sua capacidade de criar emprego para a comunidade local do MI e da província de Inhambane.* ”, em contrapartida, o Diretor Provincial de Cultura e Turismo de

Inhambane faz menção à “*geração de recursos para as comunidades locais através dos empregos diretos e indiretos*”.

Ao estabelecermos uma ponte de ligação entre a situação apurada no MI com o *multiplicador de renda* (os visitantes gastam em hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento, esses gastos se transformam em renda para trabalhadores, e impulsionam as economias locais e proprietários nesses setores). Foi constatado um *alto índice de insatisfação* em relação à renda proveniente do turismo no MI, atingindo 90% entre os comerciantes, 80% entre os agricultores, 82% entre as autoridades comunitárias, 81% entre os pescadores, 78% entre os trabalhadores do setor turístico e 72% entre os consultores do ramo no MI.

Queremos associar à renda, a questão das possibilidades de *empreender* no turismo ou através do turismo, abrindo em presas, pequenos comércios formais e informais pelos stakeholders consultados no MI. Verificou-se também que a *insatisfação* é mais alta, atingindo 80% dos consultores, 64% dos trabalhadores, 84% dos pescadores, 84% dos comerciantes e 91% dos líderes comunitários acreditam que o turismo não contribui para abrir empresas ou “bancas”, enquanto os 15 representantes dos agricultores do MI estão totalmente descontentes e os artesãos demonstram insatisfação em torno de 53%.

A maximização da contribuição para a economia local através da multiplicação da renda, ainda é dificultada pela informalidade de muitos fornecedores. Frente a tal cenário, uma profissional do ramo de turismo demonstra sua inquietação:

Os vendedores dos mercados maioritariamente não são informais e não emitem recibos, os agricultores não emitem recibo, os pescadores não emitem recibo, os carpinteiros não emitem recibo, mas nós no turismo somos formais e precisam trabalhar dentro da formalidade para as vendas, sob pena de termos multas. Por isso, é importante que esses setores se formalizem, resultando em benefícios para todos os envolvidos.

Ainda sobre o multiplicador de renda, o Presidente da APHTI, garante que,

O ramo hoteleiro influencia diversos setores, tais como o comércio e a área bancária local, gerando um impacto positivo e expansivo em atividades como a pesca. No entanto, é possível identificar aspetos passíveis de aprimoramento a fim de fortalecer a conexão entre os produtores e vendedores locais com as demandas dos estabelecimentos hoteleiros. Essa maior proximidade resultaria em benefícios

claros, como o aumento da receita dos produtores locais, incremento na produção agrícola e a criação de excedentes para abastecer o mercado local. É notável que a maioria dos produtos é importada, uma vez que os produtores locais enfrentam dificuldades em vender diretamente, por não ter empresas registadas, recorrendo a intermediários que adquirem um produto por um valor baixo e o revendem com uma margem significativa — o que acarreta custos extras para os estabelecimentos turísticos.

Adentrado à reflexão acerca das *responsabilidades sociais corporativas* relacionadas ao turismo no MI, percebemos que ainda há um longo caminho a percorrer para sua efetiva realização, pois o então vereador responsável pela área do turismo foi explícito ao afirmar que “ [...] *no tocante as responsabilidades sociais, contudo os investidores as vezes não observam e nem honram com a questão das responsabilidades sociais*”.

E o líder do conselho de pesca da comunidade da praia da Barra adota uma postura ousada ao ser indagado sobre as responsabilidades sociais, expressando o seguinte:

Eles fazem relatórios a dizer que o turismo mete muito dinheiro, mas do jeito como mete esse dinheiro a gente não sabe. Porque se fossem sérios ao dizer que mete muito dinheiro iam por exemplo reabilitar o hospital de Conguiana e colocar o hospital no grupo A, por ser um bairro muito grande e que toda esta região incluindo Tofo e Nhamua, dependem deste hospital, colocando um bloco operatório, atendendo e considerando que recebem pessoas oriundas de vários países. É só a minha opção não estou a criticar o governo. Porque se metesse dinheiro mesmo nos íamos dizer que transformaram um hospital pequeno em um hospital grande. Temos o caso de Nhamua, são 5km para entrarmos até lá temos que caminhar a pé porque não tem transporte público. Do lado da pesca, eles cobram taxas aos pescadores e cobram taxas aos turistas que praticam a pesca desportiva. Nos tempos o turismo dava muito dinheiro, mas o governo decidiu cortar tudo, agora já não conseguimos nada mesmo os próprios técnicos já estão de costas viradas ao governo.

Aquelas estradas em direção a Nhamua deviam ser alargadas e alcatroadas. Eles fazem algumas ruelas que podiam ser alcatroadas e não ajudam em nada por serem muito estreitas e com muito areal, só entram os carros 4*4. Com estes grandes empreendimentos o governo devia melhorar a parte social, isso é que seria desenvolvimento, mas não acontece.

Os secretários do bairros (Conguiana e Josina Machel) onde se localizam as duas maiores praias do MI e das mais importantes de Moçambique (Praia do Tofo e da Barra), garantem que as instâncias turísticas que ajudavam com os seus programas de *responsabilidade social*, já fecharam ou até faliram por causa do jogo dos seguros, era o *Barra Lodge* na praia da Barra e *Bamboози Beach Lodge*, na praia do Tofo, aquando do fornecimento de água potável aos residentes e ao centro de saúde local e do apoio em material escolar às crianças órfãs.

Estes posicionamentos remetem-nos ao incumprimento das responsabilidades sociais é também afiançado pelo presidente da APHTI, quando diz que,

Com base nas minhas observações não só no MI, mas também um pouco na província, eu não caracterizaria como responsabilidade social, mas sim como solidariedade, a qual frequentemente está relacionada à sensibilidade e humanismo do tal operador turístico. Tipicamente, os operadores turísticos estrangeiros demonstram mais solidariedade em relação às causas da comunidade do que os operadores nacionais. Aliás, confrontar não é simples devido à escassez de investidores moçambicanos.

Os resultados extremamente negativos citados anteriormente – como insatisfação com *renda*, *emprego* e oportunidades de *investimento* e *empreendedorismo* – contradizem a abordagem filosófica desta tese, corroborada por Max-Neef (2012) e Sen (2000), os quais destacam que ao promover a autoconfiança e autodependência dos menos favorecidos, promove-se um papel ativo dessas pessoas na sociedade em várias áreas.

Há uma necessidade de no turismo, pensar-se numa *Empoderamento* e *Protagonismo* das comunidades locais do MI. A linha defendida por Amartya Sen enfatiza a ideia de “agente de desenvolvimento”, onde as pessoas são vistas como agentes ativos de mudança, capazes de influenciar suas próprias vidas e comunidades. Max-Neef fala sobre o “sujeito do desenvolvimento”, ressaltando a importância de ver os indivíduos como sujeitos ativos e não como objetos passivos de políticas de desenvolvimento.

A autodependência, pensado no empoderamento e protagonismo através do turismo e no turismo no MI, seria possível através *capacitação e desenvolvimento de habilidades* (hospitalidade, lazer, gestão de negócios, gestão do turismo, marketing e preservação cultural e ambiental); *associativismo*, *cooperativismo* e *solidariedade*; facilidades de acesso a financiamentos; apoio do governo e parceiros locais e internacionais na edificação de infra-estruturas locais.

Uma grande proposta para a autodependência seria o *turismo baseado na comunidade* (TBC) no MI pois é uma abordagem de desenvolvimento turístico que coloca a comunidade local no centro das decisões e dos benefícios. Este modelo busca promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental, garantindo que os benefícios do turismo sejam distribuídos equitativamente entre os membros da comunidade e que a cultura e o ambiente local sejam preservados.

Para tal aconselharíamos um envolvimento ativo da comunidade local em todas as etapas do planejamento, desenvolvimento e gestão das atividades turísticas propostas. E que as decisões devem ser tomadas coletivamente, garantindo que as vozes dos diferentes membros da comunidade sejam ouvidas. Os lucros gerados pelo turismo devem ser reinvestidos na comunidade. Criação de empregos locais e incentivo ao empreendedorismo comunitário contínuo. Seria interessante que nesta ação do TBC no MI, as comunidades primassem pela valorização e proteção das tradições, culturas e patrimônios locais e minimizarem os impactos ambientais negativos e promovem a sustentabilidade.

O TBC no MI é um produto complementar estratégico e importante devido ao seu potencial em 9 bairros rurais e 7 semiurbanos. Essa iniciativa inovadora busca promover o contato e a troca de experiências entre os visitantes e a comunidade local, algo que requer mais ações das autoridades locais para incentivar os residentes a se envolverem em atividades, como *passeios de barco à vela, venda de produtos agrícolas, peixes e frutos do mar*, além da *criação de micro e pequenos negócios* lucrativos que possam funcionar durante todo o ano. Com isso, pretende-se melhorar a qualidade de vida dos moradores locais, mantendo intactos os modos de produção e estilo de vida da região (Benjamim, 2016).

A essas atividades pode-se agregar o turismo de gastronomia local típica. Uma vez que considera-se estratégica e muito promissora a gastronomia típica do MI devido à conjugação de mariscos e peixes diversos à Matapa (folhas verdes e frescas de macaxeira com suco de coco e amendoim), *Xiguiinha* de cacana (macaxeira, macaxeira com suco de coco e amendoim) Molina (mistura de amendoim torado e tapioca pura), *Kathikalango* (bolo de farinha de milho), Bolo de Sura, às Bebidas tradicionais como Sura (seiva da palmeira de coqueiro fermentada), *Tontonto* (“primeirinha” de cachaça feita tradicionalmente) e ao Malcuado (fermentação de farelo).

São pratos e bebidas que devem ser transformados em atrações e em produtos turísticos de forma contínua, apostando na promoção e difusão das suas potencialidades nutricionais em

feiras gastronômicas, em *sites* e em outros canais especializados, bem como na sua venda em estabelecimentos de restauração, por forma a buscar a sua notoriedade e expressividade por acreditar-se que a longo prazo possam constituir um grande fator de atração de visitantes para o MI (Benjamim, 2016).

Há diversos *desafios* enfrentados pelas comunidades locais ao realizar essas ações conducentes ao turismo comunitários e rural, tais como: a possibilidade de a comunidade se tornar excessivamente *dependente do turismo*, ficando vulnerável a mudanças na quantidade de visitantes (sazonalidade) no MI conflitos armados (Moçambique tem um longo histórico), crises de saúde (a COVID-19 é um grande exemplo disso); A *falta de experiência* em administração e a *carência de estruturas governamentais* sólidas (o CMCI não se sente responsável por “auxiliar” as comunidades a estabelecer formalizar associações e cooperativas de pequenas economias solidárias locais, por exemplo) podem dificultar o êxito dos projetos de TBC; Inevitavelmente podem surgir *discordâncias dentro da comunidade* sobre a gestão dos recursos e a distribuição dos benefícios, afetando a harmonia social (como se tem assistido no seio dos agricultores do MI); o último desafio seria a *capacitação e instrução* continuamente para assegurar que a comunidade esteja preparada para administrar e inovar em suas ofertas turísticas comunitárias.

O turismo comunitário associado ao gastronômico e rural podem certamente garantir a autodependência das comunidades mais desvalidas do MI e, por via disso, não apenas poderia empoderar os indivíduos envolvidos (agricultores, pescadores, artesãos, oleiros, entre outros), mas também promoveria a justiça social, a liberdade e o desenvolvimento pessoal ao garantir a expansão das capacidades necessárias para a satisfação das necessidades humanas fundamentais. Dessa forma, os processos de desenvolvimento tornam-se mais equitativos e sustentáveis, ao mesmo tempo em que fortalecem a autonomia e a participação ativa dos indivíduos na construção de suas próprias trajetórias de vida.

5. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA PESQUISA

Nesta tese, procuramos perceber de que modo o turismo contribui na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza no Município de Inhambane, através de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos definidos pelo método científico escolhido para o efeito. Apresentamos uma visão que defende a ligação essencial entre o desenvolvimento e o bem-estar, a qualidade de vida e a felicidade das pessoas. Enveredamos por esta linha, uma vez que, acreditamos que é crucial permitir que cada indivíduo escolha o estilo de vida que deseja, e isso só será viável ao se concretizar a ampliação das capacidades de garantir a sobrevivência, segurança, afeto, expressão, ociosidade, participação, conhecimento, identidade e liberdade. Por exemplo, aqueles que focam exclusivamente em metas materiais correm o risco de negligenciar suas necessidades afetivas e criativas, resultando em carência nessas áreas.

Esse posicionamento contribuiu para desmistificar algumas ideias relacionadas à crença neoliberal e capitalista de que o crescimento da economia resolve tudo, bastando aumentar o PIB para que o efeito multiplicador resolva o restante. A infeliz realidade é que a grande parte dos governos ao redor do mundo, adere a essa filosofia, eventualmente por falta de alternativas ou para assegurar que os países periféricos do sul global e parte do oriente médio permaneçam mais empobrecidos e os do norte global enriqueçam sob esse modelo de progresso, o qual acarreta uma série de desafios.

Adentrando aos resultados da pesquisa, queremos salientar que, ao caracterizar de forma geral, a dinâmica do turismo no MI, de modo a conhecer o seu estágio atual, constatamos que este, apresenta uma diversidade de atrativos turísticos que o colocam em uma posição privilegiada na região e no país. O clima agradável e a presença dos “*big five do mar*” (tubarão, tubarão-baleia, tartaruga marinha, raia manta e golfinhos) no MI, proporcionam condições essenciais para o turismo ao longo de todas as estações do ano, especialmente voltado para o turismo de sol, praia e mar. Essas condições também favorecem práticas emergentes como o mergulho recreativo e de grande profundidade, já amplamente apreciado nas praias de Barra e Tofo. Além disso, o turismo de aventura náutico, ecoturismo marinho e costeiro, turismo esportivo recreativo e profissional náutico, assim como o turismo de saúde, como a talassoterapia, também são opções atrativas na região.

Em relação à gastronomia do MI, é fundamental destacar que ela é extremamente rica e variada, já que os pratos emblemáticos do MI receberam e continuam a receber influência de uma combinação das culturas local, islâmica, indiana e portuguesa. Quanto às edificações históricas do MI, também com evidências da influência local, islâmica, indiana e portuguesa, o destaque vai para o seu rico patrimônio arquitetônico, que inclui igrejas, museus, cartórios, escolas, prisões, hotéis, mercados, bibliotecas, entre outros. Desta forma, a estrutura urbana atual se destaca pela diversidade e harmonia arquitetônica, oferecendo locais que expressam aspectos culturais característicos de Moçambique, eventos históricos e influências globais, propícias para o turismo cultural, urbano e religioso.

O MI oferece uma variedade de instalações de hospedagem e restaurantes, serviço de aluguel de veículos, além de escolas de mergulho, consolidando sua posição estratégica na região. Mesmo diante de obstáculos como a ausência de diretrizes para promover o turismo sustentável, carências e estágios avançados de degradação nas infraestruturas de transporte e acesso, altos índices de corrupção, deficiências em saneamento e falta de estrutura para apoiar o comércio de artesanato e produtos agrícolas, entre outras pautas.

Na análise das políticas públicas de turismo em Moçambique, o segundo objetivo da nossa pesquisa, verificamos que de fato existem políticas públicas relacionadas com o turismo; a maioria delas é bem estruturada, embora apresente um elevado grau de complexidade e seja executada de maneira irregular, conforme apontado pelo PEDTM (2015). Nesta linha, percebemos que há um excesso de regulamentos, programas e serviços governamentais que não são efetivamente utilizados, servindo muitas vezes apenas para satisfazer os interesses dos políticos e burocratas em ampliar seu poder na sociedade. Sem se esquecer de que a proliferação desses instrumentos leva a uma burocracia excessiva, tornando difícil a coordenação e execução eficaz das políticas públicas do turismo em Moçambique.

De mais a mais, observa-se que em Moçambique, as políticas públicas, de modo geral, e aquelas relacionadas ao turismo, em particular, são elaboradas de forma centralizada e sem observar para a questão da separação de poderes. Esse último ponto é bastante prejudicial, uma vez que frequentemente percebe-se a falta de autonomia no funcionamento da administração pública, inclusive nos tribunais. Aliás, até mesmo as entidades responsáveis pelo processo eleitoral são influenciadas por interesses partidários em Moçambique.

A concepção de políticas públicas, precisa dar prioridade à participação local, baseada numa compreensão profunda dos comportamentos participativos dos pobres, numa abordagem de baixo para cima, em pesquisa e formulação de políticas, adotada a fim de substituir ou complementar a abordagem tradicional de cima para baixo. As redes horizontais participativas são um formato desejável para a construção de políticas públicas porque promovem a inclusão e a colaboração entre diversos atores sociais (comunidades, governo, empresas, acadêmicos, ONGs, consultores, etc.). Nesse modelo, todos os participantes têm voz e poder decisório, o que fortalece a democracia e a legitimidade das políticas públicas implementadas.

Em resumo, embora as políticas públicas de turismo em Moçambique sejam bem-intencionadas, sua complexidade e a implementação irregular, aliadas ao excesso de regulamentação e à influência político-partidária, dificultam a sua eficácia. Para superar esses desafios, é crucial adotar uma abordagem mais simplificada, inclusiva e transparente, com foco na capacitação, descentralização e acima de tudo a despartidarização do aparelho Estado.

Durante a pesquisa, ao aferir as formas de envolvimento das comunidades locais nos negócios turísticos no MI, os achados mais relevantes, ressaltam a importância socioeconômica do turismo no MI. Uma região com histórico de desemprego elevado, escassa presença industrial e poucas alternativas de entretenimento, o turismo desempenha um papel crucial desde os tempos anteriores à independência em 1975. O turismo impulsiona, até certo ponto, a economia e o desenvolvimento social, gerando empregos, renda e receitas fiscais, além de proporcionar espaços de lazer e atrair visitantes. No entanto, ao considerarmos de forma mais pragmática, notamos a existência de diversos obstáculos que impedem a concretização do tão desejado desenvolvimento, tornando-o simplesmente uma ilusão, pelo menos até então.

Com uma presença multinacional, principalmente com investimento empresarial maioritariamente sul-africano, os estabelecimentos do turismo no MI se destacam por serem de pequeno porte, que também seguem numa abordagem neoliberal, onde o lucro é o principal objetivo, a maioria das empresas de hotelaria e turismo do MI negligenciam significativamente o cumprimento de suas responsabilidades sociais. Os pequenos focos de responsabilidade social (pelos Bôeres de “bom coração” que dão lanchinho para as crianças) têm sido vistos como “ajuda divina” pelas comunidades locais.

Não obstante a importância inquestionável do turismo para a criação de empregos locais, observam-se indícios fortes de precariedade no trabalho devido à violação dos direitos dos

trabalhadores (excesso de horas de trabalho sem pagamento extra, falta de folgas, por exemplo), à falta de capacitação profissional e à aplicação de salários significativamente abaixo da média nacional de Moçambique.

Em síntese, o impacto do projeto capitalista de modernização e liberalização de espaços no contexto do turismo, focando na crítica de que este modelo associado aos apetites dos governos globais – BM e FMI – tem a maior incidência na produção da pobreza estrutural e multidimensional voltado para satisfação das elites (política, financeira, industrial e de monoculturas) e é intrinsecamente excludente e segregacionista.

Nossos principais resultados indicam que, em geral, o turismo promovido por este modelo não beneficia significativamente as comunidades pobres e marginalizadas. Ao contrário, muitas vezes perpetua ou até exacerba desigualdades existentes, trazendo entraves capitais na autonomia das comunidades locais. Todavia, identificamos, como proposta, experiências que vão na contramão deste discurso hegemônico, como o turismo de base comunitária e o turismo rural, que mostram potencial para promover inclusão social e benefícios econômicos mais amplos. Pode, sob certas condições, ser implementado no MI.

Ao explorar o quarto objetivo da pesquisa sobre a participação cidadã no turismo no MI, percebemos que ao nos basearmos no modelo de participação cidadã apresentado por Alió (2013), o MI enquadra-se melhor no modelo de participativo restrito ou da não-participação de Arnstein (2002) visto que, não detém qualquer instrumento, sistema ou regulamento de participação e consulta cidadã claramente estabelecidos, conhecidos e exequíveis. As reuniões ou consultas comunitárias ocorrem de forma específica, esporádica e pontual, normalmente limitadas a determinados grupos sociais e econômicos, como os operadores turísticos das principais praias do MI (Barra, Tofo e Tofinho) e da cidade de Inhambane, que formam os “grupos de interesse” locais.

Os munícipes do MI, acabam defendendo seus direitos por canais não definidos com clareza e geralmente arbitrários, situação que provoca divergências entre os cidadãos e o conselho municipal, mostrando que os processos participativos no MI, aparecem como práticas experimentais que carecem de solidificação metodológica, capacitação técnica e uma maior conscientização e suporte pelo poder político, trazendo à superfície as barreiras participativas no turismo.

Por fim, a partir do momento em que a função clássica fundamental dos municípios, qual seja criar e prestar serviços básicos de serventia pública e a garantia da cidadania, democracia, do

bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes, entendemos que deve ser visto como um agente catalisador do desenvolvimento econômico e social local em benefício da coletividade, e não um mero órgão inerte como acontece em muitos casos na realidade moçambicana, onde nos deparamos com municípios com problemas sérios de democracia participativa e cidadania, caracterizadas pela parcialidade e favoritismos propiciados pelas preferências partidárias, atreladas à corrupção desenfreada. Fatores que acabam relegando a maior parte da sociedade e da comunidade desfavorecida à margem dos acontecimentos.

Com estes resultados, assumimos que a pesquisa mostrou que o desenvolvimento a partir do turismo no MI é uma ilusão. As populações não conseguem, pelo menos através do turismo, satisfazer as suas necessidades adequadamente, ou seja, não conseguem expandir as suas capacidades para satisfazer as suas necessidades e alcançarem patamares mais elevados de desenvolvimento, como a liberdade, o bem-estar e a felicidade.

Notavelmente, estamos a afirmar que os achados deste estudo têm várias implicações tanto teóricas quanto práticas. Teoricamente, a pesquisa contribui para a crítica do discurso hegemônico que equaciona crescimento econômico com desenvolvimento social, demonstrando que esta premissa não se sustenta de forma generalizada. Este trabalho reforça a necessidade de reavaliar as narrativas predominantes sobre o desenvolvimento econômico e o papel do turismo dentro delas no geral e no MI em particular (a famigerada capital do turismo). Na prática, os resultados sugerem que políticas públicas e iniciativas privadas (fortificação das parcerias) no setor do turismo precisam ser repensadas para incluir e beneficiar as comunidades locais, especialmente as mais desfavorecidas socioeconomicamente. Experiências de turismo de base comunitária e rural, que envolvem diretamente as comunidades na gestão e nos benefícios do turismo, emergem como modelos viáveis e sustentáveis que poderiam ser objeto de reflexão e mais amplamente promovidos.

Apesar das contribuições supra, esta pesquisa apresenta algumas limitações. Inicialmente, a análise foi restringida pela falta de ampliação da amostra para mais participantes devido a restrições temporais e de recursos disponíveis. Além disso, é relevante apontar algumas limitações relacionadas à ausência de certas estatísticas específicas de Moçambique e do MI. Por exemplo, informações como o Índice de Desenvolvimento Humano no MI, o Índice de Pobreza no MI, a quantidade de trabalhadores no setor do turismo, a receita proveniente dessa atividade, evasão fiscal nesse setor, fuga de capitais estrangeiros devido ao alto investimento sul-africano e outros

dados desatualizados e inexistentes. Uma restrição significativa é a falta de uma aplicação abrangente da abordagem das Necessidades Humanas Fundamentais de Max-Neef.

Com base nas limitações e nos achados da pesquisa, sugerimos várias pistas para pesquisas futuras. Seria bastante útil estudar os mecanismos para garantir a retenção dos capitais gerados pelo setor turismo no MI. Estudar mecanismos de formalização ou legalização das pequenas economias solidárias do MI – formar cooperativas, associações ou empresas para agricultura, pesca, artesanato, carpintaria e olaria. Criar estratégias de concepção e desenvolvimento de produtos turísticos que possam compor o portfólio do turismo comunitário e realizar uma comparação com outros destinos similares, como Vilankulos, Pemba, ou mesmo países diferentes.

Sugere-se realizar uma análise comparativa sobre como o turismo contribui para o desenvolvimento em dois destinos turísticos, utilizando a matriz das capacidades humanas apresentada neste estudo, sobretudo, com resultados efetivos no que concerne às melhorias sociais, estruturais e ambientais de um território que pode servir de referência no contexto da análise comparativa.

6. REFERÊNCIAS

- Afonso, R. S., Marques, J. M. (1998). *Recursos minerais de Moçambique: contribuição para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Desenvolvimento humano em África”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-7-pt>.
- Akinboade, O. & Braimoh, L. (2010). International tourism and economic development in South Africa: A granger causality test. *International Journal of Tourism Research* 12, 149–163.
- Aldao, C., Blasco, D., Poch Espallargas, M. & Palou Rubio, S. (2021). Modelling the crisis management and impacts of 21st-century disruptive events in tourism: the case of the COVID-19 pandemic, *Tourism Review*, 76 (4), 929-941.
- Alió, M. À. (2005). *Una altra visió sobre les relacions entre la societat i la natura. Aportacions des d'una recerca participativa sobre el planejament ambiental*. Treballs de la Societat Catalana de Geografia, Barcelona, Societat Catalana de Geografia-Institut d'Estudis Catalans, 60, 129-143
- Alió, M. À. (2013). Experiencias de investigación participativa socioambiental em Catalunya. *Mercator*, 12 Número especial (2)(set), 133-144.
- Araújo, Suelene C. (2022). *Desenvolvimento Endógeno e Turismo Comunitário: a Comunidade Cachoeira*. <http://monografias.brasilecola.com/turismo/desenvolvimento-endogeno-turismo-comunitario-comunidade-cachoeiranova.htm>.
- Ashley C, Goodwin H & Roe D (2000). *Pro-poor tourism: Putting poverty at the heart of the tourism agenda*. ODI paper no. 51. London: Overseas Development Institute.
- Ashley, C. & Jones, B. (2001). *Joint ventures between communities and tourism investors: Experience in southern Africa*. *International Journal of Tourism Research* 3 (2), 407–423.
- Augusto, Lúcio G. C. et al. (2005). *Estudo do impacto ambiental: projeto de desenvolvimento do complexo turístico do Tofinho na praia do Tofinho*. Inhambane.
- Azevedo H., Nhantumbo S. & Banze E. (2017). Políticas Públicas e o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique: *Análise da Implementação do Plano estratégico do Município de Inhambane (2009-2019)*. Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Moçambique.

Obtido de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/28206/21166>.

- Azevedo, F. F. & Anastasia, F. (2002). Governança. “Accountability” e Responsabilidade: Reflexões sobre a institucionalização: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. *Revista de Economia e Política*, 22(1), 85.
- Azevedo, F. F. (2008). Desenvolvimento local e capital social: uma abordagem teórica. Aracaju: *Revista Geonordeste*, Ano XIX, 1, 87 – 105.
- Azevedo, H. (2014). *A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.
- Baeza, A., & Estarellas, B. (2013). *Desarrollo local y procesos participativos*. VIII Coloquio de desarrollo local desarrollo local en tiempos de crisis: ¿el retorno a los recursos endógenos? Baeza, del 28 al 30 de junio.
- Banco Mundial (2012). *Managing Risk, Promoting Growth: Developing Systems for Social Protection in Africa: The World Bank’s Africa Social Protection Strategy 2012-2022*, Washington, DC.
- Barbosa, L. G. M., Martelotte, M. C. & Zouain, D. M. (2006). Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local. In: *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 1(2). <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/viewFile/56/613/4334>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, T. (2017). Human rights obligations of international hotel chains. In *Sustainability in Hospitality*, 8-24. Routledge.
- Baum, T. (1994). The development and implementation of national tourism policies. *Tourism Management*, 15 (3), 185-192. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(94\)90103-1](https://doi.org/10.1016/0261-5177(94)90103-1)
- Baum, T. (2015). *Human Resource Management for Tourism, Hospitality and Leisure: An International Perspective*. Thomson Learning.
- Baum, T., & Hai, N. T. T. (2019). Applying sustainable employment principles in the tourism industry: righting human rights wrongs? *Tourism Recreation Research*, 44(3), 371- 381.
- Beni, M. C. (2002). *Análise estrutural do turismo*. (7ª ed.) São Paulo: Editora Senac. São Paulo.

- Beni, Mário (2013). *Políticas públicas do turismo no Brasil*. Revista Internacional em Língua Portuguesa, Lisboa, Serie. 3, n. 26, p. 61-74.
- Benjamim, L. F. (2016). *Estratégias para a conceção e desenvolvimento de produtos turísticos no Município de Inhambane (Moçambique)*. Dissertação de Mestrado em Turismo especialização em gestão estratégica de destinos turísticos. Pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Portugal. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18229/1/2016.04.009_.pdf.
- Besserman, S. Indicadores (2005). In Trigueiro, A. *Meio ambiente no século 21*, (4ª ed.) Campinas, São Paulo.
- Blake, A., Arbache, J. S., & Sinclair, M. T. (2008). Tourism and poverty relief. *Annals of Tourism Research* 35(1): 107–126.
- Boniface, B. G. & Cooper, C. (1994), *The Geography of Travel & Tourism*, Second Edition.
- Boniface, C. & Cooper, C. (2001), *World Wide Destinations-The Geography of Travel and Tourism*, (3ª ed.). Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Booth, D. (1985) *Marxism and development sociology: Interpreting the impasse*. World Development 13 (7), 761–87.
- Boratti, J. V., Rocha, J. M. (2008). Desenvolvimento e turismo sustentável: (re) definindo conceitos e estigmas. Em: *Revista & Debate*, Lajeado, 15(1). https://www.univates.br/files/files/univates/editora/arquivos_pdf/estudo_debate/v15_n_1_2008/1_Desenvolvimento.pdf.
- Bramwell B. & Lane B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism* 19, 411-421. Routledge.
- Brau R, Lanza A & Pigliaru F (2007). How fast are small tourism countries growing? Evidence from the data for 1980–2003. *Tourism Economics* 13(4): 603–614.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2014). *Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (93), 33-60. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>.
- Britton, Stephen G. (1982). The political economy of tourism in the third world. *Annals of tourism research*. 9, 331-358.
- Brohman, J. (1996a). New directions in tourism for third world development. *Annals of Tourism Research* 23 (1), 48–70.

- Brohman, J. (1996b). *Popular Development Rethinking the Theory and Practice of Development*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, F. & Hall, D. (Eds.) (2000). *Tourism in Peripheral Areas: Case studies*. Chanel View Publications.
- Buhalis, Dimitrios et al., (2023). Tourism 2030 and the contribution to the sustainable development goals: the tourism review viewpoint. 78 (2), 293-313. Emerald Publishing Limited, ISSN 1660-5373. *Tourism Review*. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/TR-04-2023-620/full/html>.
- Butler, R. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer / Le Géographe canadien*, 24, 5-12.
- Cachat, Séverine (2018). *Ilha de Moçambique uma herança ambígua*. Maputo: Alcance Editores.
- Cadernos de Desenvolvimento (2006). Ano, nº 1. Rio de Janeiro: centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 280.
- Cardoso, F.H. & Faletto, E. (1979). *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Castells, M. (2003a). Global Information Capitalism. In A. G. McGrew & D. Held (Eds.), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*, 311–334. Cambridge: Polity Press.
- Castells, M. (2003b). The Rise of the Fourth World. In A. G. McGrew & D. Held (Eds.), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*, 430–439. Cambridge: Polity Press.
- Chambule, A., Mutimucio, D. L., Macuacua, L., Macuacua, H. F., Silva, N., Muzamulo, U. I., Languane, O. J., Cumbe, F. R., Massingarrele, O. S. & Mudema, J. (2009). *Plano Estratégico do Município de Inhambane 2009-2019*. CMCI - Conselho Municipal da Cidade Inhambane. Cidade de Inhambane, Moçambique.
- Chhetri, A., Chhetri, P., Arrowsmith, C., and Corcoran, J. (2019). Modelling tourism and hospitality employment clusters: a spatial econometric approach. Em: *Tourism Planning and Development*, 92-118. Routledge.
- Chok, S., Macbeth, J. & Warren, C. (2007). Tourism as a tool for poverty alleviation: A critical analysis of ‘pro-poor tourism’ and implications for sustainability. *Current issues in Tourism*, 10(2-3), 144-165.

- Christie, I.T. (2002). Tourism, growth and poverty: Framework conditions for tourism in developing counties. *Tourism Review* 57(1/4), 35–41.
- Cistac, G. (2012). *Institucionalização, organização e problemas do poder local*: Curso de pós-graduação em direito municipal comparado dos países de língua oficial portuguesa. Jornadas de direito municipal comparado lusófono. Lisboa. <https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Cistac-Gilles-Institucionalizacao-organizacao-e-problemas-do-poder-local.pdf> . Recuperado em 14/10/2022.
- Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., & Wanhill, S. (2008). *Tourism: Principles and Practice*. Prentice Hall.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., Wanhill, S., & Shepherd, R. (1998). *Tourism: Principles and Practice* (2nd ed.). New York: Longman.
- Coutinho, A. & Nóbrega, W. (2019). Governance in tourist destinations - challenges in modern Society RBTUR. *Research Gate*. <https://www.researchgate.net/publication/335840743>
- Coutinho, A. C. A. (2005). *Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instancias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Coutinho, A. C. A., Azevedo, F. F. & Nóbrega, W. (2020). Articulação de Rede Social no Processo de Desenvolvimento Turístico: O Caso no Rio Grande do Norte/Brasil. *Revista Turismo Visão e Ação*. Obtido de: <https://www.researchgate.net/publication/339291909>
- Crick, M. (1989). Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings, and servility. *Annual Review of Anthropology* 18: 307–44.
- Croes, R. & Vanegas, M. (2008). Cointegration and causality between tourism and poverty reduction. *Journal of Travel Research* 47: 94–103.
- Croes, R. (2012). Assessing tourism development from Sen's capability approach. *J. Travel Res.* 51(5), 542–554.
- Croes, R. (2014). The role of tourism in poverty reduction: An empirical assessment. *Tourism Economics* 20(2), 207–226.
- Cruz, I., (2006). *Human Development assessment through the Human-Scale Development approach: integrating different perspectives in the contribution to a Sustainable Human Development Theory*. PhD dissertation, Polytechnic University of Cataluna, 122.

- Cunha, L. (2013). *Economia e política do turismo*. (3ª ed.) Lisboa: Lidel.
- D'Angelis B. C. S. & Silva R. F. C. (2014). Alívio da Pobreza Através do Turismo Sustentável: análise do Plano Amanhecer da Paraíba. *Revista Turismo em Análise*. 25, 1. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v25i1p32-50>
- Das, J. & DiRienzo, C. (2010). Tourism competitiveness and corruption: A cross-country analysis. *Tourism Economics* 16(3), 477–492.
- De Pieri, V., & Panosso Netto, A. (2015). *Turismo internacional: fluxos, destinos e integração regional*. Boa Vista: UFRR.
- Deloitte and Touche, IIED & ODI (1999). *Sustainable Tourism and Poverty Elimination: A Report for the Department for International Development*. UK: DFID.
- Demo, P. (1987). Introdução ao ensino da metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo: Atlas.
- Demo, P. (2002). Avaliação qualitativa. 7.ed. Campinas: Autores Associados.
- Dencker, A. F. M (2004). *Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Dhar, R. L. (2015). Service quality and the training of employees: The mediating role of organizational commitment. *Tourism Management*, 46, 419-430. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.08.001>.
- Dias, R. (2003). *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Dieke, P. (1995). *Tourism and structural adjustment programmes in the African economy*. *Tourism Economics* 1(1), 71–93.
- Dieke, P. (2000). *The Political Economy of Tourism Development in Africa*. New York: Cognizant Communication Corporation.
- Dio, R. A. T. D. (1979). Prefácio à edição brasileira. Em: Campbell, D. T., Stanley, J. C. *Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa*. São Paulo: EPU.
- Domingos, Cleotilde T. (2012). *Políticas públicas de promoção turística e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em Vilankulos/Moçambique*. 139 p. (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto USP.
- DPCTI – Direção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane (2020). *Cadastro de estabelecimentos turísticos da província - 2023*. Inhambane

- Dredge, Dianne & Jenkins, John (2011). *Stories of Practice: Tourism Policy and Planning. New Spaces of Tourism Planning and Policy New Spaces of Tourism*. Ashgate publishing printing.
- Dritsakis, N. (2004). Tourism as a long-run economic growth factor: An empirical investigation for Greece using causality analysis. *Tourism Economics* 10(3), 305–316.
- Durbarry ,R. (2004). Tourism and economic growth: The case of Mauritius. *Tourism Economics* 10(4), 389–401.
- Durbarry, R, (2002). The economic contribution of tourism in Mauritius. *Annals of Tourism Research* 29(3), 862–865.
- Dwyer, L., Gill, A., & Seetaram, N. (2012). *Handbook of Research Methods in Tourism: Quantitative and Qualitative Approaches*. Edward Elgar Publishing.
- Dye, T. R. (2010). *Mapeamento dos modelos de análise das políticas públicas*. Em: Heidemann, F. G., Salm, J. F. (2010). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. (2ª ed.) Brasília. Unb, 99-128.
- Escobar, A. (1995). *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press.
- Espada, R. R. C. (2011). *Alqueva: Roteiro para o Desenvolvimento do Turístico Sustentável* (Dissertação de mestrado em Turismo, ramo de Gestão Estratégica de Destinos Turísticos) Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril.
- Eugenio-Martin, J. L., Martín-Morales, N. & Sinclair, M.T. (2008). The role of economic development in tourism demand. *Tourism Economics* 14(4), 673–690.
- Eugenio-Martin, J., Morales, N. & Scarpa, R. (2004). *Tourism and economic growth in Latin American countries: a panel data approach*. FEEM Working Paper, 26. <http://www.feem.it/userfiles/attach/Publication/NDL2004/NDL2004-026.pdf>.
- Faria, D. M. C. P (2012). *Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR.
- Fazito, M. (2015). *Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento*. Em: Perspectivas contemporâneas de análise em turismo, Silvio Lima Figueiredo, Francisco Fransualdo de Azevedo, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (Org.). Belém: NAEA, 108-126.

- Fernandes, I. P. & Coelho, M. F. (2002). *Economia do Turismo: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro. Elsevier. Editora Campus.
- Ferrão, V. (2002). *Compreender Moçambique: política, economia e fatos básicos*. Maputo. Diname.
- FIAS – Foreign Investment Advisory Service (2006). The tourism sector in Mozambique: a value chain analysis, *Foreign Investment Advisory Service, International Finance Corporation and The World Bank*, 1(1).
http://www.ifc.org/ifcext/fias.nsf/Content/FIAS_Resources_Country_Reports.
- FIAS – Foreign Investment Advisory Service (2006). *The tourism sector in Mozambique: a value chain analysis*. <http://www.acismoz.com/wpcontent/uploads/2017/06/000009.pdf>.
- Fleury, S. (2005). Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. *Administração Em Diálogo*, 7, 77–89.
- Foster, D. (1985). *Travel and Tourism Management*. (1st ed).
- Fratucci, A. C. (2014). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo*. Em. T. D. Pimentel, M. L. Emmendoerfer & E. L. Tomazzoni. *Gestão pública do turismo no Brasil*. (pp. 39-64). Caxias do Sul: Educs.
- Freire, P. (2016). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRELIMO (1971). Departamento de Educação e Cultura. *História de Moçambique*. Porto: Oficinas Gráficas Reunidas.
- Friedmann, J. & Douglas, M. (1978). *Agropolitan development: Towards a new strategy for regional planning in Asia*. Em: Fu-Chen Lo & K. Salih (Eds) *Growth Pole Strategy and Regional Development Policy Asian Experience and Alternative Approaches*, 163–92. Toronto: Pergamon Press.
- Furtado, C. (1978). *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. Editora Nacional, 3.
- Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional. In: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b9b3436fc4466e9>
- Furtado, C. (1984). *Cultura e Desenvolvimento em Épocas de Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. In: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b9b3436fc4466e9>
- Furtado, C. (1985). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: círculo do livro S.A.

- Gadotti, M. (2000). *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis. (Série Brasil cidadão).
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2016). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: GEN: Atlas.
- Goeldner, C. R., Ritchie, J. R. B. & McIntosh, R. W. (2002). Trad. Roberto Cataldo Costa. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. (8ª ed.) Porto Alegre: Bookman.
- Goodall, B. & Ashworth, G. (1988). *Marketing in the Tourism Industry: The Promotion of Destination Regions*, First publication by Croom Helm in association with Methuen, Inc.
- Governo de Moçambique (2015). *História de Moçambique*. Portal do Governo. <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique>.
- Guambe, J. (2007). *Turismo na Zona Costeira de Inhambane*, Maputo: UEM.
- Gustavo, N. (2012). Modelos e Processos de Gestão em Negócios Turísticos. Tendências num Contexto de Mudança. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 17, 67-685.
- Gyford, J. C. (1991). *Consumers and Council. Local Government and the Public*. Londres: MacMillan.
- Hall, C. M, Jenkins, J. (2007). *Turismo e política pública*. Em. Lew, A., Hall, C., Williams, A. *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Ciência e Técnica, 587-602.
- Hall, C. M. & Tucker, H. (2004). *Tourism and Postcolonialism: Contested discourses, identities and representations*. Routledge. Otago, New Zealand.
- Hall, C. M., & Lew, A. A. (2009). *Understanding and Managing Tourism Impacts: An Integrated Approach*. Routledge.
- Hall, C. M., & Page, S. J. (2014). *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place and Space*. Routledge.
- Hettne, B. (1990). *Development Theory and the Three Worlds*. New York: Longman Scientific & Technical.
- Hettne, B. (1995). *Development Theory and the Three Worlds* (2nd ed.). New York: Longman
- Hidalgo, M. M. (2000). ¿Es el turismo un buen instrumento para el desarrollo humano de Cusco? *Crónicas urbanas*. Cusco, 8, 13-32. (editada por el Centro Guaman Poma de Ayala, Cusco, Perú).
- Hidalgo, M. M. (2008). *Introducción a las teorías del desarrollo*. En: Piqueras, A.I. et al. (Coords.). *Desarrollo y cooperación: un análisis crítico*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 91-112.

- Holden, A. (2013). *Tourism, Poverty, and Development*. New York: Routledge.
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235557/28524>
- Humboldt-Universität Zu Berlin – HUB (2002). *Gestão de zonas costeiras e turismo: contribuição para a redução da pobreza, transformação de conflitos de meio ambiente em Inhambane/Moçambique*. Berlim: HUB.
- IMF – International Monetary Fund (2023). *World Economic Outlook. Navigating Global Divergences*. Washington, DC. October.
- INATUR – Instituto Nacional do Turismo (2014). *Descubra Moçambique*. Maputo: INATUR.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2015). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2014/2015: Quadros básicos*. Maputo: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2016). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2014/2015*. Maputo: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2019). *IV Recenseamento Geral da população e Habitação 2017: Resultados Definitivos*. Maputo: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2020). *Estatísticas do Turismo 2019 - Província de Inhambane*
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2020). *Resultado do Inquérito sobre o Impacto da Covid-19 nas Empresas*. Maputo: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatísticas (1999). *Estatísticas Setoriais - Turismo*. Maputo: INE.
- INE, Instituto Nacional de Estatísticas, Anuário Estatístico (2019). Inhambane. Maputo: INE.
- Inskeep, E. & Kallenberger, M. (1992) *An Integrated Approach to Resort Development: Six Case Studies, A Tourism and the Environment Publication*. Madrid: World Tourism Organisation.
- Instituto Nacional de Planeamento Físico de Moçambique – INPF (1991a). *Plano de estrutura da cidade de Inhambane*. Maputo: INPF
- _____(1991b). *Plano de estrutura da cidade de Inhambane: parte I – análise*. Maputo: INPF
- Jacobi, P., Pinho, J. A. (2006). (Orgs.), *Inovação no campo da Gestão Pública Local: Novos Desafios, Novos Patamares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 204.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y sociedad*, 42(1), 39-56.

- Kadt, E. de (1979). *Tourism: Passport to Development?* Oxford: Oxford University Press.
- Kim, H. J., Chen, M. H. & Jang, S. S. (2006). Tourism expansion and economic development: The case of Taiwan. *Tourism Management*, 27, 925–933.
- Kim, N. & Lee, C. K. (2012). Granger causality among tourism development, foreign direct investment and economic growth: The case of Korea. *Korean Journal of Tourism Research* 27(3): 43–57.
- Kim, N. & Pyun, J. H. (2016). The relationship among tourism, poverty, and economic development in developing countries A panel data regression analysis. *Tourism Economics*. <https://www.researchgate.net/publication/311438227>.
- Kim, N. (2012). *Tourism destination competitiveness, globalization, and strategic development from a development economics perspective*. Ph.D. dissertation, Urbana-Champaign, University of Illinois.
- Ki-zerbo, J. (2009). *História da África Negra*. Mem Martins: Publicações Europa-América. Madrid: UNWTO.
- Klak, T. (1998). *Thirteen theses on globalisation and neoliberalism*. Em: T. Klak (Ed.) *Globalization and Neoliberal Development*, 3–24. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- Krippendorf, J. (1984). *The Holiday Makers: Understanding the impact of leisure and travel*, First edition.
- Krippendorf, J. (1987). *The holiday makers: Understanding the impact of leisure and travel*. Heinemann. Londres.
- Krippendorf, J. (2003). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. (3ª ed.) São Paulo. Editora Aleph.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (1999). *Metodologia do trabalho científico*. (4ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos metodologia científica*. (4ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2004). *Metodologia científica*. São Paulo: Editora. Atlas.
- Langa, L. & Monjane, C. (2014). *Guião de participação da sociedade civil e cidadãos no funcionamento das assembleias municipais*. *Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil*

(MASC).

Maputo.

[www.caicc.org.mz/conteudos/documentos/MASC/Guiao Assembleia Municipal.pdf](http://www.caicc.org.mz/conteudos/documentos/MASC/Guiao_Assembleia_Municipal.pdf).

- Lanzarini, R. & Barreto, M. (2014). Políticas públicas no Brasil para um turismo responsável. *Revista Turismo. Visão e Ação - Eletrônica*, 16 (1).
- Laville, C., Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lemos, L. (2005). *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph.
- Lickorish, L. & Jenkins, C. (1996). *An introduction to tourism*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- Lister, R. (2004). Poverty and Social Justice: recognition and respect. Third Bevan Foundation *Annual Lecture*. The Bevan Foundation Aneurin Bevan House 40. Castle Street Tredegar. <https://www.bevanfoundation.org/wp-content/uploads/2011/12/Ruth-Lister-2004.pdf>.
- Malta, G. A. P. & Faria D. M. C. P. (2016). Perspectivas da redução da pobreza pelo turismo: proposta metodológica para a análise do projeto de 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional em minas gerais (2007 / 2010). *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII*, 3(35). Dezembro de 2016 - Salvador, BA, 759 – 787.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. V. (2004). *Metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Marconi, M. de A. e Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos da metodologia científica*. 8 ed. São Paulo: GEN: Atlas.
- Marrupí, A. (2007). *Caracterização socioeconômica e desigualdades regionais em Moçambique 1997 e 2003*. 97f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Mathieson, A. & Wall, G. (1982). *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, London: Longmans.
- Mattar, F. N. (2001). *Pesquisa de marketing*. (3ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Matthews, H. G. (1978) *International Tourism a Political and Social Analysis*, Cambridge: Schenkman Publishing Company.
- Max, K. (2023). *O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Livro 1. Biotempo Editorial. <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>.

- Maxlhaieie, P. J. (2015). *Patrimônio e desenvolvimento do turismo: percepções sobre o espaço turístico do Município de Inhambane em Moçambique* (Dissertação de Mestrado em Geociências – Gestão Territorial) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Maxlhaieie, P. J. (2021). *A atividade turística no processo de Urbanização das cidades moçambicanas*. Tese no âmbito do Programa Doutoral em Planeamento do Território, apresentada ao Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Max-Neef, M. A., Elizalde, A. & Hopenhayn, M. (2012). *Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores*. Blumenau: EdiFurb.
- Max-Neef, M., (1991). *Human Scale Development: conception, application and further reflections*. New York: The Apex Press.
http://www.areanet.org/fileadmin/user_upload/papers/Max-neef_Human_Scale_development.pdf.
- Mazón, M., A. I., Moraleda & L. F, Fayos-Solà, E. (2012). Turismo como instrumento de desarrollo: Una visión alternativa desde factores humanos, sociales e institucionales. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10(5), 437-469.
- Mbaiwa, J. (2005). The problems and prospects of sustainable tourism development in the Okavango Delta, Botswana. *Journal of Sustainable Tourism*, 13(3), 203–227.
- Micco, A. & Serebrisky, T. (2006) Competition regimes and air transport costs: The effects of open skies agreements. *Journal of International Economics*, 70(1), 25–51.
- MICOA, CDS-ZC & CMCI – *Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental, Centro de Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras e Conselho Municipal da Cidade de Inhambane* (2002). *Avaliação Ambiental Estratégica e Macrozoneamento de TBT* (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha). Maputo: CDS-ZC (MICOA).
- Milani, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV. 42(3), 55-79.
- Mitchell, J, & Ashley, C. (2010). *Tourism and Poverty Reduction: Pathways to Prosperity*. London: Earthscan.

- Moçambique (1991a). Instituto Nacional de Planeamento Físico. *Plano de estrutura da cidade de Inhambane*. Maputo: INPF.
- Moçambique (1991b). *Plano de estrutura da cidade de Inhambane: parte I – análise*. Maputo: INPF.
- Moçambique (2005). Ministério da Educação e Cultura. Direção Nacional de Cultura. *Inventário nacional de monumentos, conjuntos e sítios: patrimônio cultural*. Maputo: UNESCO.
- Moçambique (2013). Ministério da Administração Estatal. *Divisão administrativa de Moçambique por províncias, distritos, postos administrativos e localidades*. Maputo: MAE.
- Moraes, R. (1999). *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, 22(37) 7-32.
- Mosca, J. (1989). A estrutura agrária de Moçambique no período pré-independência. Maputo: Ministério da Agricultura, mimeografado.
- Mosca, J. (2005). *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mowforth, M., & Munt, I. (2015). *Tourism and Sustainability: Development, Globalisation and New Tourism in the Third World*. Routledge.
- MTUR – Ministério do Turismo (2005). *Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas*. Brasília.
- Muganda, M, Sahli, M. & Smith, K. A. (2010). Tourism's contribution to poverty alleviation: A community perspective from Tanzania. *Development Southern Africa* 27(5), 629–646.
- Murphy, P. E. (1985). *Tourism: A community Approach*, first published by Methuen, Inc.
- Murphy, P.E. (1994). *Tourism and sustainable development*. Em: W.F. Theobald (Eds.), *Global Tourism: The Next Decade*, Oxford, Butterworth-Heinemann.
- Nascimento, A. M. V., Rocha, L. K. S., Azevedo, F. F. de & Morais, I. R. D. (2013). Turismo e Transformações Socioespaciais: uma aproximação teórica e conceitual. *Turismo e Sociedade*, 6(2), 388-407. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/view/31933>.
- Netto, J. P. (1999). *FHC e a política social: um desastre para as massas Trabalhadoras*. Em: Lesbaupin, I. (Org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes. 75-79.
- Netto, J. P. (2007). Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, 19, 135-170.
- Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Mira-Cintra: Publicações Europa- América.
- Newitt, M. (2012). *História de Moçambique*. Lousã: Publicações Europa-América.

- Nguiraze, A. C., & Aires, J. D. M. (2011). *Moçambique: Processos de Participação das Comunidades Rurais no Desenvolvimento Local*. In: Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, 5(1), 30-65.
- Nóbrega, W. (2013). Turismo, Desenvolvimento e Políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará. In Azevedo, F., Figueiredo, S., Nóbrega, W. & Maranhão, C. (Orgs.). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA.
- OCDE (2013). Governança multinível para políticas de desenvolvimento regional mais eficazes. In: *Relatório territorial da OCDE: Brasil*. OECD Publishing. 161 – 231. <https://10.1787/9789264189058-pt>.
- Oh C-O (2005). The contribution of tourism development to economic growth in the Korean economy. *Tourism Management*, 26, 39–44.
- Oliveira, Maxwell F. de (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão: UFG.
- OMT – Organização Mundial de Turismo (2001). *Código Ético Mundial para el Turismo: por un Turismo responsable*. OMT.
- OMT – Organização Mundial de Turismo (2005). *Declaración: El turismo al servicio de los objetivos de desarrollo del Milenio*. Nova York.
- Page, S. J. (2019). *Tourism Management*. Routledge.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pearce, D. (1989). *Tourist Development* (2ª ed). Harlow, Longman.
- PEDTM – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2015-2024 (2015). Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique. Maputo.
- PEDTM – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (2004). Ministério do Turismo de Moçambique. Maputo.
- Peet, R. (1999) *Theories of Development*. New York: The Guildford Press.
- Pelenc, J. (2014). Combining the capability approach and Max-Neef's needs approach for a better assessment of multidimensional well-being and inequalities: a case study perspective with vulnerable teenagers of the region of Paris (France). *Research Gate – MPRA Paper No. 66277*. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/66277/>.
- PNUD (2020). *Relatório de desenvolvimento humano: a próxima fronteira, o desenvolvimento humano e o antropoceno*. 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA.

- Porter, P., Shephard, E. (1998). A world of difference: society, nature and development. Nova Iorque: *The Guilford Press. Studies*, 504–520. London: Sage.
- Prodanov, C. C. e Freitas, E. C. de (2013). Metodologia do trabalho científico: *métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*, 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale.
- Qian, C. et al. (2016). Effective governance in tourism development – An analysis of local perception in the Huangshan Mountain area. *Tourism Management*, 20, 112- 123. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2016.08.003>.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, LucVan (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva
- Rabahy, W. A. (2003) *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. São Paulo: Manole.
- Rauschmayer, F., Omann, I., Frühmann, J., (Eds.), (2011). *Sustainable development: capabilities, needs, and well-being*. Routledge.
- Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: *métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Rivero, O. de. (2002) *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Robeyns, I., (2005). The capability approach: A theoretical survey. *Journal of Human Development and Capabilities* 6 (1), 93–117
- Rocha, Enid (2008). *A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios*. Em: Vaz, F. T., Musse, J. S. & Santos, R. F. 20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social. Brasília, AnFip.
- Rostow, W. W. (1960). *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Roy & Tisdell (1998). *Tourism's importance in economic development and the state vs market in tourism development*. https://www.researchgate.net/publication/264899221_Tourism's_importance_in_economic_development_and_the_state_vs_market_in_tourism_development.
- Ruschmann, D. (2004). *Turismo e Planejamento sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. (11ªed.). São Paulo: Papirus.
- Ruschmann, D. V. M. (2001). *Turismo e planejamento sustentável*. (8ª ed.) Campinas / SP: Papirus.

- Saayman, M., Rossouw, R. & Krugell, W. (2012). The impact of tourism on poverty in South Africa. *Development Southern Africa* 29(3), 462–487.
- Saba, F. Al, Mertzanis, C. & Kampouris, I. (2023). Employee empowerment and tourism sector employment around the world. *Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing*, (9)2, 28-40. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4701959.
- Sachs J. (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for our Time*. New York: The Penguin Press. https://globaljournals.org/GJMBR_Volume14/8-Jeffrey-Sachs.pdf.
- Sachs, I. (1995). Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. *Estudos Avançados*. São Paulo, 9(25).
- Sachs, I. (2001). *Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política*. In: Abramovay, R. et al., (Org.) Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp; Edusp.
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, B. S. (2002). Os Processos da Globalização. Em: Santos, B. S. (Org.). *A Globalização e as Ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- Santos, M. (1999). *As formas da pobreza e da dívida social. Textos de Terceira Semana Social Brasileira – resgate das dívidas sociais: Justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática*. Brasília-DF.
- Santos, M. (2008). *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp
- Scheyvens, R. & Cheer, J.M. (2021). Tourism, the SDGs and partnerships. *Journal of Sustainable Tourism* 30(10), 1-11.
- Scheyvens, R. (2002). *Tourism for Development: Empowering Communities*. Pearson Education Ltd. Harlow.
- Scheyvens, R. (2003). *Local involvement in managing tourism*. Em: Singh, S. Timothy D.J. and Dowling R.K. (Eds) *Tourism in Destination Communities*, CABI, Wallingford. 229 – 51.
- Scheyvens, R. (2007). *Exploring the tourism- poverty nexus*. Em: Hall, M.C. (ed.) *Pro-Poor Tourism: Who Benefits? Perspectives on Tourism and Poverty Reduction*, Channel View Publications, Clevedon. 121 – 44.

- Schilcher, D. (2007). Growth versus equity: The continuum of pro-poor tourism and neoliberal governance. *Current Issues in Tourism* 10(2-3), 166-193.
- Schlüter, R. G. (2003). *Metodologia de Pesquisa em Turismo e Hotelaria*. São Paulo: Aleph.
- Schneider, V. (2005). Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. https://www.researchgate.net/publication/277229960_Redes_de_politicas_publicas_e_a_conducao_de_sociedades_complexas.
- Schuurman, F. (1993). Introduction: Development theory in the 1990s. Em: F. Schuurman (Eds.) *Beyond the Impasse New Directions in Development Theory*, 1–48. London: Zed Books.
- Schuurman, F. (2000). Paradigms lost, paradigms regained? Development studies in the twenty-first century. *Third World Quarterly* 21 (1), 7–20.
- Schwartzman, Simon (2007). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Seisdedos, P. (2010). “Late Neoliberalism” in Brazil: social and economic impacts of trade and financial liberalization. Em: R. Westra (Ed.), *Confronting Global Neoliberalism: Third World Resistance and Development Strategies*. Atlanta: Clarity Press.
- Seki, K. (2013). A study on the process of regional tourism management in collaborations between public and private sectors. *Transactions on Ecology and the Environment*, 1, 339-349.
- Sen, A. K. (1992). *Inequality Reexamined*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sen, A. K. (1999). Justice: Means versus Freedoms. *Philosophy and Public Affairs* 19(2) (Spring, 1990)111-121.
- Sen, A. K. (2000). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- Sen, A. K. (2012). *Desigualdade reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes – 3ª ed.- Rio de Janeiro: Record.
- Sharpley, R (2000). Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide. *Journal of sustainable Tourism*, Clevedon, 8, 1-19.
- Sharpley, R. & Telfer, D. J. (2002). *Tourism and Development: Concepts and Issues*. Channel View Publications.
- Sharpley, R. & Telfer, D. J. (2014). (Ed.). *Tourism and development: concepts and issues*. Channel View Publications.
- Sharpley, R. & Telfer, D. J. (2015). *Tourism and development in the developing world*. (2nd ed.) Routledge.

- Sharpley, R. (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* Routledge, London.
- Sharpley, R. (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* Earthscan.
- Silva, F. A. S. da (2013). *Turismo na Natureza como base do Desenvolvimento Turístico Responsável no Açores*, (Tese de Doutoramento em Geografia, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território) Universidade de Lisboa.
http://www.repositorio.ul.pt/bitstream/10451/.../ulsd066009_td_Francisco_da_Silva.pdf
- Silva, J. da (2007). *Tourisme et développement : les enjeux au Mozambique*. Thèse de Doctorat de Géographie, Université de Poitiers, Poitiers.
- Silva, J. J. da (2019). Turismo em Moçambique: oportunidades, desafios e riscos. Universidade Pedagógica de Maputo. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos* 3(3).
- Silva, J. S. S. (2009). *A visão holística do Turismo Interno e a sua Modelação*, (Tese de Doutoramento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial) Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Silva, M. N. F. (2019). *Turismo e Desenvolvimento: Uma Proposta para medição e avaliação da Vulnerabilidade Social nos Territórios Turísticos* (Tese de doutorado). Universitat d'Alacanta e Universidade Federal do Ceara. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- So, A. (1990). *Social Change and Development Modernisation, Dependency, and World-System Theory*. London: Sage.
- Soares, A. S. & Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-al, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*. <https://www.researchgate.net/publication/338536805>.
- Soares, A. S. (2019). *Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania*. Tese. Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Solha, K. T. (2006). *Política de Turismo: desenvolvimento e implementação*, in Ruschmann, Doris van de Meene, Solha, Karina Toledo (Orgs.) *Planejamento Turístico*. Barueri, SP: Manole, 89-102.

- Sparks, B. (2016). Service. Em: J. Jafari & H. Xiao (Eds.), *Encyclopedia of Tourism*. Switzerland: Springer Reference.
- Storey, D. (2005). *Washington Consensus*. Em: Forsyth, T. (Ed.) *Encyclopaedia of International Development*, 746–747. London: Routledge.
- Sugiyarto, G., Blake, A. & Sinclair, M. T. (2003) Tourism and globalization: Economic impact in Indonesia. *Annals of Tourism Research* 30(3), 683–701.
- Tavares, M., Fiori, J.L (1993). *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: paz e terra.
- Teixeira, E. (2001). *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez Editora, salvador: UFBA, Recife: Equip, 224.
- Teixeira, E. C. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Revista AATR.
- Teixeira, F. R., Paisana, A. M. V, & Vieira, F. D. (2017). Contribuição do estudo das características culturais do cluster da malacocultura da grande Florianópolis para a gestão das atividades de turismo na região. *Revista Turismo Visão e Ação*, 19(1), 5-30.
- Telfer, D. J., & Sharpley, R. (2015). *Tourism and Development in the Developing World*. Routledge.
- Telfer, D.J. (2004). The Evolution of tourism and development theory. Em: Sharpley, R., Telfer, D.J. (Eds.). *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Chanel View Publication, 35-78.
- Tendler, J. (1998). Rural development without the urban-rural divide: decentralization, participation and other local things. *Políticas Agrícolas*. N° especial. Taxco, México.
- Tenório, F. G. & Costa, F. L. da (1998). (coords). *Bases conceituais e metodológicas para o estudo da participação cidadã na gestão pública: entre práticas e representações sociais*. Projeto de Pesquisa, FGV, Rio de Janeiro.
- Tineo, D & Tomazzoni, E. (2017). Santos e região convention & visitors bureau e a governance para o desenvolvimento turístico da costa da Mata Atlântica (SP). *Caderno Virtual de Turismo*, 17(3), 113-130. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.17n3.2017.1195>.
- Todaro, M. P. (1994). *Economic Development* (5th ed.). New York, London: Longman.
- Tosun, C. (2000). *Limits to community participation in the tourism development process in developing countries*. *Tourism Management* 21(6), 613–633.

- Tosun, C. (2006). Expected nature of community participation in tourism development. *Tourism Management*, 27(3), 493–504.
- Toye, J. (2007). *Poverty Reduction*. Em. *Development in practice*. Routledge Publishing, 7,(4-5), 505-510.
- Tretin, F. (2016). Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. *Pasos*, 14(3), 645-658.
- Tribe, J. M. (2003). *Economia do lazer e do turismo*. (1ª ed.) São Paulo: Manole.
- Tucker, H. & Akama, J. (2009). *Tourism as postcolonialism*. In T. Jamal and M. Robinson (eds) *The Sage Handbook of Tourism*.
- Tucker, H. & Boonabaana, B. (2012). A critical analysis of tourism, gender and poverty reduction. *Journal of Sustainable Tourism* 20(3), 437–455.
- UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development (1998). *Developing countries could target tourism to boost economic growth*.
<http://unctad.org/en/pages/PressReleaseArchive.aspx>.
- UNDP – United Nations Development Programme (2022). *Human Development Report – uncertain times, unsettled lives. Shaping our future in a transforming*. 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA.
- UNPD – United Nations Development Programme (2022). *Global multidimensional poverty index. Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty. United Nations Development Programme and Oxford Poverty and Human Development Initiative*.
<https://www.undp.org/turkiye/publications/2022-multidimensional-poverty-index-mpi>
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2002). *Tourism and Poverty Alleviation*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2012). *Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2014). *Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2019). *International Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2019). *UNWTO Tourism Definitions*.
<https://doi.org/10.18111/9789284420858>.

- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2020). *International Tourism Highlights*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2021). *Tourism and Jobs: Creating a Better Future for All*. World Tourism Organization.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization (2022). *World Tourism Barometer*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO – World Tourism Organization (2018). *Tourism for development - Volume I: key areas for action*. In *Tourism for Development – Volume I: Key Areas for Action*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO & UNDP – United Nations World Tourism Organization & United Nations Development Programme (2017). *Tourism and the Sustainable Development Goals - Journey to 2030*.
- Vanegas M., Gartner, W. & Senauer, B. (2015). Tourism and poverty reduction: An economic sector analysis for Costa Rica and Nicaragua. *Tourism Economics* 21(1): 159–182.
- Vanegas, M. (2014). The triangle of poverty, economic growth, and inequality in Central America: does tourism matter? *Worldwide Hospitality & Tourism Theme J.* 6(3), 277–292.
- Veiga, J. E. da. (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Velasco, G. M. (2013). *Gestión pública Del turismo. La gobernanza*. Em: Fernández, J. & Sánchez, Y. (Eds.). *Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía.
- Velasco, G., M. & Tretin, F. (2014). *Evolução da política de turismo no Brasil e Espanha: enfoque nas redes de atores*. V Congresso Internacional em Gobierno, Administración y Políticas Públicas. Madrid, España. GIGAPP – Grupo de Investigación em Gobierno, Administración y Políticas Públicas.
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Atlas.
- Wan, Y. K. P., & Bramwell, B. (2015). Political economy and the emergence of a hybrid mode of governance of tourism planning. *Tourism Management*, 50, 316–327. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.03.010>.
- Wanderley-Filha, I. (2017). *Território, participação cidadã e turismo: um estudo sobre as experiências participativas em turismo no município de Porto do Mangue/RN*. (Dissertação

- de Mestrado, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Wattanakuljarus, A. & Coxhead, I. (2008). Is tourism-based development good for the poor? A general equilibrium analysis for Thailand. *Journal of Policy Modeling* 30: 929–955.
- WEF (2019) – World Economic Forum. *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019: Travel and Tourism at a Tipping Point*. Geneva: WEF.
- Wentroba, J. C. & Botelho, L. de L. R. (2021). A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. *Revista Obis Latina*. PPGPPD. UNILA. <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.
- Wilson, B. (2019). *Usar a dança para preservar o ambiente*. In Jornal Domingo. 2019. <https://www.jornaldomingo.co.mz/images/Artigos/2019/Fevereiro/03/DO0203019P15-4.png>.
- Winters, P. C. L. & Mora, A.M. (2013). Assessing the role of tourism in poverty alleviation: A research agenda. *Development Policy Review* 31(2), 177–202.
- WTTC – World Travel & Tourism Council (2019). *Travel & Tourism Economic Impact 2019 World*. London.
- WTTC – World Travel & Tourism Council (2020). Coronavirus puts up to 50 million Travel and Tourism jobs at risk says WTTC. <https://www.wttc.org/about/media-centre/press-releases/press-releases/2020/coronavirus-putsup-to-50-million-travel-and-tourism-jobs-at-risk-says-wttc/>
- WTTC – World Travel & Tourism Council (2023). *Economic impact 2023 – Mozambique*. https://assets-global.websitefiles.com/6329bc97af73223b575983ac/647ee898fc57237e4921146b_EIR2023-Mozambique.pdf
- Xavier, K. S. H. (2009). *Turismo e desenvolvimento humano na província de Inhambane* (Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa). <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2095>.
- Zeng, B., Carter, R.W., Lacy, T. & Bauer, J. (2005) Effects of tourism development on the local poor people: Case study in Taibai Region China. *Journal of Services Research* 5 (S), 131–148.

Zhao Weibing & Ritchie J. R. Brent (2008). Tourism and Poverty Alleviation: An Integrative Research Framework, *Current Issues in Tourism*, 10(2-3), 119-143.
<https://doi.org/10.2167/cit296.0>

LEGISLAÇÃO

CRM – *Constituição da República de Moçambique de 2004* (2004). BR. 22 de Dezembro, I Série – N.º 51. https://www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao_republica_mocambique.pdf Recuperado em 14/10/2022.

Decreto Lei n.º 35/98 (1998). *Princípios fundamentais dos regimes das assembleias municipais*, B.R., 07 de Julho de 1998, 2.º Suplemento, I Série – N.º 26.

Diploma Ministerial n.º 67/2009, de 17 de abril de 2009. *Orienta a Organização e o Funcionamento dos Conselhos Locais*.

Decreto n.º 90/2009, de 15 de dezembro. *Cria o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)*.

Decreto Lei n.º 2/97 (1997). Aprova o quadro jurídico para implementação das autarquias locais de Moçambique, B.R., 18 de Fevereiro de 1997, 2.º Suplemento, I Série – N.º 7.

Decreto Lei n.º 7/97 (1997). *Estabelece o regime jurídico da tutela administrativa do Estado a que estão sujeitas as autarquias locais de Moçambique*, B.R., 31 de Maio de 1997, 4.º Suplemento, I Série – N.º 22.

Decreto Lei n.º 11/97 (1997). *Define e estabelece o regime jurídico-legal das finanças e do património das autarquias de Moçambique*, B.R., 31 de Maio, 4.º Suplemento, I Série – N.º 22.

Lei n.º 8/2003, de 27 de março de 2003. *Orienta a Organização e o Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado*.

Decreto n.º 11/2005, de 10 de junho de 2005. *Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado*.

APÊNDICES

APÊNDICE A- INQUÉRITOS AOS *STAKEHOLDERS*

INQUÉRITO ÀS COMUNIDADES LOCAIS TRABALHADORAS DO SETOR DO TURISMO DO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*”⁷⁴ para a elaboração da Tese. Solicita-se a sua colaboração no preenchimento deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos a ser respondido. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade.

Agradeço a disponibilidade para responder ao questionário, colocando-me à sua disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou +258 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____

Cargo ou posição profissional: _____

Organização que representa: _____

1. Segundo a sua percepção, assinale com X sobre os elementos que foram proporcionados pelo turismo na sua vida - *meios possuídos e oportunidades sociais*.

<i>Intitulumientos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de Uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna
Outro, especifique _____	

2. Segundo a sua percepção, assinale com X, aos elementos que foram proporcionados pelo turismo na sua vida – *facilidades económicas*

A). Quantas horas de trabalho por dia? **a.** 08h por dia ____; **b.** Mais de 8h ____; **c.** Menos de 8h ____.

B). Qual é o seu rendimento mensal vindo do turismo? **a.** Mais de 5mil Mt ____; **b.** Menos de 5mil Mt ____; Mais de 10 de 5mil Mt; Menos de 10 mil Mt ____; Outro especifique _____.

D). Qual é o tipo de contrato que celebrou com a empresa? **a.** Tempo inteiro ____; **b.** Tempo parcial ____; Contrato precário ____; **d.** Não tem contrato ____; Trabalha só na época alta ____.

E). Qual é a sua posição profissional na empresa? **a.** gestor ____; **b.** Outro (especifique) _____.

_____.

⁷⁴ Gostaríamos de destacar a alteração no título da pesquisa nesta versão final. No entanto, preservamos o título anterior nos questionários, uma vez que foi dessa forma que realizamos a coleta de dados durante o trabalho de campo.

F). Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Facilidades econômicas para as comunidades locais</i>		
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Oportunidade de negócios no turismo ou a partir do turismo	
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Oportunidades de consumo a partir do turismo	
Formação e capacitação	Regalias extra salarial	
Experiência profissional	Oportunidades de novas etapas profissionais	
Outro, especifique_____		

3. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Garantias de transparência- Relações de confiança (institucional ou individual)</i>		
Acesso a dados financeiros das empresas turísticas	Acesso a dados processuais das empresas turísticas	
Transparência processual nas empresas turísticas	Bom clima organizacional e motivacional dos trabalhadores/colaboradores	
Outro, especifique_____		

4. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Segurança protetora</i>		
Acesso à habitação condigna para família	Segurança social proporcionada pelas empresas turísticas	
Condições de vida depois da reforma ou aposentadoria no turismo	Acesso ao transporte público e privado	
Condições do saneamento básico	Condições de iluminação pública	
Seguro de vida, viatura e outros bens proporcionada pelo turismo	Acesso ao hospital, clinica, curandeiro, etc.	
Gestão do lixo	Alimentação	
Higiene e segurança no trabalho	Outro, especifique_____	

5. Assinale com a letra “S” para Sim e “N” para Não.

<i>Liberdades políticas das comunidades locais do MI</i>		
Tem direito de escolha de projetos turísticos?	Participa em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes na vida das comunidades locais?	
Tem direito de escolher ou votar os dirigentes?	Tem liberdades de expressão ou direito a opinião pública sem medo de mencionar nomes de partidos políticos?	
Tem direito de escolher deputados?	Participa na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	
Outro, especifique_____		

6. Na sua opinião, o que deve ser melhorado para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida dos seus trabalhadores?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO ÀS COMUNIDADES LOCAIS COMERCIANTES DO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese. Solicita-se a sua colaboração no preenchimento deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade para responder ao questionário.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____

Cargo ou posição profissional: _____

Organização que representa: _____

1. Segundo a sua percepção, assinale com X sobre os elementos que foram proporcionados pelo turismo na sua vida - *meios possuídos e oportunidades sociais*.

<i>Intitulumentos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de Uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna
Outro, especifique _____	

2. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Facilidades económicas para as comunidades locais</i>		
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Oportunidade de negócios no turismo ou a partir do turismo	
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Oportunidades de consumo a partir do turismo	
Venda de bens para os turistas	Venda de produtos aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)	
Vendas na época alta	Vendas na época baixa	
Outro, especifique _____		

3. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinale com a letra “S” para Sim e “N” para Não.

<i>Liberdades políticas das comunidades locais do MI</i>		
Tem direito de escolha de projetos turísticos?	Participa em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes na vida das comunidades locais?	
Tem direito de escolher ou votar os dirigentes?	Tem liberdades de expressão ou direito a opinião pública sem medo de mencionar nomes de partidos políticos?	
Tem direito de escolher deputados?	Participa na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	
Outro, especifique _____		

4. Na sua opinião, o que deve ser melhorado para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida dos comerciantes?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO AOS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE CONSULTORIA DO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese. Solicita-se a sua colaboração no preenchimento deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade para responder ao questionário.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____

Cargo ou posição profissional: _____

Organização que representa: _____

1. Segundo a sua percepção, assinale com X sobre os elementos que foram proporcionados pelo turismo na sua vida - *meios possuídos e oportunidades sociais*.

<i>Intitulentos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de Uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna
Outro, especifique _____	

2. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Facilidades económicas para as comunidades locais</i>	
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Oportunidade de negócios no turismo ou a partir do turismo
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Oportunidades de consumo a partir do turismo
Venda de serviços para os turistas	Venda de serviços aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)
Vendas na época alta	Vendas na época baixa
Outro, especifique _____	

3. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinale com a letra “S” para Sim e “N” para Não.

<i>Liberdades políticas das comunidades locais do MI</i>		
Tem direito de escolha de projetos turísticos?	Participa em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes na vida das comunidades locais?	
Tem direito de escolher ou votar os dirigentes?	Tem liberdades de expressão ou direito a opinião pública sem medo de mencionar nomes de partidos políticos?	
Tem direito de escolher deputados?	Participa na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	
Outro, especifique_____		

4. Na sua opinião, o que deve ser melhorado para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores da área de consultoria no MI?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO AOS REPRESENTANTES DOS PESCADORES DO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese. Solicita-se a sua colaboração no preenchimento deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade para responder ao questionário.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____

Cargo ou posição profissional: _____

Organização que representa: _____

1. Segundo a sua percepção, assinale com X sobre os elementos que foram proporcionados pelo turismo na sua vida - *meios possuídos e oportunidades sociais*.

<i>Intitulumientos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de Uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada, etc.)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna
Outro, especifique _____	

2. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Facilidades econômicas para as comunidades locais</i>		
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Materiais necessários para a pesca (barco, redes, por exemplo)	
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Contratos de fornecimento de pescado ao turismo	
Venda de pescado para os turistas	Venda de pescado aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)	
Vendas na época alta	Vendas na época baixa	
Impacto do turismo no mar e para a sustentabilidade da pescaria	Poder de negociação que os pescadores tem	
Outro, especifique _____		

3. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinale com a letra “S” para Sim e “N” para Não.

<i>Liberdades políticas das comunidades locais do MI</i>			
Tem direito de escolha de projetos turísticos?		Participa em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes na vida dos pescadores?	
Tem direito de escolher ou votar os dirigentes?		Tem liberdades de expressão ou direito a opinião pública sem medo de mencionar nomes de partidos políticos?	
Tem direito de escolher deputados?		Participa na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	
Outro, especifique_____			

4. Na sua opinião, o que deve ser melhorado para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida dos pescadores no MI?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO AOS REPRESENTANTES DOS PINTORES, ARTESÃOS E ARTISTAS PLÁSTICOS DO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese. Solicita-se a sua colaboração no preenchimento deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade para responder ao questionário.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____

Cargo ou posição profissional: _____

Organização que representa: _____

1. Segundo a sua percepção, assinale com X sobre os elementos que foram proporcionados pelo turismo na sua vida - *meios possuídos e oportunidades sociais*.

<i>Intitamentos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de Uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna
Outro, especifique _____	

2. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Facilidades económicas para as comunidades locais</i>			
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.		Infraestruturas do mercado da arte no MI	
Condições comerciais e de investimento para o turismo.		Contratos de fornecimento de artesanato ao turismo	
Venda de artesanato para os turistas		Venda de artesanato aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)	
Vendas na época alta		Vendas na época baixa	
Valorização da arte local		Poder de negociação os artesãos, pintores e artistas plásticos tem	

Outro, especifique_____

3. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinale com a letra “S” para Sim e “N” para Não.

<i>Liberdades políticas das comunidades locais do MI</i>		
Tem direito de escolha de projetos turísticos?	Participa em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes na vida dos pescadores?	
Tem direito de escolher ou votar os dirigentes?	Tem liberdades de expressão ou direito a opinião pública sem medo de mencionar nomes de partidos políticos?	
Tem direito de escolher deputados?	Participa na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	
Outro, especifique_____		

4. Na sua opinião, o que deve ser melhorado para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida dos os artesãos, pintores e artistas plásticos no MI?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO AOS REPRESENTANTES DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS DO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese. Solicita-se a sua colaboração no preenchimento deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade para responder ao questionário.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____

Cargo ou posição profissional: _____

Organização que representa: _____

1. Segundo a sua percepção, assinale com X sobre os elementos que foram proporcionados pelo turismo na vida das comunidades locais da sua comunidade - *meios possuídos e oportunidades sociais*.

<i>Intitulentos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna

2. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo em relação as atividades comerciais na sua comunidade. Assinalando com a letra “S” para Satisfeito e “I” para Insatisfeito.

<i>Facilidades econômicas para as comunidades locais</i>	
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Aumento de emprego e empregabilidade no turismo
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Melhoria das infraestruturas públicas pelo turismo
Venda para os turistas	Venda aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)
Valorização da cultura local pelo turismo	Custo de vida
Construção de empreendimentos turísticos nas dunas primárias	Acesso aos estabelecimentos turísticos pelas comunidades locais
Criminalidade, prostituição, trabalho infantil e vendas e consumo de drogas no turismo	Poluição nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo
Efeito multiplicador gerado pelo turismo	Conflitos de terras nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo

3. Diga o seu nível de satisfação na tabela abaixo. Assinale com a letra “S” para Sim e “N” para Não.

<i>Liberdades políticas das comunidades locais do MI</i>		
As comunidades têm direito de escolha de projetos turísticos?	As comunidades participam em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes na vida dos pescadores?	
As comunidades têm direito de escolher ou votar os dirigentes?	As comunidades têm liberdades de expressão ou direito a opinião pública sem medo de mencionar nomes de partidos políticos?	
As comunidades têm direito de escolher deputados?	As comunidades participam na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	

4. Na sua opinião, o que deve ser melhorado para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais no MI?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO AOS REPRESENTANTES DA DIREÇÃO PROVINCIAL DA CULTURA E TURISMO DE INHAMBANE

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese de Doutoramento ministrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Solicita-se a sua colaboração como respondente deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____ Emídio Nhantumbo _____

Cargo ou posição profissional: Diretor Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane

Organização que representa: _____

1. Quando é que realmente se deu o “boom” do investimento turístico no Município de Inhambane (MI) e quais as principais nacionalidades do capital financeiro investido no turismo no MI?
2. O MI ou o governo concede ou concedeu algum tipo benefício aos investidores para que estes fixem o seu capital aqui no MI?
3. Existiu alguma política de captação de investimento turístico?
4. Na vossa percepção, será que o turismo melhora as condições de vida das comunidades locais (trabalhadores da área hoteleira e turística, artesãos, consultores, guias, pescadores, agricultores, etc.), observando as seguintes variáveis:

Tabela 1

<i>Intitamentos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna

Tabela 2

<i>Facilidades econômicas para as comunidades locais do MI</i>		
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Aumento de emprego e empregabilidade no turismo	
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Melhoria das infraestruturas públicas pelo turismo	
Venda para os turistas	Venda aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)	
Valorização da cultura local pelo turismo	Custo de vida	
Criminalidade, prostituição, trabalho infantil e vendas e consumo de drogas no turismo	Poluição nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo	
Efeito multiplicador gerado pelo turismo	Conflitos de terras nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo	

Quadro 3. Sobre as *Liberdades políticas das comunidades locais do MI* responda o seguinte:

As comunidades têm direito de escolha de projetos turísticos?	As comunidades participam em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes?	
As comunidades têm direito de escolher ou votar os dirigentes de setor do turismo?	As comunidades participam na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	

5. Fale um pouco sobre o tema das responsabilidades sociais corporativas no turismo no MI

6. Na sua opinião, o que deve ser melhorado do lado do governo para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais no MI?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO AOS REPRESENTANTES DA DIREÇÃO PROVINCIAL DA CULTURA E TURISMO DE INHAMBANE

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese de Doutoramento ministrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Solicita-se a sua colaboração como respondente deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____ Jose da Cunha _____

Cargo ou posição profissional: Presidente da Associação Provincial do Turismo de Inhambane

Organização que representa: _____

1. Quando ocorreu o aumento significativo dos investimentos na indústria turística em Inhambane e quais são as nacionalidades predominantes por trás desses investimentos no setor turístico do MI?
2. O Ministério da Infraestrutura ou o governo oferecem ou ofereceram benefícios aos investidores para incentivá-los a investir seu capital no setor de infraestrutura?
3. Houve alguma estratégia para atrair investimentos no turismo?
4. Gostaria de saber a proporção de visitantes domésticos e estrangeiros no MI? Qual grupo tem maior impacto no progresso social da região?
5. Qual sua opinião sobre o comportamento dos diferentes órgãos públicos responsáveis por regular a indústria turística no MI? O que precisa ser alterado na interação entre esses órgãos e os donos dos estabelecimentos de turismo?
4. Na vossa percepção, será que o turismo melhora as condições de vida das comunidades locais (trabalhadores da área hoteleira e turística, artesãos, consultores, guias, pescadores, agricultores, etc.), observando as seguintes variáveis:

Tabela 1

<i>Intitulentos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Terreno espaço	Acesso à alimentação diariamente
Direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT)	Acesso à água potável ou canalizada
Meio de transporte pessoal (caro, motorizada)	Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.)
Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.)	Acesso à educação no setor público ou privado
Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à habitação condigna

Tabela 2

<i>Facilidades econômicas para as comunidades locais do MI</i>		
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Aumento de emprego e empregabilidade no turismo	
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Melhoria das infraestruturas públicas pelo turismo	
Venda para os turistas	Venda aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)	
Valorização da cultura local pelo turismo	Custo de vida	
Criminalidade, prostituição, trabalho infantil e vendas e consumo de drogas no turismo	Poluição nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo	
Efeito multiplicador gerado pelo turismo	Conflitos de terras nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo	

Tabela 3. Sobre as *Liberdades políticas das comunidades locais do MI responda o seguinte:*

As comunidades têm direito de escolha de projetos turísticos?	As comunidades participam em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes?	
As comunidades têm direito de escolher ou votar os dirigentes de setor do turismo?	As comunidades participam na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	

5. Fale um pouco sobre o tema das responsabilidades sociais corporativas no turismo no MI

6. Na sua opinião, o que deve ser melhorado do lado do governo para que o turismo contribua mais na garantia do bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais no MI?

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

INQUÉRITO AO VEREADOR DA CULTURA E TURISMO TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese de Doutoramento ministrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Solicita-se a sua colaboração como respondente deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional): _____

Cargo ou posição profissional: Vereador da administração finanças indústria e comércio.

Organização que representa: _____

1. O MI concede ou concedeu algum tipo benefício aos investidores para que estes fixem o seu capital aqui no MI? Existiu alguma política de captação de investimento turístico?

R: “O município não concede nenhum tipo de apoio financeiro, o município ajuda no sentido de facilitação do processo da tramitação dos processos bem como também concede facilidades de pagamento em partes faseadas das taxas de licenciamento das actividades económicas. As taxas são legisladas pela assembleia da república de Moçambique e internamente através do órgão interno que é a assembleia municipal. Para baixar as taxas teríamos que aproximar a assembleia municipal para tal e mudar a nossa planificação que depende do financiamento do Ministério das Finanças, algo muito difícil”. A maior parte da receita Municipal vem das receitas usada para construir infra-estruturas básicas (água, luz, mobilidade de bens e pessoas, etc.), para a redução deve-se levar a uma decisão de um órgão superiores for a nível do nosso código de postura municipal que é o elemento que rege qualquer actividade que acontece ao nível do conselho municipal, sem deixar de lado a lei mãe que é a lei aprovada ao nível do conselho de ministros.

2. Quais são os mecanismos que o município usa para promover e incentivar as comunidades a se dedicarem ao turismo como comunidades receptoras de visitantes.

R: “Nós temos levado a cabo palestras com as comunidades em todos os bairros que nós temos ao nível do município temos representantes que são os secretários dos bairros, chefes de quarteirões, esses tem tido algumas capacitações em relação ao turismo local e não só existe nos nossos planos o que chamamos ‘diálogo público privado’ onde convidamos todos os intervenientes desta área para uma auscultação, um debate e como posso dizer, uns subsídios para o melhoramento da nossa actividade ao nível da nossa urbe. Sobre a consciencialização dos munícipes para investir no turismo, não posso dizer que estamos a 100% pois é um trabalho que nós ainda vamos fazendo para explicara nossa população tendo em conta que a nossa cidade é uma cidade turística e precisamos de fato de dar a conhecer as pessoas o que é isso de turismo,

nós temos um posto administrativo lá mesmo na zona das praias que é o bairro Josina Machel para facilitar o acesso aos serviços pelo cidadão, para evitar que o município se desloque até a cidade para tal. Portanto penso que esta é uma forma que o município encontrou para colocar os serviços mais próximos ao cidadão.

3. As comunidades participam na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?

R: “ Sim é nossa missão, como o lema está claro, que diz que é importante envolver as partes interessadas, nós, nos nossos instrumentos, por exemplo o código de postura municipal que é uma das políticas do conselho municipal para arrecadação de receita, dentro em breve vamos para uma revisão deste código da postura municipal e lá rem todas as taxas existentes aqui ao nível do município, incluindo as taxas do setor do turismo, só para ver que eles também participam nestas políticas, solicitamos a presença de pessoas elegíveis onde faz-se uma escolha ao nível do bairro de pessoas influentes que é para também ajudar na quilo que é a participação ou elaboração destes instrumentos que depois da sua aprovação eles vão tomar conhecimento para além do processo da elaboração, eles também tomam conhecimento na sua implementação, neste caso.

4. Qual tem sido a frequência desta auscultação, por semestre por exemplo, quantas vezes acontece, é ocasionalmente ou tem um cronograma pré-definido?

R: Nós temos no plano anual em que as auscultações acontecem uma vez por trimestre.

5. Como é que o município faz essa auscultação? Tem algum representante que faz essa auscultação?

R: Ao nível da cidade existe a associação provincial do turismo, já se falou com o presidente sobre a necessidade de ter um representante ao nível da cidade de Inhambane, sempre trabalhamos com eles, sempre contactamos a presidência dessa associação para que indique ou selecione as pessoas que possam participar nesta actividade de auscultação, não só a eles como também ao nível do conselho municipal também faz esse convite aos secretários dos bairros, pois estes são funcionários do conselho municipal e que quando eles são solicitados a participar destas reuniões devem difundir a mensagem ao nível dos bairros pois eles também tem tido reuniões onde se abordam vários aspetos relacionados ao CM. O secretário do bairro é o ponto focal e o responsável em difundir esta mensagem ao nível dos municípios, pois era suposto realizarem encontros semanais.

6. Então podemos assumir que sempre que desenharem uma apolítica qualquer que seja, sempre envolvem as comunidades locais do MI?

R: Sim os secretários dos bairros e os líderes comunitários é que são os principais representantes. Nessas reuniões, para termos bons resultados convidamos outros setores, por exemplo meio ambiente, cultura, juventude e desportos, etc. Por exemplo agora se pretende revitalizar o código de postura municipal, vamos por via disso convidar vários setores que é para ajudarem nesta revisão.

7. Sabe-se que o Município trabalha com associações, tem alguma base de dados sobre as associações (agricultores, artistas plásticos, artesãos, etc.)?

R: É um desafio muito grande pois muitas associações não estão legalmente associadas (grupos culturais, por exemplo). O Município sempre consciencializou os vários grupos para que criassem associações para facilitar o desenvolvimento das suas actividades mesmo a assinatura de memorandos de entendimento com conselho municipal, por exemplo para que as suas actividades gerem mais benefícios. Existem associações, mas só chamamos de associações por que tem um grupo de pessoas, mas são ilegais. É um desafio para o município que se deve abraçar para ajudar na criação dessas associações. O município está ciente dessas dificuldades

relacionadas com os preços das taxas cobrados ao nível do governo para o licenciamento dessas associações, mas as vezes são as pessoas que estão dentro destes grupos que não ajudam muito, as vezes por interesses pessoais, falta de experiência e de conhecimento, falta de iniciativa, então acabam se agrupando.

8. O que o Município tem feito para ajudar a essas comunidades a garantirem a criação dessas associações, não só como também em termos de capacitações e formações sobre várias matérias incluindo a gestão e turismo? Tem algum plano para tal ou é aleatório no MI?

R: Existe algum apoio às iniciativas juvenis na através da vereação da juventude e desporto. Queríamos pelar que isso não fique somente na responsabilidade do conselho municipal, é claro que todo mundo acha que o município deve resolver todos os problemas, mas as associações têm que ter uma outra visão, pois existem organizações que apoiam essas questões, não só no governo como por exemplo algumas ONG. Por que as vezes é mesmo falta de informação. Queremos pedir que o seu trabalho ponha isto como recomendação para que o governo preste mais atenção, pois estamos cientes como conselho municipal que as taxas de formalização são elevadíssimas. Mas por falta de recursos o CM apela sempre um esforço na criação de associações para que as suas actividades surtam mais benefício. Mesmo quando há financiamento, é sempre dirigido às associações.

9. As comunidades têm direito de escolha de projetos turísticos no MI?

R: Na atualmente já participam sim a lei está clara em relação a necessidade se seguir todos os requisitos e um dos requisitos é a auscultação da comunidade e no tocante as responsabilidades sociais, contudo os investidores as vezes não observam e nem honram com a questão das responsabilidades sociais.

10. O MI tem algum plano ou uma política de responsabilidades sociais que devem ser cumpridas pelas empresas turísticas?

R: Não tem nenhum plano concreto, infelizmente. Esperamos que o seu trabalho traga propostas.

11. De quem é a responsabilidade de fazer a monitoria do cumprimento das responsabilidades sociais, pois as comunidades quase sempre saem a perder nesses processos todos? Caso não se observe o que o município faz para reverter o cenário?

R: O próprio Município, o governo provincial e o governo distrital, não só, a própria população deve fazer a monitoria. O Município não se encontra satisfeito pois de fato os investidores não honram com os seus compromissos. É um grande desafio.

12. Na vossa percepção, será que o turismo (através da colecta de receitas, por exemplo) melhora as condições de vida das comunidades locais (trabalhadores da área hoteleira e turística, artesãos, consultores, guias, pescadores, agricultores, etc.), observando as seguintes variáveis:

R: Nunca fizemos uma separação por que ao nível do conselho municipal tem várias áreas que dão ou coletam receitas, então na nossa planificação contamos com esta receita global para criar o bem estar da população, para dizer que sim, o turismo também contribui, se calhar contribui mais por que está dentro das actividades, por exemplo não temos aqui licenciamento de instâncias turísticas, temos a terra, temos também o licenciamento de restauração, então toda esta receita é aquela que depois deve reflectir na quilo que são as necessidades da nossa população, estradas, água, luz, mercados, saúde, etc.

Quadro 1

<i>Intitulos</i>	<i>Oportunidades sociais</i>
Direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT) - terreno espaço Oportunidades comerciais (Banca, loja, barraca, bar, etc.) Empresa (micro, media e pequena)	Acesso à alimentação diariamente Acesso à água potável ou canalizada Acesso à saúde (hospital, clínica, etc.) Acesso à educação no setor público ou privado Acesso à habitação condigna

Quadro 2

<i>Facilidades econômicas para as comunidades locais do MI</i>		
Rendimentos e riqueza gerada pelo turismo.	Aumento de emprego e empregabilidade no turismo para	
Condições comerciais e de investimento para o turismo.	Melhoria das infraestruturas públicas pelo turismo	
Venda para os turistas	Venda aos estabelecimentos turísticos (hotéis, restaurantes, escolas de mergulho, etc.)	
Valorização da cultura local pelo turismo	Custo de vida	
Criminalidade, prostituição, trabalho infantil e vendas e consumo de drogas no turismo	Poluição nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo	
Efeito multiplicador gerado pelo turismo	Conflitos de terras nas praias do Tofo, Barra e Tofinho pelo turismo	

4. Sobre as *Liberdades políticas das comunidades locais do MI* responda o seguinte:

As comunidades têm direito de escolha de projetos turísticos?	As comunidades participam em associações de turismo e afins para tomadas de decisões importantes?	
As comunidades têm direito de escolher ou votar os dirigentes de setor do turismo?	As comunidades participam na elaboração das políticas públicas e privadas do turismo?	

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

ENTREVISTA AOS SECRETÁRIOS DE BAIRRO SOBRE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO TURISMO NO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese de Doutoramento ministrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Solicita-se a sua colaboração como respondente deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional):

Cargo ou posição profissional: Secretário do bairro Josina Machel (Praia do Tofo).

Organização que representa: _____

1. Será que vocês participam na concepção de Políticas públicas do turismo no MI?

R: Nós somos chamados somos dados toda informação, então se for uma informação para a comunidade, nós os responsáveis é que viemos dar a comunidade.

2. Ao nível do município, vocês participam na definição do orçamento ou vocês sabem onde vão as receitas do município, há fóruns em que vocês participam para acompanhar esses aspetos, o que o bairro ganha as receitas do município?

R: Esses planeamentos são realizados por eles lá, na verdade, quem cuida disso é a Assembleia Municipal, e nós não participamos desse processo.

3. Existe algum fórum de prestação de contas sobre as receitas do turismo?

R: Não há nenhum fórum de prestação de contas eles só dizem que fizemos isto e mais aquilo, com a receita geral do município e não do turismo de forma particular.

4. O que o município já fez aqui com base no turismo?

R: Escola secundária e a rua que vai dar a escola secundária.

5. Vocês têm direito de escolher os projetos que são implantados aqui na praia? Por exemplo quando se constrói lodges? São consultados ou há alguma planificação conjunta?

R: Sim, quando um investidor chega e compra um espaço, nós os líderes somos solicitados e consultados para ir ver o espaço, sempre existe uma consulta pública.

6. Será que os empresários da área de turismo cumprem com as responsabilidades sociais?

R: Os brancos, alguns ajudam as vezes com uniforme das crianças para ir à escola, vezes dão lanche as crianças as vezes compram energia para as escolas.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

ENTREVISTA AOS SECRETÁRIOS DE BAIRRO SOBRE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO TURISMO NO MI

Saudações,

O presente inquérito realiza-se no âmbito da investigação académica “*Turismo como Vetor do Desenvolvimento Município de Inhambane*” para a elaboração da Tese de Doutoramento ministrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Solicita-se a sua colaboração como respondente deste inquérito que demora aproximadamente 5-10 minutos. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para academia (anonimato e a confidencialidade). Agradeço a disponibilidade.

Leonildo Fernando Benjamim

bleonildo@gmail.com ou 84/87 0279744

Curso de Doutorado em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Identificação do Inquirido:

Nome (Opcional):

Cargo ou posição profissional: Secretário do bairro Conguiana (Praia do Barra).

Organização que representa: _____

1. Será que vocês participam na concepção de Políticas públicas do turismo?

R: Nós somos chamados somos dados toda informação, então se for uma informação para a comunidade, nós os responsáveis é que viemos dar a comunidade.

2. Ao nível do município, vocês participam na definição do orçamento ou vocês sabem onde vão as receitas do município, há fóruns em que vocês participam para acompanhar esses aspetos, o que o bairro ganha as receitas do município?

R: Esses planeamentos os fazem eles lá, na verdade quem faz isso são eles lá na Assembleia Municipal e nós não somos incluídos nisso.

3. Existe algum fórum de prestação de contas sobre as receitas do turismo?

R: Não há nenhum fórum de prestação de contas eles só dizem que fizemos isto e mais aquilo, com a receita geral do município e não do turismo de forma particular.

4. Será que os empresários da área de turismo cumprem com as responsabilidades sociais?

R: infelizmente os lodges que ajudavam muito já fecharam era o Barra lodge e o Bambooze no Tofo. Os de agora não ajudam em nada só as vezes dão lanche as crianças para fechar a vista do governo. Mas eles trabalham juntos para nos enganar nós a população.

5. O que o município já fez aqui com base no turismo?

R: Aquelas estradas em direção a Nhamua deviam ser alargadas e alcatroadas. Eles fazem algumas ruelas que podiam ser alcatroadas e não ajudam em nada por serem muito estreitas e com muito areal, só entram os carros 4*4. O nosso governo faz relatórios não muito bons, dizem que o turismo mete dinheiro, mas se metesse dinheiro deviam arranjar o hospital de Conguiana e tornar-se num hospital de classe A. com estes grandes empreendimentos o governo devia melhorar a parte social, isso é que seria desenvolvimento, mas não acontece. Eles fazem relatórios a dizer que o turismo mete muito dinheiro, mas do jeito como mete esse dinheiro a gente não sabe. Por se fossem sérios ao dizer que mete muito dinheiro iam por exemplo reabilitar o hospital de Conguiana e colocar o hospital no grupo A, por ser um bairro muito grande e que toda esta região incluindo Tofo e Nhamua, dependem deste hospital, colocando um bloco operatório, atendendo e considerando que recebem pessoas oriundas de vários países. É só a minha opção não estou a criticar o governo. Porque se metesse dinheiro mesmo nos íamos dizer que transformaram um hospital pequeno em um hospital grande. Temos o caso de Nhamua, são 5km para entrarmos até lá temos que caminhar a pé porque não tem transporte público. Do lado da pesca, eles cobram taxas aos pescadores e cobram taxas aos turistas que praticam a pesca desportiva. Nos tempos o turismo dava muito dinheiro, mas o governo decidiu cortar tudo, agora já não conseguimos nada mesmo os próprios técnicos já estão de costas viradas ao governo.

6. Vocês têm direito de escolher os projetos que são implantados aqui na praia? Por exemplo quando se constrói lodges? São consultados ou há alguma planificação conjunta?

R: Não consultam a ninguém, quando constroem um empreendimento, não consultam nada a ninguém. Só vemos a obra e ninguém sabe de nada. Não sentam com as comunidades, para por exemplo, perguntar, que tal podemos cortar este cajueiro ou dá para ornamentar, será que as pessoas vão gostar ou não, além disso, vou longe, conforme pode ver há várias construções nas dunas, está ali o Sentidos ali onde está, para a sua construção houve um trabalho de grande vulto por que não consultaram as comunidades, nós sabíamos que ali entra água do mar até lá na paragem. Ali apanhava-se lagosta, camarão grande tigre, mas um dia qualquer o Deus virá arrancar a sua parte.

7. Sobre a formação e capacitações, o governo tem ajudado na formação sobre a gestão?

R: Não temos nenhuma informação sobre isso. Se as pessoas são formadas ou não, não sabemos.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA DE MUNICÍPIO ESTUDO MUNICIPAL

Classificação dos Atrativos Turísticos		
Categoria	Tipo	Subtipo
<u>Naturais e ecológicos</u>	Montanhas	Picos, cumes, serras, montes, colinas, etc.
	Planalto/planície	Chapadas/tabuleiros, patamares, pedras vales, rochedos, etc.
	Costas ou litoral	Praias, restingas, mangais, baías ou enseadas, sacos, cabos, pontas, falésias, dunas, etc.
	Terras insulares	Ilhas, arquipélagos, recifes ou atóis, etc.
	Hidrografia	Rios, lagos/lagoas, praias fluviais ou lacustres, etc.
	Pântanos, quedas de água, fontes hidrominerais e ou termais	
	Parques e reservas	Nacionais, estaduais, municipais
	Grutas/caverna/furnas, áreas de caça e pesca	
<u>Históricos e culturais</u>	Monumentos	Arquitetura civil, religiosa /funerária, militar, industrial/agrícola, ruínas, esculturas, pinturas, outros legados.
	Sítios	Históricos e científicos
	Instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer	Museus, bibliotecas, artigos, institutos históricos e geográficos
<u>Manifestações e usos tradicionais populares</u>	Festas, comemorações, atividades ou calendário de eventos turísticos	Religiosas, populares, folclóricas e cívicas.
	Gastronomia típica	Doces, salgados, frutas, bebidas
	Artesanato, feiras e mercados.	
Acontecimentos programados ou calendário de congressos e feiras	Realizações diversas	Esportivas, artísticas e culturais, sociais e assistenciais, gastronômicas/de produtos, etc.
	Feiras e exposições, congressos e convenções	
Classificação dos equipamentos e serviços turísticos		
<u>Meios de hospedagem</u>	Hoteleiro: estabelecimentos classificados	Hotéis, Hotéis residência, hotéis de lazer, pousadas, hospedarias, albergues, etc.
	Hoteleiros: estabelecimentos não classificados, extra hoteleiros	Acampamentos (<i>camping</i>), colônias de férias, pensões
<u>Alimentação</u>	Restaurantes, bares/café/lanchonetes, casas de chá/confeitarias, cervejarias, etc.	
<u>Entretenimentos</u>	Áreas de recreação e instalações esportivas	Termais de turismo social e de lazer, parques de diversão, parques/jardins/praças, clubes, ginásios, etc.
	Estabelecimentos noturnos	Boatos, discotecas, casas de espetáculos, etc.
	Cinemas e teatros	
<u>Outros serviços</u>	Agências de viagens operadoras	Matriz, filiais, turismo ecológico, turismo náutico, etc.
	Transportadoras turísticas	Matrizes e filiais
	Informações turísticas	Centros e centrais de informação, órgão ou entidade de turismo
	Locadoras de imóveis	Casas de veraneios, apartamentos

	Locadoras de veículos	Automóveis, embarcações, etc.
	Atendimento a veículos	Postos de abastecimentos, oficinas
	Comércio turístico	Lojas de artesanato e <i>souvenirs</i>
	Oportunidades especiais	Centros comerciais, <i>shopping</i> , galerias de arte de compras e antiguidades
	Casas e câmbio e bancos	
	Locais de convenções	Centro de convenções, parques e pavilhões, etc.
	Cultos	Católico, ortodoxo, etc.
	Representações diplomáticas	Embaixadas, consulados, etc.

Nota. Adaptado de Magalhães (2002, p. 108-109).

ANEXO B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

Categoria	Tipos e subtipos		Observação	
			Existência	Nº
1. Patrimoniais Naturais	1.1. Montanhoso			
	1.2. Litoral ₁ : estuários, praias			
	1.3. Litoral ₂ : ilhas, arquipélagos			
	1.4. Áreas florestais, dunas, mangais			
	1.5. Rios, ribeiras e lagos, praias fluviais, lacustres, etc.			
	1.6. Grutas/caverna/furnas			
	1.7. Áreas protegidas			
	1.8. Vales, penhascos, ravinas, quedas de água			
	1.9. Áreas de caça e pesca			
	1.10. Cavidades subterrâneas			
	1.11. Fontes hidrominerais e ou termais			
	Subtotal 01 – Patrimoniais Naturais			
2. Patrimoniais Culturais	2.1. Monumental	2.1.1. Arqueologia		
		2.1.2. Património mundial		
		2.1.3. Igrejas, castelos, palácios, etc.		
	2.2. Etnográfico	2.1.4. Artesanato e feiras exposições		
		2.1.5. Folclore		
		2.1.6. Festas/comemorações, atividades, eventos		
	2.3. Artístico	2.3.1 Bandas e escultura		
	2.4. Museus			
	2.5. Bibliotecas e centros de estudos e pesquisa			
	2.6. Complementar: jardins, miradouros, faróis, etc.			
	2.7. Gastronomia típica/local			
	Subtotal 02 – Patrimoniais Culturais			

ANEXO B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO (Continuação...)

Categoria	Tipo e subtipos		Observação	
			Existência	Nº
3. Atividades de recreio e lazer	3.1. Roteiros pedestres sinalizados			
	3.2. Empresas de animação turística ou relacionada			
	Subtotal 03 – Atividades de recreio e lazer			
4. Eventos muito relevantes	4.1. Religiosos			
	4.2. Culturais			
	4.3. Esportivos			
	4.4. Animação e relacionados			
	4.5. Negócios			
	Subtotal 04 – Eventos muito relevantes			
5. Atividades	5.1. Itinerários turísticos e outros			
	Subtotal 05 – Atividades			
6. Equipamentos	6.1. Culturais: Santuários, locais de peregrinação			
	6.2. Esportivos: golfe, caça, hipismo, tênis, tiro ao alvo, etc.			
	6.3. Recreativos: teatros, casinos, estádios, feiras, etc.			
	6.4. Negócios: auditórios, centros culturais, salas de conferencias, etc.			
	Subtotal 06 – Equipamentos A			
7. Equipamentos	7.1.Turísticos	7.1.1. Estabelecimentos hoteleiros		
		7.1.2. Outras unidades de alojamento		

		7.1.3. Agências de viagens e operadoras de		
		7.1.4. Restaurantes		
		7.1.5. Rent-a-car		
		7.1.6. Aluguer de imóveis		
		7.1.7. Aluguer de materiais e equipamentos		
		7.1.8. Outros relevantes		
	7.2. Transportes: rodoviários, ferroviários, terrestres, etc.			
	7.3. Discotecas, bares, cafés, casas de chá, etc.			
	7.4. Casas de câmbios e bancos			
	7.5. Comércio turístico: Lojas de artesanato e <i>souvenires</i>			
	7.6. Atendimento a veículos: oficinas e postos de abastecimento			
	7.7. Representações diplomáticas: embaixadas e consulados			
	7.8. Estâncias termais para o turismo			
	7.9.	7.9.1 Públicos: informação turística		
	Institucionais	7.9.2. Associações de desenvolvimento local		
Subtotal 06 – Equipamentos B				
TOTAL DOS RECURSOS SECUNDÁRIOS				
TOTAL GERAL				

Nota: Modelo adaptado de Umbelino et al. (1993); Ruschmann (2004); Silva et al. (2005)